

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR

N.º 107, DE 2020

(Do Poder Executivo)

MSC 107/2020

OF 110/2020

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.169, de 20 de dezembro de 2017, que renova a autorização outorgada a ACCS - Associação Cultural e Comunicação Social a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itupeva, Estado de São Paulo.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, atos que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 2.978, de 30 de julho de 2015 - Associação Comunitária São Miguel, no município de Santos Dumont - MG;
- 2 - Portaria nº 2.986, de 12 de agosto de 2015 - Associação Comunitária Liberdade Acreunense, no município de Acreúna - GO;
- 3 - Portaria nº 3.554, de 12 de agosto de 2015 - Associação Comunitária de Comunicação, Cultural e Social de Capanema, no município de Capanema - PA;
- 4 - Portaria nº 3.613, de 19 de agosto de 2015 - Associação Comunitária de Radiodifusão de Nepomuceno, no município de Nepomuceno - MG;
- 5 - Portaria nº 6.160, de 1º de dezembro de 2015 - Associação e Movimento Comunitário Rádio Positiva FM, no município de Planaltina de Goiás - GO;
- 6 - Portaria nº 6.218, de 1º de dezembro de 2015 - Associação Cultural Comunitária Rádio Livre, no município de Ipiatuba - BA;
- 7 - Portaria nº 74, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Cultural Comunitária de Araújo - ACCA, no município de Araújo - MG;
- 8 - Portaria nº 146, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM, no município de Rio Novo do Sul - ES;
- 9 - Portaria nº 412, de 9 de maio de 2016 - Associação de Desenvolvimento Artístico Cultural e Social de Tupi Paulista, no município de Tupi Paulista - SP;
- 10 - Portaria nº 534, de 9 de maio de 2016 - Associação Rádio FM Comunitária Cidade Progresso, no município de Pendências - RN;
- 11 - Portaria nº 544, de 9 de maio de 2016 - Associação Batatense Cultural - ABC, no município de Batatais - SP;
- 12 - Portaria nº 786, de 9 de maio de 2016 - Associação Educativa de Radiodifusão Santa Cruz, no município de Santa Cruz das Palmeiras - SP;
- 13 - Portaria nº 1.020, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Independente Pro-Melhoramento de Nova Fátima, no município de Hidrolândia - GO;
- 14 - Portaria nº 1.613, de 9 de maio de 2016 - Associação Cultural A Gazeta de Radiodifusão Comunitária, no município de Jaboticabal - SP;
- 15 - Portaria nº 1.820, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Cultural de Comunicação Esperança e Vida, no município de São João da Boa Vista - SP;
- 16 - Portaria nº 1.831, de 9 de maio de 2016 - Associação Cultural dos Moradores e Amigos do Bairro São Jorge, no município de Francisco Sá - MG;

- 17 - Portaria nº 1.942, de 10 de maio de 2016 - Associação Comunitária de Rádio Cultural Curumim, no município de Potirendaba - SP
- 18 - Portaria nº 593, de 7 de junho de 2017 - Associação Cultural de Três Fronteiras, no município de Três Fronteiras - SP;
- 19 - Portaria nº 1.091, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Aliança, no município de São Gonçalo - RJ;
- 20 - Portaria nº 1.836, de 7 de junho de 2017 - Associação Cultural Rádio Liberdade FM, no município de Itaqui - RS;
- 21 - Portaria nº 1.922, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Riacho das Almas, no município de Riacho das Almas - PE;
- 22 - Portaria nº 1.972, de 7 de junho de 2017 - Associação da Rádio Comunitária Redenção FM, no município de Redenção do Gurgueia - PI;
- 23 - Portaria nº 1.991, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Beneficente Rural de São Sebastião do Paraíso, no município de São Sebastião do Paraíso - MG;
- 24 - Portaria nº 3.169, de 20 de dezembro de 2017 - ACCS - Associação Cultural e Comunicação Social, no município de Itupeva - SP;
- 25 - Portaria nº 3.363, de 28 de setembro de 2017 - Associação Cultural Comunitária Simonense, no município de São Simão - SP;
- 26 - Portaria nº 5.227, de 28 de setembro de 2017 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Diamante do Norte, no município de Diamante do Norte - PR;
- 27 - Portaria nº 6.162, de 20 de dezembro de 2017 - Associação Comunitária de Arte, Cultura e Informação de São Pedro (ACARCISP), no município de São Pedro - SP;
- 28 - Portaria nº 6.734, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Cultural, Educacional e Ambiental do Município de Paulistas, no município de Paulistas - MG;
- 29 - Portaria nº 6.737, de 16 de janeiro de 2018 - Associação dos Trabalhadores de Guimarães, no município de Guimarães - MG;
- 30 - Portaria nº 7.011, de 16 de janeiro de 2018 - Associação de Rádio Comunitária de Juripiranga, no município de Juripiranga - PB;
- 31 - Portaria nº 7.013, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Comunitária de Comunicação, Cultura e Cidadania do Barro Vermelho, no município de Crato - CE;
- 32 - Portaria nº 7.147, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Centro de Assistência Social e Educacional John F. Kennedy (CASE), no município de Belo Oriente - MG;
- 33 - Portaria nº 7.237, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Cultural Encruzilhadense, no município de Encruzilhada do Sul - RS;
- 34 - Portaria nº 7.243, de 16 de janeiro de 2018 - Rádio Comunitária de Amparo Social, no município de Anagé - BA;
- 35 - Portaria nº 711, de 9 de fevereiro de 2018 - Associação Comunitária Rio Jaguaribe, no município de Russas - CE;

36 - Portaria nº 733, de 9 de fevereiro de 2018 - Associação Cultural Comunitária Estação de Franco da Rocha, no município de Franco da Rocha - SP;

37 - Portaria nº 1.033, de 14 de março de 2018 - Associação Comunitária Pedra Pintada, no município de Itacoatiara - AM;

38 - Portaria nº 1.263, de 14 de março de 2018 - Associação de Radiodifusão para Comunicações Comunitária do Sítio Areias do Município das Correntes, no município de Correntes - PE;

39 - Portaria nº 2.171, de 2 de maio de 2018 - Associação Comunitária de Jitaúna, no município de Jitaúna - BA; e

40 - Portaria nº 2.629, de 12 de junho de 2018 - Sociedade de Amparo e Educação a Infância de Cruz, no município de Cruz - CE.

Brasília, 18 de março de 2020.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Antonio Carlos', is written over a horizontal line.

Port. 3169/17



EM nº 00497/2019 MCTIC

Brasília, 25 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.020902/2012-71, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade ACCS - Associação Cultural e Comunicação Social, inscrita no CNPJ nº 02.886.389/0001-40, explore pelo prazo de dez anos a partir de 03 de maio de 2012, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Itupeva, estado de São Paulo, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 10916/2017/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 3169/2017 de 20 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 10 de abril de 2018.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

PORTARIA Nº 3169/2017/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53830.003004/1998 e nº 53000.020902/2012-71, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 3 de maio de 2012, a autorização outorgada à ACCS - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Itupeva / SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 20/12/2017, às 18:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1938810** e o código CRC **85EE33C3**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 35346/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.020902/2012-71.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 26/09/2019, às 20:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4673827** e o código CRC **2B3DB0FC**.

INFORME PROCESSUAL

Nº Processo:	53000.020902/2012-71
Interessado:	Associação Cultural e Comunicação Social
Setor:	Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
CNPJ:	02.886.389/0001-40
Serviço:	Radiodifusão Comunitária
UF:	SP
Localidade:	Itupeva
Tipo:	Renovação - Rádio Comunitária
Num_Tipo	427



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Economista**, em 11/04/2018, às 10:34, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2870618** e o código CRC **E125368E**.

Referência: Processo nº 53000.020902/2012-71

SEI nº 2870618



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

DESPACHO

523°09'27"
2047°03'25"

Assunto: **Renovação**

Protocolo nº: 53000.020902/2012-71

(Processo de Outorga nº 53830.003004/98)

1. Frente à publicação da Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011 que aprovou a Norma nº 1/2011, item 20, e visto que o ato de outorga da **ACCS - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL**, na localidade de **ITUPEVA / SP**, tem validade até 03/05/2012, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo referente à Renovação de Outorga.

Brasília, 02 de maio de 2012.

BRUNA PACHECO GONÇALVES DE MEDEIROS
Agente Administrativo

53000 003004/98

48



REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

A ACCS – Associação Cultural e Comunicação Social, inscrita no CNPJ sob o nº 02.886.389/0001-40, com sede na Rua Prof Deolinda Silveira de Camargo nº 335, na cidade de Itupeva, Estado de São Paulo, CEP 13.295-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 466 datada de 14 de agosto de 2000 e Decreto Legislativo nº 71 publicado no Diário Oficial da União datado de 02 de maio de 2002, vem respeitosamente à presença de Va. Exa. requerer a **renovação** da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

31512032



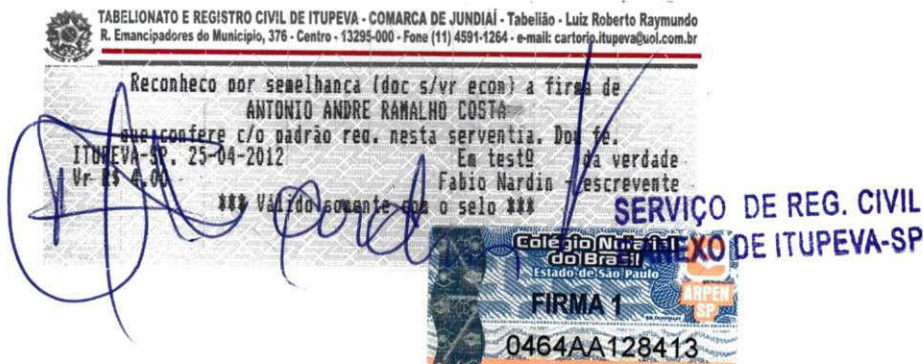
Itupeva, 16 de abril de 2012

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF
53000 020902/2012-71
SEAPA/SCE
30/04/2012-09:57

(assinatura do representante legal da entidade)

Nome do representante da entidade: Antônio André Ramalho Costa

CPF: 33912.900-1



1

Sedco

03

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS CONFORME SUBITEM 20.3 DA NORMA Nº 1/2011, APROVADA PELA PORTARIA MC Nº 462, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011.

1 - Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da interessada, dirigido ao Ministério das Comunicações (Anexo 12);
2 -Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.
3 - Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;
4 - cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual
5 - documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme item 8.2 e 8.3;
6 - ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro “A” do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
7 - declaração constante do Anexo 14 desta norma, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora: 7.1) não veicula nenhuma publicidade comercial, ficando ressalvados os casos de apoio cultural; 7.2) reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; 7.3) Cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal;
8 - declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as pessoas responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação, atestando a nacionalidade dessas pessoas e juntando os respectivos documentos de comprovação;
9 - Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta norma, sobre a programação veiculada pela emissora
10 - Relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o número de documento de identidade e órgão expedidor e endereço de residência ou domicílio, bem como de todos os associados pessoas jurídicas, com o número do CNPJ e endereço da sede
11 - laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1
12 - Declaração assinada pelo representante legal da entidade solicitando vistoria da Anatel, especificamente para efeitos da renovação da outorga, de acordo com a disponibilidade da Agência; ou Laudo de Vistoria Técnica, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1
13 - Comprovante de recolhimento da taxa relativa às despesas decorrente deste ato.

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão

04
Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011.

Reg. Civil e Anexo
Itupeva - SP

25 ABR 2012

(assinatura do representante legal da entidade)



Endereço para correspondência : Rua Profa Deolinda Silveira Camargo,335, na cidade de Itupeva, estado de São Paulo, CEP 13.295-000

Telefone para contato: 0XX-11-4496-3010

Correio eletrônico (e-mail)falacidadeitupeva@yahoo.com.br

05

REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

A ACCS – Associação Cultural e Comunicação Social, inscrita no CNPJ sob o nº 02.886.389/0001-40, com sede na Rua Prof Deolinda Silveira de Camargo nº 335, na cidade de Itupeva, Estado de São Paulo, CEP 13.295-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 466 datada de 14 de agosto de 2000 e Decreto Legislativo nº 71 publicado no Diário Oficial da União datado de 02 de maio de 2002, vem respeitosamente à presença de Va. Exa. requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.



Itupeva, 16 de abril de 2012

(assinatura do representante legal da entidade)

Nome do representante da entidade: Antônio André Ramalho Costa

CPF: 33912.900-1

TABELIONATO E REGISTRO CIVIL DE ITUPEVA - COMARCA DE JUNDIAÍ - Tabelião - Luiz Roberto Raymundo
R. Emancipadores do Município, 376 - Centro - 13295-000 - Fone (11) 4591-1264 - e-mail: cartorio.itupeva@uol.com.br



RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS CONFORME SUBITEM 20.3 DA NORMA Nº 1/2011, APROVADA PELA PORTARIA MC Nº 462, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011.

1 - Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da interessada, dirigido ao Ministério das Comunicações (Anexo 12);	
2 -Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	fl. 08
3 - Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;	fl. 10
4 - cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual	fl. 11
5 - documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme item 8.2 e 8.3;	
6 - ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro “A” do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;	fl. 54
7 - declaração constante do Anexo 14 desta norma, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora: 7.1) não veicula nenhuma publicidade comercial, ficando ressalvados os casos de apoio cultural; 7.2) reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; 7.3) Cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal;	fl. 56
8 - declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as pessoas responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação, atestando a nacionalidade dessas pessoas e juntando os respectivos documentos de comprovação;	fl. 58 e m.
9 - Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta norma, sobre a programação veiculada pela emissora	fl. 62
10 - Relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o número de documento de identidade e órgão expedidor e endereço de residência ou domicílio, bem como de todos os associados pessoas jurídicas, com o número do CNPJ e endereço da sede	fl. 65
11 - laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1	
12 - Declaração assinada pelo representante legal da entidade solicitando vistoria da Anatel, especificamente para efeitos da renovação da outorga, de acordo com a disponibilidade da Agência; ou Laudo de Vistoria Técnica, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1	
13 - Comprovante de recolhimento da taxa relativa às despesas decorrente deste ato.	

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão

Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011.

25 ABR 2012



(assinatura do representante legal da entidade)

TABELIONATO E REGISTRO CIVIL DE ITUPEVA - COMARCA DE JUNDIAÍ - Tabelião - Luiz Roberto Raymundo
R. Emancipadores do Município, 376 - Centro - 13295-000 - Fone (11) 4591-1264 - e-mail: cartorio.itupeva@uol.com.br



Endereço para correspondência :Rua Profa. Deolinda Silveira Camargo, 335 na cidade de Itupeva, Estado de São Paulo, CEP 13.295-000.

Telefone para contato: 0XX-11-4496-3010

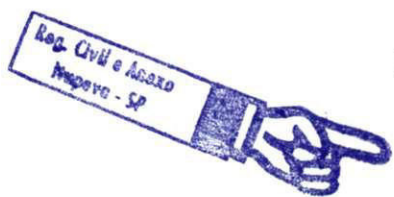
Correio eletrônico (e-mail):falacidadeitupeva@yahoo.com.br.



DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES PARA SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Eu, Antonio André Ramalho Costa, CPF: 292.726.498-89, na qualidade de representante legal da Associação Cultural e Comunicação Social, com sede na Rua Prof. Deolinda Silveira Camargo, nº 335, na cidade de Itupeva, estado de São Paulo, CEP:13.295-000, declaro para os devidos fins que:

- A emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.



Itupeva, 16 de abril de 2012

Presidente da entidade



TABELIONATO E REGISTRO CIVIL DE ITUPEVA - COMARCA DE JUNDIAÍ - Tabelião - Luiz Roberto R. ymundo
R. Emancipadores do Município, 376 - Centro - 13295-000 - Fone (11) 4591-1264 - e-mail: cartorio.itupeva@uol.com.br

Reconheço por semelhança (doc s/vr econ) a firma de
ANTONIO ANDRE RAMALHO COSTA
que contém c/o padrão reg. nesta serventia. Dou fe.
ITUPEVA-SP, 25-04-2012 Em testu da verdade
Vr R\$ 4,00 Fabio Nardin - escrevente
*** Valido somente com o selo ***



SERVIÇO DE REG. CIVIL
ANEXO DE ITUPEVA-SP

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES PARA SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Eu, Antonio André Ramalho Costa, CPF: 292.726.498-89, na qualidade de representante legal da Associação Cultural e Comunicação Social, com sede na Rua Prof. Deolinda Silveira Camargo, nº 335, na cidade de Itupeva, estado de São Paulo, CEP:13.295-000, declaro para os devidos fins que:

- A emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Reg. Civil e Anexo
Itupeva - SP

Itupeva, 16 de abril de 2012

Presidente da entidade



TABELIONATO E REGISTRO CIVIL DE ITUPEVA - COMARCA DE JUNDIAÍ - Tabelião - Luiz Roberto Raymundo
R. Emancipadores do Município, 376 - Centro - 13295-000 - Fone (11) 4591-1264 - e-mail: cartorio.itupeva@uol.com.br

Reconheço por semelhança (doc s/vr econ) a firma de
ANTONIO ANDRE RAMALHO COSTA
que confere c/o padrão reg. nesta serventia. Dou fé.
ITUPEVA-SP, 25-04-2012 Em testº da verdade
Vr R\$ 4,00 Fabio Nardin - escrevente

*** Valido somente com o selo ***



**ANATEL**Agência Nacional
de TelecomunicaçõesBOA TARDE
BELCHIORSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

BOLETO » Nada Consta

internet

tela

menu

ajuda

**ANATEL**

Agência Nacional de Telecomunicações

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ACCS - ASSOCIACAO CULTURAL E COMUNICACAO SOCIAL
CNPJ: 02.886.389/0001-40

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 13:43:52 do dia 18/04/2012 (hora e data de Brasília).

Válida até 18/05/2012.

Certidão expedida gratuitamente.

Senhor Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à SRF a sua atualização cadastral.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

00100402

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.886.389/0001-40	CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA		VALIDADE DO CARTÃO 30/06/2002
NOME EMPRESARIAL ACCS - ASSOCIACAO CULTURAL E COMUNICACAO SOCIAL			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ACCS			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 92.21-5-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 302-6 - ASSOCIACAO			
LUGAR DO MUNICÍPIO EMANCIPADORES DO MUNICÍPIO		NÚMERO 241	COMPLEMENTO
CEP 13295-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ITUPEVA	UF SP
CAIXA POSTAL/FAX/CORREIO ELETRÔNICO/TELEFONE TEL: 011-78011775/FAX: 011-78011775			
CPF DO RESPONSÁVEL 259.023.228-47	SITUAÇÃO ESPECIAL		

PROVADO PELA IN/SRF NO. 54/98

Em consulta ao site
eletrônico da RFB, o
CNPJ supra continua
válido e atual.

29.01.2014

Tacio Nunes - SIARE 2067932





MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA
E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO



CONTRATO
ECT/SRF
8351/95

ACCS - ASSOCIACAO CULTURAL E COMUNICACAO SOCIAL

ACCS
RUA EMANCIPADORES DO MUNICIPIO, 241
CENTRO

13295-000 ITUPEVA, SP

RR 1 6 1 6 2 1 4 9 6 BR



AR

CNPJ

CADASTRO NACIONAL
DA PESSOA JURÍDICA

00100402

SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS
NATURAIS E ANEXO (NOTAS) DE ITUPEVA-SP
RUA EMANCIPADORES DO MUNICÍPIO, 376
TABELÃO: LUIZ ROBERTO RAYMUNDO
AUTENTICAÇÃO
Autenticar e apresentar cópia representativa fielmente a original e não apresentada, de que deu fé.
13 NOV. 2002
Votar recebido no Tabelião nº 13
CLÁUDIA MARIA ORDEIRO
COMISSARIAS TABELIÃO
LUIZ ROBERTO RAYMUNDO
TABELÃO

SP 12544A174202
COPIA
AUTENTICADA

REMETENTE
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO

SERPRO - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS
RUA OLÍVIA GUEDES PENTEADO, 941
SOCORRO
CEP - 04.766-900 - SÃO PAULO, SP

<input type="checkbox"/> MUDOU-SE	<input type="checkbox"/> FALECIDO	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> DESCONHECIDO	<input type="checkbox"/> AUSENTE	/ /
<input type="checkbox"/> END. INSUFICIENTE	<input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO	VISTO

DESTAQUE AQUI

Rua Quinze de Novembro, 321
Barbieri - SP - Cep 13.270-020
Caixa Postal 202
Fone: (011) 7207.0006
Fax: (011) 7207.0006

www.barbieri.com.br
e-mail: suporte@barbieri.com.br



1. KICKOFF - R. 76764

ASSESSORIA CONTÁBIL
ASSESSORIA TRIBUTÁRIA
ASSESSORIA JURÍDICA
AUDITORIA

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNICAÇÃO

SOCIAL

PREÂMBULO

A ACCS - Associação Cultural e Comunicação Social, nasceu com o objetivo de trabalhar pelo desenvolvimento social, organizando e defendendo os direitos do cidadão da comunidade do município de Itupeva, atendendo o disposto no artigo 5º, incisos XVII a XXI e artigo 174, parágrafo 2º, da Constituição Federal, combinados com o Artigo XX da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A Associação ACCS seguirá os princípios nortecedores da liberdade, fraternidade e igualdade a todos os sócios, sem discriminação de qualquer natureza.

CAPÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO, SEDE, FORO E DURAÇÃO

Artigo 1º. A Associação Cultural e Comunicação Social, doravante designada pela sigla ACCS, é uma entidade civil, fundada de fato em 01 de novembro de 1998 e, de direito, a partir do registro em cartório.

10W

13
MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ
10/05/2012

Rua Quintino Bocaiuva, 891
Jundiaí - SP - Cep. 13.250-320
Casa Postal 202
Tel/Fax: (011) 7995-0800
CNPJ 28.901.549/0001-00

2ª OFICIAL DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

Barbieri

www.barbieri.com.br
e-mail: suporte@barbieri.com.br

ASSOCIAÇÃO CULTURAL
E COMUNICAÇÃO SOCIAL
ASSOCIAÇÃO JURÍDICA
ASSOCIADA

competente, com sede e foro na cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, na Rua Emancipadores do Município nº 241 - Centro, como associação de representação da comunidade compreendida na região política e administrativa do município de Itupeva tendo como características:

- I - Ser uma pessoa jurídica do direito privado sem fins lucrativos;
- II - Ter um número ilimitado de sócios, subordinados ao presente estatuto e demais normas regimentais;
- III - Ter prazo de duração indeterminado.

CAPÍTULO II

DAS FINALIDADES E OBJETIVOS

Artigo 2º. São finalidades da Associação Cultural e Comunicação Social, a integração social e desenvolvimento comunitário dos cidadãos e de associações civis do município de Itupeva, com o ideal de promoção educacional, cultural, ambiental, artístico, esportivo, científico, informativa e de comunicação social, sempre com o espírito de união e desenvolvimento de seus sócios, sem interferência de qualquer alegação que possa ferir os princípios da liberdade de expressão, de organização e da livre iniciativa,

Rua Quinto Rua, 321
Renda - SP - Cep: 13.230-320
Caixa Postal 202
Tel: 15 - (011) 7203.6006
(011) 25101599 (0.0)

www.barbieri.com.br
e-mail: suporte@barbieri.com.br

2º OFICIAL DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Barbieri

ASSESSORIA CONTÁBIL
ASSESSORIA FISCAL
ASSESSORIA JURÍDICA
AUDITORIA

visando a contribuir para a formação da cidadania e melhor atender as necessidades da comunidade :

Parágrafo único: A fim de cumprir com seus objetivos fundamentais, sem exceção outros que venham a ser indicados, esta associação se propõe a :

I - criar e manter equipamentos educacionais profissionalizantes, ou buscar parcerias e convênios com instituições públicas ou privadas, para treinamento, aperfeiçoamento e desenvolvimento de cursos e oficinas de formação continuada;

II - incentivar, divulgar, promover diretamente ou através de parcerias, a criação de projetos de conscientização da defesa e proteção ao meio ambiente como forma primordial de qualidade de vida;

III - promover e realizar programas de animação cultural através de campanhas, feiras, seminários, palestras, conferências, debates, simpósios, intercâmbios técnicos, estudos e pesquisas;

IV - promover, divulgar, incentivar produções independentes ou associadas, de amadores ou profissionais, de atividades artísticas em todas suas formas de expressão;

Página 5 de 19

12W
19/06/2012
Esc. das Comunicações

2. RPJ JUNDIAÍ MICROF. N. 76764



Rua Quintino Bocaiuva, 329
Jandaia - SP - Cep 13.230-120
Caixa Postal 292
Fone (011) 2265.0000
CIRC 254015979/1.0

www.barbieri.com.br
e-mail: suporte@barbieri.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL
ASSESSORIA TRIBUTÁRIA
ASSESSORIA JURÍDICA
AUDITORIA

V - criar e manter, ou promover parcerias e convênios, para a fundação de um Centro Cultural e Esportivo, para desenvolvimento de atividades artísticas e de incentivo à prática de diversas modalidades esportivas, como lazer ou profissionalizante.

VI - estimular o convívio social e a cultura, através da criação de biblioteca, gibiteca, videoteca, discoteca e brinquedoteca, fixas e ambulantes;

VII - criar e desenvolver atividades dirigidas à população de terceira idade que reconheçam e resgatem o papel social do idoso, promovendo, assim, o exercício pleno de sua cidadania;

VIII - incentivar ou promover a criação, com a ajuda dos poderes públicos, de estatais, associações privadas ou organizações não governamentais, de:

- a) creches comunitárias;
- b) setores produtivos comunitários;
- c) áreas de atividades de lazer comunitárias;

13W

M. das Cominco
16

Rua Quintino Bonfatti, 330
Jardim - SP - Cep 13.250-120
Caixa Postal 202
FAX: (011) 7905.0000
CNPJ: 28.001.587/0-0
www.barbieri.com.br
e-mail: suporte@barbieri.com.br



ASSESSORIA CONTÁBIL
ASSESSORIA TRIBUTÁRIA
ASSESSORIA JURÍDICA
AUDITORIA

[Handwritten signatures and initials]

d) órgãos não governamentais de defesa do consumidor;

e) órgãos de estudo e atendimento comunitário relativos às áreas de educação, trabalho, saúde, habitação, saneamento básico, transporte e de segurança, e outros;

IX - divulgar as atividades dos poderes públicos relativamente à área comunitária, à cidade e aos cidadãos em geral, como conselhos comunitários (de abastecimento, segurança, saúde, da mulher, do idoso, dos menores), PROCON, DECON, delegacias especializadas e outros;

X - promover e divulgar as diversas formas de associações por cooperativas, como as de trabalho, habitação, serviços médicos, consumo, escolares, serviços de transporte, crédito, artesanato e outras;

XI - informar e divulgar a atuação das associações de defesa do direito dos trabalhadores;

XII - promover, divulgar e incentivar as associações de empresários da região, visando a fortalecer o seu desenvolvimento econômico, bem como a incentivar a criação de frentes alternativas de trabalho;

Rua Quatro de Julho, 320
Itatiba - SP - Cep 13.271-320
Cadastral 202
CNPJ (011) 7895.1006
CNPJ 24.917.589/00-0

www.barbieri.com.br
e-mail: suporte@barbieri.com.br



RECIBO N. 74764

ASSESSORIA CONTÁBIL
ASSESSORIA TRIBUTÁRIA
ASSESSORIA JURÍDICA
AUDITORIA

XIII - difundir os ideais e fins da Associação ACCS, bem como leis, direitos e responsabilidades dos cidadãos, através da criação de emissora de radiodifusão comunitária (som, sons e imagens) e/ou outros meios de comunicação comunitários ou não, podendo criá-los, mantê-los e administrá-los através de um Conselho de Comunicação Social, fiscalizado por um Conselho Comunitário autônomo, observados os preceitos legais.

XIV - atuar junto aos poderes públicos municipal, estadual, federal, ao setor privado e organizações não governamentais, no sentido de obter meios e cessão de uso de espaço público ou privado, a fim de se manter e de se administrar, por regulamentos específicos aprovados em Assembleia Geral, bem como no sentido de manter e organizar as dependências que se fizerem necessárias aos seus propósitos.

CAPÍTULO III

DOS SÓCIOS

SEÇÃO I - DA ADMISSÃO, DIREITOS E DEVERES

Artigo 3º - Serão sócios todos os cidadãos que solicitarem sua inscrição, pessoas físicas ou jurídicas, estas representadas por seus representantes legais, mediante preenchimento de ficha de inscrição, onde

2. RPJ JUNDIAÍ MICROF. N. 76764

Barbieri & Associados - 091
R. São Paulo, 13250-120
Cidade: Jundiaí, SP
Fone: (11) 7405-0806
CNPJ: 06.915.091/00-0



www.barbieri.com.br
e-mail: suporte@barbieri.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL
ASSESSORIA FISCAL
ASSESSORIA JURÍDICA
ALTERNATIVA

conste a aceitação deste estatuto, dos regimentos internos e aprovados pela
Diretoria Executiva;

Parágrafo 1º - A Associação Cultural e Comunicação Social, não
terá distinção de raça, cor, sexo, nacionalidade, classe social, concepção
política, filosófica ou religiosa;

Parágrafo 2º - A Associação ACCS, poderá cobrar de seus membros
integrantes uma taxa de manutenção, a fim de custear suas atividades e sua
sustentação física;

Parágrafo 3º - Os sócios não respondem, nem mesmo
subsidiariamente, pelas obrigações sociais em nome da Associação ACCS..

Artigo 4º - Os sócios pertencerão às seguintes categorias:

I - Fundadores - Sócios que assinarem o instrumento de constituição
da Associação ACCS.

II - Eletivos - Sócios que participarem diretamente das atividades da
Associação ACCS e contribuírem com a mensalidade, se for o caso, para
esta associação;

164

M. das Comunicações
16
1000

Rua Quintino Bocanegra, 329
Barbieri - SP - Cep. 13250-320
Casa Postal 202
Tel./fax: (011) 7903-0000
CIRC 281915/09/11.0

www.barbieri.com.br
e-mail: suporte@barbieri.com.br



ASSESSORIA CONTÁBIL
ASSESSORIA TRIBUTÁRIA
ASSESSORIA JURÍDICA
AT-0110/01A

III - Beneméritos - Sócios que prestarem relevantes serviços, ou contribuições/doações, para a Associação ACCS,

IV - Honorários - Sócios que venham a receber este título em razão de relevantes serviços prestados à Comunidade, desde tenham seus nomes indicados pela Diretoria Executiva e aprovados pelos Conselhos.

Artigo 5º. - São direitos dos sócios:

I - participar da estrutura organizacional da Associação ACCS, bem como das atividades desenvolvidas pela associação;

II - votar e ser votado para a composição dos órgãos diretivos da Associação ACCS, ressalvadas as limitações constantes neste estatuto;

III - apresentar projetos, propostas, emendas a projetos e opinar frente ao desenvolvimento dos trabalhos dos Órgãos Diretivos da entidade;

IV - ter assegurado direito de defesa sobre qualquer acusação ou penalidade que lhe seja imputada, cabendo recurso à Assembleia Geral;

V - utilizar-se de todos os serviços mantidos pela Associação ACCS, respeitadas as disposições administrativas, regimentos internos e estatutários.

174

Associação das Comunidades
Urbanas
OSG - 000

Rua Quintino Bocaiuva, 399
Barbieri - SP - CEP: 13.270-120
Cidade Postal 202
Tel: (011) 7997.0000
FAX: (011) 7997.0000



INSCRIÇÃO Nº. 76764

www.barbieri.com.br
e-mail: suporte@barbieri.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL
ASSESSORIA TRIBUTÁRIA
ASSESSORIA JURÍDICA
AUDITORIA

Artigo 6º. - São deveres dos sócios fundadores e efetivos:

I - cumprir e fazer cumprir integralmente o presente estatuto;

II - comparecer às assembleias convocadas pela Associação ACCS;

III - zelar pela aplicação dos princípios e objetivos definidos pela Associação ACCS;

IV - pautar sua conduta pessoal e/ou profissional dentro dos princípios éticos;

V- pagar em dia as contribuições fixadas ou deliberadas pela Assembleia Geral;

Parágrafo Único - O cumprimento dos deveres descritos neste artigo é condição indispensável para que o sócio possa participar de quaisquer atos na Associação ACCS.

184

Arquivo
21
M. das Comunicações

Rua Quilombo, 200 - Jd. 1º
Barbieri - SP - Cep: 13.250-120
Cidade Postal 202
Tel/Fax: (011) 7093-1000
CNPJ: 28.941.509/00-0



www.barbieri.com.br
e-mail: suporte@barbieri.com.br

SEÇÃO II - DA DEMISSÃO, ELIMINAÇÃO E EXCLUSÃO

Artigo 7º - A demissão do sócio, que não poderá ser negada, dar-se-á unicamente a seu pedido e será requerida formalmente ao presidente da Associação ACCS.

Artigo 8º - A eliminação do sócio, que será aplicada em virtude de infração da Lei, deste Estatuto, do Regimento Interno ou das deliberações das Assembleias Gerais, será feita por decisão da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, depois de notificação ao infrator.

Parágrafo 1º - Os sócios serão passíveis de punições, observadas a natureza e gravidade da infração, que serão previstas em regimento interno e descritas neste estatuto a forma de aplicação das penalidades que serão as seguintes:

- I - advertência : notificação por escrito da Diretoria Executiva;
- II - suspensão : afastamento do sócio por um período definido pela Diretoria Executiva;
- III - eliminação: afastamento definitivo do sócio por decisão da Assembleia Geral.

2. RPJ JUNDIAÍ MICROF. N. 76764

Rua Quilombo Barroca, 329
Jundiaí - SP - Cep 13.290-320
Cidade Postal 202
FAX: (011) 7963-0000
CNPJ 28.901.332/0-0

Barbieri

www.barbieri.com.br
e-mail: suporte@barbieri.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL
ASSESSORIA JURÍDICA
ASSESSORIA FISCAL
ASSESSORIA TRIBUTÁRIA

Parágrafo 2º - A aplicação das penalidades contidas no parágrafo anterior, imputada a qualquer membro da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, deverá ser por resolução da maioria da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, referendada em Assembleia Geral.

Parágrafo 3º - Além de outros motivos, a Diretoria Executiva deverá punir o sócio que :

- a) divulgar informações relevantes, sigilosas ou inverídicas sobre a Associação ACCS, que possam prejudicá-la nas suas atividades ou negócios sociais;
- b) vier a exercer qualquer atividade considerada prejudicial à Associação ACCS ou que colida com seu objeto social;
- c) for condenado em processo criminal, quando no exercício de suas próprias atividades; ou cível, quando em confronto com a Associação ACCS;

Parágrafo 4º - Cópia autêntica da decisão punitiva, será remetida ao interessado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, através de procedimento que comprove as respectivas datas de remessa e do recebimento .

20W
93

Rua Jundiaí, Recanto 389
Jundiaí - SP - Cep: 13.220-320
Caixa Postal 202
Tel/Fax: 011) 2705.6000
L18: 2-8905370-0

2-123-JUNDIAÍ-MICROF. N. 76764

Barbieri

www.barbieri.com.br
e-mail: suporte@barbieri.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL
ASSESSORIA TRIBUTÁRIA
ASSESSORIA JURÍDICA
AUDITORIA

Parágrafo 5º - O sócio punido poderá, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da notificação, interpor recurso, que será recebido pela Diretoria Executiva e decidido em Assembleia Geral.

Artigo 9º - A exclusão do sócio será feita por:

I - morte da pessoa física;

II - incapacidade civil não suprida;

III - deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na Associação ACCS;

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

SEÇÃO I - DA ORGANIZAÇÃO

Artigo 10º - A Associação ACCS será composta pelos seguintes órgãos: Assembleia Geral, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Conselho Gestor de Comunicação Social e Conselho Comunitário.

21/11
M. das Com. de
Jundiaí
WR
OS

Rua Quatim, Avenida, 321
Jundiaí - SP - Cep: 13.250-120
Caua Postal 202
Tel/Fax: (011) 7805-0006
CNPJ: 25.001.580/00-0
www.barbieri.com.br
e-mail: suporte@barbieri.com.br



ASSESSORIA CONTÁBIL
ASSESSORIA TRIBUTÁRIA
ASSESSORIA JURÍDICA
AUDITORIA

[Handwritten signatures and initials]

Parágrafo 1º - O exercício de qualquer das funções requeridas para funcionamento dos órgãos referidos neste artigo não será remunerado, podendo, entretanto, ocorrer destinação de verba de representação para aplicação exclusiva ao serviço prestado e obrigada à prestação de contas junto ao departamento financeiro.

SEÇÃO II - DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 11º - A Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária dos sócios é o órgão supremo da Associação e, dentro dos limites legais e das normas vigentes dos dispositivos estatutários, poderá tomar todas e quaisquer decisões sobre os assuntos relativos aos fins e atividades da entidade.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral constituir-se-á dos sócios fundadores e efetivos em pleno gozo dos direitos estatutários. Os sócios beneméritos poderão participar das assembleias, sem direito a voto, podendo, entretanto, opinar, sugerir e debater a pauta em questão.

22M

Comissão
M. das Comissões
M. das Comissões
M. das Comissões

Ateli Quilombo Residência: 329
Jundiaí - SP - Cep 13.250-320
Canoa Preta, 202
Tel/Fax: (011) 7005.0994
CNPJ: 25.915.930/0001
www.barbieri.com.br
e-mail: suporte@barbieri.com.br



ASSESSORIA CONTÁBIL
ASSESSORIA TRIBUTÁRIA
ASSESSORIA JURÍDICA
AUDITORIA

Parágrafo 2º - Será vedada a discussão de matéria estranha ao edital de convocação da Assembleia Geral, não podendo ser votados assuntos não especificados na pauta de convocação.

Parágrafo 3º - As deliberações da Assembleia Geral vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

Artigo 12º - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, no primeiro trimestre, ou extraordinariamente a qualquer tempo, quando convocada:

I - pelo Presidente da Associação;

II - pelo Conselho Fiscal;

III - por, pelo menos, 1/3 dos sócios em pleno gozo dos direitos estatutários e regimentais;

IV - por, pelo menos, 2/3 dos sócios em pleno gozo dos direitos estatutários e regimentais para deliberação sobre:

a) - destituição de membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;

Página 14 de 30

234

das Comarca
de Jundiaí
26

Rua João de Deus, 390
Bairro: SP - Cep: 13.220-000
Cidade: Jundiaí - SP
Cidade: Jundiaí - SP
Cidade: Jundiaí - SP

www.barbieri.com.br
e-mail: suporte@barbieri.com.br



ASSESSORIA CONTÁBIL
ASSESSORIA TRIBUTÁRIA
ASSESSORIA JURÍDICA
AUDITÓRIA

b) - dissolução da Associação.

Artigo 13º - O "quorum" para instalação da Assembleia Geral será metade mais 1(um) do número de sócios, em primeira convocação, e de qualquer número em segunda convocação, que deverá ocorrer 30 (trinta) minutos após o horário estabelecido para primeira convocação.

Parágrafo 1º - A assembleia deverá ser instalada pelo presidente da Associação ACCS ou por qualquer membro da Diretoria Executiva que poderá convidar um dos sócios presentes para presidi-la e outro para secretariá-la.

Parágrafo 2º - As decisões serão tomadas por maioria simples de votos dos sócios presentes.

Parágrafo 3º - O que ocorrer na Assembleia Geral deverá constar da Ata circunstanciada, lavrada em livro próprio, aprovada e assinada ao final dos trabalhos pelos diretores e fiscais presentes, por uma comissão de 10 (dez) associados designados pela Assembleia e, ainda, por quantos o queiram fazer.

24W
27

2. RPT JUNDIAÍ - MICROF. N. 76764

Rua Quinze de Novembro, 370
Jundiaí - SP - Cep 13200-120
Casa Postal 202
Tel./fax. (011) 7925 0000
CJC 25015339-9



www.barbieri.com.br
e-mail: suporte@barbieri.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL
ASSESSORIA FISCAL
ASSESSORIA JURÍDICA
AUDITORIA

[Handwritten signatures and initials]

Parágrafo 4º - Os sócios admitidos depois da convocação da Assembleia Geral não poderão participar dela.

Artigo 14º - A instalação de Assembleia Geral Extraordinária para deliberações sobre os assuntos estipulados no artigo 12º, em seu inciso IV, alíneas a e b, somente poderá ocorrer com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos sócios fundadores e efetivos da Associação ACCS.

Parágrafo único - As decisões sobre deliberações estipuladas neste artigo somente serão validadas por, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos sócios fundadores e efetivos em pleno gozo dos direitos estatutários e regimentais.

Artigo 15º - A Assembleia será normalmente convocada pelo Presidente, com o mínimo de 15 (quinze) dias de antecedência, através de Edital de Convocação fixado em lugar visível da entidade e publicado em jornal de circulação na região.

Parágrafo Único: O edital de convocação deverá constar a pauta de discussões.

25/11/12

Rua Quinze de Novembro, 389
Jardim SP - CEP 13.271-320
Cidade Paulista SP
FAX: (011) 7205 0966
FAX: (011) 7205 0966
www.barbieri.com.br
e-mail: suporte@barbieri.com.br



PROT. Nº. 76764

ASSESSORIA CONTÁBIL
ASSESSORIA TRIBUTÁRIA
ASSESSORIA JURÍDICA
AUDITORIA

[Handwritten signatures and initials]

Artigo 16º - Os membros comparecerão à Assembleia Geral pessoalmente, não sendo admitida, em espécie nenhuma, procuração.

Artigo 17º - Compete à Assembleia Geral Ordinária, em especial:

- I - deliberar e votar o parecer do Conselho Fiscal sobre o relatório anual, balanços econômico e financeiro apresentados pela Diretoria Executiva;
- II - deliberar sobre a previsão orçamentária para o exercício seguinte;
- III - fixar o valor e estabelecer a forma de contribuição dos sócios;
- IV - deliberar, em última instância, sobre recursos interpostos pelos sócios, contra penalidades impetradas;
- V - aprovar programas, serviços e diretrizes para o desenvolvimento da entidade;
- VI - deliberar sobre matérias não previstas neste estatuto, na forma do disposto no artigo 11º, parágrafo 2º;
- VII - eleger os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;

26/11

Associação
dos Municípios
de São Paulo
- SP

Rua Quilombo Negro, 321
Bairro - 10º - Cep 13290-420
Cidade - Jundiaí - SP
Fone: (011) 7205-0000
CNPJ: 28.905.981/0001-00

www.barbieri.com.br
e-mail: suporte@barbieri.com.br



ASSESSORIA CONTÁBIL
ASSESSORIA TRIBUTÁRIA
ASSESSORIA JURÍDICA
AUDITORIA

Artigo 18º - Compete à Assembleia Geral Extraordinária:

- I - deliberar sobre os assuntos pautados na sua convocação;
 - II - decidir sobre a indicação de título de sócios honorários;
 - III - alterar o valor da contribuição dos sócios;
 - IV - julgar penalidades impetradas aos sócio e/ou membros da diretoria executiva e conselho fiscal;
 - V - aprovar regimento interno e cargos auxiliares;
 - VI - deliberar sobre a destituição, total ou parcial, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, atendendo o disposto nos artigos 11º § 2º; - 12º, inciso IV, alínea a e 14º, § 1º;
- a) - ocorrendo destituição que possa comprometer a regularidade da administração da Associação ACCS, a Assembleia Geral poderá designar diretores provisórios até a posse de novos, cuja eleição se fará no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

274

M. das Comunicações
30
Assessoria

2. EPJ JUNDIAÍ MICROF. N: 76764



Rua Osvaldo Barreto, 329
Jundiaí - SP - Cep: 13.250-320
Caixa Postal 202
FAX: (011) 7915-0606
CNPJ: 25.901.539/0-0

www.barbieri.com.br
e-mail: suporte@barbieri.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL
ASSESSORIA FISCAL
ASSESSORIA JURÍDICA
ASSESSORIA

[Handwritten signatures and initials]

VII - eleger os cargos que sofram vacância no decorrer de seus mandatos;

VIII - deliberar sobre o patrimônio da Associação ACCS, ouvido o conselho fiscal, sobre compra, venda ou alienação dos bens móveis ou imóveis;

IX - deliberar sobre mudanças de objetivos da Associação ACCS, emendar ou reformar o estatuto, na forma do disposto do artigo 11º, parágrafo 2º;

X - Deliberar sobre a dissolução voluntária da Entidade e, neste caso, nomear os liquidantes e votar as respectivas contas, observados o disposto nos artigos 11º § 2º, 12º, inciso IV, alínea b; 14º §1º.

SEÇÃO III - DAS ELEIÇÕES

Artigo 19º - Dentre os membros com capacidade civil absoluta e em pleno gozo dos direitos estatutários e regimentais, com prazo de pelo menos 90 (noventa) dias, serão indicados pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, 5 (cinco) nomes para compor a Comissão Eleitoral a quem competirá:

28/11

31

Rua Comendador João de Deus, 320
Jardim - SP - Cep 13.250-120
Cidade - Jundiaí - SP
FONE: (11) 2965.0000
FAX: (11) 2965.0001

www.barbieri.com.br
e-mail: suporte@barbieri.com.br



ASSESSORIA CONTÁBIL
ASSESSORIA TRIBUTÁRIA
ASSESSORIA JURÍDICA
AUDITORIA

I - organizar o pleito que elegerá a nova Diretoria Executiva e Conselho Fiscal;

II - vetar as chapas que não atenderem às exigências estatutárias e regimentais ou candidatos que não constituírem chapas completas;

a) - ao veto fundamentado, caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias, à Comissão Eleitoral;

III - receber as inscrições de chapas, até 60 (sessenta) dias antes do pleito;

IV - confirmar as chapas concorrentes, até 30 (trinta) dias antes do pleito;

V - determinar, a forma de votação, o dia do pleito eleitoral, o local, o horário de início e término da votação;

VI - determinar, caso ocorra empate, data, local, horário para o novo pleito;

VII - determinar a data da posse, que não poderá exceder 30 (trinta) dias após o pleito.

29/11
32

Rua Quindim, 320
Jundiaí - SP - Cx. 13.250-320
Cidade Postal 262
CEP: 13.201-900
CNPJ: 08.005.891/0001



www.barbieri.com.br
e-mail: suporte@barbieri.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL
ASSESSORIA TRIBUTÁRIA
ASSESSORIA JURÍDICA
AUDITORIA

Artigo 20º - Poderão candidatar-se para os cargos da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal sócios fundadores e efetivos, que contarem com mais de 2 (dois) anos de efetiva e ininterrupta atuação e contribuição para com a entidade.

Parágrafo 1º - Cada associado poderá candidatar-se a um único cargo.

Parágrafo 2º - Deverão concorrer chapas completas para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

Artigo 21º - Terão direito a voto os sócios fundadores e efetivos que contarem com mais de 6 (seis) meses de efetiva e ininterrupta atuação e contribuição para com a entidade.

Artigo 22º - Considerar-se-á eleita a chapa que obtiver maioria simples dos votantes presentes à eleição.

Parágrafo Único - Ocorrendo empate entre as chapas mais votadas, será realizada nova eleição no prazo de 15 (Quinze) dias, a qual concorrerão apenas as chapas empatadas.

SEÇÃO IV - DA DIRETORIA EXECUTIVA

30/11

4. das Contas
Fls. 33
10/09/2012

2. RPJ JURDIAI MICROF. N. 76764



Rua Quintino Bocanegra, 320
Jundiaí - SP - Cep 13.274-320
Coxa Postal 202
Tel/Fax: (011) 7865.0000
CNPJ: 25.015.584/01

www.barbieri.com.br
e-mail: suporte@barbieri.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL
ASSESSORIA TRIBUTÁRIA
ASSESSORIA JURÍDICA
AUDITORIA

[Handwritten signatures and initials]

Artigo 23º - A Diretoria Executiva, eleita pela Assembleia Geral, será composto por 5 (cinco) ou membros, que compreendem: (obs. pode ser 5 membros - retirar os adjuntos e o vice substitui todos os diretores)

- 1 - Diretor Presidente
- 2 - Diretor Vice Presidente
- 3 - Diretor Administrativo
- 4 - Diretor Financeiro
- 5 - Diretor de Comunicação Social

Artigo 24º - Os membros da Diretoria Executiva serão eleitos para um período de 4 (quatro) anos, permitida a reeleição, observado o disposto no artigo 20º:

Parágrafo 1º - A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente, a cada 30 (trinta) dias e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário ou, ainda, por solicitação do Conselho Fiscal.

Parágrafo 2º - O "quorum" para a instalação da reunião será de metade mais 1 (um) dos membros e as decisões serão tomadas por maioria simples de votos.

Rua Oliveira Bezerra, 300
Itapira - SP - Cep: 13.270-130
Cidade: Itapira
Tel/Fax: (011) 3705-0906
CNPJ: 28.901.589/00-9

www.barbieri.com.br
e-mail: suporte@barbieri.com.br



NICROF: N. 76764

ASSESSORIA CONTÁBIL
ASSESSORIA TRIBUTÁRIA
ASSESSORIA JURÍDICA
AUDITORIA

Parágrafo 3º - Será lavrada ata de cada reunião, em livro próprio, na qual serão indicados os nomes dos que compareceram e as resoluções tomadas. A ata será assinada por todos os presentes.

Artigo 25º - Compete a Diretoria Executiva, dentro dos limites da Lei e deste Estatuto, atendidas a recomendações ou decisões da Assembleia Geral:

I - estabelecer normas, orientar e controlar todas as atividades e serviços da Associação - ACCS;

II - analisar e aprovar os planos de atividades e respectivos orçamentos, bem como quaisquer programas próprios de investimentos, além de acompanhar seus resultados;

III - propor à Assembleia Geral o valor da contribuição mensal dos sócios e fixar as taxas destinadas a cobrir as despesas operacionais e outras;

IV - contrair obrigações, transigir, adquirir, alienar ou onerar bens móveis, ceder direitos e constituir mandatários;

V - adquirir, alienar ou onerar bens imóveis, com expressa autorização da Assembleia Geral;

324

M. das Comunicações
Fls. 35
Rubrica
CCS

Rua Osvaldo Besenra, 130
Jundiaí - SP - CEP 13220-120
Cidade Postal 202
Tel/Fax: (011) 7403.0000
CNPJ 28.901.569/0001-0

www.barbieri.com.br
e-mail: suporte@barbieri.com.br



ASSESSORIA CONTÁBIL
ASSESSORIA TRIBUTÁRIA
ASSESSORIA JURÍDICA
AUDITORIA

VI - indicar o banco ou bancos nos quais deverão ser feitos os depósitos do numerário disponível e fixar o limite máximo que poderá ser mantido em caixa;

VII - deliberar sobre a admissão, demissão, punição de sócios;

VIII - programar as operações e serviços da Associação ACCS;

IX - zelar pelo cumprimento das disposições legais e estatutárias e pelas deliberações da Assembleia Geral;

X - criar, instalar e coordenar órgãos de assessoramento, necessários ao desenvolvimento da Associação ACCS;

XI - deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral;

XII - apresentar à Assembleia Geral Ordinária o relatório e as contas de sua gestão;

XIII - estabelecer, em instruções ou regulamentos, sanções ou penalidades a serem aplicadas nos caso de violação ou abuso cometido contra disposições da Lei, deste Estatuto ou das regras de relacionamento com a Sociedade, que vierem a ser expedidos de suas reuniões;

334

das Comunicações
Fls. 36
W. R. R.

Rua Orlando Vergara, 329
Jardim - SP - CEP 13.261-430
Cidade Postal 202
Telefone: (011) 7805-0800
CNPJ 28.001.542/00-0



TCR01, N. 76764

www.barbieri.com.br
e-mail: suporte@barbieri.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL
ASSESSORIA TRIBUTÁRIA
ASSESSORIA JURÍDICA
AUDITORIA

Parágrafo Único - As normas estabelecidas pela Diretoria Executiva serão baixadas em forma de Resolução ou Instrução e constituirão o Regimento Interno da Associação.

SEÇÃO V - DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 26º - Compete a Diretoria Executiva: a administração da Associação ACCS, cumprir e fazer cumprir as normas estatutárias.

Artigo 27º - Compete ao Diretor Presidente:

I - representar a Associação, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele ;

II - convocar as assembleias e as reuniões ordinárias e extraordinárias, presidindo estas e instalando aquelas;

III - assinar, com o Diretor Administrativo as propostas de novos sócios para o quadro social, atas de assembleia ;

IV - assinar, juntamente com o Diretor Financeiro, cheques e/ou documentação que envolvam responsabilidades financeiras;

Página 21 de 31

34M
M. das Comunicações
37

2. RPT JUNDIAÍ MICROF. N. 76764



Rua Quintal Branco, 400
Jundiaí - SP - Cep. 13.250-420
Casa Postal 202
Tel. Fax: (011) 7895.0700
CNPJ: 24.901.592/00-0
www.barbieri.com.br
e-mail: suporte@barbieri.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL
ASSESSORIA TRIBUTÁRIA
ASSESSORIA JURÍDICA
AUDITORIA

V - abrir e fechar os termos dos livros usados pela Associação e rubricá-los;

VI - apresentar ao Conselho Fiscal e a Assembléia Geral o relatório e o balanço anual;

VII - realizar, mediante aprovação da Diretoria Executiva, a contratação de pessoal, empréstimos e outras obrigações pecuniárias;

VIII - outras atribuições que venham a ser estabelecidas no regimento interno

Artigo 28º - Compete ao Diretor Vice-Presidente:

I - assessorar o presidente no exercício das funções ;

II - substituir o Diretor Presidente em seus eventuais impedimentos;

III - outras atribuições que venham a ser estabelecidas no regimento interno;

Artigo 29º - Compete ao Diretor Administrativo:

Página 26 de 50

356

das Comunicações
38
Sociedade

7, RUA JUNDIAÍ RIQUELME, N.º 1009

Rua Quarenta e Quatro, 379
Bairro: SP - Cj. 13.250-320
Cidade: Jundiaí - SP
CEP: 13.201-000
CNPJ: 08.905.829/0001-88



www.barbieri.com.br
e-mail: suporte@barbieri.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL
ASSESSORIA FISCAL
ASSESSORIA JURÍDICA
AUDITORIA

I - organizar o quadro social;

II - encarregar-se dos serviços de documentação e informação, mantendo atualizados a correspondência e o arquivo da Associação;

III - assinar com o Diretor Presidente: a correspondência, admissão de novos sócios, atas de assembleias e livros de registro;

IV - secretariar e lavrar as atas das reuniões de Diretoria Executiva;

V - atualizar e manter sob sua guarda os livros de atas das reuniões da Diretoria Executiva e das Assembleias Gerais;

VI - registrar e manter atualizados o cadastro dos sócios;

VII - outras atribuições que venham a ser estabelecidas no regimento interno;

Artigo 30º - Compete ao Diretor Financeiro:

364
39
das Comunas
956

Rua Quatzenberg, 470
Jundiaí, SP - Cep 13.250-320
Caixa Postal 202
Tel/Fax: (011) 225-0000
CNPJ 28.901.539/0-0

Barbieri

www.barbieri.com.br
e-mail: suporte@barbieri.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL
ASSESSORIA TRIBUTÁRIA
ASSESSORIA JURÍDICA
AUDITORIA

[Handwritten signatures and initials]

I - ter sob sua tutela os valores da Associação, bem como papéis e documentações financeiras;

II - assinar, juntamente com o Diretor Presidente, cheques bancários e autorizações de despesas;

III - receber subvenções e doações;

IV - emitir recibos e dar quitações, conferir ou impugnar contas e cálculos da Associação e a ela relativos;

V - proceder, ou mandar proceder, escrituração do livro auxiliar de caixa, visando-o e mantendo-o sob sua responsabilidade;

VI - zelar pelo recolhimento das obrigações fiscais, tributárias, previdenciárias e outras, devida ou da responsabilidade da Associação;

VII - outras atribuições que venham a ser estabelecidas no regimento interno.

Artigo 31º - Compete ao Diretor de Comunicação Social:

Rua Quintino Bocaiuva, 380
Jundiaí - SP - Cep 13.224-320
Casa Postal 202
Tel./Fax: (011) 7815-0000
CNPJ 25.901.589/0-0

www.barbieri.com.br
e-mail: suporte@barbieri.com.br



Microf. N. 76764

ASSESSORIA CONTÁBIL
ASSESSORIA EXECUTIVA
ASSESSORIA JURÍDICA
AUDITORIA

I - criar e presidir um Conselho Gestor de Comunicação Social, para auxiliá-lo em suas funções;

II - elaborar o planejamento da sua área, responsabilizando-se por sua implantação e acompanhamento, após aprovação da Diretoria Executiva;

III - coordenar os eventos da associação e a programação dos veículos de comunicação e de sons e imagens que estejam sob responsabilidade;

IV - orientar as atividades de jornalismo, zelando pelo cumprimento dos objetivos institucionais e legais, bem como a preservação da postura ética exigida pela Associação ACCS;

V - desenvolver e aperfeiçoar a comunicação, integrando e propondo novas concepções, normas e procedimentos na Associação ACCS e entre seus sócios;

VI - outras atribuições que venham a ser estabelecidas no regimento interno;

SEÇÃO VI - DO CONSELHO FISCAL

Rua Quatro de Maio, 380
Jundiaí - SP - Cep 13.230-320
Caixa Postal 202
Tel/Fax: (011) 7903-0000
CIB: 251015821(1-0)



www.barbieri.com.br
e-mail: suporte@barbieri.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL
ASSESSORIA FISCAL
ASSESSORIA JURÍDICA
AUDITORIA

Artigo 32º - A administração da Associação ACCS será fiscalizada, por um Conselho Fiscal constituído por 2 (dois) membros titulares e 1 (hum) suplentes, eleitos pela Assembleia Geral que elegeu a Diretoria Executiva para um mandato de 4 (quatro) anos, permitida a reeleição. (obs. pode ser também três titulares e 1 suplente)

Parágrafo Único - Não podem fazer parte deste Conselho Fiscal, além dos sócios não enumerados no artigo 4º deste estatuto, os parentes dos membros da Diretoria Executiva até o 2º grau, cônjuges e afins.

Artigo 33º - O Conselho Fiscal reunir-se-á, com a participação de, pelo menos, 2 (dois) membros, ordinariamente a cada 4 (quatro) meses e extraordinariamente a qualquer tempo, por solicitação da maioria de seus membros, ou por solicitação dos membros da Associação, por razões formalizadas junto a quaisquer de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Em sua primeira reunião escolherá, dentre os seus membros efetivos, um Coordenador, incumbido de convocar e dirigir os trabalhos destas e um Secretário.

Parágrafo Segundo - As reuniões poderão ser convocadas, ainda, por qualquer de seus membros, por solicitação da Diretoria Executiva ou da Assembleia Geral.

39N



Rua Quintino Bocanegra, 320
Barbieri - SP - Cep: 13.270-120
Caixa Postal 202
FAX: (011) 7205.0006
CIB: 25101589 (1.0)



www.barbieri.com.br
e-mail: suporte@barbieri.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL
ASSESSORIA TRIBUTÁRIA
ASSESSORIA JURÍDICA
AUDITORIA

Parágrafo Terceiro - Na ausência do Coordenador, os trabalhos serão dirigidos pelo Secretário e, na ausência deste também, pelo membro efetivo remanescente.

Parágrafo Quarto - As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos e constarão de Ata lavrada em livro próprio, que, após sua leitura, deverá ser assinada por todos os membros presentes.

Artigo 34º - Ocorrendo 2 (duas) ou mais vagas no Conselho Fiscal, o restante de seus membros deverão convocar Assembleia Geral para o devido preenchimento destas vagas.

Artigo 35º - Compete ao Conselho Fiscal: cumprir e fazer cumprir as normas estatutárias e as seguintes atribuições:

I - examinar os balancetes mensais e o respectivo balanço, bem como opinar sobre eles para a Assembleia Geral convocada para apreciação e aprovação das contas anuais;

II - fiscalizar os atos da Diretoria Executiva e dos membros do Conselho Gestor de Comunicação Social, verificando o cumprimento de seus deveres legais e estatutários;

Página 11 de 39

40W

43
M. das Comunicações
Fls. 43
SSC
M. das Comunicações

2. RPT JUNDIAÍ NICKOF, N.º 76764



Rua Quintavella, s/n - 191
Jundiaí - SP - Cep 13.229-180
Cama Red. 202
FAX: (011) 2905-0999
(011) 2905-0999

www.barbieri.com.br
e-mail: suporte@barbieri.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL
ASSESSORIA TRIBUTÁRIA
ASSESSORIA JURÍDICA
AUDITORIA

III - opinar sobre as transações ou operações que importem em alteração do patrimônio imobiliário da Associação ACCS;

IV - opinar, quando solicitados, sobre as propostas da Diretoria Executiva a serem submetidas a apreciação da Assembleia Geral.

V - acompanhar o cumprimento da política financeira e de recursos humanos estabelecidos pela Diretoria Executiva;

VI - averiguar se existem reclamações de sócios quanto às atividades desenvolvidas pela Associação.

VII - dar conhecimento à Diretoria Executiva das conclusões de seus trabalhos, denunciando a esta e à Assembleia Geral as irregularidades constatadas.

Parágrafo Único - Para exame e verificação dos livros, contas e documentos necessários ao cumprimento das suas atribuições, o Conselho Fiscal deverá requisitar à diretoria executiva, por escrito, informando dia e hora para a averiguação

SEÇÃO VII - DO CONSELHO GESTOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Figura 12 de 90

414

Associação das Comunicações
Sociais
Fis. 144

Rua (Kassiano Ilacqua) s/nº
Itatiba - SP - Cep. 13.250-120
F. Caixa Postal 282
Tel/Fax: (011) 7965-0000
CNPJ: 25.901.589/00-0

www.barbieri.com.br
e-mail: suporte@barbieri.com.br



Recor. N. 76764

ASSESSORIA CONTÁBIL
ASSESSORIA TRIBUTÁRIA
ASSESSORIA JURÍDICA
AUDITORIA

8

Artigo 36º - O Conselho Gestor de Comunicação Social será composto por coordenadores nomeados e presididos pela Diretoria de Comunicação, sendo referendados pela Diretoria Executiva, o qual será composto dos seguintes departamentos :

- | | |
|-------------------------|------------------------------|
| 1 - Educação | 8 - Radiodifusão |
| 2 - Cultura | 9 - Propaganda e Marketing |
| 3 - Direito e Cidadania | 10 - Eventos |
| 4 - Promoção Social | 11 - Feiras e Congressos |
| 5 - Meio Ambiente | 12 - Relações Trabalhista |
| 6 - Esportes | 13 - Relações Cooperativista |
| 7 - Imprensa | 14 - Relações Empresariais |

obs. (Pode ser modificado)

Parágrafo 1º - Todos os componentes deste Conselho deverão ser sócios da Associação ACCS e estar quites com suas obrigações sociais.

Parágrafo 2º - O Conselho Gestor de Comunicação Social servirá como instrumento regulador e incentivador da manifestação do pensamento, da criação, da expressão e da informação, bem como servirá de divulgador dos

Rua Quarenta e Seis, 320
Bairro - SP - Cep 13.270-320
Casa 16-td-202
Fone: (011) 7203-0006
C.B.C. 28.011.587-0-0
www.barbieri.com.br
e-mail: suporte@barbieri.com.br



Microf. N. 76764

pensamentos e objetivos da Associação ACCS e da padronização de todas as atividades comunitárias.

ASSESSORIA CONTÁBIL
ASSESSORIA TRIBUTÁRIA
ASSESSORIA JURÍDICA
AUDITORIA

Parágrafo 3º - Competirá ao Conselho Gestor de Comunicação Social promover e divulgar diversões, entretenimentos, espetáculos públicos, seminários, informações e notícias, buscando a finalidade educativa, profissionalizante, artística e cultural, bem como promover a cultura local, regional e nacional.

Parágrafo 4º - O Conselho Gestor de Comunicação Social será regido por meio de Regimento Interno Próprio.

SEÇÃO VIII - DO CONSELHO COMUNITÁRIO

Artigo 37º - Conselho Comunitário será composto por membros de entidades representativas da comunidade local, tais como: de moradores, associações de classe, sindicatos, cooperativas, beneméritas, filantrópicas, assistenciais, religiosas, e/ou outras de caráter comunitário, desde que legalmente constituídas, referendadas em reunião da Diretoria Executiva.

Parágrafo Único - Cada entidade indicará um único representante para o Conselho Comunitário.

Rua Quinze de Novembro, 399
Jardim - SP - Cep 13.250-320
Caixa Postal 202
61.146-0011 7945-0000
CIB 1-1911-3700-0
www.barbieri.com.br
e-mail: suporte@barbieri.com.br



ASSESSORIA GERAL
ASSESSORIA TRIBUTÁRIA
ASSESSORIA JURÍDICA
AL DIOCESE

Artigo 38º -- Compete ao Conselho Comunitário as seguintes atribuições:

I - acompanhar a programação do veículo de comunicação comunitária que a Associação ACCS mantenha, objetivando atender exclusivamente os interesses da comunidade, os quais deverão dar preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;

II - promover as atividades artísticas, educativas, culturais, informativas e jornalísticas na comunidade e da integração das culturas: local, regional e nacional;

III - fazer respeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;

IV - não discriminação racial, religiosa, político-ideológica-partidária, preferências sexuais e condição social nas relações comunitárias.

Artigo 39º - O Conselho Comunitário reunir-se-á, com a participação de no mínimo 5 (cinco) membros, ordinariamente a cada 4 (quatro) meses e extraordinariamente a qualquer tempo, por solicitação da maioria de seus membros, por solicitação do presidente do Conselho Gestor de Comunicação

444

M. das Comissões
F. de
Luz
055

Rua Quilombo Branca, 301
Itatiba - SP - Cep 13.251-320
Cidade Postal 202
Tel/Fax: (011) 7935-0000
CNPJ 25.905.897/0001

www.barbieri.com.br
e-mail: suporte@barbieri.com.br



ICR007, N. 76764

ASSESSORIA GERAL
ASSESSORIA FISCAL
ASSESSORIA JURÍDICA
ASSESSORIA CONTÁBIL

8

Social ou pela Diretoria Executiva da Associação ACCS, por razões formalizadas junto a quaisquer de seus membros.

Artigo 40º - O Conselho Comunitário elegerá, em sua primeira reunião ordinária, dentre seus membros, um Coordenador e um Secretário, para presidir e secretariar suas reuniões ordinárias e extraordinárias.

Artigo 41º - Os sócios não poderão exercer cumulativamente cargos na Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Comunitário.

Artigo 42º - As reuniões do Conselho Comunitário, bem como suas opiniões, constarão de atas lavradas em livro próprio que deverá ser assinada por todos os membros presentes.

CAPÍTULO V

DO PATRIMÔNIO E DAS RENDAS

Artigo 43º - Constitui patrimônio da Associação ACCS, os bens móveis e imóveis que venha a adquirir por qualquer forma de direito.

Rua Quintino Bocaiuva, 320
Jardim - SP - Cep: 13.240-320
Caixa Postal 202
Fones: (011) 3095.0006
CNPJ: 25.911.538/0001-00

www.barbieri.com.br
e-mail: suporte@barbieri.com.br

7 - 121 JUNDIAÍ MICROF. R. 76764

Barbieri

ASSESSORIA CONTÁBIL
ASSESSORIA TRIBUTÁRIA
ASSESSORIA JURÍDICA
AUDITORIA

Artigo 44º - São rendas as subvenções, donativos, contribuições, legados, proventos de atividades e eventos, ou outros valores que venham a ser registrados e contabilizados pela Associação Cidadã, originado por qualquer ato lícito de direito.

CAPÍTULO VI

DO EXERCÍCIO SOCIAL

Artigo 45º - O exercício social terá a duração de 1(um) ano, sempre terminando no dia 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 46º - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria Executiva fará elaborar, com base na escrituração contábil da Associação ACCS, um Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados do Exercício e um Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.

CAPÍTULO VII

DA LIQUIDAÇÃO

Artigo 47º - A Associação ACCS poderá ser extinta por deliberação da maioria dos associados, em qualquer tempo, desde que seja convocada uma

466

SAC
M. das Comunicações
Fls. 49
M. Ribeiro

2. RPJ JUNDIAÍ: RICKOF. N. 76764



Rua Quintino Bocaiuva, 491
Barbieri - SP - Cep 13.250-120
Caixa Postal 202
Jundiaí - SP - 13.201-000
CNPJ 07.951.527/0001-00

www.barbieri.com.br
e-mail: suporte@barbieri.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL
ASSESSORIA TRIBUTÁRIA
ASSESSORIA JURÍDICA
AUDITORIA

[Handwritten signatures and initials]

08

Assembleia Geral Extraordinária para tal fim, observado o disposto nos artigos 11º, 12º e 14º deste estatuto.

Artigo 48º. A Associação ACCS também poderá ser extinta por determinação legal.

Artigo 49º. - No caso de extinção, caberá a Assembleia Geral Extraordinária estabelecer o modo de liquidação, nomeando um liquidante e o Conselho Fiscal que deva atuar durante o período de liquidação.

Artigo 50º. - Se dissolvida a Associação ACCS, o seu patrimônio reverterá em prol de outra associação congênere, devidamente registrada e com objetivos afins, indicada pela Assembleia Geral Dissolutória, sendo, porém, obrigatoriamente destinado a associação sediada no município.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

47M

SSC
M. das Comunicações
Fls.
M. Rubrica

Rua Quintino Bocayna, 401
Jundiaí - SP - Cep 13.221-320
Caixa Postal 202
R. Fax: (011) 7095-0006
CUC: 287015329-0-0

www.barbieri.com.br
e-mail: suporte@barbieri.com.br

2. RPJ JUNDIAÍ MICROF. N. 76764



ASSESSORIA CONTÁBIL
ASSESSORIA TRIBUTÁRIA
ASSESSORIA JURÍDICA
AUDITORIA

Artigo 51º - As questões e os casos omissos deste Estatuto serão resolvidos pela Diretoria Executiva, de acordo com a Lei vigente no país e com os princípios gerais de direito.

Artigo 52º - Fica eleito o foro da cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, para serem resolvidas todas as questões de interpretação deste Estatuto.

Parágrafo 1º - O presente entrará em vigor na data do seu registro em cartório.

PRESIDENTE: PABLO SANT'ANIMARIA GARCIA

SILVIA REGINA CAPPUCCELLI
ADVOGADO
OAB/SP 116.658

Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexo (Notas) de Itupeva-SP
COMARCA DE JUNDIAÍ - S.P.
TABELIÃO LUIZ HORTENIO RAYMUNDO
Reconheço a (s) firma (s) Pablo Sant'Anima Garcia
Silvia Regina Cappuccelli
Itupeva, _____ de _____ de 19____
Em _____
Visto em _____
() RITA AP
() KATIA A
() CLAUDIA MARIA
Escritor MURILO PANDOLFI SALVE
VÁLIDO BOMFÉ COM O
RUBRICADO

2. OFICIAL REG. CIVIL P. JURIDICAS
Rua: Joll Fuller, n. 132 - Centro
Apresentado hoje, protocolado e
registrado em microfilme n. 76764,
Jundiai, 27 DE NOVENBRO DE 1998
Emol. R\$ 6,08 Est. R\$ 1,63
Acos. R\$ 1,21 TOTAL R\$ 8,92
Guia n. 221 Prot. 211227
Declaro que recebi o valor acima

Fabio 20/98
Escrivente

2. OFICIAL DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS DE JUNDIAÍ
Rua: Joll Fuller, 132 - Centro - Pabx/Fax: (011) 434-6211
DEL. JOSE RENATO CHIZOTTI
CPF: 031.714.268-20

C E R T I F I C A

que o presente título foi protocolado e microfilmado
nesta data sob o número **76.764, conforme se segue:

Apresentante : ACCS ASSOCIACAO CULTURAL COMUNICACAO SOCIAL

Natureza do Título : PESSOA JURÍDICA

JUNDIAÍ , 27 DE NOVEMBRO DE 1998

FABIO ZORZI - ESCRIVENTE SUBSTITUTO

R E C I B O

DECLARO QUE RECEBI O VALOR ABAIXO.

Microfilmagem : *****2
Emolumentos : *****6,08
Custas ao Estado : *****1,63
Contrib. Previdenciária : *****1,21
Condução : *****0,00
T O T A L : *****8,94
Deposito : *****8,94
RECEPCAO NUMERO : **21.127

Emolumentos ao Estado e Contribuição Previdenciária
recolhidas pela guia n. 221

Declaro que nesta data, recebi a via deste recibo

Nome Legível: Jd, ___/___/___

**2.OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURIDICA
COMARCA DE JUNDIAI/SP**

Rua Joll Fuller, n. 132 - Centro

AUTENTICACAO

AUTENTICO e dou fe, que a presente copia fotografica em 49 pagina(s), por mim, rubricadas e numeradas, foi obtida diretamente do documento registrado nesta serventia em 27/11/1998 microfilmado sob n. 76.764 que nos termos do art.1. da Lei Federal n.5433, de 08/05/1968, tem o mesmo valor do original, em juizo ou fora dele.

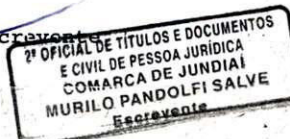
JUNDIAI 24/02/2011

OFICIAL	ESTADO	IFESP	SINOREG	JUSTICA	DIL/ECT	TOTAL
124,24	35,15	26,23	6,44	6,44	0,00	198,50

Guia n. 038/2011 - Protocolo 5.002

Declaro que recebi o valor acima.

Murilo Pandolfi Salve - Escrevente





ILMO SR. OFICIAL DO 2º CARTÓRIO DE REGISTROS DE PESSOA JURÍDICA DA
COMARCA DE JUNDIAÍ – SP

ACCS – Associação Cultural e Comunicação Social, sediada à rua Professora Deolinda Silveira de Camargo, 335, Jardim São Vicente, em Itupeva (SP), tendo seus atos constitutivos registrados nesse Cartório sob o nº 76776, vem requerer que seja registrado à Ata de Assembléia Extraordinária, em anexo.

Termo em que,
Pede deferimento.

Itupeva, 03 Março de 2010.

ACCS – Associação Cultural e Comunicação Social

Antonio André Ramalho Costa
Diretor presidente

ACCS – Associação Cultural e Comunicação Social



Ata de reunião de Diretoria

Aos 03 de Março de 2010, as 9H30 em sua sede, a diretoria executiva da ACCS (Associação Cultural e Comunicação Social) em sua maioria reuniu-se para deliberar sobre mudança de diretoria. Foi colocado em votação e por unanimidade os membros da ASSOCIAÇÃO, ELEGERAM:

Diretor presidente - Antonio André Ramalho Costa, Operador, CPF 292.726.498-89, RG 33.912.900-1, residente e domiciliado na Rua 3 , nº 922 , bairro da Mina, Itupeva – SP, CEP: 13.295-000.

Diretora vice-presidente – Lídia Ramalho Silva, Vendedora, CPF: 307.512.028-60, RG: 33.731.534-6, residente e domiciliado na Rua Alberto Mondim, nº 73 , Parque das Hortensias, Itupeva – SP, CEP: 13.295-000.

Diretor Financeiro – Derivaldo Antônio da Silva, Operador CPF:319.065.548-03, RG: 42.455.871-3 , residente e domiciliado na Rua Alberto Mondim, nº 73 , Parque das Hortensias, Itupeva – SP, CEP: 13.295-000.

Diretor Administrativo – Nádia Juliana da Silva Costa, Gerente de Marketing, CPF: 218.556.188-00, RG:27.678.253-7, residente e domiciliado na Rua 3, nº 922 , bairro da Mina, Itupeva – SP, CEP: 13.295-000.

Diretor de Comunicação e Ação Social – Edinaldo Moreno Castela, Supervisor de Desenvolvimento de Embalagem, CPF: 068.449.738-70 RG:20.529.970-2, residente e domiciliado na Rua Santa Clara , nº 165 , Residencial Santo Antônio I, Itupeva – SP, CEP: 13.295-000.

E ainda o CONSELHO FISCAL:

Edno Luis Maciel Cacicano, Programador, CPF: 065.458.108-80, RG:15.601.683 residente e domiciliado na Rua José Virilo, 507 - Portal Santa Fé - Itupeva – SP, CEP: 13.295-000.

Francismar Moreira de Oliveira, Pintor, CPF: 480.788.324-00, RG:769.586 residente e domiciliado na Rua Santa Brígida, nº 66 , Residencial Santo Antônio, Itupeva – SP, CEP: 13.295-000.

Silvânia de Almeida Chinarelli, Gerente de setor Contábil, CPF: 061.899.028-39, RG: 14.312.700, residente e domiciliado na Rua José Virilo, 235 - Portal Santa Fé - Itupeva SP, CEP: 13.295-000.

Finalizada a reunião foi determinado que o diretor administrativo finalizasse a ata e providenciasse os devidos registros.

Ata de reunião de Diretoria

SERVIÇO
E ANEXO DE

Ata de reunião de 2010, de 01/05 em sua sede, a diretoria executiva da ACSR (Associação Amarela e Comunidade Social) com sua finalidade para deliberar sobre assuntos de interesse da entidade em votação e por unanimidade os membros da ACSR (ACSR).

2. Presidente - Américo José de Jesus, CPF: 025.125.488-99, RG: 11.712.900-1, residente e domiciliado na Rua F, nº 922, bairro da Matina, Japara - PA, CEP: 67.002-000.

3. Vice-presidente - Elida Ramalho Silva, CPF: 025.011.038-00, RG: 11.712.900-1, residente e domiciliado na Rua Alberto Machado, nº 73, bairro das Hortênsias, Japara - PA, CEP: 67.002-000.

4. Diretor Financeiro - Ovídio Antônio da Silva, CPF: 025.019.061.648-03, RG: 11.712.900-1, residente e domiciliado na Rua Alberto Machado, nº 73, bairro das Hortênsias, Japara - PA, CEP: 67.002-000.

5. Diretor Administrativo - Nádia Juliana da Silva Costa, CPF: 025.019.061.648-03, RG: 11.712.900-1, residente e domiciliado na Rua F, nº 922, bairro da Matina, Japara - PA, CEP: 67.002-000.

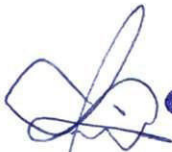
6. Diretor de Comunicação e Ação Social - Edinaldo Marcos Cristóvão Gonçalves de Oliveira, CPF: 025.019.061.648-03, RG: 11.712.900-1, residente e domiciliado na Rua Santa Clara, nº 145, Residencial Santo Antônio, Japara - PA, CEP: 67.002-000.

7. Diretor de Assistência Social - Edinaldo Marcos Cristóvão Gonçalves de Oliveira, CPF: 025.019.061.648-03, RG: 11.712.900-1, residente e domiciliado na Rua José Vitor, 507 - Portal Santa Fé - Japara - PA, CEP: 67.002-000.


8. Diretor de Assistência de Ovelha, Pinho, CPF: 480.788.334-00, RG: 11.712.900-1, residente e domiciliado na Rua Santa Brígida, nº 66, Residencial Santo Antônio, Japara - PA, CEP: 67.002-000.


9. Diretor de Assistência de Ovelha, Pinho, CPF: 025.019.061.648-03, RG: 11.712.900-1, residente e domiciliado na Rua José Vitor, 507 - Portal Santa Fé - Japara - PA, CEP: 67.002-000.

10. Diretor de Assistência de Ovelha, Pinho, CPF: 025.019.061.648-03, RG: 11.712.900-1, residente e domiciliado na Rua José Vitor, 507 - Portal Santa Fé - Japara - PA, CEP: 67.002-000.


Antonio André Ramalho Costa
Presidente


Cleusa dos Anjos Cariri da Silva


Maria Aparecida Martins


Erivaldo Evangelista Campos.


Jeazi Cardoso Campos
OAB: 1795721

Reconheço por semelhança (doc s/vr econ) as firmas de
ANTONIO ANDRÉ RAMALHO COSTA, JEAZI CARDOSO CAMPOS
que conferem c/padrões reg. nesta serventia. Dou fé.
ITUPEVA-SP, 05-03-2010 Em teste da verdade
Vr R\$ 6,00 Fabio Nardin - Escrevente
*** Válido somente com o selo ***



2RCPJ JUNDIAÍ
DOC. MICROFILMADO
Microf.n.94.212



2.OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURIDICA COMARCA DE JUNDIAÍ/SP

Rua Joll Fuller, n. 132 - Centro

Apresentado, prenotado em **05/03/2010**, registrado hoje sob o
n. **94.212**, anotado no livro protocolo, a margem do registro
n. 76.764 Jundiaí, **11/3/2010**.

OFICIAL	ESTADO	IPESP	SINOREG	JUSTICA	TOTAL
29,18	8,31	6,15	1,54	1,54	46,72

Guia n. 046/2010 - Protocolo 38.688. Declaro que recebi o valor acima

Murilo Pandolfi Salve - Escrevente

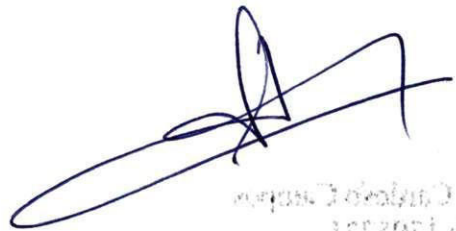
2º OFICIAL DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
COMARCA DE JUNDIAÍ
MURILO PANDOLFI SALVE
Escrevente

Assessoria Jurídica
Assessoria Jurídica

Assessoria Jurídica
Assessoria Jurídica

Assessoria Jurídica
Assessoria Jurídica

Assessoria Jurídica
Assessoria Jurídica

A handwritten signature in blue ink, consisting of a large, stylized 'A' or 'E' shape with a horizontal line extending to the left and a vertical line extending upwards.

Assessoria Jurídica
Assessoria Jurídica

56

DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Eu, Antônio André Ramalho Costa, CPF 292.726.498-89, na qualidade de representante legal da ACCS- Associação Cultural e Comunicação Social, declaro para os devidos fins que:

- A emissora não veicula nenhuma publicidade, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;
- A emissora reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; e
- A emissora cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal.

Itupeva, 12 de abril de 2012



Antônio André Ramalho Costa
Presidente da ACCS

TABELIONATO E REGISTRO CIVIL DE ITUPEVA - COMARCA DE JUNDIAÍ - Tabelião - Luiz Roberto Raymundo
R. Emancipadores do Município, 376 - Centro - 13295-000 - Fone (11) 4591-1264 - e-mail: cartorio@itupeva.vol.com.br



SERVIÇO DE REG. CIVIL
ANEXO DE ITUPEVA-SP



5x

DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Eu, Antônio André Ramalho Costa, CPF 292.726.498-89, na qualidade de representante legal da ACCS- Associação Cultural e Comunicação Social, declaro para os devidos fins que:

- A emissora não veicula nenhuma publicidade, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;
- A emissora reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; e
- A emissora cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal.

Itupeva, 12 de abril de 2012



Antônio André Ramalho Costa
Presidente da ACCS





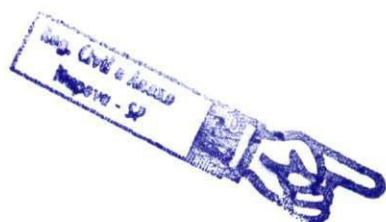
DECLARAÇÃO INDICANDO OS RESPONSÁVEIS PELA ÁREA EDITORIAL E PELA DIREÇÃO DE COMUNICAÇÃO

Eu, Antonio André Ramalho Costa, na qualidade de representante legal da Associação Cultural e Comunicação Social, declaro para os devidos fins que:

- São responsáveis pelas áreas:

Direção de programação: Edinaldo Moreno Castela, brasileiro casado, residente e domiciliado à Rua Santa Clara, número 165, no Bairro Santo Antônio, em Itupeva, estado de São Paulo, CEP:13.295-000, CPF: 068.449.738-70 E RG: 20.529.970-2.

- Área Editorial: José Cirineu Filho, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Vicente Lopez da Costa, nº114, Jardim São Vicente, Itupeva, estado de São Paulo, CEP:13.295-000, CPF: 102.414.888-26, RG:21.652.901.



Itupeva, 16 de abril de 2012

Presidente da entidade



comunicar
59
1000

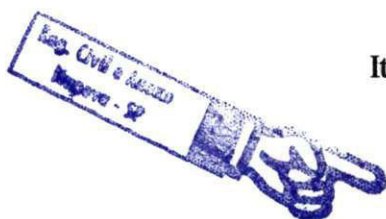
DECLARAÇÃO INDICANDO OS RESPONSÁVEIS PELA ÁREA EDITORIAL E PELA DIREÇÃO DE COMUNICAÇÃO

Eu, Antonio André Ramalho Costa, na qualidade de representante legal da Associação Cultural e Comunicação Social, declaro para os devidos fins que:

- São responsáveis pelas áreas:

Direção de programação: Edinaldo Moreno Castelao, brasileiro casado, residente e domiciliado à Rua Santa Clara, número 165, no Bairro Santo Antônio, em Itupeva, estado de São Paulo, CEP:13.295-000, CPF: 068.449.738-70 E RG: 20.529.970-2.

- Área Editorial: José Cirineu Filho, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Vicente Lopez da Costa, nº114, Jardim São Vicente, Itupeva, estado de São Paulo, CEP:13.295-000, CPF: 102.414.888-26, RG:21.652.901.



Itupeva, 16 de abril de 2012

Presidente da entidade



Nome: Edinaldo Moreno Castelao

Endereço: Rua Santa Clara. 165 – Bairro Santo Antônio – Itupeva / São Paulo

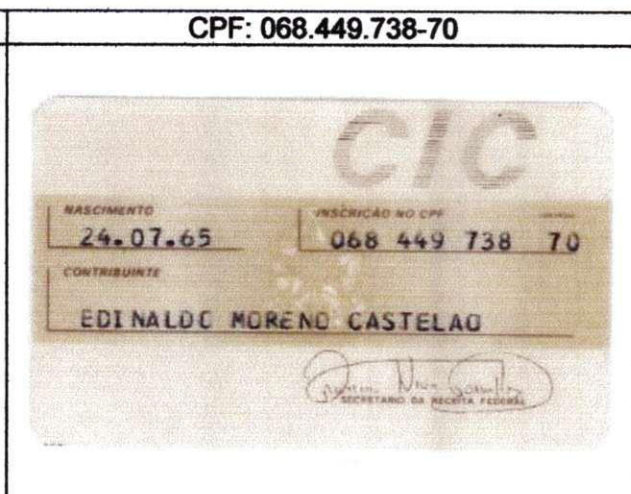
RG: 20.529.970-2

CPF: 068.449.738-70



RG 20.529.970-2

CPF: 068.449.738-70



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 751-8

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

Jose Cirineu Filho
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
JOSE CIRINEU FILHO

Nº de Inscrição
102414888-26

Data do Nascimento
06/06/68



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 21.652.901 DATA DE EXPEDIÇÃO 11/Out/86

NOME
JOSE CIRINEU FILHO

FILIAÇÃO
José Cirineu
Maria Jose Batista Cirineu

NATURALIDADE
Campinas/SP. DATA DE NASCIMENTO 06/Jun/1968

DCC ORIGEM
Campinas/SP-2ª Subdistrito 63.110

CN: Lvº 170/Fls. 6/Nº 73921

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.16 DE 29/08/83

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura
Jose Cirineu Filho
JOSE CIRINEU FILHO

S
E
R
V
I
D
O

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 08/06/95

comunicado

ACCS- ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL

RELATÓRIO DO CONSELHO COMUNITÁRIO

Às 17 horas do dia 23 de abril de 2012 o Conselho Comunitário da ACCS - Associação Cultural e Comunicação Social se reuniu na sede da entidade, localizada na Rua Professora Deolinda Silveira de Camargo, número 335, em Itupeva, Estado de São Paulo, para apresentar o relatório da programação da rádio comunitária 105,9 FM. Estiveram presentes todos os conselheiros que formam o Conselho Comunitário sendo eles: **Valmir Antonio Volpe Lazary**: Presidente da APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, entidade com CNPJ: 58386087/0001-67, responsável residente e domiciliado na Rua Elizabete Koller, número duzentos e cinquenta, Bairro da Chave - Itupeva - SP, CEP 13.295-000, CPF: 007.136.668-70, RG: 10.849.204-7 - órgão expedidor: SSP - SP, **Aline do Carmo Prado**: Presidente da Associação dos Moradores da Vila São João, entidade com CNPJ: 04.605.682/0001-17, responsável residente e domiciliado na Rua José Deboni número trinta e sete, Vila São João, Itupeva-SP, CEP 13.295-000, CPF: 258547368-61, RG: 25.656.419/x., órgão expedidor: SSP-SP, **Adir Afonso Amaro**: Presidente do Sindicato dos servidores públicos municipal do município de Itupeva, entidade com CNPJ: 08.534.044/0001-03, responsável residente e domiciliado na Rua Dom Pedro I, número duzentos e quarenta, apartamento B, Vila Independência, Itupeva-SP, CEP 13.295-000, CPF: 027.217.428-92, RG 15.399.425-3, órgão expedidor: SSP-SP, **Décio da Silva**: Presidente do Conpasi - Conselho dos pastores e ministros evangélicos de Itupeva, entidade com CNPJ: 14.225.302/0001-72, responsável residente e domiciliado na Rua Jundiá cento e vinte e cinco, centro, Itupeva-SP, CEP 13.295-000, CPF: 016.789.458-70, RG: 11.786.405 órgão expedidor: SSP-SP, **Herminia Augusta Rizzotti Mitsuyasu**: Presidente da FOCA - Associação Fórum pela cidadania e Ação, entidade com CNPJ: 08.927.115/0001-38, responsável residente e domiciliada na Avenida Brasil mil duzentos e setenta e cinco, centro, Itupeva-SP, CEP: 13.295-000. CPF: 712.235.848/87, RG: 8529636-3, órgão expedidor: SSP-SP. Os Conselheiros apresentaram o seguinte relatório:

Este Conselho conclui que:

A rádio 105,9 FM de Itupeva, dirigida pela ACCS - Associação Cultural e Comunicação Social vêm cumprindo o seu papel junto à comunidade. É consenso que nos últimos anos a programação da emissora melhorou significativamente e vem de encontro com os anseios de nossa cidade e que está em conformidade com a legislação vigente não veiculando propaganda comercial e oferecendo entretenimento, prestação de serviço, informação, utilidade pública e interação com a comunidade. Entendemos o papel da emissora nos dias em que a cidade sofreu com enchentes que atingiram vários bairros deixando muitas famílias desalojadas. A emissora através de toda a programação trouxe orientações da Defesa civil e arrecadou alimentos, roupas e até móveis para socorrer as famílias atingidas. Ainda sobre a ação social, a emissora constantemente arrecada roupas, agasalhos, alimentos e outros artigos para ajudar famílias carentes do município. Este Conselho entende que a programação sertaneja apresentada no início da manhã e fim de tarde está diretamente ligada a nossa cultura, por tanto, satisfaz nossa população, que também passa a conhecer os talentos de nossa cidade, que são muitos. O programa de notícias Bom dia cidade que vai ao ar das 9:30h às 12:00h é muito importante, pois aborda primeiramente as notícias da cidade que interessam diretamente à nossa população, preenchendo o restante do horário com notícias da região e do todo país. Outro ponto que destacamos, o qual poderá inclusive, ser ainda maior aproveitado, são as entrevistas com médicos, advogados e órgãos de defesa do consumidor, etc. Estas entrevistas têm acrescentado muita

informação à nossa população, que interage com perguntas respondidas ao vivo pelos profissionais. Os informes que permeiam a programação em forma de serviço também são importantes, estes divulgam documentos perdidos, pessoas desaparecidas, alertas de segurança sobre acidentes domésticos, animais desaparecidos ou encontrados, campanhas de trânsito, de saúde e de limpeza da cidade. Este conselho entende que estas ações, até por serem constantes, são importantes para nossa população. Este conselho também entende a importância que a emissora tem dado aos atletas de nossa cidade, alguns se destacando até no cenário esportivo nacional. Hoje a cidade de Itupeva realiza campeonatos de diversas modalidades e este Conselho vê como positiva, a participação da emissora em divulgar tais eventos incentivando assim nossos atletas, promovendo a inclusão e cidadania de nossos jovens. O programa versão brasileira que vai ao ar das 20:00h às 22:00h merece nossa atenção, pois valoriza a musica popular brasileira e a nossa cultura musical, assim sendo, este conselho classifica o programa como sendo muito bom. A gincana estudantil chamada "Aluno do ano", desenvolvida já há algum tempo com intuito de debater sobre a evasão escolar também é considerada positiva por este conselho, pois trata-se de um tema importante, considerando os riscos aos quais o aluno está exposto, estando fora da sala de aula. Este conselho também SUGERE:

- Embora seja bom o tempo destinado à notícias no período da manhã, e que alguns boletins informativos são veiculados a tarde, que se estude um horário mais amplo para noticias no fim de tarde, atingindo assim um outro público também carente de informação.

Programação avaliada: 6:00h às 6:30h: programa da Igreja Católica, 6:30h às 9:00h: Sertanejo com Titico – sertanejo raiz, 9:00h às 9:30h: Musical gospel, 9:30h às 12:00h: Bom dia cidade – programa de notícias, 12:00h às 14:00h: Ligue e se ligue - musical jovem com música eletrônica, 14:00h às 17:00h: A tarde é nossa – musical para todas as idades, 17:00h às 19:00h: Tarde sertaneja – musical sertanejo universitário, 19:00h às 20:00: Voz do Brasil, 20:00h às 22:00h Versão Brasileira, musical essencialmente de MPB.

Este Conselho conclui: Como positiva a programação da emissora comunitária de Itupeva de responsabilidade da ACCS- Associação Cultural e Comunicação Social, a única do município e fundamental para nossa população, sendo este relatório consenso e assinado por todos os conselheiros que seguem:

Itupeva, 23 de abril de 2012



Valmir Antonio Volpe Lazary
Presidente da APAE




Aline do Carmo Prado
Presidente da Associação dos
Moradores da Vila São João



Adir Afonso Amaro
Presidente do Sindicato dos servidores
públicos municipal do município de Itupeva



Décio da Silva
Presidente do Compasi



Herminia Augusta Rizzotti Mitsoyasu
Presidente da FOCA

RELAÇÃO DE NOMES DOS ASSOCIADOS PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS

- Ivamara Moura Donega
End: Rua Mairinque nº 11 Residencial Pacaembu I, Itupeva-SP
RG 8.139.616.8 SSP/SP, CEP:13295-000
- Edinaldo Moreno Castelao
End: Rua Santa Clara nº 165 Bairro Santo Antonio Itupeva/SP
RG 20.529.970-2 SSP/SP, CEP:13295-000
- Lídia Ramalho Costa
End: Rua Alberto Mondim nº 73 Pq das Hortênsias/SP
RG 33.731.534-6 SSP/SP, CEP:13295-000
- Silvania de Almeida Chinarelli
Rua José Virilo, nº235 Portal Santa Fé Itupeva/SP
RG 14.312.700 SSP/SP, CEP:13295-000
- Laudivino Bento da Silva
End: Rua da Alegria nº 172 Bairro da Mina Itupeva/SP
RG 8264032 SSP/SP, CEP:13295-000
- José Cirineu Filho
Rua Vicente Lopes da Costa nº 114 Jd. São Vicente Itupeva/SP
RG 21.652.901 SSP/SP, CEP:13295-000
- José Marcos Tonetto
End: Rua Fortunato Condini nº 42 Vila São João Itupeva/SP
RG 22.202.854 SSP/SP, CEP:13295-000
- Gilberto de Mello Gerra
End: Rua 2 nº 126 Portal das Mangas Itupeva/SP
RG 102.557.38 SSP/SP, CEP:13295-000
- Anselmo Willer Gemente
End: Rua Alcides Montuanelli nº 71 Jardim Ana Luiza Itupeva/SP
RG 29.486.523-8 SSP/SP, CEP:13295-000
- Adriano Feroldi
End: Av. Antonio de Almeida nº135 Pq. Amarylis Itupeva/SP
RG 32.231.552-9 SSP/SP, CEP:13295-000
- Derivaldo Antonio da Silva
End: End: Rua Alberto Mondim nº 73 Pq das Hortênsias Itupeva/SP
RG 42.455.871-3 SSP/SP, CEP:13295-000
- Antonio André Ramalho Costa
End: Rua 3 nº 922 Bairro da Mina Itupeva/SP
RG 33.912.900-1 SSP/SP, CEP:13295-000

- Joana Dara Barros dos Santos
End: Rua Armelindo Fioravante, nº 141, Cafezal II , Itupeva-SP
RG 36.128.616 SSP/SP, CEP:13295-000

- Marinalva de Oliveira
End: Av. Marginal do Rio nº 232 Jd. Alegria, Itupeva-SP
RG 33.531.287-1 SSP/SP, CEP:13295-000

- Mercedes Arias
End: Rua Francisca Augusta Gidinho, nº 127, Apto 32, Morada do Sol, Itupeva-SP
RG 18.516.488 SSP/SP, CEP:13295-000

- Rosiane Araujo Nascimento Silva
End: Rua Alfredo Carlos São José, nº 62, Jd. Europa, Itupeva-SP
RG 37.417.133-3 SSP-SP, CEP:13295-000

- Marcos Luiz da Silva
J: Rua Alfredo Carlos São José nº 62, Jd. Europa, Itupeva-SP
RG 23.990.587-8 SSP-SP, CEP:13295-000

- Antonio Gomes da Costa
End: Rua José Virilo, nº 264, Portal Santa Fé, Itupeva-SP
RG 1036631 SSP- PI, CEP:13295-000

- Iolanda Correa Tonetto
End: Rua Fortunato Condini nº 42, Vila São João, Itupeva-SP
RG 15 208 189-6 SSP- SP, CEP:13295-000

- Lázara Aparecida Correia Cirineu
End: Rua Vicente Lopes da Costa nº 114 Jd. São Vicente, Itupeva-SP
RG 22.292.007-5 SSP-SP ,CEP:13295-000

- Roberto Carlos Cirineu
Rua Padre José Anchieta nº159, Jd. São Vicente, Itupeva-SP
RG 13.020008 SSP/SP, CEP:13295-000

- Rodrigo Roberval Gemente
Rua Alcides Montuaneli, nº 71, Jd. Ana Luiza, Itupeva-SP
RG 29.486.666/8 SSP/SP CEP:13295-000

- Cléber Braga dos Santos
Rua Batista Vanini, nº 150, Cafezal I, Itupeva-SP
RG 42.364.465-8 SSP/SP, CEP:13295-000

- Evylin da Silva Carvalho
Rua Moacir Lourençon, nº 166, Jd Nova Itupeva, Itupeva-SP
RG 47.946.352 SSP/SP, CEP:13295-000

- Taynan Aranha Costa
End: Rua Yolanda Regina Ormenese Manfredi, nº760, Bairro da Mina, Itupeva -SP
RG 48.535.521-8 SSP/SP, CEP:13295-000



- Lindalva Braz Gemente
End: Rua Alcides Montuanelli nº 71 Jardim Ana Luiza Itupeva/SP
RG 11.270.068-2 SSP/SP, CEP:13295-000
- Benedito Pinto
End: Rua Rio Grande do Sul nº 175 Jd. São Vicente Itupeva/SP
RG 11.525.208. SSP/SP, CEP:13295-000
- Denis Duarte Rosseto
End: Av. Brasil nº 509 Centro Itupeva/SP
RG 16.366.867 SSP/SP, CEP:13295-000
- Nádia Juliana da Silva Costa
End: Rua 3 nº 922 Bairro da Mina Itupeva/SP
RG 27.678.253-7 SSP/SP, CEP:13295-000
- Cleusa Bezerra dos Anjos
J: Rua Tucano nº 446 Pq. Dos Cafezais VI Itupeva/SP
RG 6582299 SSP/SP, CEP:13295-000
- Rubens Donega
End: Rua Mairinque nº 11, Residencial Pacaembu I, Itupeva-SP
RG 10590964 SSP/SP, CEP:13295-000
- Fábio Henrique Donega
End: Rua Mairinque nº 11, Residencial Pacaembu I, Itupeva-SP
RG 41.376.276-2 SSP/SP, CEP:13295-000
- Jayme Felipe de Oliveira Filho
End: Rua 2, nº 93 Jd. Guiomar, Itupeva-SP
RG 30.472.083-5 SSP/SP, CEP:13295-000
- Josiane Cristina Vaz de Oliveira
End: Rua 2, Nº93, Jd. Guiomar, Itupeva-SP
RG 40.998.626 SSP/SP, CEP:13295-000
- Maria Benedita de Souza Oliveira
End: Rua 2, nº 93, Jardim Guiomar, Itupeva-SP
RG 35.370.952-SSP/SP, CEP:13295-000
- Ivana Ramalho da Silva
End: Rua Yolanda Regina Ormenese Manfredi, Nº 769, Bairro da Mina, Itupeva-SP
RG 30565299-0 SSP/SP, CEP:13295-000
- Marcia Aparecida da Silva
End: Rua Augusta Freitas Nogueira nº 269, Residencial Pacaembu II, Itupeva-SP
RG 23.771.348-2 SSP/SP, CEP:13295-000
- Roberto Graciano Dias
End: Rua João Fregnani, nº 32, Bairro Monte Serrat, Itupeva-SP
RG 13.602.778 SSP/SP, CEP:13295-000

- Solange Aparecida Aranha Costa

End: Rua Yolanda Regina Ormenese Manfredi, nº760, Bairro da Mina, Itupeva-SP
RG 21.547.791-1 SSP/SP, CEP:13295-000

- Ariane Maria dos Santos Cavassani

End: Rua Doutor Olavo Queiroz Guimarães, nº 42, Nova Monte Serrat, Itupeva-SP
RG 44365628-9 SSP/SP, CEP:13295-000

- Valdir Cypriano

End: Rua João Sai, nº 109, Portal Santa Fé, Itupeva-SP
RG 6.599.904 SSP/SP, CEP:13295-000

- Adair Ramalho Costa

End: Rua Yolanda Regina Ormenese Manfredi, Nº 769, Bairro da Mina Itupeva-SP
RG 23266260-5 SSP/SP, CEP:13295-000

- Silas Jaconias de Jesus

End: Rua Maria Debone Betelli, nº 162, Jd. Pérola, Itupeva-SP
0754006859 SSP: BA, CEP:13295-000

- Marcio Roberto Teodoro

End: Rua Cabo Sérgio Luiz Casaroli, nº 98, Pq das Hortênsias, Itupeva-SP
RG 25892543-7 SSP/SP, CEP:13295-000

- Benedita do Carmo Donega

Rua 6 nº 164, Bairro da Mina, Itupeva-SP
RG 20.067.366 SSP/SP, CEP:13295-000

- Elenilda Silva de Oliveira Santos

Rua Batista Vanini, nº 150, Cafezal I, Itupeva-SP
RG:42.364.388-5, CEP:13295-000

- APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

End: Rua José Virillo, 90, Itupeva-SP, CEP:13295-000,
CNPJ: 58386087/0001-67

Igreja Evangélica Edificando Vidas

End: Rua das andorinhas 111, Bairro Guacuri, Itupeva-SP, CEP 13.295-000
CNPJ: 09.627.557/0001-21

- Associação dos Moradores da Vila São João, Rua José Deboni número trinta e sete, Vila São João, Itupeva-SP, CEP 13.295-000, CNPJ: 04.605.682/0001-17

- Sindicato dos servidores públicos municipal do município de Itupeva, Rua Dom Pedro I, nº 240, apartamento B, Vila Independência, Itupeva-SP, CEP 13.295-000, CNPJ: 08.534.044/0001-03,

- CONPASI – Conselho dos pastores e ministros evangélicos de Itupeva

End: Rua Antonio Tartalha, nº 149, Jardim Ana Luiza, CEP:13.295-000
CNPJ: 14.225.302/0001-72,

- FOCA - Associação Fórum pela cidadania e Ação

End: Avenida Brasil mil duzentos e setenta e cinco, centro, Itupeva-SP, CEP: 13.295-000
CNPJ: 08.927.115/0001-38,

SOLICITAÇÃO DE VISTORIA PARA FINS DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

Eu, Antonio André Ramalho Costa, CPF: 292.726.498-89, na qualidade de representante legal da Associação Cultural e Comunicação Social, com sede na Rua Prof. Deolinda Silveira Camargo, nº 335, na cidade de Itupeva, estado de São Paulo, CEP:13.295-000, solicito vistoria da Anatel, especificamente para fins de renovação de outorga, de acordo com a disponibilidade da agência.

16 ABR 2012



Presidente da entidade



SOLICITAÇÃO DE USO DE NOME DE FANTASIA

Ao Senhor Diretor de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Eu, Antonio André Ramalho Costa, CPF: 292.726.498-89, na qualidade de representante legal da Associação Cultural e Comunicação Social, com sede na Rua Prof. Deolinda Silveira Camargo, nº 335, na cidade de Itupeva, estado de São Paulo, CEP:13.295-000, solicito autorização para uso de nome de fantasia "ATIVA FM" para a rádio comunitária 105,9 FM de Itupeva-SP.

16 ABR 2012



Presidente da entidade




RELAÇÃO DOS TRANSMISSORES DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Eu, Antonio André Ramalho Costa, CPF: 292.726.498-89, na qualidade de representante legal da Associação Cultural e Comunicação Social, com sede na Rua Prof. Deolinda Silveira Camargo, nº 335, na cidade de Itupeva, estado de São Paulo, CEP:13.295-000, declaro para os devidos fins que:

- O transmissor em uso tem a homologação 0264020312
- A entidade adquiriu recentemente um transmissor MTFM98, frequência 105,9 MHz, nº série: 2936, do fabricante Montel Sistemas de Comunicação LTDA, e que o mesmo está fora de uso aguardando a liberação após a análise dos documentos que seguem em anexo.

Itupeva, 16 de abril de 2012

Reg. Civil e Anexo
Itupeva - SP



Presidente da entidade



Responsável técnico:

Eng^a. Talita Oliveira Muniz

CREA 5063250903 – região de São Paulo

Laudo de Ensaio

Transmissor para Rádio Comunitária

Fabricante: Montel Sistemas de Comunicação Ltda.

Modelo: MTFM98 **Frequência:** 105,9 MHz **Nº. série:** 2936

Solicitante: Associação Cultural e Comunicação Social

Laudo de Ensaio – Transmissor para Rádio Comunitária

Fabricante: Montel Sistemas de Comunicação Ltda

Modelo: MTFM98 Frequência: 105,9 MHz Nº série: 2936

Solicitante: Associação Cultural e Comunicação Social

Responsável técnico: Eng^a. Talita Oliveira Muniz - CREA 5063250903



Sumário

1. Objetivo	3
2. Descrição do produto.....	3
3. Identificação do produto	4
4. Ensaio realizado.....	5
4.1 Data, local e condições de ensaio	5
4.2 Equipamentos e aparelhos de testes utilizados	5
4.3 Características técnicas da emissão	6
4.3.1 Designações	6
4.3.2 Tolerância de frequência.....	6
4.3.3 Espúrios de radiofrequências.....	7
4.3.4 Desvio de frequência	9
4.3.5 Resposta de frequência de áudio.....	9
4.4 Características técnicas dos transmissores	10
4.4.1 Potência de saída	10
4.4.2 Controles externos e gabinetes.....	11
4.4.3 Placa de identificação	11
4.4.4 Controle automático de frequência	11
4.4.5 Espúrios de radiofrequências.....	12
4.4.6 Distorção harmônica de áudio.....	12
4.4.7 Ruído por modulação em frequência	12
4.4.8 Ruído por modulação em amplitude	13
4.4.9 Transmissão estereofônica	13
5. Conclusões	15

Laudo de Ensaio – Transmissor para Rádio Comunitária

Fabricante: Montel Sistemas de Comunicação Ltda

Modelo: **MTFM98** Frequência: **105,9 MHz** Nº série: **2936**

Solicitante: **Associação Cultural e Comunicação Social**

Responsável técnico: Eng^a. Talita Oliveira Muniz - CREA 5063250903



Laudo de Ensaio

Eng^a. Talita Oliveira Muniz – CREA 5063250903

1. Objetivo

O presente laudo de ensaio tem por objetivo levantar informações e realizar ensaios que permitam verificar e avaliar se as especificações de transmissores de serviço de radiodifusão comunitária em frequência modulada atendem os requisitos mínimos, segundo os seguintes documentos normativos:

- Anexo à resolução nº 67/98 – Regulamento técnico para emissoras de radiodifusão sonora em frequência modulada;
- Norma MC nº 01/11 – Serviço de radiodifusão comunitária.

2. Descrição do produto

Destinado a utilização em sistemas de Rádios Comunitárias, o transmissor de Frequência Modulada (FM), referência MTFM98, é um equipamento homologado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e está de acordo com as normas do Ministério das Comunicações (MC).

O equipamento atende a proteção IP20 da norma NBR6146, possui caixa metálica padrão rack 19 polegadas, chassi estampado em aço carbono, pintura eletrostática, processadores internos e compressores/expansores de áudio, dissipador para transmissão em regime contínuo, circuitos dedicados a radiofrequência, além de proteção contra sobrecargas, transientes de rede ou falhas de sistemas irradiantes.

Os medidores tipo LCD “Bar Graph” no frontal do transmissor permitem a visualização de modulação com valor de pico, potência de saída direta, potência de saída refletida e frequência de operação.

Laudo de Ensaio – Transmissor para Rádio Comunitária

Fabricante: Montel Sistemas de Comunicação Ltda

Modelo: MTFM98 Frequência: 105,9 MHz Nº série: 2936

Solicitante: Associação Cultural e Comunicação Social

Responsável técnico: Engª. Talita Oliveira Muniz - CREA 5063250903



3. Identificação do produto

- **Produto:** Transmissor de serviço de radiodifusão comunitária
- **Modelo:** MTFM98
- **Número de série:** 2936
- **Fabricação:** fevereiro / 2012
- **Frequência de operação:** 105,9 MHz
- **Potência de saída:** 25 Watts
- **Certificado de homologação (Anatel):** processo número 0916-06-0312, validade indeterminada
- **Nome e local da emissora a que se destina o produto:**

Associação Cultural e Comunicação Social
CNPJ: 02.886.389/0001-40
Rua Professora Deolinda Silveira de Camargo, 335
Jd. São Vicente
Itupeva / SP – 13295-000
Fone: (11) 4496-3010 / (11) 4496-3330 / (11) 9490-6655
E-mail: falacidadeitupeva@yahoo.com.br
- **Fabricante:**

Montel Sistemas de Comunicação Ltda.
Rua João de Paula Franco, 469
São Paulo / SP - 04775-165
Fone: (11) 5523-2733 / Fax: (11) 5681-3869
E-mail: montel@montel.com.br
- **ART número:** 92221220120164280

Laudo de Ensaio – Transmissor para Rádio Comunitária

Fabricante: Montel Sistemas de Comunicação Ltda

Modelo: **MTFM98** Frequência: **105,9 MHz** Nº série: **2936**

Solicitante: **Associação Cultural e Comunicação Social**

Responsável técnico: Eng^a. Talita Oliveira Muniz - CREA 5063250903



4. Ensaios realizados

4.1 Data, local e condições de ensaio

Realização dos ensaios	
Data	16 de Fevereiro de 2012
Local	Rua João de Paula Franco, 469 São Paulo/SP - 04775-165
Temperatura ambiente	23° C
Umidade relativa	65%

4.2 Equipamentos e aparelhos de testes utilizados

1. Wattímetro marca BIRD modelo 43;
2. Elemento para Wattímetro marca BIRD modelo 50B (50-125 MHz/50 W);
3. Atenuador coaxial marca BIRD modelo 8323;
4. Monitor de Serviços marca HP modelo 8920B;
5. Measurement Receive marca HP modelo 8902A;
6. Osciloscópio marca HP modelo 54616B;
7. Analisador de espectro marca Agilent modelo N9320B 9KHz - 3GHz;
8. Gerador de função marca Agilente modelo 33220A;
9. Gerador de áudio com medidor de distorção marca HP modelo 339^a;
10. Analisador de áudio marca HP modelo 8903B;
11. Variac marca PHILCO modelo PTE 595 série 140;
12. Multímetro marca Agilent modelo U1242B.

Laudo de Ensaio – Transmissor para Rádio Comunitária

Fabricante: Montel Sistemas de Comunicação Ltda
 Modelo: **MTFM98** Frequência: **105,9 MHz** Nº série: **2936**
 Solicitante: **Associação Cultural e Comunicação Social**
 Responsável técnico: Eng^a. Talita Oliveira Muniz - CREA 5063250903



4.3 Características técnicas da emissão

4.3.1 Designações

- Item 19.1.1 - Norma 01/11.

Designações	
Especificado	Verificado
Monofônica: 180KF3EGN Estereofônica: 256KF8EHF	OK

4.3.2 Tolerância de frequência

- Item 19.1.3 - Norma 01/11;
- **Valor normativo:** a frequência central da emissão não deve variar mais que ± 2.000 Hz de seu valor nominal.

Tolerância de frequência	
Especificado	Medido
± 2.000 Hz	- 19 Hz

WWW.MONTEL.COM.BR
 HP 8920B RF Communications Test Set: 02/16/12 03:54:00 PM

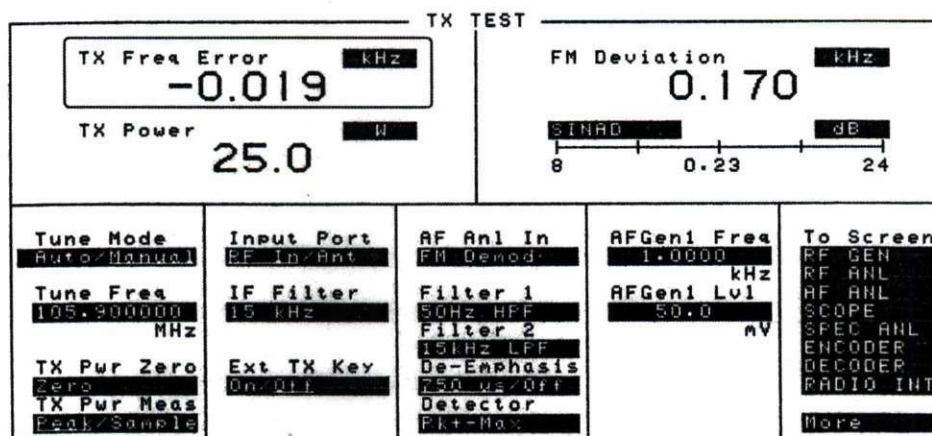


Figura 1 – Tolerância de frequência

Laudo de Ensaio – Transmissor para Rádio Comunitária

Fabricante: Montel Sistemas de Comunicação Ltda

Modelo: MTFM98 Frequência: 105,9 MHz Nº série: 2936

Solicitante: Associação Cultural e Comunicação Social

Responsável técnico: Eng^a. Talita Oliveira Muniz - CREA 5063250903



4.3.3 Espúrios de radiofrequências

- Item 19.1.4 - Norma 01/11:
- **Valor normativo:** qualquer emissão presente em frequências afastadas de 120 a 240 kHz, inclusive, da frequência da portadora deverá estar pelo menos 25 dB abaixo do nível da portadora sem modulação; as emissões em frequências afastadas de mais de 240 kHz até 600 kHz, inclusive, da frequência da portadora deverão estar pelo menos 35 dB abaixo do nível da portadora sem modulação; as emissões em frequências afastadas de mais de 600 kHz da frequência da portadora deverão estar pelo menos $(73 + P)$ dB (P = potência de operação do transmissor, em dBk) abaixo do nível da portadora sem modulação.

Afastamento em relação à portadora		
Frequências	Especificado	Medido
120 a 240 kHz	- 25 dB	- 78 dB
240 a 600 kHz	- 35 dB	- 78 dB
Mais de 600 kHz	- 57 dB	- 67 dB

WWW.MONTEL.COM.BR

HP 8920B RF Communications Test Set: 02/16/12 04:04:00 PM

10dB/div

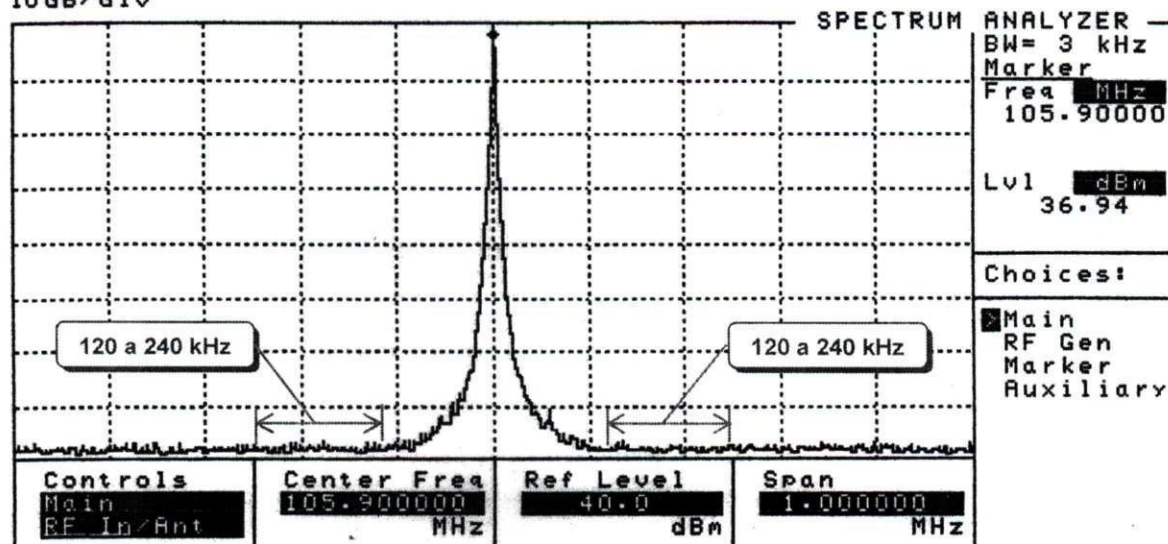


Figura 2 - Frequências afastadas de 120 a 240 kHz

Laudo de Ensaio – Transmissor para Rádio Comunitária

Fabricante: Montel Sistemas de Comunicação Ltda
 Modelo: **MTFM98** Frequência: **105,9 MHz** N° série: **2936**
 Solicitante: **Associação Cultural e Comunicação Social**
 Responsável técnico: Eng^a. Talita Oliveira Muniz - CREA 5063250903



WWW.MONTEL.COM.BR

HP 8920B RF Communications Test Set: 02/16/12 04:04:00 PM

10dB/div

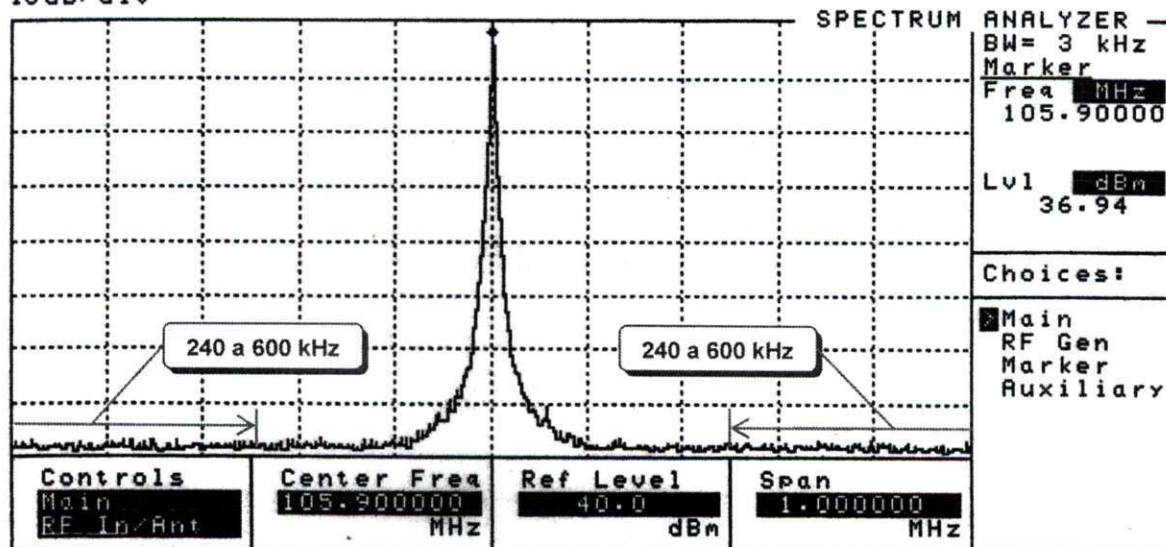


Figura 3 - Frequências afastadas de 240 a 600 kHz

WWW.MONTEL.COM.BR

HP 8920B RF Communications Test Set: 02/16/12 04:50:00 PM

10dB/div

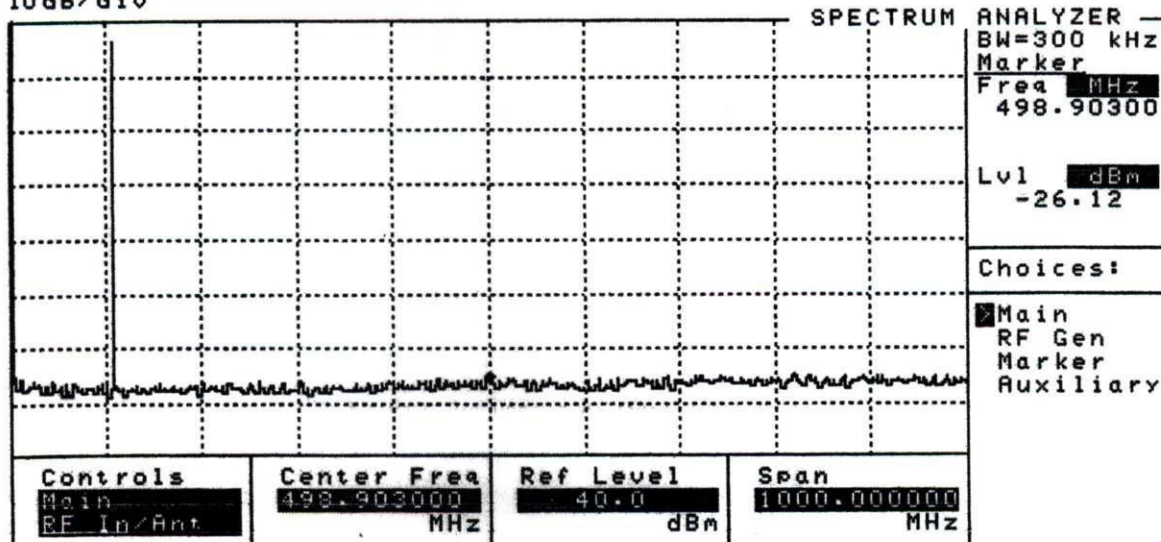


Figura 4 - Frequências afastadas de mais de 600 kHz

Laudo de Ensaio – Transmissor para Rádio Comunitária

Fabricante: Montel Sistemas de Comunicação Ltda

Modelo: MTFM98 Frequência: 105,9 MHz N° série: 2936

Solicitante: Associação Cultural e Comunicação Social

Responsável técnico: Eng^a. Talita Oliveira Muniz - CREA 5063250903



4.3.4 Desvio de frequência

- Item 19.1.5 - Norma 01/11:
- **Valor normativo:** é estabelecida a referência de 75 kHz no desvio de frequência da portadora para definir o nível de modulação de 100%.

Desvio de frequência	
Especificado	Medido
75 kHz	75 kHz

4.3.5 Resposta de frequência de áudio

- Item 3.2.4 – Resolução 67/98:
- **Valor normativo:** as características de transmissão de frequências de áudio do sistema de transmissão devem ser tais que possibilitem, no mínimo, a transmissão de qualquer frequência na faixa de 50 a 15.000 Hz. A resposta do sistema deve estar entre os dois limites da curva padrão de pré-ênfase empregada;
- **Valor medido:** empregada curva padrão de pré ênfase para constante de tempo de 75us.

Resposta de áudio frequência em monofonia e estereofonia	
Freq. (Hz)	dB
50	- 2 dB
100	-1,5 dB
400	-1 dB
1000	0 dB
5.000	+7 dB
7.500	+10 dB
10.000	+13 dB
15.000	+16 dB

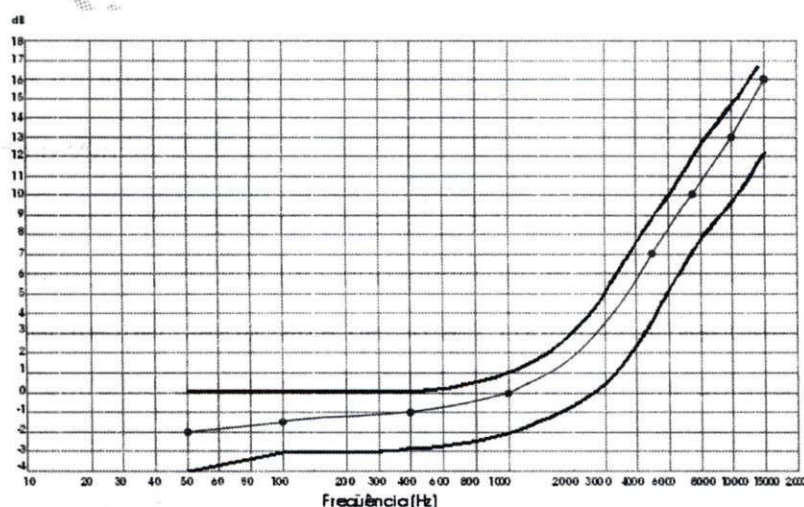


Figura 5 – Curva padrão de pré ênfase para constante de tempo de 75 μs

Laudo de Ensaio – Transmissor para Rádio Comunitária

Fabricante: Montel Sistemas de Comunicação Ltda
Modelo: MTFM98 Frequência: 105,9 MHz N° série: 2936
Solicitante: Associação Cultural e Comunicação Social
Responsável técnico: Eng^a. Talita Oliveira Muniz - CREA 5063250903



4.4 Características técnicas dos transmissores

4.4.1 Potência de saída

- Item 19.3.1 - Norma 01/11:
- **Valor normativo:** somente será permitida a utilização de equipamentos transmissores com potência de saída de no máximo 25 Watts, específicos para o Serviço de Radiodifusão Comunitária e certificados pela Anatel.

Potência de saída	
Especificado	Medido
25 W	25 W

WWW.MONTEL.COM.BR
HP 8920B RF Communications Test Set: 02/16/12 03:54:00 PM

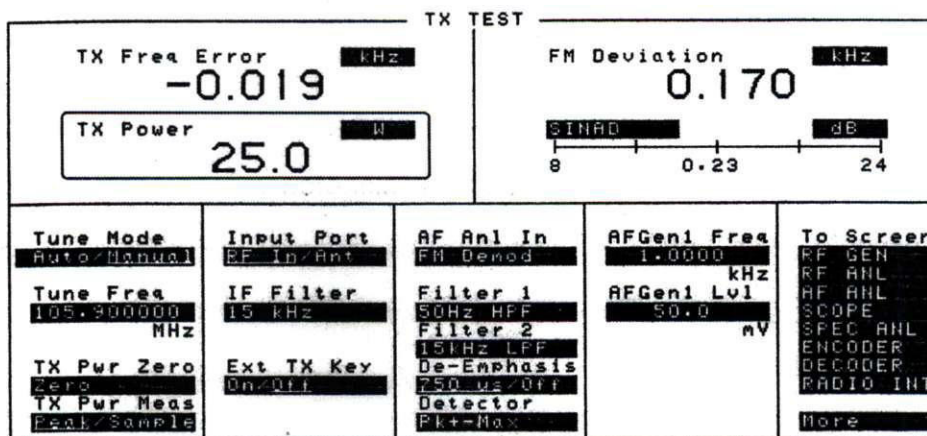


Figura 6 – Potência de saída

Laudo de Ensaio – Transmissor para Rádio Comunitária

Fabricante: Montel Sistemas de Comunicação Ltda

Modelo: **MTFM98** Frequência: **105,9 MHz** N° série: **2936**

Solicitante: **Associação Cultural e Comunicação Social**

Responsável técnico: Eng^a. Talita Oliveira Muniz - CREA 5063250903



4.4.2 Controles externos e gabinetes

- Item 19.3.2 - Norma 01/11.

Controles externos e gabinetes	
Especificado	Verificado
a) os transmissores não poderão ter dispositivos externos que permitam a alteração da frequência e da potência de operação.	O transmissor MTFM98 não possui dispositivos externos para alteração da frequência e da potência de operação.
b) os transmissores devem estar completamente encerrados em gabinete metálico e todas as partes expostas ao contato dos operadores serão eletricamente interligadas e conectadas à terra.	O transmissor MTFM98 está completamente encerrado em gabinete metálico e todas as partes expostas ao contato dos operadores são eletricamente interligadas e conectadas à terra.

4.4.3 Placa de identificação

- Item 19.3.3 - Norma 01/11.

Placa de identificação	
Especificado	Verificado
Todo o transmissor deve ter fixada no gabinete uma placa de identificação onde conste, no mínimo, o nome do fabricante, o número de série, a potência nominal e a frequência de operação.	O transmissor MTFM98 tem fixado no gabinete uma placa de identificação onde consta o nome do fabricante, o número de série, a potência nominal e a frequência de operação.

4.4.4 Controle automático de frequência

- Item 19.3.4 - Norma 01/11.

Controle automático de frequência	
Especificado	Verificado
O dispositivo de controle da frequência deve ser tal que permita a manutenção automática da frequência de operação entre os limites de mais ou menos 2000 Hz da frequência nominal.	O dispositivo de controle da frequência permite a manutenção automática da frequência de operação entre os limites de mais ou menos 2000 Hz da frequência nominal.

Laudo de Ensaio – Transmissor para Rádio Comunitária

Fabricante: Montel Sistemas de Comunicação Ltda

Modelo: MTFM98 Frequência: 105,9 MHz N° série: 2936

Solicitante: Associação Cultural e Comunicação Social

Responsável técnico: Eng^a. Talita Oliveira Muniz - CREA 5063250903



4.4.5 Espúrios de radiofrequências

- Item 19.3.5, 19.3.6 e 19.3.7 - Norma 01/11:
- Vide item 4.3.3 deste laudo de ensaio.

4.4.6 Distorção harmônica de áudio

- Item 19.3.8 - Norma 01/11:
- **Valor normativo:** a distorção harmônica total das frequências de áudio introduzidas pelo transmissor não deve ultrapassar o valor eficaz de 3,0% na faixa de 50 a 15.000 Hz para percentagens de modulação de 25, 50 e 100% (90% para estereofonia).

		Distorção harmônica						
		Especificado	Medido					
Mod. (desvio)	50 Hz a 15 kHz	50 Hz	100 Hz	400 Hz	1 kHz	5 kHz	10 kHz	15 kHz
25% (18,8 kHz)	< 3%	2,0%	1,4%	1,3%	1,4%	2,0%	1,8%	2,2%
50% (37,5 KHz)		1,5%	1,5%	1,3%	1,5%	2,3%	1,9%	2,1%
90% (67,5 KHz)		1,4%	1,6%	1,4%	1,6%	1,9%	2,4%	2,3%
100% (75 KHz)		1,8%	2,0%	1,6%	1,8%	2,5%	2,4%	2,7%

4.4.7 Ruído por modulação em frequência

- Item 19.3.9 - Norma 01/11:
- **Valor normativo:** o nível de ruído, por modulação em frequência, medido na saída do transmissor, na faixa de 50 a 15.000 Hz, deverá estar, pelo menos, 50 dB abaixo do nível correspondente a 100% de modulação da portadora por um sinal senoidal de 400 Hz.

Ruído por modulação em frequência	
Especificado	Medido
> 50 dB	> 64,8 dB

Laudo de Ensaio – Transmissor para Rádio Comunitária

Fabricante: Montel Sistemas de Comunicação Ltda
Modelo: **MTFM98** Frequência: **105,9 MHz** Nº série: 2936
Solicitante: **Associação Cultural e Comunicação Social**
Responsável técnico: Eng^a. Talita Oliveira Muniz - CREA 5063250903



4.4.8 Ruído por modulação em amplitude

- Item 19.3.10 - Norma 01/11:
- **Valor normativo:** o nível de ruído, por modulação em amplitude, medido na saída do transmissor, na faixa de 50 a 15.000 Hz, deverá estar, pelo menos, 50 dB abaixo do nível que represente 100% da modulação em amplitude.

Ruído por modulação em amplitude	
Especificado	Medido
> 50 dB	> 52 dB

4.4.9 Transmissão estereofônica

- Item 3.2.8 - Resolução 67/98.

Transmissão estereofônica	
Especificado	Verificado
a) o sinal modulante no canal principal deve ser a soma dos sinais esquerdo e direito;	OK
b) deve ser transmitida uma subportadora piloto de 19.000 Hz \pm 2 Hz, que modulará em frequência a portadora principal entre 8% e 10%;	19.001 Hz, com 7,5 kHz de desvio
c) a subportadora estereofônica será o segundo harmônico da subportadora piloto (38.000 Hz \pm 4 Hz) e deverá cortar o eixo do tempo com uma derivada positiva cada vez que a subportadora piloto cortar, também, aquele eixo;	OK
d) a subportadora estereofônica deve ser modulada em amplitude, com dupla faixa lateral;	OK
e) a subportadora estereofônica deve ser, em princípio, suprimida; admitir-se-á modulação residual na portadora principal, desde que menor que 1%;	OK
f) a subportadora estereofônica deve ser capaz de aceitar audio frequências na faixa de 50 a 15.000 Hz;	OK
g) o sinal modulante da subportadora estereofônica deve ser igual à diferença dos sinais esquerdo e direito, nesta ordem;	OK
h) a característica de pré-ênfase do sinal estereofônico deve ser idêntica à do sinal principal, no que tange à fase e à amplitude em todas as frequências;	OK

Laudo de Ensaio – Transmissor para Rádio Comunitária

Fabricante: Montel Sistemas de Comunicação Ltda

Modelo: **MTFM98** Frequência: **105,9 MHz** Nº série: **2936**

Solicitante: **Associação Cultural e Comunicação Social**

Responsável técnico: Eng^a. Talita Oliveira Muniz - CREA 5063250903



i) o sinal estereofônico não deve causar um desvio de pico da frequência da portadora principal acima de 45% da modulação total, quando existir apenas sinal esquerdo (ou direito); simultaneamente, o desvio de pico da frequência da portadora principal, provocado pela modulação do sinal principal, também não deve ser maior que 45% da modulação total, quando existir apenas sinal esquerdo (ou direito), excluída a modulação das subportadoras secundárias;	OK
j) quando for aplicado um sinal esquerdo positivo, a modulação do sinal principal deve causar um desvio de frequência crescente na portadora principal; a subportadora estereofônica e suas faixas laterais devem cortar o eixo do tempo simultaneamente e na mesma direção;	OK
l) a diferença relativa entre o desvio máximo do sinal principal e o desvio máximo do sinal estereofônico, quando existir apenas sinal esquerdo (ou direito), deve ser, no máximo, 3,5% para todos os níveis deste sinal e para todas as frequências modulantes, de 50 a 15.000 Hz;	OK
m) a diferença de fase entre os pontos de nulo do sinal do canal principal e da envoltória das faixas laterais da subportadora estereofônica, quando existir apenas sinal esquerdo (ou direito), não deve exceder a $\pm 3^\circ$, para áudio frequências de 50 a 15.000 Hz;	OK
n) a diafonia no canal principal, causada pelo sinal do canal estereofônico, deve estar, pelo menos, 40 dB abaixo do nível correspondente a 90% de modulação;	> 42 dB
o) a diafonia no canal estereofônico, causada pelo sinal do canal principal, deve estar, pelo menos, 40 dB abaixo do nível correspondente a 90% de modulação.	> 42 dB

Observação: considera-se atendido o estabelecido nas letras “l” e “m” quando a separação estereofônica for melhor que 29,7 dB para áudio frequências de 50 a 15.000 Hz.


Laudo de Ensaio – Transmissor para Rádio Comunitária

Fabricante: Montel Sistemas de Comunicação Ltda
Modelo: **MTFM98** Frequência: **105,9 MHz** Nº série: 2936
Solicitante: **Associação Cultural e Comunicação Social**
Responsável técnico: Eng^a. Talita Oliveira Muniz - CREA 5063250903



5. Conclusões

O desempenho e as respectivas grandezas elétricas do equipamento submetido a ensaio estão em conformidade com as normas técnicas aplicáveis bem como limites estabelecidos pelo fabricante.

Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes neste relatório, obtidas mediante ensaios nas instalações do fabricante. O presente relatório de laudo de ensaio consta de 15 páginas, rubricadas com a rubrica , da qual faço uso.

São Paulo, 22 de Fevereiro de 2012



Eng^a. Talita Oliveira Muniz

Engenheira eletricista com ênfase em eletrônica

CREA – 5063250903 – região de São Paulo

E-mail: talita.mnz@gmail.com

Notas:

- Os resultados apresentados têm significação restrita e aplicam-se somente ao equipamento ensaiado, sendo proibida a reprodução parcial ou total deste documento sem prévia autorização da empresa fabricante.
- Este laudo de ensaio possui validade de 6 meses após sua emissão, desde que o lacre do produto não esteja violado.
- O engenheiro técnico responsável pela elaboração deste documento é terceirizado, não possuindo vínculo empregatício com a empresa.

RECIBO

Eu, Talita Oliveira Muniz, registrada no CREA sob nº 5063250903, recebi da Associação Cultural e Comunicação Social a importância de R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais), referente ao pagamento do laudo de ensaio de transmissor de serviço de radiodifusão comunitária em frequência modulada, dando-lhe por este recibo a devida quitação.

São Paulo, 22 de Fevereiro de 2012

Talita O. Muniz

Assinatura

**BANCO DO BRASIL****CREA-SP CONS. REG. ENG. AGRON.**

Agência/Código do Cedente 3336-7/401783-8

Nosso Número 92221220120164280

Recibo do Sacado**SACADO: TALITA OLIVEIRA MUNIZ****CREASP:5063250903**

Data de Emissão: 22/02/2012

Data de Vencimento: 02/03/2012

ART Nº 92221220120164280**VALOR****33,00**

- O comprovante de pagamento deverá ser anexado a ART para comprovação de quitação
- Depósitos ou transferências entre contas não serão reconhecidos por nossos sistemas.
- A quitação do título ocorrerá somente após a informação do crédito bancário.

Autenticação Mecânica

Corte aqui

**BANCO DO BRASIL | 001-9 |****00199.22210 29222.122011 20164.280214 9 52600000003300**

Local de Pagamento					Vencimento
PAGUE PREFERENCIALMENTE NAS AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL					02/03/2012
Cedente					Agência/Código do Cedente
CREA-SP CONS. REG. ENG. AGRON.					3336-7/401783-8
Data de Emissão	Número do Documento	Espécie Doc	Aceite	Data do Processamento	Nosso Número/Código Documento
22/02/2012	92221220120164280	RC	N	22/02/2012	92221220120164280
Uso do Banco	Carteira	Espécie Moeda	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento
	18/27	R\$			33,00
Instruções: Texto (ou instruções de responsabilidade do cedente)					(-) Desconto/Abatimento
					(-) Outras Deduções
					(+) Mora/Multa
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado
BOLETO REFERENTE A ART Nº92221220120164280					
NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO					
Unidade Cedente: 3336					
Sacado TALITA OLIVEIRA MUNIZ					
Sacador/Avalista					
Código de Baixa					

Ficha de Compensação/Autenticação Mecânica



Corte aqui

Pago via depósito, comprovante em anexo

**ItaúUniclass****Comprovante de pagamento****Banco Itaú - Comprovante de Pagamento
Títulos Outros Bancos****Dados da conta debitada:**Nome: **TALITA OLIVEIRA MUNIZ**Agência: **0264**Conta: **66111-7****Dados do pagamento:**Código de barras: **00199.22210 29222.122011 20164.280214 9 526000000003300**Valor do documento: **R\$ 33,00**Data do vencimento: **02/03/2012****Pagamento efetuado em 22/02/2012 às 21:18:18 via Bankline, CTRL 3203993397.**

Autorizado débito de diferenças relativas a informações inexatas.


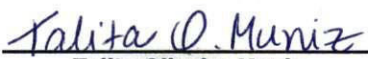
Autenticação:**BF53AE3606C9E058BEB874685E3F9ADC27508423****Dúvidas, reclamações e sugestões na sua agência.**

Se necessário, utilize:

- **SAC Itaú** todos os dias, 24h
0800 728 0728
- **Fale Conosco**
www.itauniclass.com.br

Se não ficar satisfeito com a solução apresentada, utilize:

- Ouvidoria Corporativa Itaú** 0800 570 0011
dias úteis, das 9 às 18h
Caixa Postal nº 67.600 CEP 03162-971
- **Deficiente auditivo** todos os dias, 24h
0800 722 1722

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA				
Av. Brig. Faria Lima, 1059 - Pinheiros - São Paulo - SP CEP 01452-920 Tel.: 0800 17 18 11				
	ART		1- Nº DA ART	
	Anotação de Responsabilidade Técnica Lei Federal Nº. 6.496 de 07/12/77		92221220120164280	
CONTRATADO				
2 - Nº DO CREASP DO PROFISSIONAL 5063250903		3 - Nº DO CPF DO PROFISSIONAL 37516579831		
4 - NOME DO PROFISSIONAL TALITA OLIVEIRA MUNIZ		5 - TÍTULO DO PROFISSIONAL Engenheira Eletricista		
ART				
6 - TIPO DE ART 1-Obra/Serviço	7 - VINCULADA A ART Nº		8 - HÁ OUTRAS ARTs VINCULADAS 1 - Não	
9 - ALTERAÇÃO/COMPL./SUBST. DA ART 1 - Não		10 - SUBEMPREITADA 1 - Não		
ANOTAÇÃO				
11 - CLASSIFICAÇÃO DA ANOTAÇÃO 1 - Responsabilidade Principal		12 - ÁREA DE ATUAÇÃO 8 - Eletronica Ou Eletrica Mod. Eletronica Ou Comunicacao		13 - TIPO DE CONTRATADO 2- Pessoa Física
EMPRESA CONTRATADA				
14 - Nº DE REGISTRO NO CREA		15 - NOME COMPLETO		
16 - CGC/CNPJ		17 - CLASSIFICAÇÃO		
CONTRATANTE				
18 - NOME DO CONTRATANTE DA OBRA / SERVIÇO Associacao Cultural e Comunicacao Social		19 - TELEFONE P/ CONTATO (11)44963010	20 - CPF/CNPJ 02886389000140	
DADOS DA OBRA / SERVIÇO OBJETO DO CONTRATO				
21 - ENDEREÇO DA OBRA / SERVIÇO Rua Joao de Paula Franco, 469				22 - CEP 04775-165
CLASSIFICAÇÃO				
23 - NATUREZA 1 A2305	24 - UNIDADE 47	25 - QUANTIFICAÇÃO 1	26 - ATIVIDADES TÉCNICAS 29	
2				
3				
27 - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS SOB SUA RESPONSABILIDADE OU DO CARGO/FUNÇÃO Realizacao de laudo de ensalo para levantamento de informacoes e realizacao de ensaios que permitam verificar e avaliar se as especificacoes de transmissores de servico de radiodifusao comunitaria em frequencia modulada atendem os requisitos minimos, segundo documentos normativos.				
RESUMO DO CONTRATO				
Nº E ESCOPO DO CONTRATO, CONDIÇÕES, PRAZO, CUSTOS, ETC...				
Realizacao de laudo de ensaio para levantamento de informacoes e realizacao de ensaios que permitam verificar e avaliar se as especificacoes de transmissores de servico de radiodifusao comunitaria em frequencia modulada atendem os requisitos minimos, segundo documentos normativos.				
Data de efetiva participação do profissional: 16/02/2012				
28 - VALOR DO CONTRATO 350,00	29 - DATA DO CONTRATO 16/02/2012	30 - DATA INÍCIO DA EXECUÇÃO 16/02/2012	31 - 10% ENTIDADE DE CLASSE 68	32 - VALOR DA ART A PAGAR 33,00
ASSINATURA				
<i>Declaro não ser aplicável, dentro das atividades assumidas nesta ART e nos termos aqui anotados, o atendimento às regras de acessibilidade previstas nas Normas Técnicas de Acessibilidade da ABNT e na legislação específica, em especial o Decreto nº.5.296/2004, para os projetos de construção, reforma ou ampliação de edificações de uso público ou coletivo, nos espaços urbanos ou em mudança de destinação (usos) para estes fins.</i>				
33 - LOCAL E DATA Sao Paulo 22/02/2012	PROFISSIONAL  Talita Oliveira Muniz		CONTRATANTE Associacao Cultural e Comunicacao Social	

Obs:

- O comprovante deverá ser anexado a ART para comprovação de quitação
- A ART deverá ser devidamente assinada pelo profissional
- Linha digitável:

Ministério das Comunicações
Departamento de Citação e Serviços
Esplanada dos Ministérios

Bloco R Anexo B Sala 300

CEP 70044-300 Brasília - DF



(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

Associação Cultural e Comunicação Social

Rua Professora Odilinda Silveira de Camargo, nº 335

Jardim São Vicente

Itapira - São Paulo

13.795-000

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
ROTEIRO DE TRIAGEM E SELEÇÃO DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.020902/12 Localidade/UF: Itupeva/SP
Entidade: ACCS - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL
Aviso: 0 Publicação: 01/01/2000 Prazo: 15/02/2000 Canal:

Processo

1.	A Entidade é uma:																															
2.	Requerimento de Solicitação?																															
3.	A Entidade tem por objetivo a execução de Serviço de Radiodifusão?																															
4.	O Estatuto e Atas estão registrados no órgão competente?																															
5.	Os Estatutos ou Atos Constitutivos da entidade atendem o Art 11º da Lei nº 9.612?																															
6.	Comprovante de que obteve o assentimento prévio do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República?																															
7.	Manifestações de apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área retendida para a prestação do Serviço ou, no caso de localidades cuja área urbana estiver circunscrita a um círculo com raio menor ou igual a 3,5 Km, sediadas na área urbana da localidade, firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou																															
8.	Declaração, assinada pelo representante legal, constando, se for o caso, a denominação de fantasia da entidade?																															
9.	Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, de que todos os dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso?																															
10.	Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não é prestadora de qualquer modalidade de Serviço da Radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de canais de televisão mediante assinatura, bem como de que a entidade não tem como integrante de seus quadros de sócios e de administradores pessoas que, nestas condições participem de outra entidade detentora de outorga para a execução de qualquer dos serviços mencionados?																															
11.	Nº de Inscrição no CNPJ(CGC)?																															
12.	Quadro Diretivo da Associação ou Fundação	Mandato: 4 anos Validade: 03/03/2014																														
	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"><thead><tr><th style="width: 30%;">Nome do Dirigente</th><th style="width: 15%;">CPF</th><th style="width: 15%;">Cargo</th><th style="width: 15%;">Maioridade / Emancipação</th><th style="width: 15%;">Nacionalidade</th><th style="width: 10%;">Declaracao</th></tr></thead><tbody><tr><td>Antonio Andre Ramalho Silva</td><td>000.000.000-00</td><td>diretor presidente</td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>Lidia Ramalho Silva</td><td>111.111.111-11</td><td>diretor vice-presidente</td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>Derivaldo Antonio da Silva</td><td>222.222.222-22</td><td>diretor financeiro</td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>Nadia Juliana da Silva Costa</td><td>333.333.333-33</td><td>diretor administrativo</td><td></td><td></td><td></td></tr></tbody></table>	Nome do Dirigente	CPF	Cargo	Maioridade / Emancipação	Nacionalidade	Declaracao	Antonio Andre Ramalho Silva	000.000.000-00	diretor presidente				Lidia Ramalho Silva	111.111.111-11	diretor vice-presidente				Derivaldo Antonio da Silva	222.222.222-22	diretor financeiro				Nadia Juliana da Silva Costa	333.333.333-33	diretor administrativo				
Nome do Dirigente	CPF	Cargo	Maioridade / Emancipação	Nacionalidade	Declaracao																											
Antonio Andre Ramalho Silva	000.000.000-00	diretor presidente																														
Lidia Ramalho Silva	111.111.111-11	diretor vice-presidente																														
Derivaldo Antonio da Silva	222.222.222-22	diretor financeiro																														
Nadia Juliana da Silva Costa	333.333.333-33	diretor administrativo																														

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
ROTEIRO DE TRIAGEM E SELEÇÃO DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53000.020902/12 Localidade/UF: Itupeva/SP
Entidade: ACCS - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL
Aviso: 0 Publicação: 01/01/2000 Prazo: 15/02/2000 Canal:

Nome do Dirigente	CPF	Cargo	Maioridade / Emancipação	Nacionalidade	Declaracao
Edinaldo Moreno Castelao	444.444.444-44	diretor comunicação			

13. **Conclusão da Análise**

03.05.12 - Jur - elaborada NT 1385 com exigências jurídicas.
Encaminha-se para análise técnica

Ariane Brito de Araujo

Ariane Brito de Araujo
(Analista)



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Nota Técnica nº 0838/2013/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga**

Referência: Processo nº 53000.020902/2012

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de renovação da outorga concedida à **Associação Cultural e Comunicação Social - ACCS** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Itupeva / SP**, conforme Portaria de autorização, publicada no DOU de 25/08/2000 e Decreto Legislativo nº 71, publicado no DOU de 03/05/2002.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade do encaminhamento pela entidade, da seguinte documentação, relacionada no subitem 20.3 da Norma 1/2011:

I. Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de adequação da atual redação dos artigos 2º, 3º, 12, dentre outros ao disposto nos itens 8.2, alíneas “g” e “i” e 8.3, alíneas “b”, “d”, “g” e “h” da Norma nº 1/2011, conforme transcrição a seguir:

a. Não consta no art. 2º a finalidade específica de executar o serviço de radiodifusão comunitária, conforme o disposto no subitem 8.2, alínea “g” da Norma nº 01/2012.

“8.2. O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:

g) indicar, entre seus objetivos sociais, a finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme a legislação vigente;”

b. Consta no art. 3º, *caput*, que os associados deverão ser aprovados pela Diretoria Executiva. No entanto, de acordo com o subitem 8.3, alínea “b” da Norma,

“8.3. Os Estatutos Sociais das entidades comunitárias deverão ainda conter disposições que:

b) assegurem o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço (grifo nosso);”

c. No art. 12, inciso III, deverão ser observadas as disposições constantes do art. 60 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, conforme determina o subitem 8.3, alínea “h” da Norma, ou seja:

“Art. 60. A convocação dos órgãos deliberativos far-se-á na forma do estatuto, garantido a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promovê-la.”

d. Não consta no estatuto a determinação de que não haverá a distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados, em atendimento ao subitem 8.3, alínea “g” da Norma.

II. As alterações estatutárias promovidas devem ser devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Livro “A” do Registro de Pessoas Jurídicas ou microfilmadas em Pessoas Jurídicas, conforme o caso, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação.

III. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento, Certificado de reservista, título de eleitor, desde que acompanhado da cédula de identidade, carteira profissional, certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos ou escritura pública de emancipação), de acordo com o subitem 8.1, alínea “e” e subitem 8.4, alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” da Norma nº 1/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), de acordo com o disposto nos subitens 8.4.1 e 8.4.2.

IV. Cópia do CPF de todos os dirigentes, de acordo com o subitem 8.1, alínea “j” da Norma nº 1/2011.

V. Comprovante de residência de todos os dirigentes, de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea “k” da Norma nº 1/2011. Caso o documento encaminhado não esteja em nome do dirigente, deverá ser encaminhada a comprovação do vínculo existente entre ele e o titular do comprovante.

VI. Declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço, de acordo com o subitem 8.1, alínea “i”, da Norma nº 1/2011.

VII. Declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso, de acordo com o subitem 8.1, alínea “f”, subalínea “f.2”, da Norma nº 1/2011.

VIII. Declaração, assinada pelo representante legal, de que: a entidade não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados; de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea “f”, subalínea “f.2”, da Norma nº 1/2011.

XVIII. Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não mantém vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais;

I. Comprovação de idoneidade da entidade interessada, bem como de seus dirigentes, em atenção ao disposto no art. 34, alínea "a" do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117/1962) e nos subitens 10.8 e 20.5 da Norma nº 01/2011, mediante apresentação dos seguintes documentos:

a. Certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que cada dirigente tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral;

b. Folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados nos quais os dirigentes da entidade residiram nos últimos cinco anos, expedida, no máximo, há seis meses;

c. Certidão que comprove a regularidade fiscal da entidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal do local onde está sediada; e

d. Certidão de regularidade da entidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

3. Quanto ao subitem 20.3, alínea k, comunicamos que oportunamente o Ministério das Comunicações indicará o valor relativo às despesas decorrentes do ato de renovação, conforme estabelecido no art. 37 do Decreto nº 2615/1998.

CONCLUSÃO

4. Em face do exposto, constatou-se a necessidade de saneamento das referidas pendências.

5. Desta forma, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação de outorga e extinção da correspondente autorização.

À consideração superior.

Brasília, 18 de março de 2013.



NATÁLIA FROEMMING
Chefe de Serviço

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 0838/2013/CGRC/SCE-MC.

Brasília, 26 de março de 2013.



SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília – DF
(61) 3311-6281

Ofício nº 1027 /2013/CGRC/SCE-MC

Brasília, 26 de março de 2013.

Ao Senhor

ANTÔNIO ANDRÉ RAMALHO SILVA

Representante Legal da Associação Cultural e Comunicação Social - ACCS

Rua Professora Deolinda Silveira Camargo, 335

13.295-000 Itupeva – SP

Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000.020902/2012.**

Senhor Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.020902/2012**, na localidade de **Itupeva / SP**, no qual essa Entidade requer renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **0838/2013**, que indica pendências na documentação encaminhada pela entidade.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.
3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

Atenciosamente,

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília – DF
(61) 3311-6281

Ofício nº 1027 /2013/CGRC/SCE-MC

Brasília, 26 de março de 2013.

Ao Senhor

ANTÔNIO ANDRÉ RAMALHO SILVA

Representante Legal da Associação Cultural e Comunicação Social - ACCS

Rua Professora Deolinda Silveira Camargo, 335

13.295-000 Itupeva – SP

Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000.020902/2012.**

Senhor Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.020902/2012**, na localidade de **Itupeva / SP**, no qual essa Entidade requer renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **0838/2013**, que indica pendências na documentação encaminhada pela entidade.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.
3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

Atenciosamente,

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília – DF
(61) 3311-6281

Ofício nº 1027 /2013/CGRC/SCE-MC

Brasília, 26 de março de 2013.

Ao Senhor

ANTÔNIO ANDRÉ RAMALHO SILVA

Representante Legal da Associação Cultural e Comunicação Social - ACCS

Rua Professora Deolinda Silveira Camargo, 335

13.295-000 Itupeva – SP

Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000.020902/2012.**

Senhor Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.020902/2012**, na localidade de **Itupeva / SP**, no qual essa Entidade requer renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **0838/2013**, que indica pendências na documentação encaminhada pela entidade.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.
3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

Atenciosamente,

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Nota Técnica nº 0838/2013/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga**

Referência: Processo nº 53000.020902/2012

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de renovação da outorga concedida à **Associação Cultural e Comunicação Social - ACCS** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Itupeva / SP**, conforme Portaria de autorização, publicada no DOU de 25/08/2000 e Decreto Legislativo nº 71, publicado no DOU de 03/05/2002.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade do encaminhamento pela entidade, da seguinte documentação, relacionada no subitem 20.3 da Norma 1/2011:

I. Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de adequação da atual redação dos artigos 2º, 3º, 12, dentre outros ao disposto nos itens 8.2, alíneas “g” e “i” e 8.3, alíneas “b”, “d”, “g” e “h” da Norma nº 1/2011, conforme transcrição a seguir:

a. Não consta no art. 2º a finalidade específica de executar o serviço de radiodifusão comunitária, conforme o disposto no subitem 8.2, alínea “g” da Norma nº 01/2012.

“8.2. O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:

g) indicar, entre seus objetivos sociais, a finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme a legislação vigente;”

b. Consta no art. 3º, *caput*, que os associados deverão ser aprovados pela Diretoria Executiva. No entanto, de acordo com o subitem 8.3, alínea “b” da Norma,

“8.3. Os Estatutos Sociais das entidades comunitárias deverão ainda conter disposições que:

b) assegurem o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço (grifo nosso);”

c. No art. 12, inciso III, deverão ser observadas as disposições constantes do art. 60 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, conforme determina o subitem 8.3, alínea “h” da Norma, ou seja:

“Art. 60. A convocação dos órgãos deliberativos far-se-á na forma do estatuto, garantido a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promovê-la.”

d. Não consta no estatuto a determinação de que não haverá a distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados, em atendimento ao subitem 8.3, alínea “g” da Norma.

II. As alterações estatutárias promovidas devem ser devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Livro “A” do Registro de Pessoas Jurídicas ou microfilmadas em Pessoas Jurídicas, conforme o caso, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação.

III. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento, Certificado de reservista, título de eleitor, desde que acompanhado da cédula de identidade, carteira profissional, certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos ou escritura pública de emancipação), de acordo com o subitem 8.1, alínea “e” e subitem 8.4, alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” da Norma nº 1/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), de acordo com o disposto nos subitens 8.4.1 e 8.4.2.

IV. Cópia do CPF de todos os dirigentes, de acordo com o subitem 8.1, alínea “j” da Norma nº 1/2011.

V. Comprovante de residência de todos os dirigentes, de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea “k” da Norma nº 1/2011. Caso o documento encaminhado não esteja em nome do dirigente, deverá ser encaminhada a comprovação do vínculo existente entre ele e o titular do comprovante.

VI. Declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço, de acordo com o subitem 8.1, alínea “i”, da Norma nº 1/2011.

VII. Declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso, de acordo com o subitem 8.1, alínea “f”, subalínea “f.”, da Norma nº 1/2011.

VIII. Declaração, assinada pelo representante legal, de que: a entidade não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados; de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea “f”, subalínea “f.2”, da Norma nº 1/2011.

XVIII. Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não mantém vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais;

I. Comprovação de idoneidade da entidade interessada, bem como de seus dirigentes, em atenção ao disposto no art. 34, alínea "a" do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117/1962) e nos subitens 10.8 e 20.5 da Norma nº 01/2011, mediante apresentação dos seguintes documentos:

a. Certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que cada dirigente tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral;

b. Folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados nos quais os dirigentes da entidade residiram nos últimos cinco anos, expedida, no máximo, há seis meses;

c. Certidão que comprove a regularidade fiscal da entidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal do local onde está sediada; e

d. Certidão de regularidade da entidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

3. Quanto ao subitem 20.3, alínea k, comunicamos que oportunamente o Ministério das Comunicações indicará o valor relativo às despesas decorrentes do ato de renovação, conforme estabelecido no art. 37 do Decreto nº 2615/1998.

CONCLUSÃO

4. Em face do exposto, constatou-se a necessidade de saneamento das referidas pendências.

5. Desta forma, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação de outorga e extinção da correspondente autorização.

À consideração superior.

Brasília, 18 de março de 2013.



NATALIA FROEMMING
Chefe de Serviço

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 0838/2013/CGRC/SCE-MC.

Brasília, 26 de março de 2013.



SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



Aracy Cristiane Silva
mat. 8 116 210 8

Of. 1027 /2013/CGRC/SCE-MC

53000.020902/12

ANTÔNIO ANDRÉ RAMALHO SILVA

ASS. CULTURAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL - ACCS

RUA PROFESSORA DEOLÍNDIA SILVEIRA CAMARGO, 335

13.295-000

ITUPEVA - SP



ADREMETENTE



DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE		100 Rubrica: J. S.S. - S.S.
NOME OU RAZÃO SOCIAL	Of. 1027 /2013/CGRC/SCE-MC	
ENDEREÇO / ADRES	53000.020902/12	
CEP / CODE POSTAL	ANTÔNIO ANDRÉ RAMALHO SILVA ASS. CULTURAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL - ACCS RUA PROFESSORA DEOLINDA SILVEIRA CAMARGO, 335 13.295-000 ITUPEVA - SP	
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI <input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR		CARIMBO DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINO BUREAU DE DESTINATION
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR		
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS		

75240203-0

FC04R3 / 16

112 x 126 mm



AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

RQ 23411714 5 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

04/04/13	05/04/13	08/04/13
14 : 50 h	14 : 15 h	13 : 20 h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicações Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços
Esplanada dos Ministérios, Bloco R,
Ed. Anexo Ala Oeste sala 300
70044-900 Brasília-DF

UF

BRASIL





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação -Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília – DF
(61) 3311-6281

Ofício nº 1934 /2013/CGRC/SCE-MC

Brasília, 25 de abril de 2013.

Ao Senhor

ANTÔNIO ANDRÉ RAMALHO COSTA

Representante Legal da Associação Cultural e Comunicação Social - ACCS

Rua 3, nº 922 – Bairro da Mina

13.295-000 Itupeva – SP

Assunto: **Encaminhamento de Ofício Devolvido pelos Correios / Processo nº 53000.020902/2012 (Processo de Renovação).**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminhamos em anexo o ofício nº 1027, de 26/03/2013 e a Nota Técnica nº 838/2013, devolvidos pelos correios pelo seguinte motivo: “Não Procurado”.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente a documentação solicitada. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pedido de renovação será indeferido.

Atenciosamente,

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3 º andar 70044-900 - Brasília – DF
(61) 3311-6281

Ofício nº 1027 /2013/CGRC/SCE-MC

Brasília, 26 de março de 2013.

Ao Senhor

ANTÔNIO ANDRÉ RAMALHO SILVA

Representante Legal da Associação Cultural e Comunicação Social - ACCS

Rua Professora Deolinda Silveira Camargo, 335

13.295-000 Itupeva – SP

Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000.020902/2012.**

Senhor Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.020902/2012**, na localidade de **Itupeva / SP**, no qual essa Entidade requer renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **0838/2013**, que indica pendências na documentação encaminhada pela entidade.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.
3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

Atenciosamente,

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Nota Técnica nº 0838/2013/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga**

Referência: Processo nº 53000.020902/2012

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de renovação da outorga concedida à **Associação Cultural e Comunicação Social - ACCS** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Itupeva / SP**, conforme Portaria de autorização, publicada no DOU de 25/08/2000 e Decreto Legislativo nº 71, publicado no DOU de 03/05/2002.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade do encaminhamento pela entidade, da seguinte documentação, relacionada no subitem 20.3 da Norma 1/2011:

I. Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de adequação da atual redação dos artigos 2º, 3º, 12, dentre outros ao disposto nos itens 8.2, alíneas “g” e “i” e 8.3, alíneas “b”, “d”, “g” e “h” da Norma nº 1/2011, conforme transcrição a seguir:

a. Não consta no art. 2º a finalidade específica de executar o serviço de radiodifusão comunitária, conforme o disposto no subitem 8.2, alínea “g” da Norma nº 01/2012.

“8.2. O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:

g) indicar, entre seus objetivos sociais, a finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme a legislação vigente;”

b. Consta no art. 3º, *caput*, que os associados deverão ser aprovados pela Diretoria Executiva. No entanto, de acordo com o subitem 8.3, alínea “b” da Norma,

“8.3. Os Estatutos Sociais das entidades comunitárias deverão ainda conter disposições que:

b) assegurem o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço (grifo nosso);”

nf/CGRC

c. No art. 12, inciso III, deverão ser observadas as disposições constantes do art. 60 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, conforme determina o subitem 8.3, alínea "h" da Norma, ou seja:

"Art. 60. A convocação dos órgãos deliberativos far-se-á na forma do estatuto, garantido a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promovê-la."

d. Não consta no estatuto a determinação de que não haverá a distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados, em atendimento ao subitem 8.3, alínea "g" da Norma.

II. As alterações estatutárias promovidas devem ser devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Livro "A" do Registro de Pessoas Jurídicas ou microfilmadas em Pessoas Jurídicas, conforme o caso, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação.

III. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento, Certificado de reservista, título de eleitor, desde que acompanhado da cédula de identidade, carteira profissional, certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos ou escritura pública de emancipação), de acordo com o subitem 8.1, alínea "e" e subitem 8.4, alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f" e "g" da Norma nº 1/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), de acordo com o disposto nos subitens 8.4.1 e 8.4.2.

IV. Cópia do CPF de todos os dirigentes, de acordo com o subitem 8.1, alínea "j" da Norma nº 1/2011.

V. Comprovante de residência de todos os dirigentes, de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea "k" da Norma nº 1/2011. Caso o documento encaminhado não esteja em nome do dirigente, deverá ser encaminhada a comprovação do vínculo existente entre ele e o titular do comprovante.

VI. Declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço, de acordo com ao subitem 8.1, alínea "i", da Norma nº 1/2011.

VII. Declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso, de acordo com ao subitem 8.1, alínea "f", subalínea "f.", da Norma nº 1/2011.

VIII. Declaração, assinada pelo representante legal, de que: a entidade não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados; de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea "f", subalínea "f.2", da Norma nº 1/2011.

XVIII. Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não mantém vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais;

nf/53000.020902/12/CGRC

I. Comprovação de idoneidade da entidade interessada, bem como de seus dirigentes, em atenção ao disposto no art. 34, alínea "a" do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117/1962) e nos subitem 10.8 e 20.5 da Norma nº 01/2011, mediante apresentação dos seguintes documentos:

a. Certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que cada dirigente tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral;

b. Folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados nos quais os dirigentes da entidade residiram nos últimos cinco anos, expedida, no máximo, há seis meses;

c. Certidão que comprove a regularidade fiscal da entidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal do local onde está sediada; e

d. Certidão de regularidade da entidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

3. Quanto ao subitem 20.3, alínea k, comunicamos que oportunamente o Ministério das Comunicações indicará o valor relativo às despesas decorrentes do ato de renovação, conforme estabelecido no art. 37 do Decreto nº 2615/1998.

CONCLUSÃO

4. Em face do exposto, constatou-se a necessidade de saneamento das referidas pendências.

5. Desta forma, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação de outorga e extinção da correspondente autorização.

À consideração superior.

Brasília, 18 de março de 2013.



NATÁLIA FROEMMING
Chefe de Serviço

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 0838/2013/CGRC/SCE-MC.

Brasília, 26 de março de 2013.



SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação -Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3 º andar 70044-900 - Brasília – DF
(61) 3311-6281

Ofício nº 1914 /2013/CGRC/SCE-MC

Brasília, / de abril de 2013.

Ao Senhor

ANTÔNIO ANDRÉ RAMALHO COSTA

Representante Legal da Associação Cultural e Comunicação Social - ACCS

Rua 3, nº 922 – Bairro da Mina

13.295-000 Itupeva – SP

Assunto: **Encaminhamento de Ofício Devolvido pelos Correios / Processo nº 53000.020902/2012 (Processo de Renovação).**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminhamos em anexo o ofício nº 1027, de 26/03/2013 e a Nota Técnica nº 838/2013, devolvidos pelos correios pelo seguinte motivo: “Não Procurado”.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente a documentação solicitada. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pedido de renovação será indeferido.

Atenciosamente,

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3 º andar 70044-900 - Brasília – DF
(61) 3311-6281

Ofício nº 1027 /2013/CGRC/SCE-MC

Brasília, 26 de março de 2013.

Ao Senhor

ANTÔNIO ANDRÉ RAMALHO SILVA

Representante Legal da Associação Cultural e Comunicação Social - ACCS

Rua Professora Deolinda Silveira Camargo, 335

13.295-000 Itupeva – SP

Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000.020902/2012.**

Senhor Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.020902/2012**, na localidade de **Itupeva / SP**, no qual essa Entidade requer renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **0838/2013**, que indica pendências na documentação encaminhada pela entidade.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.
3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

Atenciosamente,



SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Nota Técnica nº 0838/2013/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga**

Referência: Processo nº 53000.020902/2012

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de renovação da outorga concedida à **Associação Cultural e Comunicação Social - ACCS** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Itupeva / SP**, conforme Portaria de autorização, publicada no DOU de 25/08/2000 e Decreto Legislativo nº 71, publicado no DOU de 03/05/2002.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade do encaminhamento pela entidade, da seguinte documentação, relacionada no subitem 20.3 da Norma 1/2011:

I. Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de adequação da atual redação dos artigos 2º, 3º, 12, dentre outros ao disposto nos itens 8.2, alíneas “g” e “i” e 8.3, alíneas “b”, “d”, “g” e “h” da Norma nº 1/2011, conforme transcrição a seguir:

a. Não consta no art. 2º a finalidade específica de executar o serviço de radiodifusão comunitária, conforme o disposto no subitem 8.2, alínea “g” da Norma nº 01/2012.

“8.2. O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:

g) indicar, entre seus objetivos sociais, a finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme a legislação vigente;”

b. Consta no art. 3º, *caput*, que os associados deverão ser aprovados pela Diretoria Executiva. No entanto, de acordo com o subitem 8.3, alínea “b” da Norma,

“8.3. Os Estatutos Sociais das entidades comunitárias deverão ainda conter disposições que:

b) assegurem o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço (grifo nosso);”

nf/CGRC

c. No art. 12, inciso III, deverão ser observadas as disposições constantes do art. 60 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, conforme determina o subitem 8.3, alínea “h” da Norma, ou seja:

“Art. 60. A convocação dos órgãos deliberativos far-se-á na forma do estatuto, garantido a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promovê-la.”

d. Não consta no estatuto a determinação de que não haverá a distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados, em atendimento ao subitem 8.3, alínea “g” da Norma.

II. As alterações estatutárias promovidas devem ser devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Livro “A” do Registro de Pessoas Jurídicas ou microfilmadas em Pessoas Jurídicas, conforme o caso, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação.

III. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento, Certificado de reservista, título de eleitor, desde que acompanhado da cédula de identidade, carteira profissional, certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos ou escritura pública de emancipação), de acordo com o subitem 8.1, alínea “e” e subitem 8.4, alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” da Norma nº 1/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), de acordo com o disposto nos subitens 8.4.1 e 8.4.2.

IV. Cópia do CPF de todos os dirigentes, de acordo com o subitem 8.1, alínea “j” da Norma nº 1/2011.

V. Comprovante de residência de todos os dirigentes, de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea “k” da Norma nº 1/2011. Caso o documento encaminhado não esteja em nome do dirigente, deverá ser encaminhada a comprovação do vínculo existente entre ele e o titular do comprovante.

VI. Declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço, de acordo com ao subitem 8.1, alínea “i”, da Norma nº 1/2011.

VII. Declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso, de acordo com ao subitem 8.1, alínea “f”, subalínea “f.”, da Norma nº 1/2011.

VIII. Declaração, assinada pelo representante legal, de que: a entidade não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados; de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea “f”, subalínea “f.2”, da Norma nº 1/2011.

XVIII. Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não mantém vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais;

nf/53000.020902/12/CGRC

I. Comprovação de idoneidade da entidade interessada, bem como de seus dirigentes, em atenção ao disposto no art. 34, alínea "a" do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117/1962) e nos subitens 10.8 e 20.5 da Norma nº 01/2013, mediante apresentação dos seguintes documentos:

a. Certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que cada dirigente tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral;

b. Folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados nos quais os dirigentes da entidade residiram nos últimos cinco anos, expedida, no máximo, há seis meses;

c. Certidão que comprove a regularidade fiscal da entidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal do local onde está sediada; e

d. Certidão de regularidade da entidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

3. Quanto ao subitem 20.3, alínea k, comunicamos que oportunamente o Ministério das Comunicações indicará o valor relativo às despesas decorrentes do ato de renovação, conforme estabelecido no art. 37 do Decreto nº 2615/1998.

CONCLUSÃO

4. Em face do exposto, constatou-se a necessidade de saneamento das referidas pendências.

5. Desta forma, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação de outorga e extinção da correspondente autorização.

À consideração superior.

Brasília, 18 de março de 2013.



NATALIA FROEMMING
Chefe de Serviço

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 0838/2013/CGRC/SCE-MC.

Brasília, 26 de março de 2013.



SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

00 - 889

Valter Fervim da Costa

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretária de Serviços de Comunicações Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços
Esplanada dos Ministérios, Bloco R,
Ed. Anexo Ala Oeste sala 300

Of. 1914 /2013/CGRC/SCE-MC

53000.020902/12

ANTÔNIO ANDRÉ RAMALHO COSTA

ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL - ACCS

RUA 3, Nº 922 - BAIRRO DA MINA

13.295-000

ITUPEVA - SP



REGISTRADO UR
REGISTERED PRICE

AR **PESO / WEIGHT (kg)**

RA 10286078 7 BR



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR


SE
das
Comunicações
Fls. 149
Rubrica

DESTINATÁRIO DO ENVIO / DESTINATAIRE		
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE		
Of. 1914 /2013/CGRC/SCE-MC		
ENDEREÇO / ADRESSE		
53000.020902/12		
ANTÔNIO ANDRÉ RAMALHO COSTA		
ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL - ACCS		
CEP / CODE POSTAL		
RUA 3, Nº 922 - BAIRRO DA MINA		
13.295-000 ITUPEVA - SP		
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI
		<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE
		<input type="checkbox"/> EMS
		<input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR	DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION	CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION
	7/ /	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR		
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO		

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm

 CORREIOS BRASIL	AVISO DE RÉCEBIMENTO AVIS CM07	AR	RA 10286078 7 BR			
<small>DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT</small> <div style="border: 1px solid black; height: 20px; width: 100%;"></div>		<small>TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON</small>				
<small>UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT</small> AGÊNCIA MINICOM		<div style="border: 1px solid black; height: 20px; width: 100%;"></div> : h	<div style="border: 1px solid black; height: 20px; width: 100%;"></div> : h	<div style="border: 1px solid black; height: 20px; width: 100%;"></div> : h	<small>(ETIQUETA OU CARIMBO MP)</small>	
<small>PREENCHER COM LETRA DE FORMA</small>						
<small>ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO</small> RETOUR	<small>NO</small>	MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES Secretária de Serviços de Comunicações Eletrônica Departamento de Outorga de Serviços Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo Ala Oeste sala 300 70044-900 Brasília-DF				
	<small>EN</small>					
	<small>Cil</small>				<small>UF</small> BRASIL	
<div style="display: flex; justify-content: space-around; margin-top: 10px;"> <div style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px;"></div> <div style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px;"></div> <div style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px;"></div> <div style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px;"></div> <div style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px;"></div> <div style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px;"></div> <div style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px;"></div> </div>						



DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

AVISOS DE RETIFICAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria MC nº 328, de 04 de julho de 2012, publicada no DOU de 09/07/2012, resolve retificar o Aviso publicado no Diário Oficial da União Nº 94, de 17/05/2013, Seção 1, pág. 174, referente à concorrência nº 015/1997-SFO/MC, localidade de Piracuruca/PI: onde se lê "Conc. Nº: 014/97" leia-se "Conc. Nº: 015/97" Mantendo inalteradas as demais informações no mencionado aviso.

Brasília-DF, 19 de junho de 2013.

A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria MC nº 328, de 04 de julho de 2012, publicada no DOU de 09/07/2012, resolve retificar o Aviso publicado no Diário Oficial da União Nº 113, de 14/06/2013, Seção 1, pág. 50, referente à concorrência nº 001 2010-CEL/MC, localidade de Caragatatuba/SP: onde se lê "Serviço: FM" leia-se "Serviço: TV" Mantendo inalteradas as demais informações no mencionado aviso.

Brasília - DF, 20 de junho de 2013.
DENISE MENEZES DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão

COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO

A Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária - Substituta, no uso das suas atribuições resolve, pelo presente Edital, NOTIFICAR O INDEFERIMENTO dos processos das entidades abaixo relacionadas, por se encontrarem em lugar incerto e não sabido ou sem possibilidade de entrega de correspondência. As interessadas poderão solicitar a revisão da decisão, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação deste Edital. A não manifestação das entidades implicará o arquivamento do processo correspondente. A documentação deverá ser remetida à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, no endereço Esplanada dos Ministérios - Ministério das Comunicações - Bloco "R" - Anexo - 3º Andar - Ala Oeste -CEP: 70044-900 - Brasília - D.F.

UF	LOCALIDADE	Nº DO PROCESSO	NOME DA ENTIDADE	Nº DO OFÍCIO E DATA	MOTIVO DA DEVOLUÇÃO
BA	SALVADOR	53000.062909/2010	AMICOM - ASSOCIAÇÃO CULTURAL SOCIAL EDUCATIVA ASSISTENCIAL E DIFUSÃO COMUNITÁRIA "AMIGOS DA COMUNIDADE"	1643/2013 DE 15/04/2013	NAO EXISTE O NÚMERO INDICADO
BA	MUCURI	53000.038101/2011	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE TAQUARINHA - ADCT	42/2013 DE 08/01/2013	NAO PROCURADO
CE	ICAPUI	53000.028756/2009	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE ICAPUI - ACPI	4143/2012 DE 16/11/2012	NAO ATENDEU AO DOU 01/04/2013
GO	URUAÇU	53000.028324/2009	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL COMUNITÁRIA DE APOIO A URUAÇU - ABC-CAU	570/2013 DE 20/02/2013	NAO ATENDEU AO DOU 01/04/2013
MA	MAIMATOES	53000.035792/2011	ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA LUCIANO TENORIO - ACCLT	137/2012 DE 18/10/2012	AR EXTRAVIDO
MT	ARIPUANA	53000.033489/2009	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JARDIM PLANALTO	4303/2012 DE 29/11/2012	NAO ATENDEU AO DOU 01/04/2013
PE	AMARAJO	53000.039660/2012	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL JESUINO GOMES DA SILVA	274/2013 DE 28/01/2013	NAO PROCURADO
PI	TERESINA	53000.053722/2010	ASSOCIAÇÃO DE APOIO A EDUCAÇÃO CULTURA E INFORMAÇÃO	1096/2013 DE 25/5/2013	EDIFICIO SEM PORTARIA
RJ	BELEFORD ROXO	53000.017098/2005	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE RADIODIFUSÃO E TV DE BELEFORD ROXO	634/2013 DE 25/02/2013	AR EXTRAVIDO
RS	PORTAO	53100.001106/2004	ASSOCIAÇÃO PORTONENSE DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - APRACOM	4310/2012 DE 28/12/2012	MUDOU-SE
RS	CACHOEIRINHA	53000.049006/2012	CONSELHO COMUNITÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CACHOEIRINHA	1313/2013	AUSENTE 01 VEZES
RS	ELDORADO DO SUL	53000.000395/2010	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DISTRITO PARQUE ELDORADO-RS	1138/2013 DE 02/04/2013	NAO PROCURADO
SP	PAULICÉIA	53000.014149/2010	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE PAULICÉIA - ACCEP	11/2013 DE 09/01/2013	NAO PROCURADO

O Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária, no uso das suas atribuições resolve, pelo presente Edital, NOTIFICAR as entidades abaixo relacionadas, por se encontrarem em lugar incerto e não sabido ou sem possibilidade de entrega de correspondência, conforme motivos constantes das devoluções de AR Postal, para, querendo, apresentar manifestação acerca do teor dos ofícios relacionados, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação deste Edital. A não manifestação das entidades implicará o indeferimento do pedido e arquivamento do processo correspondente. A documentação deverá ser remetida à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, no endereço Esplanada dos Ministérios - Ministério das Comunicações - Bloco "R" - Anexo - 3º Andar - Ala Oeste -CEP: 70044-900 - Brasília - D.F.

UF	LOCALIDADE	Nº DO PROCESSO	NOME DA ENTIDADE	Nº DO OFÍCIO E DATA	MOTIVO DA DEVOLUÇÃO
AL	CAJUEIRO	53000.019318/2012	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJUEIRO	3929 DE 31/10/2012	INDEFERIDO INSUFICIENTE
AL	TAQUARANA	53000.006935/2013	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL AMIGOS DE TAQUARANA	821 DE 08/03/2013	DESCONHECIDO
AP	PEREIRA GOMES	53000.006809/2013	ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA ARAQUARI	1123 DE 27/03/2013	MUDOU-SE
BA	ITABUNA	53000.006808/2013	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA NORMARIO SA-LE	881 DE 08/03/2013	DESCONHECIDO
GO	GOIANIA	53000.007036/2013	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARQUE AMAZÔNIA	874 DE 08/03/2013	DESCONHECIDO
PI	MONSENHOR GIL	53000.006818/2013	FUNDAÇÃO LUIS RIBEIRO DA SILVA	832 DE 08/03/2013	NAO PROCURADO
PR	UMUARAMA	53000.006881/2013	ASSOCIAÇÃO NOVO MILENIO	848 DE 08/03/2013	MUDOU-SE
RN	EXTREMOZ	53000.006954/2013	ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE EXTREMOZ	834 DE 08/03/2013	NAO PROCURADO
RN	RIO DO FOGO	53000.038096/2010	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PITINGA	761 DE 08/03/2013	NAO PROCURADO
SP	SANTO ANTONIO DO PINHAL	53000.007101/2013	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE SANTO ANTONIO DO PINHAL	884 DE 08/03/2013	AUSENTE 03 VEZES

O Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária, no uso das suas atribuições resolve, pelo presente Edital, NOTIFICAR as entidades abaixo relacionadas, por se encontrarem em lugar incerto e não sabido ou sem possibilidade de entrega de correspondência, conforme motivos constantes das devoluções de AR Postal, para apresentação dos documentos solicitados nos ofícios relacionados, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação deste Edital. A não manifestação das entidades implicará o indeferimento do pedido e arquivamento do processo correspondente. A documentação deverá ser remetida à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, no endereço Esplanada dos Ministérios - Ministério das Comunicações - Bloco "R" - Anexo - 3º Andar - Ala Oeste -CEP: 70044-900 - Brasília - D.F.

UF	LOCALIDADE	Nº DO PROCESSO	NOME DA ENTIDADE	Nº DO OFÍCIO E DATA	MOTIVO DA DEVOLUÇÃO
AL	JARAMATAIA	53000.054785/2012	INSTITUTO JUSTINO LEITE DO AMARAL	688/2013 DE 27/02/2013	AUSENTE 03 VEZES
BA	CARDEAL DA SILVA MUCURI	53000.009149/2009	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE CARDEAL DA SILVA	515/2013 DE 17/02/2013	NAO PROCURADO
BA	SALVADOR	53000.037587/2011	ASSOCIAÇÃO SÃO JORGE DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA	1676 DE 18/04/2013	NAO PROCURADO
BA	SÃO FRANCISCO DO CONDE	53000.057706/2012	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMPARO AOS ARTISTAS DE CAJAZEIRAS	428/2013 DE 06/02/2013	MUDOU-SE
GO	FORMOSA	53000.020068/2012	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA PROGRESSO DA CIDADANIA DE SÃO FRANCISCO DO CONDE	1035/2013 DE 26/02/2013	DESCONHECIDO
MA	JOÃO LISBOA	53000.035112/2009	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JOVENS PELA PAZ - ASCOMJOP	953/2013 DE 11/03/2013	DESCONHECIDO
MA	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	53000.053850/2011	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA GAMELEIRA FM	993/2013 DE 13/03/2013	MUDOU-SE
MG	CONTAGEM	53000.027144/2009	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES DO BAIRRO SÃO JOSE	2413/2013 DE 14/05/2013	AUSENTE 03 VEZES
MG	ARCOS	53000.022898/2010	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE DE RADIODIFUSÃO DE NOVA CONTAGEM - ASCORRADI	2425/2013 DE 15/05/2013	MUDOU-SE
MT	SANTO ANTONIO DO LEVERGIER	53000.057905/2011	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE E DESENVOLVIMENTO DE ARCOS	1487/2013 DE 10/04/2013	AUSENTE 03 VEZES
MT	ALTO ARAGUAIA	53000.046683/2010	ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA VALE DAS PALMEIRAS	443/2013 DE 07/02/2013	NAO PROCURADO
PE	SURUBIM	53000.012105/2012	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ARTÍSTICA CULTURAL INFORMATIVA E SOCIAL DE ALTO ARAGUAIA	50/2013 DE 08/01/2013	NAO EXISTE O Nº INDICADO
PR	CAMPINA GRANDE DO SUL	53000.002939/2003	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SURUBINENSE DE RADIODIFUSÃO PARA O BEM ESTAR SOCIAL	805/2013 DE 08/03/2013	NAO PROCURADO
PR	FRANCISCO BELTRAO	53000.011104/2011	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E ARTÍSTICA ESPORTIVA DE CAMPINA GRANDE DO SUL	459/2013 DE 14/02/2013	AUSENTE 03 VEZES
RS	SÃO SEPE	53000.028981/2009	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE NORTE	619/2013 DE 22/02/2013	NAO PROCURADO
RS	VARGEM GRANDE DO SUL	53000.002918/2013	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO, CULTURAL E EDUCACIONAL DE SÃO SEPE	1113/2013 DE 27/03/2013	NAO PROCURADO
SP	ITUPEVA	53000.026584/2011	ASSOCIAÇÃO CULTURAL SOCIAL DE VARGEM GRANDE DO SUL	2411/2013 DE 14/05/2013	DESCONHECIDO
TO	DUIRE	53000.020902/2012	ACCS - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL	1914/2013 DE 01/04/2013	DESCONHECIDO
TO	PUGMIL	53000.019229/2009	ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DUIRE FM	1895/2013 DE 25/4/2013	AUSENTE
TO	PUGMIL	53000.064005/2012	ASSOCIAÇÃO VENEZIANA EDUCACIONAL DE PUGMIL - AVEDEP	1897/2013 DE 25/04/2013	NAO EXISTE O Nº INDICADO

Em 18 de junho de 2013

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032013062400152

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE 3 DE SETEMBRO DE 2013

O Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação, no uso das suas atribuições resolve, pelo presente Edital, NOTIFICAR O INDEFERIMENTO dos processos das entidades abaixo relacionadas, por se encontrarem em lugar incerto e não sabido ou sem possibilidade de entrega de correspondência. As interessadas poderão solicitar a revisão da decisão, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação deste Edital. A não manifestação das entidades implicará o arquivamento do processo correspondente. A documentação deverá ser remetida à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, no endereço Esplanada dos Ministérios - Ministério das Comunicações - Bloco "R" - Anexo - 3º Andar - Ala Oeste - CEP: 70044-900 - Brasília - D.F.

UF	LOCALIDADE	Nº DO PROCESSO	NOME DA ENTIDADE	Nº DO OFÍCIO E DATA	MOTIVO DA DEVOLUÇÃO
AL	JARAMATAIA	53000.054785/2012	INSTITUTO JUSTINO LEITE DO AMARAL	688/2013 DE 27/02/2013	NÃO ATENDEU AO DOU 24/06/2013
BA	OLINDINA	53000.000207/2007	ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE OLINDINA	3319/2013 DE 28/06/2013	NÃO EXISTE O Nº INDICADO
BA	SANTO ESTEVÃO	53000.015114/2010	ASSOCIAÇÃO RURAL BENEFICENTE DE CABOCLIO	2889/2013 DE 06/06/2013	NÃO PROCURADO
BA	CAMAMU	53000.019744/2011	ASSOCIAÇÃO CAMAMUENSE DE RÁDIO COMUNITÁRIA PROF. AGENOR COSTA	2555/2013 DE 20/05/2013	NÃO EXISTE O Nº INDICADO
BA	CAMPO FORMOSO	53000.049934/2012	ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE DE TIQUIARA	3015/2013 DE 13/06/2013	NÃO PROCURADO
BA	JAGUARARI	53000.036693/2009	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE JAGUARARI	3282/2013 DE 28/06/2013	MUDOU-SE
BA	NOVA FÁTIMA	53000.055791/2012	ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA DESPORTIVA E SOCIAL	3074/2013 DE 17/06/2013	MUDOU-SE
BA	CARDEAL DA SILVA	53000.009149/2009	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE CARDEAL DA SILVA	515/2013 DE 17/02/2013	NÃO ATENDEU AO DOU 24/06/2013
BA	SALVADOR	53000.057206/2012	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMPARO AOS ARTISTAS DE CAJAZEIRAS	438/2013 DE 06/02/2013	NÃO ATENDEU AO DOU 24/06/2013
BA	MUCURI	53000.037582/2011	ASSOCIAÇÃO SÃO JORGE DE RÁDIOFUSÃO COMUNITÁRIA	1678/2013 DE 18/04/2013	NÃO ATENDEU AO DOU 24/06/2013
BA	SÃO FRANCISCO DO CONDE	53000.020068/2012	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O PROGRESSO DA CIDADANIA DE SÃO FRANCISCO DO CONDE	1035/2013 DE 26/03/2013	NÃO ATENDEU AO DOU 24/06/2013
GO	SENADOR CANEDO	53000.058732/2012	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURAL ESPLANADA - ACCCE	3178/2013 DE 24/06/2013	DESCONHECIDO
GO	PILAR DE GOIÁS	53000.064648/2012	ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DO VALE SÃO PATRÍCIO	3281/2013 DE 28/06/2013	NÃO PROCURADO
GO	FORMOSA	53000.035112/2009	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JOVENS PELA PAZ - ASCOMJOP	955/2013 DE 11/03/2013	NÃO ATENDEU AO DOU 24/06/2013
MA	JOÃO LISBOA	53000.032850/2011	ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA GAMELEIRA FM	993/2013 DE 15/03/2013	NÃO ATENDEU AO DOU 24/06/2013
MG	CONTAGEM	53000.022898/2010	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE DE RÁDIOFUSÃO DE NOVA CONTAGEM - ABOBRADI	2425/2013 DE 15/05/2013	NÃO ATENDEU AO DOU 24/06/2013
MG	ARCOS	53000.057203/2011	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE E DESENVOLVIMENTO DE ARCOS	1487/2013 DE 10/04/2013	NÃO ATENDEU AO DOU 24/06/2013
MT	ALTO ARAQUAIA	53000.021055/2012	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ARTÍSTICA CULTURAL INFORMATIVA E SOCIAL DE ALTO ARAQUAIA	502013/2013 DE 08/01/2013	NÃO ATENDEU AO DOU 24/06/2013
MT	SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER	53000.046683/2010	ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA VALE DAS PALMEIRAS	443/2013 DE 07/02/2013	NÃO ATENDEU AO DOU 24/06/2013
PA	BELÉM	53000.011332/2006	ASSOCIAÇÃO DE RÁDIOFUSÃO COMUNITÁRIA DO DISTRITO ITAQUAIA	2737/2013 DE 03/06/2013	DESCONHECIDO
PB	BARRA DE SANTANA	53000.060471/2011	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE BARRA DE SANTANA	1951/2013 DE 01/08/2013	MUDOU-SE
PE	SURUBIM	53000.002939/2003	ASSOCIAÇÃO SURUBINENSE DE RÁDIO DIFUSÃO PARA O BEM-ESTAR SOCIAL	805/2013 DE 08/03/2013	NÃO ATENDEU AO DOU 24/06/2013
PR	CHOPINZINHO	53000.061439/2011	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DE CHOPINZINHO	379/2013 DE 30/05/2012	ENDERECO INSUFICIENTE
PR	FRANCISCO BELTRÃO	53000.028981/2009	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE NORTE	619/2013 DE 22/02/2013	NÃO ATENDEU AO DOU 24/06/2013
RS	ALVORADA	53000.054950/2005	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA AMIGOS DA CRIANÇA	2974/2013 DE 11/06/2013	DESCONHECIDO
RS	SÃO SEPE	53000.002918/2013	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIOFUSÃO, CULTURAL E EDUCACIONAL DE SÃO SEPE	1113/2013 DE 27/03/2013	NÃO ATENDEU AO DOU 24/06/2013
SP	PRAIJA GRANDE	53000.002968/2013	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE PAZ NO VALE	914/2013 DE 11/03/2013	NÃO EXISTE O Nº INDICADO
SP	MOGI GUACU	53000.032553/2012	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCACIONAL DIREITO DE VIVER	115/2013 DE 14/01/2013	DESCONHECIDO
SP	VARGEM GRANDE DO SUL	53000.026584/2011	ASSOCIAÇÃO CULTURAL SOCIAL DE VARGEM GRANDE DO SUL	2411/2013 DE 14/05/2013	NÃO ATENDEU AO DOU 24/06/2013
SP	ITUPEVA	53000.020902/2012	ACCS - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNICACAO SOCIAL	1914/2013 DE 01/04/2013	NÃO ATENDEU AO DOU 24/06/2013
TO	IDURÉ	53000.019229/2009	ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DUERRE FM	1895/2013 DE 25/04/2013	NÃO ATENDEU AO DOU 24/06/2013

OCTAVIO PENNA PIERANTI

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE 3 DE SETEMBRO DE 2013

O Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação, no uso das suas atribuições resolve pelo presente Edital NOTIFICAR A MANUTENÇÃO DO INDEFERIMENTO dos processos das entidades abaixo relacionadas, por se encontrarem em lugar incerto e não sabido ou sem possibilidade de entrega de correspondência. As interessadas, cujos pedidos de reconsideração foram negados, poderão apresentar Recurso, endereçado ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação deste Edital. A não manifestação das entidades implicará o arquivamento do processo correspondente. A documentação deverá ser remetida à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, no endereço Esplanada dos Ministérios - Ministério das Comunicações - Bloco "R" - Anexo - 3º Andar - Ala Oeste - CEP: 70044-900 - Brasília - D.F.

UF	LOCALIDADE	Nº DO PROCESSO	NOME DA ENTIDADE	Nº DO OFÍCIO E DATA	MOTIVO DA DEVOLUÇÃO
CE	INDEPENDÊNCIA	53650.000776/2002	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE VÁRZEA ALEGRE	4279/2012 DE 28/11/2012	NÃO EXISTE O Nº INDICADO
MG	MONTI FORMOSO	53000.018745/2009	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL - CORREGO DA ONÇA	2357/2013 DE 10/05/2013	NÃO PROCURADO
MG	FRANCISCOPOLES	53000.028545/2012	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO DE FRANCISCOPOLES	4050/2013 DE 30/07/2013	NÃO EXISTE Nº INDICADO
PE	CABO DE SANTO AGOSTINHO	53000.046808/2012	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE JUSSARAL E ÁREAS CIRCUNVIZINHAS	4045/2013 DE 30/07/2013	DESCONHECIDO
SP	SÃO PAULO	53830.002016/1998	CONSELHO COMUNITÁRIO DE SÃO PAULO	7018/2013 DE 13/06/2013	MUDOU-SE
SP	BRAGANÇA	53000.041545/2005	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MATER ET MAGISTRA	2356/2013 DE 10/05/2013	ENDERECO INSUFICIENTE
SP	LINS	53000.049232/2012	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DIÁRIO FM DE LINS	4103/2013 DE 09/08/2013	ENDERECO INSUFICIENTE

OCTAVIO PENNA PIERANTI

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIOFUSÃO COMUNITÁRIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE 3 DE SETEMBRO DE 2013

O Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária, no uso das suas atribuições resolve, pelo presente Edital, NOTIFICAR as entidades abaixo relacionadas, por se encontrarem em lugar incerto e não sabido ou sem possibilidade de entrega de correspondência, conforme motivos constantes das devoluções de AR Postal, para apresentação dos documentos solicitados nos ofícios relacionados, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação deste Edital. A não manifestação das entidades implicará o indeferimento do pedido e arquivamento do processo correspondente. A documentação deverá ser remetida à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, no endereço Esplanada dos Ministérios - Ministério das Comunicações - Bloco "R" - Anexo - 3º Andar - Ala Oeste - CEP: 70044-900 - Brasília - D.F.

UF	LOCALIDADE	Nº DO PROCESSO	NOME DA ENTIDADE	Nº DO OFÍCIO E DATA	MOTIVO DA DEVOLUÇÃO
AL	PARIPUEIRA	53000.037287/2003	MOVIMENTO DE AÇÃO COMUNITÁRIA - MAC	2832/2013 DE 05/06/2013	DESCONHECIDO
CE	OUIXERAMOBIM	53000.015039/2012	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA COMUNIDADE DA FÉ	2480/2013 DE 17/05/2013	DESCONHECIDO
MS	PORTO MURTINHO	53000.007244/2006	ASSOCIAÇÃO DE RÁDIOFUSÃO COMUNITÁRIA DE PORTO MURTINHO - ARCOF	3485/2013 DE 10/07/2013	NÃO EXISTE O Nº INDICADO
MT	RONDONÓPOLIS	53000.035222/2005	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO CULTURA E COMUNIDADE FM	3795/2012 DE 23/10/2012	NÃO EXISTE O Nº INDICADO
PA	CAMETÁ	53000.003518/2013	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO	3395/2013 DE 03/07/2013	MUDOU-SE
PR	MULUNGU	53000.026005/2009	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FLORESCE	3976/2013 DE 31/07/2013	DESCONHECIDO
PI	JULIO BORGES	53000.012561/2010	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE JULIO BORGES - PI	2486/2013 DE 17/05/2013	MUDOU-SE
PR	BEIA VISTA DO PARAISO	53000.055525/2011	ASSOCIAÇÃO DE INCLUSÃO SOCIOCULTURAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO DO NORTE DO PARANA	2781/2013 DE 31/05/2013	DESCONHECIDO
RS	BETIO	53000.020449/2009	ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA ORTOMANI	3284/2013 DE 25/06/2013	MUDOU-SE
RS	PALMARES DO SUL	53000.063445/2010	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E ARTÍSTICA DE QUINTÃO/PALMARES DO SUL-ACAPAS	2446/2013 DE 15/05/2013	NÃO PROCURADO
SP	MOGI DAS CRUZES	53000.028390/2009	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MOGI ALTO	3228/2013 DE 24/06/2013	NÃO PROCURADO
SP	IBITINGA	53000.032009/2012	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE CULTURAL E SOCIAL IBITINGUENSE	1195/2013 DE 02/04/2013	MUDOU-SE

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

NOTA TÉCNICA Nº 0628/2014/CGRC/DEAA/SCE-MC

Assunto: **Não Renovação de Outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária.**

Referências: Processo nº 53000.020902/2012.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de análise do requerimento por meio da qual a **ACCS - Associação Cultural e Comunicação Social** solicita Renovação de Outorga para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Itupeva**, estado de **São Paulo**.

ANÁLISE

2. A entidade protocolou seu pedido de Renovação de Outorga tempestivamente, em 30/04/2012, considerando que sua outorga expirou em 03/05/2012, tendo sido o processo de renovação formalizado sob o nº 53000.020902/2012. Após a análise dos autos, foram encontradas pendências na documentação encaminhada pela requerente, as quais foram elencadas na Nota Técnica nº 838/2013/CGRC/SCE-MC, encaminhada por meio do ofício nº 1027/2013, de 26/03/2013. O referido ofício, entretanto, foi devolvido pelos Correios, tendo sido reenviado para outro endereço, por meio do ofício nº 1914/13, de 25/04/2013, que também foi devolvido pelos Correios. Diante da impossibilidade de comunicação com a entidade, este Ministério publicou o Edital de Notificação no Diário Oficial da União de 24/06/2013, concedendo um prazo de 30 (trinta) dias para apresentação dos documentos solicitados. No entanto, até a presente data, não houve qualquer manifestação por parte da ACCS - Associação Cultural e Comunicação Social, restando comprovada a sua falta de interesse processual.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, opinamos pela não renovação da outorga concedida à **ACCS - Associação Cultural e Comunicação Social**, com o consequente encaminhamento dos autos para a Consultoria Jurídica, para prosseguimento.

À consideração superior.

Brasília, 11 de fevereiro de 2014.




NATÁLIA FROEMMING
Chefe de Serviço

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Comunicação Eletrônica
Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

De acordo. À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação.

Brasília, 11 de fevereiro de 2014.



SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

De acordo. Encaminhe-se à Senhora Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica.



Brasília, 13 de fevereiro de 2014.

OCTAVIO PENNA PIERANTI
Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação

De acordo. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica.

Brasília, de fevereiro de 2014.



PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica

PORTARIA N^o

, DE

DE

DE 2014.



O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no parágrafo único do art. 6^o da Lei n^o 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no art. 36 do Decreto n^o 2.615, de 03 de junho de 1998, comum com o subitem 20.6 da Norma n^o 01 de 2011, aprovada pela Portaria n^o 462, de 14 de outubro de 2011, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo n^o 53000.020902/2012, resolve:

Art. 1^o Declarar a extinção da autorização outorgada à ACCS - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL, por meio da Portaria n^o 466, publicada no Diário Oficial da União em 25 de agosto de 2000, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, no município de ITUPEVA / SP.

Art. 2^o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

Requerente Técnica1 Jurídica Técnica2 Documentos Representatividade Indeferimento

CheckList

Entidade : * ACCS - ASSOCIACAO CULTURAL E COMUNICACAO SOCIAL
Nome Fantasia : ACCS
CNPJ : 02.886.389/0001-40
Telefone(s) :
Latitude: S23°09'12"
Longitude: W47°03'20"
Email(s) :
Endereço(s) :
 (Sede)
 PROF DEOLINDA SILVEIRA DE CAMARGO, 335, JD SAO VICENTE -
 ITUPEVA - SAO PAULO



Coordenadas do Sistema Irradiante

Latitude: * S23°09'27"
Longitude: * W47°03'25"
Distância entre sistema irradiante e IBGE 0,48 Km

Coordenadas da Sede

Latitude:
Longitude:
Distância entre sede e sistema irradiante Km

Nº do processo : * 53830.003004/1998 Volume: 0001
Localidade de Pequeno Porte? ☐
UF/Localidade: SP ITUPEVA
Distrito/Subdistrito: Selecione Selecione
Aviso de Inscrição: * 4 - SSR DOU 18/03/99 - 17/04/99
Canal : 290
Frequência :
Fase : * Licença Definitiva
Status : * LDE - LDE - LICENÇA DEFINITIVA EXPEDIDA
Nome Artístico: ACCS - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL
Horário Funcionamento De: às
Observação :

Quadro Diretivo

Nome	CPF	Cargó	Mandato	Telefone(s)	Opções
Nenhum registro cadastrado					


Endereços

Tipo	UF	Município	Distrito	Endereço	Bairro	CEP	Opção
Estúdio	SP	ITUPEVA		RUA DEOLINDA S. DE CAMARGO, 335, nº	N/I	13295000	
Sistema Irradiante	SP	ITUPEVA		Rua Deolinda S. de Camargo, 335, nº	Centro	13295000	
Correspondência	SP	ITUPEVA		Rua Deolinda S. de Camargo, 335, nº	Centro	13295000	

Atos

Número	Documento	Data DOU	Razão
466	Portaria	25/08/2000	MC DOU 25/08/00 - Portarias de No. 449 a 488
71	Decreto	03/05/2002	Atos do Congresso Nacional de 03/05/2002

Históricos

Recurso	Data	Usuário	Situação	Status	Ação
Requerente	19/10/2012	Valkiria Ferreira Machado		LDE - LICENÇA DEFINITIVA EXPEDIDA	
 1/1 Exibir : 5					

Gerar Vizinhos

Voltar



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA



COTA Nº 322 /2014/SJL/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU

PROCESSO Nº 53900.000315/2014-83

INTERESSADO: CONSULTORIA JURÍDICA

ASSUNTO: Diligência - processos de renovação de outorga do serviço de radiodifusão comunitária

Senhora Coordenadora-Geral de Acompanhamento de Outorga,

Foram remetidos a esta CONJUR processos de interesse de entidades executantes do serviço de radiodifusão comunitária, para fins de análise quanto à viabilidade jurídica das renovações das respectivas outorgas.

2. Ocorre, porém, que, para embasamento da manifestação deste órgão, faz-se mister seja fornecida informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração instaurado em face da entidade interessada (concluído ou em trâmite), devendo ser esclarecida a situação de cada um e se e quando houve aplicação de sanção.

3. A seguir, o rol de processos que se encontram nesta CONJUR e nos quais se faz necessário que conste a informação supra:

53000.059473/11	Ass. Comunitária Beneficente e Cultural Dona Joaquina de Pompeu	Pompeu	MG
53000.056643/11	Ass. Comunitária e de Radiodifusão Neves	Riachão das Neves	BA
53000.056228/11	Ass. De Comunicação e Cultura Liberdade	Jaíba	MG
53000.057359/11	Radio Comunitária Madalena FM	Santa Maria Madalena	RJ
53000.020902/12	ACCS- Ass. Cultural e Comunicação Social	Itupeva	SP
53000.057351/11	Ass. Clamor dos Pobres	Caiabu	SP
53000.057356/11	Comunidade Amiga de Radiodifusão de Floriania	Floriania	RN
53000.056244/11	Ass. Do Loteamento Jardim Santa-Ana	Maceió	AL
53000.055777/11	Ass. Comunitaria Amigos do Meio Ambiente de Rifaina	Rifaina	SP
53000.046015/11	Ass. De Difusao Comunitaria do Catolé	Campina Grande	PB
53000.056239/11	Ass. Cultural Chapadão do Sul	Chapadão do Sul	MS



53000.048644/11	Ass. Comunitaria para o Desenvolvimento Artístico e Cultural Nova Onda de Carmo do Rio Claro	Carmo do Rio Claro	MG
53000.056252/11	Ass. Cultural Jose Ribeiro da Cunha	Montividiu	GO
53000.049408/12	Fundação Cidade Historica de Itaguaí	Itaguaí	RJ
53000.016939/12	Ass. Comunitária de Comunicação, Manairama	Ouro Branco	RN
53000.050217/12	Ass. Comunitária Beneficente Artística e Cultural Guaraniense de Rádio e Tv	Guarani	MG
53000.043084/12	Ass. Comunitária do Municipio de Indiará Goiás- Rádio Educativa FM	Indiará	GO
53000.063589/12	Ass. Rádio Comunitária Vitória de Radiodifusão	Contagem	MG
53000.058471/11	Ass. da Rádio Comunitária Alternativa FM	Guaratuba	PR
53000.058105/11	Ass. Comunitária Romiporã	Espigão do Oeste	RO
53000.059288/11	Ass. Comunitária de São Francisco de Paula	São Francisco de Paula	MG
53000.051320/12	Ass. Comunitária de Comunicação e Cultura de Currais Novos	Currais Novos	RN
53000.056215/11	Ass. Comunitária Farroupilha	Pelotas	RS
53000.056216/11	Ass. Comunitária Cultural de Morro Redondo	Morro Redondo	RS
53000.014702/12	Ass. Comunitária dos Moradores e Amigos do Bairro Granja Aurimar	Piraúba	MG
53000.058135/11	Ass. Comunitária Bonjardinense de Radiodifusão	Bom Jardim	MG
53000.056631/11	Ass. Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Informação Princesa do Norte	Sonora	MS
53000.056241/11	Rádio, Comunitária Educadora Fm	Santa Rita	PB
53000.041134/11	Ass. Cultural e Comunitária de Santa Cruz de Monte Santa Cruz de Monte Castelo	Castelo	PR
53000.050829/11	Rádio Comunitária de Itambé	Itambé	PE



53000.058118/11	Ass.Comunitária de Amigos de Cafelandia	Cafelandia	PR
53000.058120/11	Sociedade Rádio Comunitária Camará Fm	Camaragibe	PE
53000.016594/13	Ass. De Radiodifusão Comunitária de Buriti Bravo	Buriti Bravo	MA
53000.055763/11	Ass.Cultural e Comunitária Prima	Monte Mor	SP
53000.038596/12	Ass.Comunitária Cativa	Rio Brilhante	MS
53000.040134/11	Ass.Comunitária Comunicação e Cultura de Timbaúba	Timbaúba	PE
53000.050186/11	Ass.Educacional Cultura Artística Novo Tempo	Igaci	AL
53000.006813/13	Ass. Cultura Desportiva de São Bento	São Bento	MA
53000.056641/11	Ass.Comunitária e Cultural Teresense	Santa Teresa	ES
53000.055773/11	Ass.Comunitária Cultural de Pedrinhas Paulista	Pedrinhas Paulista	SP
53000.056240/11	Ass.de Radiodifusão Comunitária São Miguel	Itavares	PB
53000.056247/11	Ass.Casa de Apoio a Criança e ao Adolescente	Autazes	AM
53000.057354/11	Ass.Creche Lar da Criança Feliz	Paineira	MG
53000.058108/11	Ass.dos Amigos da Praia de Mariscal	Bombinhas	SC
53000.057910/11	Ass.Cultural Cristã do Paulista	Paulista	PE
53000.058129/11	Ass.Mamma Bianca	Valparaíso	SP
53000.015612/2013	Associação Comunitária da Comunicação para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico de Varzedo	Varzedo	BA

Brasília, 6 de maio de 2014

SOCORRO JANAINA M. LEONARDO
Advogada da União
Coordenadora-Geral de Assuntos Judiciais

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica****Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica****Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas****DESPACHO****PROCESSO: 53900.000315/2014-83****ENTIDADE: ACCS- ASS. CULTURAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

1. Em atenção à COTA Nº 322/2014/SJL/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, informamos que foram realizadas pesquisas no banco de dados de controle dos Processos de Apuração de Infração e no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, referente à entidade em apreço, cujo resultado segue abaixo.

2. Segue, em anexo, cópia digitalizada da consulta realizada no SRD.

Descrição	Nº Processo	Situação Atual
Registro de Instauração de PAI (ativos)	53000.044135/2009	- Em trâmite - Portaria nº 764, de 16/07/2013, publicada no DOU de 17/07/2013 - ADVERTÊNCIA
Registro de antecedentes no SRD (PAI's encerrados)		Sim. Concluído. Vide SRD. Despacho nº 335, de 20/07/2010 - ADVERTÊNCIA

19/05/2014



Documento assinado eletronicamente por **Ana Clara Silva Lopes, Coordenadora de Análise de Denúncia**, em 20/05/2014, às 16:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sibela Leandra Portella, Coordenadora-Geral de Acompanhamento de Outorgas Substituta**, em 21/05/2014, às 14:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0003769** e o código CRC **9CE67365**.

**ANATEL**ANATEL - Agência Nacional
de Telecomunicações**Sistemas
Interativos** **Menu Principal** ▾SRD | [menu](#) | [ajuda](#)**Consulta Geral - RADCOM****Identificação do Pedido RADCOM**

UF: SP
Município: Itupeva
Canal: 290
Fase: 3

Distrito:
Sub Distrito:
Local Específico:

**Dados da Entidade**

Entidade: ACCS - ASSOCIACAO CULTURAL E COMUNICACAO SOCIAL
Nome Fantasia:
Logradouro: RUA DEOLINDA S. DE CAMARGO
Telefone: Não Informado
Situação: Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)

CNPJ: 02.886.389/0001-40
Bairro: CENTRO
Número: 335
Fax: Não Informado

☒ **Dados da Outorga**☒ **Documentos Emitidos****Atualização de Documentos**

Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
466	Portaria	ANATEL	14/08/2000	25/08/2000	Autoriza Executar Serviço	Jur
71	Decreto Legislativo	ANATEL	02/05/2002	03/05/2002	Deliber. do C. Nacional	Jur
43434	ATO	ANATEL	25/03/2004	30/03/2004	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Jur
335	Portaria	ANATEL	20/07/2010		Advertência	Jur

☒ **Característica da Estação Instalada**☒ **Dados do Licenciamento**[Tela Inicial](#) | [Imprimir](#)



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Consultoria Jurídica

Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais

TERMO DE ENCERRAMENTO DE TRÂMITE NO CPROD

Protocolo nº: 53000.020902/2012-71

Aos 18 dias do mês julho de 2014, no CONJUR/CGAJ, procedemos ao encerramento da tramitação deste processo por **meio físico, finalizando** a apensação física de documentos, para a partir de então dar **continuidade à tramitação e apensação de documentos por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI.**

O Processo Físico encerrou-se na página 121.



Documento assinado eletronicamente por **Regina Francisca Pereira, Agente Administrativo**, em 18/07/2014, às 14:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0046457** e o código CRC **D3E9B6EF**.

ACCS - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Rua Prof. Deolinda Silveira Camargo 335 – Jd. São Vicente, Itupeva-SP – CNPJ 02.886.389/0001-40 – Fone: (11) 4496-3010

PEDIDO DE PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSO À EXTINÇÃO DA OUTORGA DA RADIO 105,9 FM DE ITUPEVA**ILMO SR. ALMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA**
Coordenador Geral de Radiodifusão Comunitária

Venho respeitosamente à sua presença para apresentar formalmente nosso pedido de desculpas pelo **NÃO CUMPRIMENTO DO PRAZO** para entrega dos documentos referentes ao **PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA**, quero por meio deste instrumento **MANIFESTAR NOSSO GRANDE INTERESSE PELA RENOVAÇÃO BEM COMO APRESENTAR NOSSA DEFESA** informando que a nota técnica com a constatação de pendências: PROCESSO 53000.020902/2012, foi encaminhada para o meu endereço e não para a sede da Rádio, como de costume, onde temos pessoas para dar a devida atenção durante todo o dia, os quais estavam devidamente orientadas para prontamente nos informar tal recebimento. Gostaria de lhe informar respeitosamente que moro na área atendida pela emissora, porém é na área rural do município e o **SERVIÇO DOS CORREIOS TEM MUITAS FALHAS** no bairro onde moro bem como em toda nossa cidade, inclusive na região central onde se localiza a emissora, portanto, informo que **NÃO RECEBI A REFERIDA NOTIFICAÇÃO** e desta forma fiquei impossibilitado de dar a devida atenção e providenciar a documentação exigida. Para que se esclareça, informo também que a sede da rádio está no endereço supracitado no timbre, no entanto, a notificação foi enviada para o meu endereço residencial na Rua 3, nº 922, no Bairro da Mina. Quero encarecidamente **PEDIR SUA ATENÇÃO**, e um **NOVO PRAZO** para que apresentemos a documentação exigida. pois a Rádio 105,9 FM é um patrimônio de nossa cidade, é a única emissora do município e **ÚNICO CANAL DE INFORMAÇÃO** para boa parte de nossa população, principalmente à aqueles que moram em área de risco, pois nossa cidade já sofreu 18 enchentes e nestas situações a emissora tem sido de grande ajuda aos atingidos, trabalhando aliada à Defesa Civil com a informação necessária bem como arrecadando alimentos, roupas e móveis para as famílias muitas vezes desalojadas. Também a rádio é o único meio de comunicação para informar **MORADORES DA ÁREA RURAL** sobre **CAMPANHAS DE SAÚDE E DE OUTRA NATUREZA, BEM COMO UTILIDADE PÚBLICA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, ARRECADAÇÃO DE ALIMENTOS E ROUPAS, DIVULGAÇÃO DAS FESTAS MUNICIPAIS ENTRE OUTROS**. Lamentamos profundamente o ocorrido, entendendo nossa responsabilidade e **PEDIMOS UMA CHANCE DE RECUPERAR NOSSA RÁDIO**, que é considerada uma conquista para Itupeva, cidade do interior de São Paulo. Pedimos ainda sua atenção quanto ao **PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE UM NOVO TRANSMISSOR** adquirido por nossa entidade, cuja documentação foi encaminhada junto com o pedido de renovação de outorga em abril de 2012. Informo que desde então o **EQUIPAMENTO CONTINUA SEM USO**, aguardando a autorização, do Ministério das Comunicações como nos foi orientado por telefone, na época da aquisição. Agradeço a atenção dispensada e nos comprometemos a acompanhar junto aos correios possíveis correspondências encaminhadas à ACCS.

Cordiais saudações,

Reg. Civil e Anexo
Itupeva - SP

Itupeva, 13 de maio de 2014

Antonio André Ramalho Costa
Presidente

TABELÃO DE REGISTRO CIVIL DE ITUPEVA - COMARCA DE JUNDIAÍ - Tabelião - Luiz Roberto Raymundo
Município de Itupeva, 376 - Centro - 13295-000 - Fone (11) 4591-0000 - e-mail: cartorio.itupeva@uol.com.br

Reconheço por SEMELHANÇA (doc s/vr econ) a firma de
ANTONIO ANDRÉ RAMALHO COSTA
que confere c/ o padrão reg. nesta serventia. Dou fé.
ITUPEVA, 13 de maio de 2014. Em testº da verdade
Vanessa Aparecida de Assis Aguiar - Escrevente
Valor Total R\$ 4.50



14-05-14

1C Samir Amando Granja Nobre Maia
coordenador geral de Radiodifusão Comunitária

Ministério das Comunicações

Secretaria de serviços de comunicação
eletrônica

Coordenação geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos ministérios, Bloco R, 3º andar
70044-900 Brasília DF



FC0906/36

SB 06020076 9 BR





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

COTA Nº: 13 / 2014 / CONJUR/CGAJ - SEI-MC

(COTA Nº 493/2014/SJL/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU-sgd)

PROCESSO Nº 53000.020902/2012-71

INTERESSADO: Associação Cultural e Comunicação Social

ASSUNTO: Execução do serviço de radiodifusão comunitária. Processo em fase de possível renovação. Diligência.

Senhora Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária,

Trata-se de processo de interesse da Associação Cultural e Comunicação Social, autorizada a executar o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Itupeva, São Paulo.

2. O processo fora remetido a esta CONJUR com a conclusão pela não renovação da outorga, haja vista o não atendimento de exigências formuladas pelo Poder Concedente, o que teria caracterizado a desídia da entidade.
3. Registre-se, por oportuno, que a entidade deu origem ao processo em tela, apresentando o devido requerimento para fins de renovação. Ocorre que se mostraram infrutíferas as tentativas de comunicação a posteriori, resultando, por ultimo, na publicação de notificação por meio de DOU.
4. Não obstante, quando o processo já se encontrava no âmbito desta CONJUR, foi encaminhada pela entidade nova manifestação – desta feita anexada ao processo, via SEI – que aponta a remessa de documentação a endereço que não o da entidade propriamente.
5. Nesses termos, reencaminho o processo para novo apreço por essa d. CGRC, em especial quanto ao noticiado na manifestação acima referida, uma vez que possível falha na notificação da entidade poderá gerar vício de natureza absoluta.

Brasília, 21 de julho de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Socorro Janaina Maximiano Leonardo, Coordenadora-Geral de Assuntos Judiciais**, em 21/07/2014, às 19:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0048918** e o código CRC **72AB0201**.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL

ENTREGA DE DOCUMENTOS EM ATENDIMENTO AO OFICIO 1027

ILMO Sr. SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

Ref. Ao processo nº 53000.020902/2012

Venho respeitosamente à sua presença para apresentar a documentação solicitada e mais uma vez apresentar formalmente nosso pedido de desculpas pelo ocorrido e pela falha na comunicação que houve entre nós e o serviço dos correios em nossa cidade. Sem mais apresentamos nossos cordiais agradecimentos e nos colocamos à disposição para o que se fizer necessário, informando através deste instrumento nossos telefones, afim de que, caso seja necessário, facilite nossa comunicação.

(11) 4496-4708

(11) 9 9490-6655

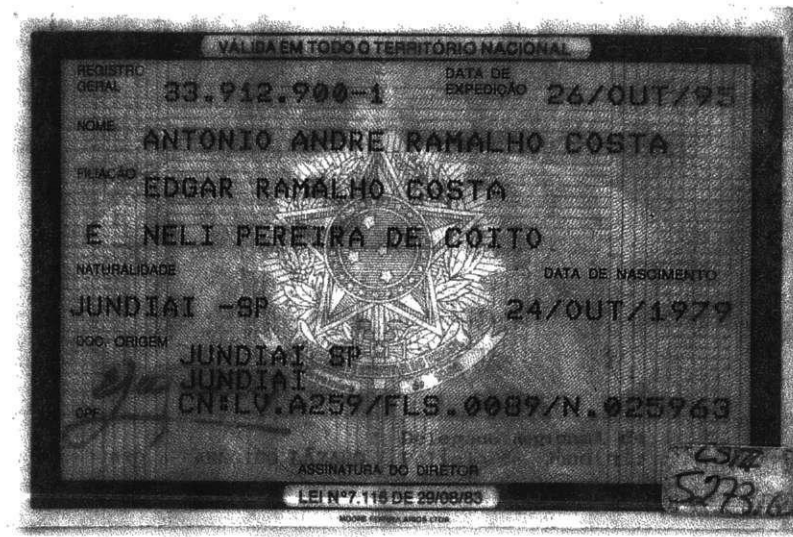
Apresento nossos agradecimentos pela atenção dedicada

Itupeva, 11 de julho de 2014



Antônio André Ramalho Costa

14-07-14



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
ANTONIO ANDRE RAMALHO COSTA

Nº de inscrição
292726498-89

Data do Nascimento
24/10/79



Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura
ANTONIO ANDRE RAMALHO COSTA

**S
E
R
V
I
C
O**

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 12/03/91

ANTONIO ANDRE RAMALHO COSTA
R TRES, 922
DA MINA
13295-000 ITUPEVA/SP

Nota Fiscal
Conta de Energia Elétrica
Nº 201404000358558 série C
Data de Emissão 08/04/2014
Data de Apresentação: 11/04/2014
Pág: 01 de 01
Conta Contrato Nº 210013714996

Lote Roteiro de Leitura **Nº. Medidor** **PN**
05 ITVBU118-00000598 11053140 700951887



Reservado ao Fisco
E9C1.3B7A.7456.CC90.EA1E.F521.10BE.EE31

PREZADO(A) CLIENTE

ATENÇÃO: As faturas emitidas dessa unidade consumidora, sob sua responsabilidade referente ao ano de 2013, foram quitadas para comprovar o cumprimento de suas obrigações, esta declaração substitui respectivos comprovantes de pagamento.

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

ANTONIO ANDRE RAMALHO COSTA
R TRES, 922
DA MINA
13295-000 - ITUPEVA - /SP

CPF 292.726.498-89

CLASSIFICAÇÃO: B1 Residencial - Monofásico

ICMS	DISCRIMINAÇÃO DA OPERAÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO MÉDIO	VALOR (R\$)
Base de Cálculo R\$ 52,91	Venda de Energia (kWh)	159	0,33276730	52,91
Alíquota % 12,00				
Valor ICMS R\$ 6,35				

ATENDIMENTO CPFL	PN	SEU CÓDIGO	CONTA MÊS	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
0800 0 10 25 70 www.cpfl.com.br	700951887	2074320688	ABR/2014	23/04/2014	57,59

HISTÓRICO DE CONSUMO	kWh	Dias	DATAS DAS LEITURAS	DESCRIÇÃO DA CONTA
2014 ABR	159	28	Atual 08/04/2014	Nº908000369653
MAR	168	28	Anterior 11/03/2014	Consumo Uso Sistema [KWh]-TUSD
FEV	164	32	Nº de dias 28	Consumo Bandeira Verde - TE
JAN	172	31	Próximo Mês 09/05/2014	PIS/PASEP 0,79%
2013 DEZ	190	30		COFINS 3,81%
NOV	198	30		ICMS
OUT	198	30		Juros de Mora FEV/2014
SET	193	32		Multa por Atraso Pgto FEV/2014
AGO	187	28		Atualização Monetária FEV/2014
JUL	211	31		Total CPFL
JUN	196	31		DÉBITOS DE OUTROS SERVIÇOS
MAI	186	30		Contribuição Custeio IP-CIP
ABR	196	32		

EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO

Nº	Energia	Leitura	Leitura	Fator	Consumo	Taxa	Tensão
11053140	Ativa	24699	24540	1,00000	159	Perdas [%]	Nominal [V]

INDICADORES DE CONTINUIDADE DE FORNECIMENTO DE ENERGIA

FAZENDA GRANDE	Período Mensal	Período Trimestral	Período Anual	Período Mensal	Período Anual	Valor R\$
DIC	4,83	8,67	18,34	0,00	0,00	16,99
FEV	5,11	9,22	12,45	0,00	0,00	
DMC	2,83					
DICU	12,22					

2014 TESTE BANDEIRA TARIFÁRIA (Apenas em caráter informativo)

A partir de 2015 vigorará o sistema de bandeiras tarifárias. A bandeira verde não implicará cobrança adicional. As bandeiras Amarela e Vermelha, quando acionadas, implicarão tarifas de maior valor, devido ao maior custo de geração. No mês de Abril vigorará a bandeira Vermelha, a qual implicará R\$ 0,0300/kWh de acréscimo ao valor da Tarifa de Energia - TE, líquido de tributos. Maiores informações em www.aneel.gov.br

INFORMAÇÕES SOBRE A FATURA

AVISO IMPORTANTE

CONSTA DÉBITO: 1 FATURA
03/2014 R\$ 58,10

REGULARIZE ATÉ 26/04/2014, PARA EVITAR A SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO.

APÓS A SUSPENSÃO PODERÁ OCORRER A COBRANÇA DO CUSTO DE DISPONIBILIDADE E O ENCERRAMENTO DO CONTRATO APÓS 2 MESES CONF ART 99 E 70-RESOL 414/10. FATURAS VENCIDAS PODEM SER INDICADAS AOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DESCONSIDERAR ESSAS INFORMAÇÕES, CASO TENHA EFETUADO O PAGAMENTO.

cpfl piratininga

Nota Fiscal
Conta de Energia Elétrica
Nº 201404000358558 série C

Conta Contrato
210013714996

Total a Pagar (R\$)
57,59

Data de Vencimento
23/04/2014

Veja sugestões de locais de pagamento CPFL Total. Confira a lista completa no site www.cpfl.com.br

MERCADO SERV SUL

R Geraldo Ferraz 62 Lt 2 Qd Y - Rio das Pedras

SM SERV SUL

R Alfredo Domingos Rotondo 217 - Rio das Pedras

SUPERMERCADO SERV SUL

Rdv Mario Tonoli, 2510 - Jd Europa

836100000006 575901103003 184504607021 100137149967

Autenticação Mecânica





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 16203232014

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **AMTONIO*ANDRE*RAMALHO*COSTA**, nacionalidade brasileira, filho(a) de **EDGAR RAMALHO COSTA** e **NELI PEREIRA DE COITO**, nascido(a) aos 24/10/1995, natural de JUNDIAI/SP, passaporte nº 89 025963, Documento de identificação 339129001 SSP/SP, CPF 292.726.498-89.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão **DEVERÁ** ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>);
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 8:21 de 20/05/2014



16203232014

**ATESTADO de
Antecedentes Criminais**secretaria da
segurança públicaGOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO

IIRGD - Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt

Imprimir | Retorna

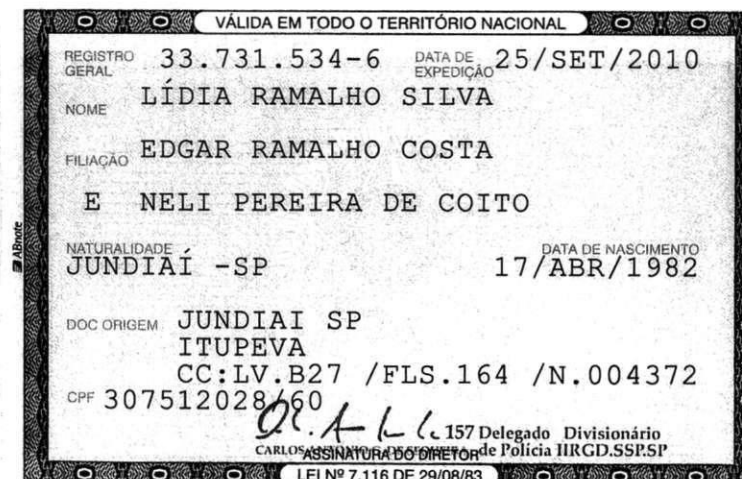
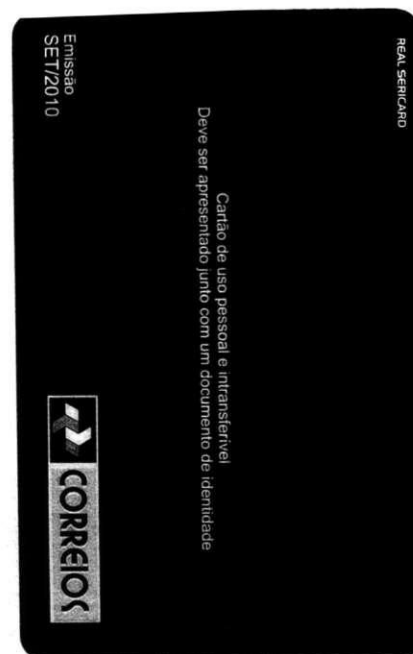
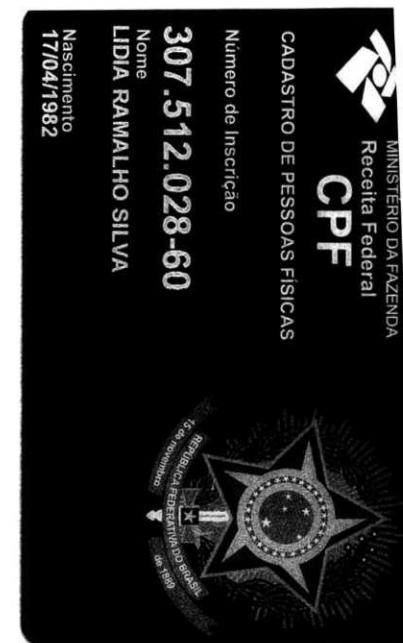
Nome: ANTONIO ANDRE RAMALHO COSTA**Número do RG:** 33912900 - 1**Nome do Pai:** EDGAR RAMALHO COSTA**Nome da Mãe:** NELI PEREIRA DE COITO**Data de Nascimento:** 24/10/1979**Data de Expedição informada:** 26/10/1995

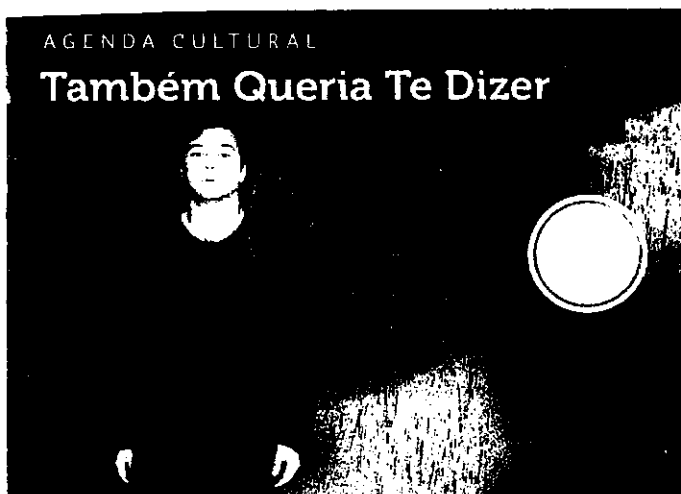
"O requerente acima qualificado **NÃO** registra antecedentes judiciário-criminais até a presente data no Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt."

IMPORTANTE :

Este atestado é válido somente com a apresentação da carteira de identidade expedida na data acima pelo IIRGD da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo.

Este atestado foi emitido em 19/05/2014, às 15:11 horas e está disponível para consulta no endereço: <http://www2.ssp.sp.gov.br/atestado/confirma.cfm>, informando o código : e737fcd8-aa2b-4034-9c5a-6020b675e3d2





Baseado no livro da premiada escritora Martha Medeiros, este monólogo interpretado pelo ator Emilio Orciollo traz experiências e descobertas de seis homens muito diferentes entre si.

Em 11 de junho, o ator Emilio Orciollo apresenta o espetáculo.

SÃO PAULO - SP

ONDE: Teatro Eva Herz - Conjunto Nacional - SP, Avenida Paulista, 2073 - Bela Vista


QUANDO: 04 de abril a 1º de junho. Sexta e Sábado, às 21h; Domingo, às 19h30

COMO COMPRAR: Pagamento preferencial para clientes do Cartão de Crédito Porto Seguro na bilheteria do teatro com desconto de 50% ao cliente e ao acompanhante. Sexta: R\$ 20,00; Sábado e Domingo: R\$ 25,00. Informações: (11) 3170-4059

0 20 88 57 87 87 87 87 87 87

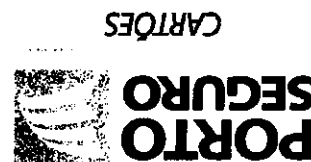
**ESSA É A SUA
FATURA DO CARTÃO
DE CRÉDITO
PORTO SEGURO**

72101908 2138372 00000004843 20150414



EMISSÃO: 14/04/2014
VENCIMENTO: 28/04/2014

CTC CAMPINAS/SPI-PL31
LIDIA RAMALHO SILVA
R VITORIA P BETELLI 85
JARDIM PEROLA 1
13295-000 ITUPEVA - SP



PARA USO DO CORREIO

- ☐ Mudou-se
☐ Endereço Insuficiente
☐ Não existe o número indicado
☐ Desconhecido

- ☐ Não procurado
☐ Ausente
☐ Falecido
☐ Informação escrita por terceiros

Data ____/____/____
Reintegrado ao serviço
Postado em ____/____/____
Assinatura e nº do entregador _____

DEVOLUÇÃO ELETRÔNICA - CEDO

PORTOSEG S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS - CNPJ 04.862.601/0001-10.

Alameda Barão de Piracicaba, 618 - 4º andar - Lado B - Campos Eliseos - 01216-12 - São Paulo, SP

Requerimento (0067460)

SEI 53000.020902/2012-71 / pg. 152



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 16150312014

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **LIDIA*RAMALHO*SILVA**, nacionalidade brasileira, filho(a) de EDGAR RAMALHO COSTA e NELI PEREIRA DE COITO, nascido(a) aos 17/04/1982, natural de JUNDIAI/SP, passaporte nº 27 004372, Documento de identificação 337315346 SP/SP, CPF 307.512.028-60.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão **DEVERÁ** ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 16:16 de 19/05/2014



16150312014

Portal do Governo | Cidadão.SP | Investe SP | Destaques:

Polícia Civil | Polícia Militar | Polícia Científica

[Enviar por e-mail](#) | [Comunicar erros](#) | [Receber boletim](#) | [Imprimir](#) | [Contraste](#) | [Mapa do Site](#) | [Fale Conosco](#) | [RSS](#)  [Início](#) | [Serviços](#) | [Atestado de Antecedentes](#)

Denúncias	Pessoas Desaparecidas	Procurados pela Justiça	190 Emergência	Unidades Policiais	Atestado de Antecedentes	Carteira de Identidade	Manual de Segurança
---------------------------	---------------------------------------	---	--------------------------------	------------------------------------	--	--	-------------------------------------

Serviços

Atestado de Antecedentes**ATESTADO de
Antecedentes Criminais**secretaria da
segurança públicaGOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO

IIRGD - Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt

 [Imprimir](#) | [Retorna](#)**Nome:** LIDIA RAMALHO SILVA**Número do RG:** 33731534 - 6**Nome do Pai:** EDGAR RAMALHO COSTA**Nome da Mãe:** NELI PEREIRA DE COITO**Data de Nascimento:** 17/04/1982**Data de Expedição informada:** 25/09/2010

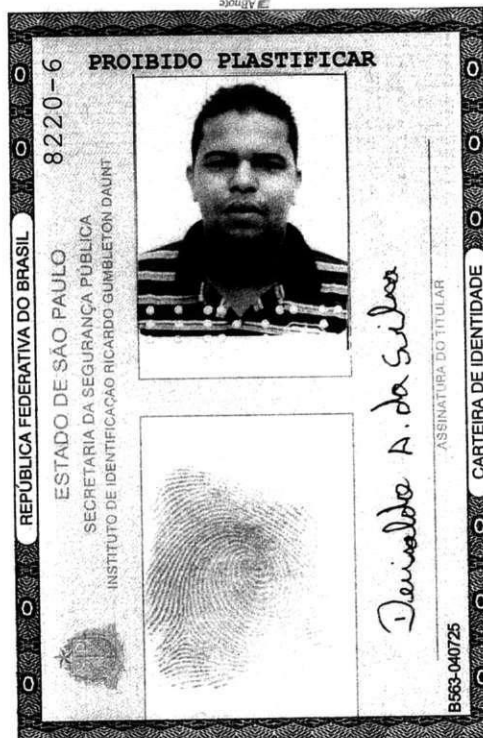
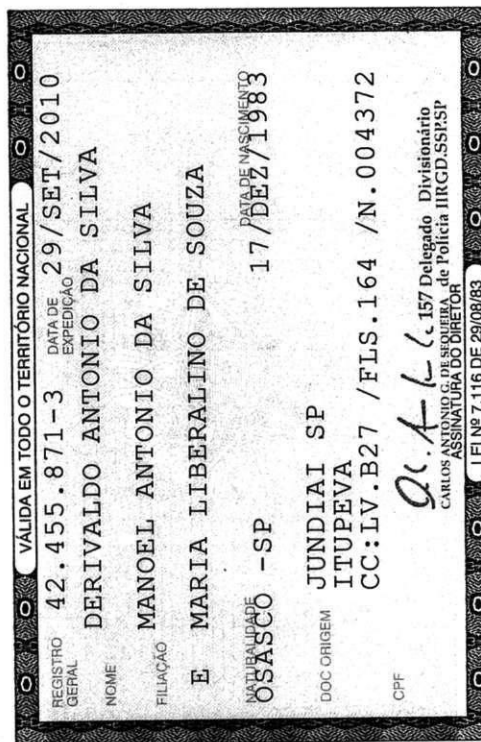
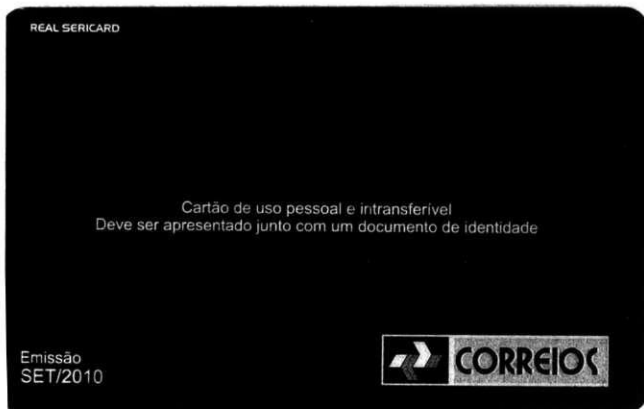
"O requerente acima qualificado **NÃO** registra antecedentes judiciário-criminais até a presente data no Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt."

IMPORTANTE :

Este atestado é válido somente com a apresentação da carteira de identidade expedida na data acima pelo IIRGD da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo.

Este atestado foi emitido em 19/05/2014, às 15:28 horas e está disponível para consulta no endereço: <http://www2.ssp.sp.gov.br/atestado/confirma.cfm>, informando o código : 110fc766-a86b-4ac7-bdba-8fe106a37be1

[Enviar por e-mail](#) | [Comunicar erros](#) | [Receber boletim](#) | [Imprimir](#) | [Contraste](#) | [Mapa do Site](#) | [Fale Conosco](#) | [RSS](#)  Secretaria de Estado da Segurança Pública - Rua Libero Badaró, 39, Centro, SP - CEP: 01009-000 - seguranca@sp.gov.br





01/02

Data de Emissão **27/03/2014** Vencimento **06/04/2014**

Resumo das Despesas	
Saldo Anterior R\$	633,17
(-) Créditos/Pagamentos R\$	633,17
(+) Compras/Débitos R\$	722,23
(=) Total da Fatura R\$	722,23

Total da Fatura R\$	Pagamento Mínimo R\$
722,23	147,48

1870275420

CTC CAMPINAS SPI TTO A2
DERIVALDO ANTONIO DA SILVA
RUA VITORIA PILON BETELI 85
JD PEROLA
13295-000 ITUPEVA SP

501485001531 005420



72 09036539 95187 00000105309 2 0 280314

Data prevista de fechamento da próxima fatura: 25/04/2014.

Limites de Crédito	
Compras	R\$ 1.150,00
Saque	R\$ 230,00
Parcelado	R\$ 3.450,00*

* Consulte limites disponíveis, condições de contratação e restrições na Central de Atendimento.

Encargos Financeiros	
Rotativo	12,90% a.m.
Saque/Telesaque	16,52% a.m.
Parcelado: Casas Bahia	4,90% a.m.
Parcelado: Rede Visa	6,32% a.m.
Multa por atraso	2,00% a.m.
Máxima p/ próx. fatura	17,99% a.m.
IOF	0,0041% ao dia + 0,38% adicional

Custo Efetivo Total de rotativo para esta fatura	337,63% a.a.
Custo Efetivo Total Máximo para a próxima fatura	648,35% a.a.

Importante	
SAC - Bradesco Cartões: cancelamentos, reclamações e informações - 0800 727 99 88. Deficiente Auditivo ou de Fala - 0800 722 0099. Atendimento 24 horas, 7 dias por semana. Ouvidoria - 0800 727 9933. Atendimento de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, exceto feriados.	

Mensagem Importante	
ACESSE WWW.BRADESCOPROTECAO.COM.BR , 30 DIAS A PARTIR DO PRIMEIRO PAGAMENTO, E CONSULTE O MANUAL DO SEGURADO E O NÚMERO DA SORTE DO SUPERPROTEGIDO PREMIÁVEL.	

*ATENÇÃO: Em caso de pagamento inferior ao valor total, o cliente deverá arcar com as taxas e encargos apontados nesta fatura, incidentes sobre a diferença entre o valor total e o valor pago. Caso faça a opção pelo pagamento mínimo desta fatura, serão cobrados encargos contratuais de até R\$ 103,39 na próxima fatura com vencimento em 06/05/2014.

Histórico de Lançamentos			
Data	Descrição	Crédito	Débito
07/05/2013	DERIVALDO A SILVA KANUI COMERCIOIPARC11/11	4220.XXXX.XXXX.9014	33,63
28/07/2013	DERIVALDO A SILVA	4220.XXXX.XXXX.9022	
02/01/2014	KABUM PARCO8/12		34,27
27/02/2014	SHOPTIME INTERPARCO3/06		45,58
27/02/2014	PANIFICADORA BRASIL .ITUP		26,13
27/02/2014	WALMART COMERCIO ELETRONIC.BARU		70,05
27/02/2014	PAO DE ACUCAR DELIVERY .SAO		87,12
28/02/2014	SUP STO ANTONIO LAGO .ITUP		29,95
28/02/2014	SENSACOES DOCES .ITUP		16,20
28/02/2014	MADAME CHINELO .ITUP		43,00
28/02/2014	PANIFICADORA BRASIL .ITUP		14,57
28/02/2014	RITA APARECIDA .ITUP		58,10
01/03/2014	SUP STO ANTONIO LAGO .ITUP		31,34
02/03/2014	HORTIFRUTI 4 ESTACOES .ITUP		34,93
02/03/2014	AUTO POSTO BENZINA .ITUP		50,00
02/03/2014	SUP STO ANTONIO LAGO .ITUP		44,34
03/03/2014	EMPORIO LAGOS .ITUP		18,50
03/03/2014	EMPORIO LAGOS .ITUP		8,95
06/03/2014	PAGAMENTO BRADESCO	633,17-	
08/03/2014	SUP STO ANTONIO LAGO .ITUP		26,03
16/03/2014	PREMIO SEGURO - SUPERPROTEGIDO		4,99
25/03/2014	SUP STO ANTONIO LAGO .ITUP		38,65
26/03/2014	ANUIDADE DIFER TIT 9022		5,90
	TOTAL GERAL DOS LANÇAMENTOS R\$		722,23

Banco Bradesco S/A - End.: Cidade de Deus, s/n - Prédio Cinza, Vila Yara - Osasco - SP - CEP 06029-900 - CNPJ 60.746.948/0001-12.

CLIENTE: DERIVALDO ANTONIO DA SILVA
NOSSO NÚMERO: 19/47502365449-P
TOTAL DA FATURA: R\$ 722,23NÚMERO DO CARTÃO: 4220.XXXX.XXXX.9022
VENCIMENTO: 06/04/2014
PAGAMENTO MÍNIMO: R\$ 147,48

VALOR PAGO: R\$

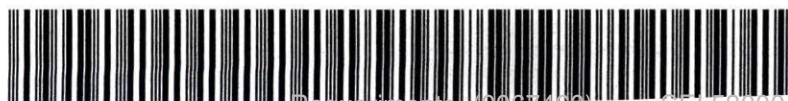
Autenticação Mecânica

VIA CLIENTE

**Bradesco** | **237-2** | 23794.02510 94750.236542 49000.060001 8 00000000000000

Local de Pagamento PAGÁVEL PREFERENCIALMENTE EM QUALQUER AGÊNCIA BRADESCO					Vencimento CONTRA APRESENTAÇÃO
Cedente Banco Bradesco S/A.					Agência/Cód. Cedente 4025-8/0000600-9
Data Emissão 27/03/2014	Número Documento 47502365449-P	Espécie Doc. RECIBO	Aceite N	Data Processamento 27/03/2014	Carteira/Nosso Número 19/47502365449-P
Uso do Banco 000	CIP 19	Moeda R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento
Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente) Os encargos decorrentes do pagamento em atraso constarão na próxima fatura. Para pagar, preencha o valor desejado no campo "Valor Pago". Em caso de dúvidas contatar a Central de Atendimento ao Cliente através do telefone: 4003-4033 e para localidades não atendidas, ligue: 0800 880 4033.					(-) Descontos/Abatimentos
					(-) Outras Deduções
					(+) Mora/Multa
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado
Sacado DERIVALDO ANTONIO DA SILVA					

Ficha de Compensação



Requerimento (0067460)

SEI 53000.020902/2012-71 / pg. 156





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 16146282014

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **DERIVALDO*ANTONIO*DA*SILVA**, nacionalidade ossaco, filho(a) de MANOEL ANTONIO DA SILVA e MARIA LIBERALINO DE SOUZA, nascido(a) aos 17/12/1983, natural de BRASILEIRA/SP, passaporte nº 27 004372, Documento de identificação 42455871-3 SP/SP, CPF 319.065.548-03.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão **DEVERÁ** ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 15:59 de 19/05/2014



16146282014

[Portal do Governo](#)[Cidadão.SP](#)[Invaste SP](#)

Destaques:

[Polícia Civil](#)[Polícia Militar](#)[Polícia Científica](#)

Digite sua busca...

[Enviar por e-mail](#)[Comunicar erros](#)[Receber boletim](#)[Imprimir](#)[Contraste](#)[Mapa do Site](#)[Fale Conosco](#)[RSS](#)[Início](#)[Serviços](#)[Atestado de Antecedentes](#)

Denúncias	Pessoas Desaparecidas	Procurados pela Justiça	190 Emergência	Unidades Policiais	Atestado de Antecedentes	Carteira de Identidade	Manual de Segurança
---------------------------	---------------------------------------	---	--------------------------------	------------------------------------	--	--	-------------------------------------

Serviços

Atestado de Antecedentes



ATESTADO de Antecedentes Criminais

secretaria da
segurança públicaGOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO

IIRGD - Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt

 Imprimir | [Retorna](#)**Nome:** DERIVALDO ANTONIO DA SILVA**Número do RG:** 42455871 - 3**Nome do Pai:** MANOEL ANTONIO DA SILVA**Nome da Mãe:** MARIA LIBERALINO DE SOUZA**Data de Nascimento:** 17/12/1983**Data de Expedição informada:** 29/09/2010

"O requerente acima qualificado **NÃO** registra antecedentes judiciário-criminais até a presente data no Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt."

IMPORTANTE :

Este atestado é válido somente com a apresentação da carteira de identidade expedida na data acima pelo IIRGD da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo.

Este atestado foi emitido em 19/05/2014, às 15:30 horas e está disponível para consulta no endereço: <http://www2.ssp.sp.gov.br/atestado/confirma.cfm>, informando o código : 10c1ceed-8d28-4f5b-878a-dd908974996d

[Enviar por e-mail](#)[Comunicar erros](#)[Receber boletim](#)[Imprimir](#)[Contraste](#)[Mapa do Site](#)[Fale Conosco](#)[RSS](#)Secretaria de Estado da Segurança Pública - Rua Libero Badaró, 39, Centro, SP - CEP: 01009-000 - seguranca@sp.gov.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 755-9

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GIMBLETON DAUNT

PO EGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 27.678.253-7 DATA DE EMISSÃO 19/JAN/2007

NOME NADIA JULIANA DA SILVA COSTA

FILIAÇÃO JOAQUIM ANTONIO DA SILVA

E TEODORA SOARES DA SILVA

NATURALIDADE CAMPO LINDO PAULISTA - SP DATA DE NASCIMENTO 07/ABR/1982

DOC ORIGEM JUNDIAÍ-SP JUNDIAÍ

SS-LL-BE42/FLS. 0283/N. 038981

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/09/83

Companhia Piratininga de Força e Luz

Uma empresa do Grupo CPFL Energia

CPFL
ENERGIA

Rod. Fm. Miguel Noel N. Burnier, km 2,5
Campinas, SP - 13088-900
Inscrição Estadual: 244.946.329-113
Inscrição no CNPJ: 04.172.213/0001-51

ANTONIO ANDRE RAMALHO COSTA
R TRES, 922
DA MINA
13295-000 ITUPEVA/SP

Nota Fiscal
Conta de Energia Elétrica
Nº 20140400036856 série C
Data de Emissão: 08/04/2014
Data de Apresentação: 11/04/2014
Pág: 01 de 01
Conta Contrato Nº 210013714996

Lote Roteiro de Leitura N° Medidor PN
05 ITVBU118-0000598 11053140 700951887



Reservado ao Fisco
E9C1.3B7A.7456.CC90.EA1E.F521.10BE.EE31

PREZADO(A) CLIENTE

ATENÇÃO: As faturas emitidas dessa unidade consumidora, sob sua responsabilidade referente ao ano de 2013, foram quitadas para comprovar o cumprimento de suas obrigações, esta declaração substitui respectivos comprovantes de pagamento.

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

ANTONIO ANDRE RAMALHO COSTA
R TRES, 922
DA MINA
13295-000 - ITUPEVA - SP

CPF 292.726.789-36

CLASSIFICAÇÃO: B1 Residencial - Monofásico

ICMS	DISCRIMINAÇÃO DA OPERAÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO MÉDIO	VALOR (R\$)
Base de Cálculo R\$ 52,91	Venda de Energia (KWh)	159	0,33276730	52,91
Alíquota % 12,00				
Valor ICMS R\$ 6,35				

ATENDIMENTO CPFL	PN	SEU CODIGO	CONTA MES	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
0800 0 10 25 70 www.cpfl.com.br	700951887	2074320688	ABR/2014	23/04/2014	57,59

HISTÓRICO DE CONSUMO	kWh	Dias	DATAS DAS LEITURAS	DESCRIÇÃO DA CONTA
2014 ABR	159	28	Atual 08/04/2014	Nº908000368563
MAR	159	28	Anterior 11/03/2014	Consumo Uso Sistema (KWh)-TUSD
FEV	159	28	Nº de dias 28	Consumo Bandeira Verde - TE
JAN	172	31	Próximo Mês 09/05/2014	PIS/PASEP 0,79%
DEZ	159	30		COFINS 3,61%
NOV	159	30		ICMS
OCT	159	30		Juros de Mora FEV/2014
SET	159	30		Multa por Atraso Ppto FEV/2014
AGO	157	29		Atualização Monetária FEV/2014
JUL	211	31		Total CPFL
JUN	159	30		DEBITOS DE OUTROS SERVIÇOS
MAY	159	30		Contribuição Custeio IP-CIP
ABR	159	30		

EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO

Nº	Modelo	Leitura Atual	Leitura Anterior	Fator Multiplicação	Consumo (KWh)	Taxa Perdas(%)	Tensão Nominal (V)
11053140	Ativa	24899	24840	1,00000	159		220 V

INDICADORES DE CONTINUIDADE DE FORNECIMENTO DE ENERGIA

PERÍODO	Horas	Tratamento	Perda	Atividade	Perda	Atividade	Valor R\$
DIC	4,35	0,27	12,45	0,00	022914	12,50	
FEV	3,11	0,22	12,45	0,00			
MAI	2,88			0,00			
AGO	12,22			0,00			

2014 TESTE BANDEIRA TARIFÁRIA (Apenas em caráter informativo)

A partir de 2015 vigorará o sistema de bandeiras tarifárias. A bandeira verde não implicará cobrança adicional. As bandeiras Amarela e Vermelha, quando acionadas, implicarão tarifas de maior valor, devido ao maior custo de geração. No mês de Abril vigorará a bandeira Vermelha, a qual implicará R\$ 0,0300/KWh de acréscimo ao valor da Tarifa de Energia - TE, líquido de tributos. Mais informações em www.aneel.gov.br

INFORMAÇÕES SOBRE A FATURA

AVISO IMPORTANTE

CONSTA DÉBITO: 1 FATURA
03/2014 R\$ 57,59

REGULARIZE ATÉ 28/04/2014, PARA EVITAR A SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO.

APÓS A SUSPENSÃO PODERÁ OCORRER A COBRANÇA DO CUSTO DE DISPONIBILIDADE E O ENCERRAMENTO DO CONTRATO APÓS 2 MESES COM ART 95 E 70-RESOL 414/10. FATURAS VENCIDAS PODEM SER INDICADAS AOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DESCONSIDERAR ESSAS INFORMAÇÕES, CASO TENHA EFETUADO O PAGAMENTO.

cpfl piratininga

Nota Fiscal
Conta de Energia Elétrica
Nº 20140400036856 série C

Conta Contrato 210013714996
Total a Pagar (R\$) 57,59
Data de Vencimento 23/04/2014

Veja sugestões de locais de pagamento CPFL Total. Confira a lista completa no site www.cpfl.com.br

MERCADO SERV SUL	R Genildo Farias 62 Lt 2 Qd Y - Rio das Pedras
SM SERV SUL	R Afonso Domingos Rotondo 217 - Rio das Pedras
SUPERMERCADO SERV SUL	Rdv Mario Tonoli, 2510 - Jd Europa

836100000006 575901103003 184504607021 100137149967

Autenticação Mecânica





CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
NADIA JULIANA DA SILVA


Nº de inscrição
218556188-00

Data do Nascimento
07/04/82

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura 

NADIA JULIANA DA SILVA

S E R P R O

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 02/02/99



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 16204972014

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **NADIA*JULIANA*DA*SILVA*COSTA**, nacionalidade brasileira, filho(a) de JOAQUIM ANTONIO DA SILVA e TEODARA SOARES DA SILVA, nascido(a) aos 07/04/1982, natural de CAMPO LIMPO PAULISTA/SP, passaporte nº 49 038981, Documento de identificação 276782537 SSP/SP, CPF 218.556.188-00.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão **DEVERÁ** ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>);
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 8:33 de 20/05/2014



16204972014

[Portal do Governo](#) | [Cidadão SP](#) | [Investe SP](#)Destaques: [Polícia Civil](#) | [Polícia Militar](#) | [Polícia Científica](#)[Enviar por e-mail](#)[Comunicar erros](#)[Receber boletim](#)[Imprimir](#)[Contraste](#)[Mapa do Site](#)[Fale Conosco](#)[RSS](#)[Início](#) | [Serviços](#) | [Atestado de Antecedentes](#)

Denúncias	Pessoas Desaparecidas	Procurados pela Justiça	190 Emergência	Unidades Policiais	Atestado de Antecedentes	Carteira de Identidade	Manual de Segurança
---------------------------	---------------------------------------	---	--------------------------------	------------------------------------	--	--	-------------------------------------

Serviços

Atestado de Antecedentes**ATESTADO de
Antecedentes Criminais**secretaria da
segurança públicaGOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO

IIRGD - Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt

 [Imprimir](#) | [Retorna](#)**Nome:** NADIA JULIANA DA SILVA COSTA**Número do RG:** 27678253 - 7**Nome do Pai:** JOAQUIM ANTONIO DA SILVA**Nome da Mãe:** TEODORA SOARES DA SILVA**Data de Nascimento:** 07/04/1982**Data de Expedição informada:** 19/01/2007

"O requerente acima qualificado **NÃO** registra antecedentes judiciário-criminais até a presente data no Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt."

IMPORTANTE :

Este atestado é válido somente com a apresentação da carteira de identidade expedida na data acima pelo IIRGD da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo.

Este atestado foi emitido em 19/05/2014, às 15:15 horas e está disponível para consulta no endereço: <http://www2.ssp.sp.gov.br/atestado/confirma.cfm>, informando o código : 73938741-3c28-4d4e-a88e-769416310efa

[Enviar por e-mail](#)[Comunicar erros](#)[Receber boletim](#)[Imprimir](#)[Contraste](#)[Mapa do Site](#)[Fale Conosco](#)[RSS](#)Secretaria de Estado da Segurança Pública - Rua Libero Badaró, 39, Centro, SP - CEP: 01009-000 - seguranca@sp.gov.br

Nome: Edinaldo Moreno Castelaó

Endereço: Rua Santa Clara. 165 – Bairro Santo António – Itupeva / São Paulo

RG: 20.529.970-2

CPF: 068.449.738-70

RG 20.529.970-2



CPF: 068.449.738-70



LIANE PUCHALO
R STA BRIGIDA, 66
STO ANTONIO
13295-000 ITUPEVA/SP

Nota Fiscal
Conta de Energia Elétrica
Nº 201405000125048 série C
Data de Emissão 08/05/2014
Data de Apresentação: 09/05/2014
Pág: 01 de 01
Conta Contrato Nº 210004069986

Lote Roteiro de Leitura Nº. Medidor PN
02 ITVBU106-00000255 10139318 700309413



Reservado ao Fisco
E929.2784.EB0A.A952.1026.334F.CBF1.FE97

PREZADO(A) CLIENTE

ATENÇÃO: As faturas emitidas dessa unidade consumidora, sob sua responsabilidade referente ao ano de 2013, foram quitadas para comprovar o cumprimento de suas obrigações, esta declaração substitui respectivos comprovantes de pagamento.

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

LIANE PUCHALO
R STA BRIGIDA, 66
STO ANTONIO
13295-000 - ITUPEVA - /SP

CPF 041.327.898-02

CLASSIFICAÇÃO: B1 Residencial -Bifásico

ICMS	DISCRIMINAÇÃO DA OPERAÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO MÉDIO	VALOR (R\$)
Base de Cálculo R\$	148,23			
Aliquota %	25,00			
Valor ICMS R\$	37,06			
	Venda de Energia (kWh)	375	0,39528000	148,23

ATENDIMENTO CPFL	PN	SEU CÓDIGO	CARTA MÊS	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
0800 0 10 25 70 www.cpfl.com.br	700309413	2090989503	MAI/2014	19/05/2014	159,02

HISTÓRICO DE CONSUMO	kWh Dias	DATAS DAS LEITURAS	DESCRIÇÃO DA CONTA
2014 MAI	375 33	Atual 08/05/2014	Nº 201405000125048
ABR	340 28	Anterior 03/04/2014	Consumo Uso Sistema [KWh]-TUSD
MAR	371 28	Nº de dias 33	375 0,10357000 38,84
FEV	378 30	Próximo Mês 03/06/2014	Consumo Bandeira Verde - TE
JAN	385 32		375 0,17467000 65,50
2013 DEZ	344 28		PIS/PASEP 0,82%
NOV	413 30		COFINS 3,79%
OUT	516 32		ICMS
SET	388 30		Jiros de Mora MAR/2014
AGO	437 32		Multa por Atraso Pgto MAR/2014
JUL	367 28		Atualização Monetária MAR/2014
JUN	382 30		Total CPFL
MAI	386 33		155,67

EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO

Nº	Energia	Leitura Atual	Leitura Anterior	Fator Multiplicação	Consumo [KWh]	Tensão Nominal [V]
10139318	Ativa	64487	64112	1,00000	375	220 / 127 V

INDICADORES DE CONTINUIDADE DE FORNECIMENTO DE ENERGIA

ITUPEVA	Período Mensal	Período Trimestral	Período Anual	Período Mensal	Período Trimestral	Período Anual	Valor R\$
DIC	6,18	15,33	25,77	6,00	15,33	25,77	38,42
PC	3,23	6,47	12,96	6,00	15,33	25,77	38,42
DMC	2,84			6,00			
DMC	12,22			6,00			

2014 TESTE BANDEIRA TARIFÁRIA (Apenas em caráter informativo)

A partir de 2015 vigorará o sistema de bandeiras tarifárias. A bandeira verde não implicará cobrança adicional. As bandeiras Amarela e Vermelha, quando acionadas, implicarão tarifas de maior valor, devido ao maior custo de geração. No mês de Maio vigorará a bandeira Vermelha, a qual implicará R\$ 0,0300/KWh de acréscimo ao valor da Tarifa de Energia - TE, líquido de tributos. Maiores informações em www.aneel.gov.br

INFORMAÇÕES SOBRE A FATURA

AVISO IMPORTANTE

CONSTA DÉBITO: 1 FATURA
04/2014 R\$ 144,59

REGULARIZE ATÉ 24/05/2014, PARA EVITAR A SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO.

APÓS A SUSPENSÃO PODERÁ OCORRER A COBRANÇA DO CUSTO DE DISPONIBILIDADE E O ENCERRAMENTO DO CONTRATO APÓS 2 MESES CONF ART 89 E 70-RESOL 414/10. FATURAS VENCIDAS PODEM SER INDICADAS AOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DESCONSIDERAR ESSAS INFORMAÇÕES, CASO TENHA EFETUADO O PAGAMENTO.



Nota Fiscal
Conta de Energia Elétrica
Nº 201405000125048 série C

Conta Contrato
210004069986

Valor a Pagar (R\$)
159,02

Data de Vencimento
19/05/2014

Veja sugestões de locais de pagamento CPFL Total. Confira a lista completa no site www.cpfl.com.br

MERCADO SERV SUL
SM SERV SUL
BAZAR MIX

F Geraldo Ferraz 62 Lt 2 Qd Y - Rio das Pedras
F Alfredo Domingos Rotondo 217 - Rio das Pedras
F Armando Steck, 159 - Centro

836100000014 590201103009 177710852027 100040699868

Autenticação Mecânica



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 18988852014

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **EDINALDO*MOREIRA*CASTELÃO**, nacionalidade brasileira, filho(a) de PAULO HENRIQUE MOREIRA CASTELÃO e ANA MACHADO CASTELÃO, nascido(a) aos 24/07/1993, natural de JUNDIAIA/SP, passaporte nº 96 194, Documento de identificação 205299702 SSP/SP, CPF 068.449.738-70.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 9:49 de 13/06/2014



18988852014



ATESTADO de Antecedentes Criminais

secretaria da
segurança pública

GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO

IIRGD - Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt

Nome: EDINALDO MORENO CASTELAO

Número do RG: 20529970 - 2

Nome do Pai: PAULO HENRIQUE MORENO CASTELAO

Nome da Mãe: ANA MACHADO CASTELAO

Data de Nascimento: 24/06/1965

Data de Expedição informada: 18/02/2000

Não é possível emitir o seu Atestado de Antecedentes. Ocorreu falha na sua identificação. Verifique se você digitou corretamente os dados, conforme sua Carteira de Identidade.

Se o problema persistir, solicitamos que, para obtenção do Atestado de Antecedentes, você imprima o resultado desta pesquisa e se dirija a um posto de identificação do IIRGD ou a um posto do Poupatempo (vide relação dos postos e seus respectivos endereços clicando aqui).

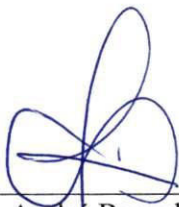
Ressaltamos que isto não implica a existência de pendências jurídico-criminais. Pode ser somente uma incorreta identificação por erro de digitação, acentuação ou duplicidade de informações nos nossos arquivos.

 Imprimir | Retorna

DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO COM NORMAS DE RADIODIFUSÃO

Eu Antônio André Ramalho Costa, Operador, residente e domiciliado à Rua 3, nº 922, Bairro da Mina, Itupeva-SP, CPF 292.726.498-89, presidente da Associação Cultural e Comunicação Social, juntamente com todos os membros da diretoria abaixo assinado, declaro para os devidos fins que nos comprometemos ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o serviço de radiodifusão comunitária, e que todos os associados e colaboradores serão devidamente informados para que as normas sejam cumpridas. São os demais membros da diretoria executiva: Lídia Ramalho Silva, Diretora Vice presidente, vendedora, residente e domiciliada à Rua Vitória Pilon Betelli, nº 85 Jardim Pérola 1, Itupeva- SP, CPF 307. 512.028-60, Derivaldo Antonio da Silva, Diretor Financeiro, Operador, residente e domiciliado à Rua Vitória Pilon Betelli, nº 85, Jardim Pérola 1, Itupeva-SP, CPF: 319.065.548-03, Nadia Juliana da Silva Costa, Diretor Administrativo, Gerente de Marketing, residente e domiciliado à Rua 3, nº 922, Bairro da Mina, Itupeva-SP, CPF: 218.556.188-00, Edinaldo Moreno Castela, Diretor de Comunicação e Ação Social, Supervisor de Desenvolvimento de Embalagem, residente e domiciliado à Rua Santa Clara, nº 165, Residencial Santo Antônio, Itupeva-SP, CPF: 068.449.738-70


Itupeva, 2 de maio de 2014



Antonio André Ramalho Costa
Diretor Presidente



Lídia Ramalho Silva
Diretora Vice presidente


Derivaldo Antonio da Silva
Diretor Financeiro


Nadia Juliana da Silva Costa
Diretor Administrativo


Ednaldo Moreno Castela
Diretor de Comunicação e Ação Social

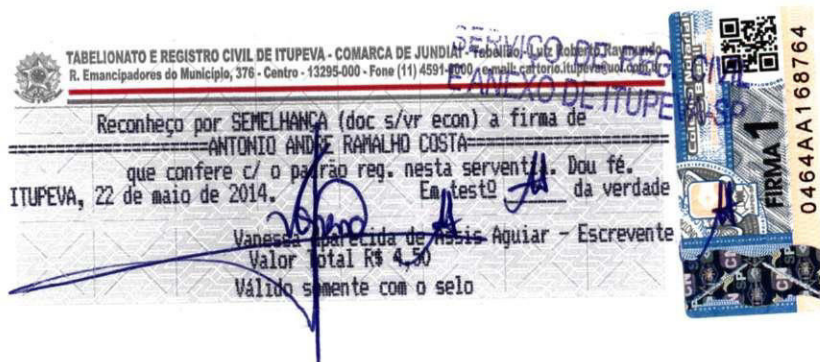
DECLARAÇÃO DE RESIDENCIA DOS MEMBROS DA DIRETORIA

Eu Antônio André Ramalho Costa, Operador, residente e domiciliado à Rua 3, nº 922, Bairro da Mina, Itupeva-SP, CPF 292.726.498-89, presidente da Associação Cultural e Comunicação Social, declaro de acordo com o subitem 8.1, alínea "f", subalínea "f", da norma nº 1/2011, que todos os dirigentes moram na área atendida pela emissora.

Itupeva, 2 de maio de 2014



Antônio André Ramalho Costa
Diretor Presidente



DECLARAÇÃO DE NAO PARTICIPAÇÃO DOS DIRIGENTES EM OUTROS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Eu Antônio André Ramalho Costa, Operador, residente e domiciliado à Rua 3, nº 922, Bairro da Mina, Itupeva-SP, CPF 292.726.498-89, presidente da Associação Cultural e Comunicação Social, declaro que a entidade não é executante de qualquer outro serviço de radiodifusão, nem mesmo comunitária e que nenhum de seus dirigentes ou associados é executante de qualquer outro serviço de comunicação, e que nenhum de seus dirigentes ou associados participa de outra entidade detentora de outorga conforme disposto no subitem 8.1, alínea "f", subalínea "f", da norma nº 1/2011.

Itupeva, 2 de maio de 2014



Antônio André Ramalho Costa
Diretor Presidente

SERVIÇO DE REGISTRO E ANEXO DE REGISTRO

TABELIONATO E REGISTRO CIVIL DE ITUPEVA - COMARCA DE JUNDIAÍ - Tabelião - Antônio André Ramalho Costa
R. Emancipadores do Município, 376 - Centro - 13295-000 - Fone (11) 4591-0000 - e-mail: cartorio.itupeva@tj.sp.gov.br

Reconheço por SEMELHANÇA (doc s/vr econ) a firma de
ANTONIO ANDRÉ RAMALHO COSTA
que confere c/ o padrão reg. nesta serventia. *Assinatura* Em test. *Assinatura* da verdade
ITUPEVA, 22 de maio de 2014.

Vanessa Aparecida de Jesus Aguiar - Escrevente
Valor Total R\$ 4,50
Válido somente com o selo

FIRMA 1
0464AA168763

DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE VINCULO COM OUTRAS ENTIDADES

Eu Antônio André Ramalho Costa, Operador, residente e domiciliado à Rua 3, nº 922, Bairro da Mina, Itupeva-SP, CPF 292.726.498-89, presidente da Associação Cultural e Comunicação Social, declaro que a Associação Cultural e Comunicação Social não mantém vínculos de ordem nenhuma, quer seja político, financeiro, familiar ou religioso, com qualquer outra entidade, não há nenhum vínculo que sujeite a Associação Cultural e Comunicação Social à gerencia, subordinação, administração, domínio, comando ou orientação de qualquer outra entidade

Itupeva, 2 de maio de 2014



Antonio André Ramalho Costa
Diretor Presidente

TABELIONATO E REGISTRO CIVIL DE ITUPEVA - COMARCA DE JUNDIAÍ - Tabelião - Luiz Roberto Ramalho
R. Emancipadores do Município, 376 - Centro - 13295-000 - Fone (11) 4591-0000 - e-mail: cartorio.itupeva@tj.sp.gov.br

Reconheço por SEMELHANÇA (doc s/vr econ) a firma de
ANTONIO ANDRÉ RAMALHO COSTA
que confere c/ o padrão reg. nesta serventia. Dou fé.
ITUPEVA, 22 de maio de 2014. Em test. da verdade

Vanessa Aparecida de Aguiar - Escrevente
Valor total R\$ 4,50
Válido somente com o selo

SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL
E ANEXO DE REGISTRO CIVIL

0464AA168765



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ACCS - ASSOCIACAO CULTURAL E COMUNICACAO SOCIAL
CNPJ: 02.886.389/0001-40

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 14:45:06 do dia 02/07/2014 <hora e data de Brasília>.

Válida até 29/12/2014.

Código de controle da certidão: **C923.B30E.1FD7.3CCF**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

DATA: 15/05/2014 HORA: 10:49

INFORMACAO PREVIA DO CONTRIBUINTE PARA TIRAR CND

ARF: 21.0.26.05.0 - UA DRF JUNDIAI - CAC

CNPJ: 02.886.389/0001-40

NOME: ACCS - ASSOCIACAO CULTURAL E COMUNICACAO SOCIAL

=====

NAO HA RESTRICOES AO CONTRIBUINTE PARA OBTER A CND

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL

PREÂMBULO

A ACCS – Associação Cultural e Comunicação social nasceu com o objetivo de trabalhar pelo desenvolvimento social, organizando e defendendo os direitos do cidadão da comunidade do município de Itupeva, atendendo o disposto no artigo 5º, Incisos XVII a XXI e 174, parágrafo 2º, da Constituição Federal, combinados com o artigo XX da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A Associação ACCS seguirá os princípios norteadores da liberdade, fraternidade e igualdade a todos os associados, sem discriminação de qualquer natureza.

CAPÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO, SEDE, FORO E DURAÇÃO.

Artigo 1º - A Associação Cultural e Comunicação social, doravante designada pela sigla ACCS, é uma entidade civil, fundada de fato em 01 de novembro de 1998 e, de direito, a partir do registro em cartório competente, com sede e foro na cidade de Itupeva, Estado de São Paulo, na Rua Professora Deolinda Silveira de Camargo número 335, Jardim São Vicente, tendo como características:

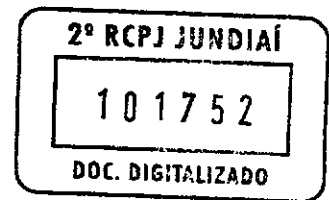
I – Ser uma pessoa jurídica do direito privado sem fins lucrativos:

II – Ter um número ilimitado de associados, subordinados ao presente estatuto e demais normas regimentais:

III – Ter prazo de duração indeterminado.

CAPÍTULO II

DAS FINALIDADES E OBJETIVOS



Artigo 2º - São finalidades da Associação Cultural e Comunicação Social a integração social e desenvolvimento comunitário dos cidadãos e de associações civis do município de Itupeva, com o ideal de promoção educacional, cultural, ambiental, artístico, esportivo, científico, informativo e de comunicação social, sempre com espírito de união e desenvolvimento de seus associados, sem interferência de qualquer alegação que possa ferir os princípios da liberdade de expressão, de organização e da livre iniciativa, visando a contribuir para a formação da cidadania e melhor atender as necessidades da comunidade:

Parágrafo único: A fim de cumprir com seus objetivos fundamentais sem excetuar outros que venham a ser indicados, esta associação se propõe a:

I - Criar e manter equipamentos educacionais profissionalizantes, ou buscar parcerias e convênios com instituições públicas ou privada, para treinamento, aperfeiçoamento e desenvolvimento de cursos e oficinas de formação continuada;

II - Incentivar, divulgar, promover diretamente ou através de parcerias, a criação de projetos de conscientização da defesa e proteção ao meio ambiente como forma primordial de qualidade de vida;

III - Promover e realizar programas de animação cultural através de campanhas, feiras, seminários, palestras, conferências, debates, simpósios, intercâmbios técnicos, estudos e pesquisas;

IV - Promover, divulgar, incentivar produções independentes ou associadas, de amadores ou profissionais, de atividades artísticas em todas suas formas de expressão;

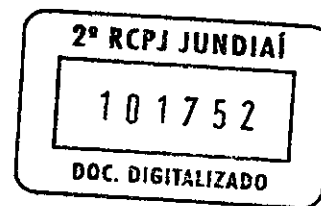
V - Criar e manter, ou promover parcerias e convênios, para a fundação de um Centro Cultural e Esportivo, para desenvolvimento de atividades artísticas e de incentivo a prática de diversas modalidades esportivas, como lazer ou profissionalizante;

VI - Estimular o convívio social e a cultura, através da criação de biblioteca, gibiteca, discoteca e brinquedoteca, fixas e ambulantes;

VII - Criar e desenvolver atividades dirigidas à população de terceira idade que reconheçam e resgatem o papel social do idoso, promovendo assim, o exercício pleno de sua cidadania;

VIII- Executar Serviços de Radiodifusão Comunitária

IX- Incentivar ou promover a criação, com a ajuda dos poderes públicos, de estatais, associações privadas ou organizações não governamentais, de:



- a) - Creches comunitárias;
- b) - Setores produtivos comunitários;
- c) - Áreas de atividades de lazer comunitárias;
- d) - Órgãos não governamentais de defesa do consumidor;
- e) - Órgão de estudo e atendimento comunitário relativo às áreas de educação, trabalho, saúde, habitação, saneamento básico transporte e de segurança, e outros;

IX – divulgar as atividades dos poderes públicos relativamente à área comunitária, à cidade e aos cidadãos em geral, como conselhos comunitários (de abastecimento, segurança, saúde, da mulher, do idoso, dos menores). PROCON, DECON, delegacias especializadas e outros;

X – promover e divulgar as diversas formas de associações por cooperativas, como as de trabalho, habitação, serviços médicos, consumo, escolares, serviços de transporte, crédito, artesanato e outras;

XI – informar e divulgar a atuação das associações de defesa do direito dos trabalhadores;

XII – promover, divulgar e incentivar as associações de empresários da região, visando a fortalecer o desenvolvimento econômico, bem como a incentivar a criação de frentes alternativas de trabalho;

XIII – difundir os ideais e fins da associação ACCS, bem como leis, direitos e responsabilidades dos cidadãos, através da criação de emissora de radiodifusão comunitária (som, sons e imagens) e/ou outros meios de comunicação comunitária ou não, podendo criá-los, mantê-los e administrá-los através de um conselho de comunicação social, fiscalizado por um conselho comunitário autônomo, observados os preceitos legais.

XIV – atuar junto aos poderes públicos municipal, estadual, federal, ao setor privado e organizações não governamentais, no sentido de obter meios de sessão de uso de espaço público ou privado, afim de se manter e de se administrar, por regulamentos específicos, aprovados em assembleia geral, bem como no sentido de manter e organizar as dependências que se fizerem necessárias aos seus propósitos.

CAPÍTULO III

DOS ASSOCIADOS

SEÇÃO I – DA ADMISSÃO, DIREITOS E DEVERES

Artigo 3º - Será assegurado o ingresso gratuito de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço, bem como de pessoas jurídicas, sem fins lucrativos nela sediadas, que tenham preenchido o formulário, onde conste aceitação deste estatuto e dos regimentos internos:

Parágrafo 1º - A Associação Cultural e Comunicação Social, não terá distinção de raça, cor, sexo, nacionalidade, classe social, concepção política, filosófica ou religiosa;

Parágrafo 2º - A Associação ACCS, poderá cobrar de seus membros integrantes uma taxa de manutenção, a fim de custear suas atividades e sua sustentação física;

Parágrafo 3º - Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações sociais em nome da Associação ACCS.

Artigo 4º - Os associados pertencerão às seguintes categorias:

I – Fundadores – Associados que assinarem o instrumento de constituição da associação ACCS;

II – Efetivos – Associados que participarem diretamente das atividades da associação ACCS e contribuírem com a mensalidade, se for o caso, para esta associação;

III – Beneméritos – Associados que prestarem relevantes serviços ou contribuições/ doações para a associação ACCS;

IV – Honorários – Associados que venham a receber este título em razão de relevantes serviços prestados a Comunidade, desde que tenham seus nomes indicados pela Diretoria Executiva e aprovados pelos Conselhos.

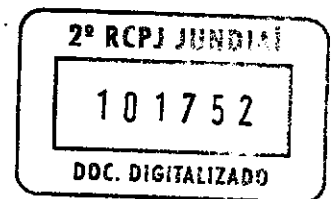
Artigo 5º - São direitos dos associados:

I – participar da estrutura organizacional da Associação ACCS, bem como das atividades desenvolvidas pela associação;

II – votar e ser votado para a composição dos órgãos diretivos da associação ACCS, ressalvadas as limitações constantes neste estatuto;

III – apresentar projetos, propostas, emendas a projetos e opinar frente ao desenvolvimento dos trabalhos dos Órgãos Diretivos da entidade;

IV – ter assegurado direito de defesa sobre qualquer acusação ou penalidade que lhe seja imputada, cabendo recurso a Assembleia Geral;



V – utilizar-se de todos os serviços mantidos pela associação ACCS, respeitadas as disposições administrativas, regimentos internos e estatutários;

Artigo 6º - São deveres dos associados fundadores e efetivos:

- I – cumprir e fazer cumprir integralmente o presente estatuto;**
- II – comparecer as assembleias convocadas pela Associação ACCS;**
- III – zelar pela aplicação dos princípios e objetivos definidos pela Associação ACCS;**
- IV – pautar sua conduta pessoal e/ou profissional dentro dos princípios éticos;**
- V – pagar em dia as contribuições fixadas ou deliberadas pela Assembleia Geral;**

Parágrafo Único – O cumprimento dos deveres descritos neste artigo é condição indispensável para que o associado possa participar de quaisquer atos na Associação ACCS.

SEÇÃO II – DA DEMISSÃO, ELIMINAÇÃO E EXCLUSÃO

Artigo 7º - A demissão do associado, que não poderá ser negada, dar-se-á unicamente a seu pedido e será requerida formalmente ao presidente da Associação ACCS.

Artigo 8º - A eliminação do associado, que será aplicada em virtude de infração da Lei, deste Estatuto, do Regime interno ou das deliberações das Assembleias Gerais, será feita por decisão da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, depois de notificação ao infrator.

Parágrafo 1º - Os associados serão passíveis de punições, observadas a natureza e gravidade da infração, que serão previstas em regime interno e descritas neste estatuto a forma de aplicação das penalidades que serão as seguintes:

- I – advertência: notificação por escrito da Diretoria Executiva;**
- II – suspensão: afastamento do associado por um período definido pela Diretoria Executiva;**
- III – eliminação: afastamento definitivo do associado por decisão da Assembleia Geral.**

Parágrafo 2º - As aplicações das penalidades contidas no parágrafo anterior, imputada a qualquer membro da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, deverá ser por resolução da maioria da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, referendada em Assembleia Geral.

Parágrafo 3º - Além de outros motivos, a Diretoria Executiva deverá punir o associado que:

- a) - divulgar informações relevantes, sigilosas ou inverídicas sobre a Associação ACCS, que possam prejudicá-la nas suas atividades ou negócios sociais;
- b) - vier a exercer qualquer atividade considerada prejudicial a Associação ACCS ou que colida com seu objeto social;
- c) - for condenado em processo criminal, quando no exercício de suas próprias atividades, ou cível, quando em confronto com a Associação ACCS;

Parágrafo 4º - Cópia autêntica da decisão punitiva, será remetida ao interessado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, através de procedimento que comprove as respectivas datas de remessa e do recebimento.

Parágrafo 5º - O associado punido poderá, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da notificação, interpor recurso, que será recebido pela Diretoria Executiva e decidido em Assembleia Geral.

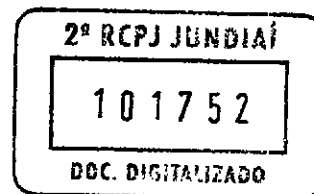
Artigo 9º - A exclusão do associado será feita por:

- I – morte da pessoa física;
- II – incapacidade civil não suprida;
- II – deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na Associação ACCS.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

SEÇÃO I – DA ORGANIZAÇÃO



Artigo 10º - A Associação ACCS será composta pelos seguintes órgãos: Assembleia Geral, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Conselho Gestor de Comunicação Social e Conselho Comunitário.

Parágrafo 1º - O exercício de qualquer das funções requeridas para funcionamento dos órgãos referidos neste artigo não será remunerado, podendo, entretanto, ocorrer destinação de verba de representação para aplicação exclusiva ao serviço prestado e obrigada a prestação de contas junto ao departamento financeiro.

SESSÃO II – DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 11º - A Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária é o órgão supremo da Associação e, dentro dos limites legais e das normas vigentes dos dispositivos estatutários, poderá tomar todas e quaisquer decisões sobre os assuntos relativos aos fins e atividades da entidade.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral constituir-se-á dos associados fundadores e efetivos em pleno gozo dos direitos estatutários. Os associados beneméritos poderão participar das assembleias, sem direito a voto, podendo, entretanto opinar, sugerir e debater a pauta em questão.

Parágrafo 2º - Será vedada a discussão de matéria estranha ao edital de convocação da Assembleia Geral, não podendo ser votados assuntos não especificados na pauta de convocação.

Parágrafo 3º - As deliberações da Assembleia Geral vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

Artigo 12º - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, no primeiro trimestre, ou extraordinariamente a qualquer tempo, quando convocada:

I – pelo Presidente da Associação;

II – pelo Conselho Fiscal;

III – por 1/5 dos associados em pleno gozo dos direitos estatutários e regimentais para deliberação sobre;

a)- destituição de membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;

b) – dissolução da Associação.

Artigo 13º - O "quorum" para instalação da Assembleia Geral será metade mais 1 (um) do número de associados, em primeira convocação, e de qualquer número em segunda convocação, que deverá ocorrer 30 (trinta) minutos após o horário estabelecido para primeira convocação.

Parágrafo 1º - A Assembleia deverá ser instalada pelo presidente da Associação ACCS ou por qualquer membro da Diretoria Executiva que poderá convidar um dos associados presentes para presidi-la e outro para secretariá-la.

Parágrafo 2º - As decisões serão tomadas por maioria simples de votos dos associados presentes.

Parágrafo 3º - O que ocorrer na Assembleia Geral deverá constar da Ata circunstanciada, lavrada em livro próprio, aprovada e assinada ao final dos trabalhos pelos diretores e fiscais presentes, por uma comissão de 10 (dez) associados designados pela Assembleia e, ainda, por quantos o queiram fazer.

Parágrafo 4º - Os associados admitidos depois da convocação da Assembleia Geral não poderão participar dela.

Artigo 14º - A instalação de Assembleia Geral Extraordinária para deliberação sobre os assuntos estipulados no artigo 12º, em seu inciso IV, alíneas a e b, somente poderá ocorrer com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos associados fundadores e efetivos da Associação ACCS.

Parágrafo único - As decisões sobre deliberações estipuladas neste artigo somente serão válidas por, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos associados fundadores e efetivos em pleno gozo dos direitos estatutários e regimentais.

Artigo 15º - A Assembleia será normalmente convocada pelo Presidente, por no mínimo de 15 (quinze) dias de antecedência, através de edital de convocação fixado em lugar visível da entidade e publicado em jornal de circulação na região.

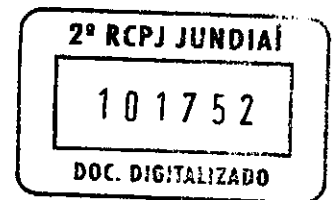
Parágrafo Único: O edital de convocação deverá constar a pauta de discussões.

Artigo 16º - Os membros comparecerão a Assembleia Geral pessoalmente, não sendo admitida, em espécie nenhuma, procuração.

Artigo 17º - Compete a Assembleia Geral Ordinária, em especial:

I – deliberar e votar o parecer do Conselho Fiscal sobre o relatório anual, balanços econômicos e financeiros apresentados pela Diretoria Executiva;

II – deliberar sobre a previsão orçamentária para o exercício seguinte;

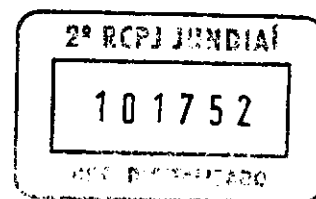


- III – fixar o valor e estabelecer a forma de contribuição dos associados;
- IV – deliberar, em última instância, sobre recursos interpostos pelos associados, contra penalidades impetradas;
- V – aprovar programas, serviços e diretrizes para o desenvolvimento da entidade;
- VI – deliberar sobre matérias não previstas neste estatuto, na forma do disposto no artigo 11º, parágrafo 2º;
- VII – eleger os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;

Artigo 18º - Compete a Assembleia Geral Extraordinária:

- I – deliberar sobre os assuntos pautados na sua convocação;
- II – decidir sobre a indicação de títulos de associados honorários;
- III – alterar o valor da contribuição dos associados;
- IV – julgar penalidades impetradas aos associados e/ou membros da diretoria executiva e conselho fiscal;
- V – aprovar regimento interno e cargos auxiliares;
- VI – deliberar sobre a destituição, total ou parcial, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, atendendo o disposto nos artigos 11º § 2º; - 12º, inciso IV, alínea a e 14º; § ú;
 - a) – ocorrendo destituição que possa comprometer a regularidade da administração da Associação ACCS, a Assembleia Geral poderá designar diretores provisórios até a posse de novos, cuja eleição se fará no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- VII – eleger os cargos que sofram vacância no decorrer de seus mandatos;
- VIII – deliberar sobre o patrimônio da Associação ACCS, ouvido o conselho fiscal, sobre compra, venda ou alteração dos bens móveis ou imóveis;
- IX – deliberar sobre mudanças de objetivos da Associação ACCS, emendar ou reformar o estatuto, na forma do disposto do artigo 11º, parágrafo 2º;
- X - Deliberar sobre a dissolução voluntária da Entidade e, neste caso, nomear os liquidantes e votar as respectivas contas, observados o disposto nos artigos 11º § 2º; - 12º, inciso IV, alínea b e 14º § ú

SESSÃO III – DAS ELEIÇÕES



Artigo 19º - Dentre os membros com capacidade civil absoluta e em pleno gozo dos direitos estatutários e regimentais, com prazo de pelo menos 90 (noventa) dias, serão indicados pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, 5 (cinco) nomes para compor a Comissão Eleitoral a quem competirá:

I – organizar o pleito que elegerá a nova Diretoria Executiva e Conselho Fiscal;

II – vetar as chapas que não atenderem as exigências estatutárias e regimentais ou candidatos que não constituírem chapas completas;

a) – ao veto fundamentado, caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias, à Comissão Eleitoral;

III – receber as inscrições de chapas, até 60 (sessenta) dias antes do pleito;

IV – confirmar as chapas concorrentes, até 30 (trinta) dias antes do pleito;

V – determinar, a forma de votação, o dia do pleito eleitoral, o local, o horário de início e término da votação;

VI – determinar, caso ocorra empate, data, local, horário para o novo pleito;

VII – determinar a data da posse, que não poderá exceder 30 (trinta) dias após o pleito.

Artigo 20º - Poderão candidatar-se para os cargos da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal associados fundadores e efetivos, que contarem com mais de 2 (dois) anos de efetiva e ininterrupta atuação e contribuição para com a entidade.

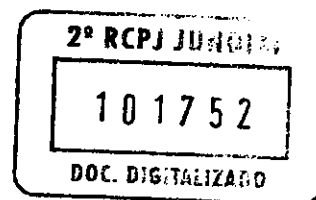
Parágrafo 1º - Cada associado poderá candidatar-se a um único cargo.

Parágrafo 2º - Deverão concorrer chapas completas para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

Artigo 21º - Terão direito a voto os associados fundadores e efetivos que contarem com mais de 6 (seis) meses de efetiva e ininterrupta atuação e contribuição para com a entidade.

Artigo 22º - Considerar-se-á eleita a chapa que obtiver maioria simples dos votantes presentes à eleição.

Parágrafo Único – Ocorrendo empate entre as chapas mais votadas será realizada nova eleição no prazo de 15 (quinze) dias, a qual concorrerão apenas as chapas empatadas.



SEÇÃO IV – DA DIRETORIA EXECUTIVA

Artigo 23º - A Diretoria Executiva, eleita pela Assembleia Geral, será composta por 5 (cinco) membros que compreendem: (obs. Pode ser 5 membros – retirar os adjuntos e o vice substitui todos os diretores)

- 1-Diretor Presidente**
- 2- Diretor Vice Presidente**
- 3- Diretor Administrativo**
- 4- Diretor Financeiro**
- 5- Diretor de Comunicação Social**

Artigo 24º - Os membros da Diretoria Executiva serão eleitos para um período de 4 (quatro) anos, permitida a reeleição, observado o disposto no artigo 20º.

Parágrafo 1º - A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente, a cada 30 (trinta) dias e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário, ou ainda, por solicitação do Conselho Fiscal.

Parágrafo 2º - O “quorum” para a instalação da reunião será de metade mais 1 (um) dos membros e as decisões serão tomadas por maioria simples de votos.

Parágrafo 3º - Será lavrada ata de cada reunião, em livro próprio, na qual serão indicados os nomes dos que compareceram e as resoluções tomadas. A ata será assinada por todos os presentes.

Artigo 25º - Compete a Diretoria Executiva, dentro dos limites da lei e deste Estatuto, atendidas a recomendações ou decisões da Assembleia Geral:

- I - estabelecer normas, orientar e controlar todas as atividades e serviços da Associação ACCS;**
- II - analisar e aprovar os planos de atividade e respectivos orçamentos, bem como quaisquer programas próprios de investimentos, além de acompanhar seus resultados;**
- III - propor a Assembleia Geral o valor da contribuição mensal dos associados e fixar as taxas destinadas a cobrir as despesas operacionais e outras;**

IV - contrair obrigações, transigir, adquirir, alienar ou onerar bens móveis, ceder direitos e constituir mandatários;

V - adquirir, alienar ou onerar bens imóveis, com expressa autorização da Assembleia Geral;

VI - indicar o banco ou bancos nos quais deverão ser feitos os depósitos do numerário disponível e fixar o limite máximo que poderá ser mantido em caixa;

VII - deliberar sobre a admissão, demissão, punição de associados;

VIII - programar as operações e serviços da Associação ACCS;

IX - zelar pelo cumprimento das disposições legais e estatutárias e pelas deliberações da Assembleia Geral;

X - criar, instalar e coordenar órgãos de assessoramento, necessários ao desenvolvimento da Associação ACCS;

XI - deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral;

XII - apresentar a Assembleia Geral Ordinária o relatório e as contas de sua gestão;

XIII - estabelecer, em instruções ou regulamentos, sanções ou penalidades a serem aplicadas nos casos de violação ou abuso cometido contra disposições da Lei, deste Estatuto ou das regras de relacionamento com a Sociedade, que vierem a ser expedidos de suas reuniões;

Parágrafo Único - As normas estabelecidas pela Diretoria Executiva serão baixadas em forma de Resolução ou Instrução e constituirão o Regime Interno da Associação.

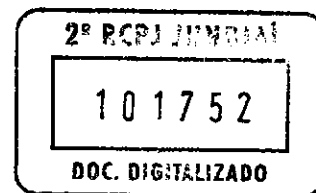
SEÇÃO V - DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 26º - Compete a Diretoria Executiva: a administração da Associação ACCS, cumprir e fazer cumprir as normas estatutárias.

Artigo 27º - Compete ao Diretor Presidente:

I - Representar a ACCS - Associação Cultural e Comunicação Social, perante a coletividade, judicial e extrajudicialmente, em juízo ou fora dele;

II - Cumprir e fazer cumprir este Estatuto, o Código de Ética e Conduta;



III - Presidir a Assembleia Geral;

IV - Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

V - Coordenar as atividades da ACCS – Associação Cultural e Comunicação Social;

VI - Ordenar o pagamento das despesas, com poderes para abrir e movimentar contas bancárias, emitir cheques, solicitar talonários de cheques, autorizar transferências de valores de conta-corrente da Associação Cultural e Comunicação Social, endossar cheques e ordens de pagamento para depósito em conta bancária.

§ Único - Quanto à validação de documentos que correspondam à área financeira e administrativa, os pares de assinatura deverão obedecer a seguinte ordem:

a) Questões Financeiras: 1º: Diretor Presidente com Diretor Financeiro; 2º: Vice-Presidente com o Diretor Financeiro.

b) Questões Administrativas: 1º: Diretor Presidente com o Diretor Administrativo, 2º: Diretor Vice-Presidente com o Diretor Administrativo.

Artigo 28º - Compete ao Diretor Vice- Presidente:

I - Assumir na pessoa do Diretor Vice-Presidente a função do Diretor Presidente em caso de vacância, até que Assembleia Geral eleja o seu substituto;

II - Prover subsídios para a tomada de decisões da Diretoria ou Assembleia Geral no tocante às ações em geral promovidas e ou que requeiram parecer da ACCS – Associação Cultural e Comunicação Social;

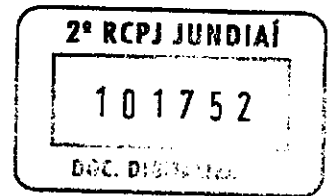
III - Supervisionar os resultados das ações promovidas pela ACCS –Associação Cultural e Comunicação Social, provendo meios para disponibilizar os dados à consulta geral;

IV - Planejar necessidades para o cumprimento e bom desenvolvimento de suas finalidades.

Artigo 29º - Compete ao Diretor Administrativo:

I - Organizar o quadro social;

II - encarregar-se dos serviços de documentação e informação, mantendo atualizados a



correspondência e o arquivo da Associação;

III – Assinar com o Diretor Presidente ou Diretor Vice-Presidente documentos ligados à área administrativa;

IV - secretariar e lavrar as atas das reuniões de Diretoria Executiva;

V - atualizar e manter sob sua guarda os livros de atas das reuniões da Diretoria Executiva e das Assembleias Gerais;

VI - registrar e manter atualizado o cadastro dos associados;

VII - outras atribuições que venham ser estabelecidas no registro interno;

Artigo 30º - Compete ao Diretor Financeiro:

I - ter sob sua tutela os valores da Associação, bem como papéis e documentações financeiras;

II – Assinar com o Diretor Presidente ou Diretor Vice-Presidente documentos ligados à área financeira;

III - receber subvenções e doações;

IV - emitir recibos e dar quitações, conferir ou impugnar contas e cálculos da Associação e a ela relativos;

V - proceder, ou mandar proceder, escrituração do livro auxiliar de caixa, visando-o e mantendo-o sob sua responsabilidade;

VI - zelar pelo recolhimento das obrigações fiscais, tributárias, previdenciárias e outras, devida ou da responsabilidade da Associação;

VII - outras atribuições que venham a serem estabelecidas no regime interno.

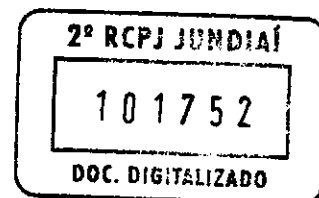
Artigo 31º - Compete ao Diretor de Comunicação Social:

I - criar e presidir um Conselho Gestor de Comunicação Social, para auxiliá-lo em suas funções;

II - elaborar o planejamento da sua área, responsabilizando-se por sua implantação e acompanhamento, após aprovação da Diretoria Executiva;

III - coordenar os eventos da associação e a programação dos veículos de comunicação e de sons e imagens que estejam sob sua responsabilidade;

IV - orientar as atividades de jornalismo, zelando pelo cumprimento dos objetivos



institucionais e legais, bem como a preservação da postura ética exigida pela Associação ACCS;

V - desenvolver e aperfeiçoar a comunicação, interagindo e propondo novas concepções, normas e procedimentos na Associação ACCS e entre seus associados;

VI - outras atribuições que venham a ser estabelecidas no regimento interno;

SESSÃO VI – DO CONSELHO FISCAL

Artigo 32º - A administração da Associação ACCS será fiscalizada, por um Conselho Fiscal constituído por 2 (dois) membros titulares e 1 (um) suplente, eleitos pela Assembleia Geral que elegeu a Diretoria Executiva para um mandato de 4 (quatro) anos, permitida a reeleição. (obs. Pode ser também três titulares e 1 suplente)

Parágrafo Único – Não podem fazer parte deste conselho fiscal, além dos associados não enumerados no artigo 4º deste estatuto, os parentes dos membros da Diretoria Executiva até o 2º grau, cônjuges e afins.

Artigo 33º - O Conselho Fiscal reunir-se-á, com a participação de pelo menos, 2 (dois) membros ordinariamente a cada 4 (quatro) meses e extraordinariamente a qualquer tempo, por solicitação da maioria de seus membros, ou por solicitação dos membros da Associação, por razões formalizadas junto a quaisquer de seus membros.

Parágrafo Primeiro – Em sua primeira reunião escolherá, dentre os seus membros efetivos, um Coordenador, incumbido de convocar e dirigir os trabalhos destas e um secretário;

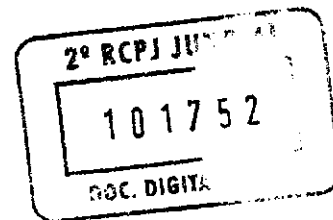
Parágrafo Segundo – As reuniões poderão ser convocadas, ainda, por qualquer de seus membros, por solicitação da Diretoria Executiva ou da Assembleia Geral.

Parágrafo Terceiro – Na ausência do Coordenador, os trabalhos serão dirigidos pelo Secretário e, na ausência deste também, pelo membro efetivo remanescente.

Parágrafo Quarto – As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos e constarão de ata lavrada em livro próprio, que, após sua leitura, deverá ser assinada por todos os membros presentes.

Artigo 34º - Ocorrendo 2 (duas) ou mais vagas no Conselho Fiscal, o restante de seus membros deverão convocar Assembleia Geral para o devido preenchimento destas vagas.

Artigo 35º - Compete ao Conselho Fiscal: cumprir e fazer cumprir as normas estatutárias



e as seguintes atribuições:

I - examinar os balancetes mensais e o respectivo balanço, bem como opinar sobre eles para a Assembleia Geral convocada para apreciação e aprovação das contas anuais;

II - fiscalizar os atos da Diretoria Executiva e dos membros do Conselho Gestor de Comunicação Social, verificando o cumprimento de seus deveres legais e estatutários;

III - opinar sobre as transações ou operações que importem em alteração do patrimônio imobiliário da Associação ACCS;

IV - opinar, quando solicitados, sobre as propostas da Diretoria Executiva a serem submetidas a apreciação da Assembleia Geral;

V - acompanhar o cumprimento da política financeira e de recursos humanos estabelecidos pela Diretoria Executiva;

VI - averiguar se existem reclamações de associados quanto às atividades desenvolvidas pela Associação.

VII - dar conhecimento a Diretoria Executiva das conclusões de seus trabalhos, denunciando a estas e a Assembleia Geral as irregularidades constatadas.

Parágrafo Único – Para exame e verificação dos livros, contas e documentos necessários ao cumprimento de suas atribuições, o Conselho Fiscal deverá requisitar a Diretoria Executiva, por escrito, informando dia e hora para averiguação.

SEÇÃO VII - DO CONSELHO GESTOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Artigo 36º - O conselho Gestor de Comunicação Social será composto por coordenadores nomeados e presididos pela Diretoria de Comunicação, sendo referendados pela Diretoria Executiva, o qual será composto dos seguintes departamentos:

1- Educação

2- Radiodifusão

3- Cultura
Marketing

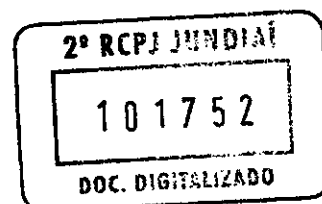
4 - Propaganda e

5- Direito e Cidadania

6- Eventos

7- Promoção Social

8- Feiras e Congressos



9- Meio Ambiente

10- Relações Trabalhistas

11- Esportes
Cooperativistas

12- Relações

13- Imprensa
Empresariais

14- Relações

Obs. (Pode ser modificado)

Parágrafo 1º - Todos os componentes deste Conselho deverão ser membros da Associação ACCS e estar quites com suas obrigações sociais.

Parágrafo 2º - O Conselho Gestor de Comunicação Social servirá como instrumento regulador e incentivador da manifestação do pensamento, da criação, da expressão e da informação, bem como servirá de divulgador dos pensamentos e objetivos da Associação ACCS e da padronização de todas as atividades comunitárias.

Parágrafo 3º - Competirá ao Conselho Gestor de Comunicação Social promover e divulgar diversões, entretenimento, espetáculos públicos, seminários, informações e notícias, buscando a finalidade educativa, profissionalizante, artística e cultural, bem como promover a cultura local, regional e nacional.

Parágrafo 4º - O Conselho Gestor de Comunicação Social será regido por meio de Regimento Interno Próprio.

SEÇÃO VIII – DO CONSELHO COMUNITÁRIO

Artigo 37º - Conselho Comunitário será composto por membros de entidades representativas da comunidade local, tais como: de moradores, de associações de classe, sindicatos, cooperativas, beneméritas, filantrópicas, assistenciais, religiosas, e/ou outras de caráter comunitário, desde que legalmente constituídas, referendadas em reunião da Diretoria Executiva.

Parágrafo Único - Cada entidade indicará um único representante para o Conselho Comunitário.

Artigo 38º - Compete ao Conselho Comunitário as seguintes atribuições:

I - acompanhar a programação do veículo de comunicação comunitária que a Associação ACCS mantenha, objetivando atender exclusivamente os interessados da comunidade, os quais deverão dar preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;

II - promover as atividades artística, educativas, culturais, informativas e jornalísticas na comunidade e da integração das culturas: local, regional e nacional;

III - fazer respeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;

IV - não discriminação racial, religiosa, político-ideológica-partidária, preferências sexuais e condição social nas relações comunitárias.

Artigo 39º - O Conselho Comunitário reunir-se-á com a participação de no mínimo 5 (cinco) membros, ordinariamente e a cada 4 (quatro) meses e extraordinariamente a qualquer tempo, por solicitação da maioria de seus membros, por solicitação do presidente do Conselho Gestor de Comunicação Social ou pela Diretoria Executiva da Associação ACCS, por razões formalizadas junto a quaisquer de seus membros.

Artigo 40º - O Conselho Comunitário elegerá, em sua primeira reunião ordinária, dentre os seus membros, um Coordenador e um Secretário, para presidir e secretariar suas reuniões ordinárias e extraordinárias.

Artigo 41º - Os associados não poderão exercer cumulativamente cargos na Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Comunitário.

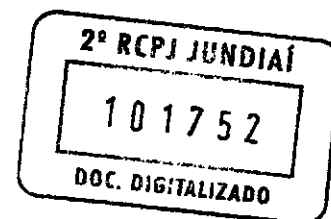
Artigo 42º - As reuniões do Conselho Comunitário, bem como suas opiniões, constarão de atas lavradas em livro próprio que deverá ser assinada Por todos os membros presentes.

CAPÍTULO V

DO PATRIMÔNIO E DAS RENDAS

Artigo 43 – Constitui patrimônio da Associação ACCS, os bens móveis e imóveis que venha a adquirir por qualquer forma de direito.

Artigo 44º - São rendas as subvenções, donativos, contribuições, legados, proventos de atividades e eventos, ou outros valores que venham a ser registrados e contabilizados pela Associação Cidadã, originados por qualquer ato lícito de direito.



CAPÍTULO VI

DA LIQUIDAÇÃO

Artigo 47º - A Associação ACCS poderá ser extinta por deliberação da maioria dos associados, em qualquer tempo, desde que seja convocada uma Assembleia Geral Extraordinária para tal fim, observando o disposto nos artigos 11º, 12º e 14º deste estatuto.

Artigo 48º - A Associação ACCS também poderá ser extinta por determinação legal.

Artigo 49º - No caso de extinção, caberá a Assembleia Geral Extraordinária estabelecer o modo de liquidação, nomeando um liquidante e o Conselho Fiscal que deva atuar durante o período de liquidação.

Artigo 50º - Se dissolvida a Associação ACCS, o seu patrimônio reverterá em prol de outra associação congênere, devidamente registrada e com objetivos afins, indicada pela Assembleia Geral Dissolutória, sendo, porém, obrigatoriamente destinado a associação sediada no município.

Parágrafo Único: Não haverá distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre seus associados.

CAPÍTULO VII

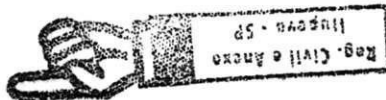
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 51º - As questões e os casos omissos deste Estatuto serão resolvidos pela Diretoria Executiva, de acordo com a lei vigente no país com princípios gerais de direito.

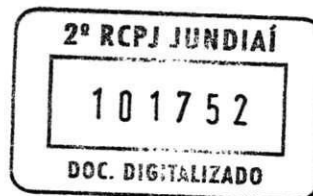
Artigo 52º - Fica eleito o foro da cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, para serem resolvidas todas as questões de interpretação deste Estatuto.

Parágrafo 1º - O presente entrará em vigor na data do seu registro em cartório.

REG. CIVIL
ITUPEVA-SP



Antonio Andre Ramalho Costa
Presidente



TABELIONATO E REGISTRO CIVIL DE ITUPEVA - COMARCA DE JUNDIAÍ - Tabelião - Luiz Roberto Reginato

R. Emat. Iguaçu do Município, 378 - Centro - 13269-000 - Fone (11) 4891-0000 - e-mail: cbrasil@itupeva.jus.br

Reconheço por SEMELHANÇA (doc s/vr econ) a firma de

ANTONIO ANDRE RAMALHO COSTA

que confere c/ o padrão regl nesta serventia. Dou fé.

ITUPEVA, 27 de junho de 2014.

Em testº da verdade

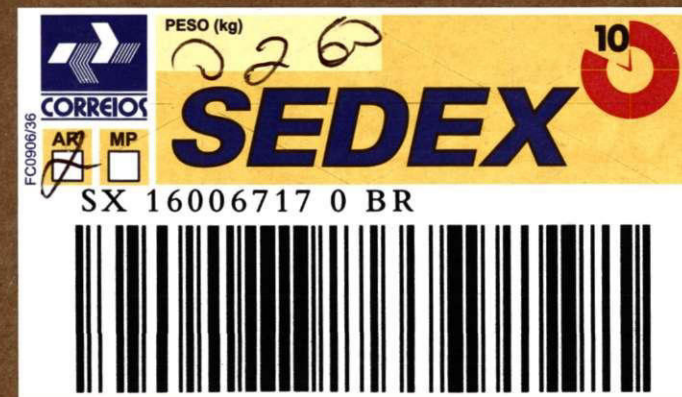
Fabio Nardin - Escrevente

Valor Total R\$ 4,50

Válido somente com o selo



Ministério dos Comunicos
Secretaria de Serviços de Comunicações
Eletrônica
Departamento de Acompanhamento e
Avaliação de Serviço de Comunicação
Eletrônica
Coordenação-Geral de Acompanhamento
de Outorgas
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo
Ala Oeste, 3º andar
70044-900 - Brasília-DF





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ACCS - ASSOCIACAO CULTURAL E COMUNICACAO SOCIAL
CNPJ: 02.886.389/0001-40

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:04:17 do dia 06/09/2016 (hora e data de Brasília).

Válida até 06/10/2016.

Certidão expedida gratuitamente.

Processo nº: 53000.020902/2012-71

Município/UF: Itupeva/SP

Tempestivo. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 01/07/2013, publicada no D.O.U. de 02/07/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, o requerimento de renovação realizado em 30/04/2012 foi tempestivo.

Diante da análise dos autos, verificou-se a existência dos seguintes documentos pertinentes à renovação:

1. Requerimento de Renovação (Anexo V): fl. 05 (0046414)
2. **Estatuto social**: fls. 31/50 (0067460).
3. **Ata de eleição da Diretoria em exercício**: fls. 56/58 (0046414). Mandato vencido.
- **Mandato**: 03/03/2010 a 03/03/2014
4. **Prova de maioria e nacionalidade de todos os dirigentes: / 5. Comprovante de CPF de todos os dirigentes**:
 - PRESIDENTE:
 - VICE-PRESIDENTE:
 - DIRETOR FINANCEIRO:
 - DIRETOR ADMINISTRATIVO:
 - DIRETOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:
6. Declaração atestando que as instalações estão de acordo com a autorização: fl. 08 (0046414)
7. Características do Estatuto:
 - Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 2º, inciso VIII.
 - Ingresso gratuito, como associado, de toda pessoa física e jurídica: art. 3º.
 - **Direito de voz** e voto: art. 5º, inciso II (votar). Direito de voz pendente.
 - Direito, concedido às pessoas físicas, de serem votadas: art. 5º, inciso II.
 - Cargos que compõem a estrutura administrativa: art. 23
 - **Tempo de mandato da Diretoria, limitado ao máximo de 4 anos e uma recondução**: art. 24 (mandato de quatro anos, permitida a reeleição).

- **Conselho Comunitário**: art. 37 ao 42. (art. 39 diz que o conselho se reunirá com participação mínima de 5 membros).

8. Último relatório do Conselho Comunitário, com a grade de programação, nos moldes do art.131, inciso V, da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC: fl.

9. Certidão negativa de débitos de receita administradas pela Anatel: fl. 01 (1345327)

10. CNPJ: fl. 11 (0046414). Em 06/9/2016, a entidade estava regular (ativa).

11. Análise de vínculos: realizar pesquisa quando os documentos forem encaminhados.

MEMBRO	FILIADO	PARTIDO	PARTICIPA DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO	VÍNCULO RELIGIOSO	POSSUI PARENTES MEMBROS DA DIRETORIA

OBSERVAÇÕES:

- O processo **não** está completamente instruído.

- O estatuto social **não** está conforme com a Portaria nº 4334, de 2015.

- **Não** foi feita pesquisa de vínculo.

CONCLUSÃO: Será elaborada Nota Técnica requerendo o cumprimento de exigências.

Relatório elaborado por Rebecca Martins

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação
Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 23126/2016/SEI-MCTIC

Processo nº: **53000.020902/2012-71.**
Assunto: **Constatação de pendências.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A **Associação Cultural e Comunicação Social**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Itupeva**, estado de **São Paulo**, apresentou resposta à exigência, conforme Requerimento 0067460.

ANÁLISE

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
			<p>Da análise do estatuto social, constatou-se a inobservância ao art. 40 da Portaria, conforme segue especificado:</p> <p>a. O estatuto social não prevê o direito de voz aos associados nas instâncias deliberativas, em desacordo com o art. 40, inciso III da Portaria.</p> <p>b . Não está expressamente previsto que a diretoria será reconduzida por, no máximo, uma vez, conforme art. 40, V, "b" da Portaria.</p> <p>c . A previsão quanto à composição do Conselho Comunitário pode vir a causar dúvidas para os associados, notadamente o artigo 39 do estatuto.</p> <p>Assim, deve estar previsto que o Conselho será composto por um número específico de membros representantes de entidades legalmente constituídas (o mais comum é ter um Conselho formados por</p>

Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015.	Art. 131, inciso II, c/c art. 40	Estatuto social adequado à Portaria nº 4334, de 2015.	<p>5 membros).</p> <p>Isso porque, na prática, nem sempre é possível eleger mais do que cinco Conselheiros e deixar o número em aberto pode causar alguma dificuldade, no futuro, para a Entidade.</p> <p>Os artigos 40, 41 e 42 estão corretos e não precisam ser alterados.</p> <p>Havendo dúvidas, a Entidade poderá consultar os artigos 113 ao 116 da Portaria.</p> <p>Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a Portaria.</p> <p>Observação 1: a Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.</p> <p>Observação 2: as alterações estatutárias deverão ser averbadas no registro inicial do Estatuto, no Cartório Civil de Pessoas Jurídicas.</p>
	Art. 131, inciso III	Ata de eleição.	<p>Visto que o mandato da Diretoria encerrou-se em 03/03/2014, é necessário que a Associação encaminhe a nova Ata de eleição registrada, referente à Diretoria atual.</p> <p>Observação: o registro deve ser efetuado no Cartório de Pessoas Jurídicas.</p>
			<p>A Entidade deverá encaminhar o relatório do Conselho Comunitário atualizado, bem como a grade de programação veiculada pela emissora, nos moldes do art. 116 da Portaria.</p> <p>É importante que conste no</p>

	Art. 131, inciso V	Último relatório do Conselho Comunitário.	<p>relatório a indicação das entidades legalmente constituídas representadas por cada um dos membros.</p> <p>Observação 1: poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, as entidades de classe, beneméritas, religiosas, de moradores, associações rurais, sindicatos etc.</p> <p>Observação 2: os dirigentes da entidade interessada bem como representantes da Administração Pública ou de Conselhos Profissionais (OAB, CRM, CRA, etc.) não podem ser membros do Conselho Comunitário e, portanto, não podem assinar o relatório.</p> <p>Observação 3: o relatório do Conselho Comunitário deverá contar com a assinatura de todos os seus conselheiros, em número mínimo de 5 (cinco), <u>com a indicação das respectivas entidades representadas pelos membros.</u></p>
	Art. 42	CPF de todos os dirigentes.	A Entidade deverá encaminhar cópia do CPF de todos os membros da Diretoria.
Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998	Art. 6º, parágrafo único c/c art. 9º, § 2º, incisos III e IV	Comprovante de maioria/nacionalidade.	<p>A Entidade deverá enviar documento que demonstre que <u>todos</u> os Diretores eleitos são brasileiros natos ou brasileiros naturalizados há mais de 10 anos, bem como que são maiores de 18 anos.</p> <p>Observação: serão aceitos como comprovantes de maioria e nacionalidade documentos como cópia do RG e certidão de casamento.</p> <p>Não serão aceitos como comprovantes de maioria/nacionalidade a Carteira Nacional de</p>
Portaria nº 4334, de 2015	Art. 131, inciso IV		

de 2015			Habilitação (CNH) e cópia da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).
---------	--	--	--

2.1. Esclareça-se que a **análise de vínculo é feita de forma objetiva**, ou seja, basta que verifique que o(s) membro(s) da Diretoria exerça(m) mandato eletivo, faça(m) parte de órgão partidário, exerça(m) cargo de Secretário Municipal ou dignidade eclesiástica, sejam majoritariamente parentes entre si, por exemplo, que já estará caracterizado o vínculo, independentemente de se afirmar que o membro com vínculo nunca se utilizou da emissora ou da própria Entidade para interesse familiar, ou fazer proselitismo político-partidário e/ou religioso.

2.2. Além disso, a partir de **21/09/2016**, os vínculos mencionados acima serão tidos como **vícios de caráter insanável**, conforme dispõe o art. 137, parágrafo único da Portaria. **Em outras palavras, além de configurar infração ao art. 11 da Lei 9.612/1998, a renovação será indeferida, conforme o art. 132, da Portaria.**

2.3. Por fim, é de suma importância que a Entidade verifique a situação de cada dirigente eleito, notadamente quanto às hipóteses de vínculos vedados (art. 25, § 2º da Portaria nº 4334, de 2015).

CONCLUSÃO

3. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

4. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.

5. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@comunicacoes.gov.br.

6. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado no Ministério das Comunicações.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Rebecca Rackell Oliveira**



Quadrado de Araujo Linhares Martins, Técnico de Nível Superior, em 06/09/2016, às 18:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 16/09/2016, às 15:15, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1345715** e o código CRC **12C4BD6F**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 34534/2016/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

REPRESENTANTE LEGAL

Associação Cultural e Comunicação Social (ACCS)

Rua Prof. Deolinda Silveira Camargo, 335. Jd. São Vicente.

13295-000 / Itupeva – SP

CNPJ nº 02.886.389/0001-40

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.020902/2012-71.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimendo-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 23126/2016/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 16/09/2016, às 15:15, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1345721** e o código CRC **78B7AA0E**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício

NOME OU RAZÃO SOCIAL

ENDEREÇO / ADDRESS

CEP / CODE POSTAL

SCE/CGRC

Of. nº 34534 /2016/SEI-MCTIC, 16/09/2016

53000.020902/2012-71

REPRESENTANTE LEGAL

ASS. CULTURAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL (ACCS)

RUA PROF. DEOLINDA SILVEIRA CAMARGO, 335. JD. SÃO VICENTE.

13295-000

ITUPEVA – SP

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI



PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE



EMS



SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ


ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR



NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

29/09/16

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATIONNº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT


Marlene A. S. C. Seletti de Souza
Agente de Correios
Matr. 81051530

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO





**AVISO DE
RECEBIMENTO**

AVIS CN07

AR

JO 39178382 0 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

____/____/____

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

____/____/____

: h

____/____/____

: h

____/____/____

: h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Ministério da Comunicação, Rua 205, Comunicação Eletrônica

Brasília, DF, 70000-000, Bloco R, Anexo B Sala 300-O

CIDADE / LOCALITÉ

Brasília - DF

UF

**BRASIL
BRÉSIL**

**ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR**



Itupeva, 17 de outubro de 2016.

Ao Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

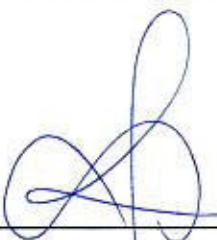

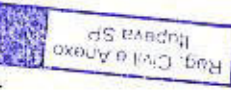
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Conforme solicitado por ofício nº 34534/2016/ SEI – MCTIC, estamos encaminhando os documentos segundo a NOTA TECNICA Nº 23126/2016, relativa ao processo nº 53000.020902/2012-71.

1. Estatuto Social adequado à portaria nº4334, de 2015
2. Ata da Eleição
3. Ultimo relatório do Conselho Comunitário
4. CPF de todos os dirigentes
5. Comprovante de maioria/nacionalidade

No cumprimento de suas obrigações, sem mais a declarar, assina o representante legal da entidade.

Antonio Andre Ramalho Costa

Presidente da Associação Cultural e Comunicação Social (ACCS)

Rua Prof. Deolinda Silveira Camargo, 335 – Jd São Vicente

Cep. 13-295-000/ Itupeva – SP

CNPJ 02.886.389/0001-40



TABELIONATO E REGISTRO CIVIL DE ITUPEVA - COMARCA DE JUNDIAÍ - Fone (11) 4934-0000 - e-mail: cc@tccjundiai.sp.gov.br

Reconheço por SERVENTIA (doc s/vr econ) a firma de
ANTONIO ANDRE RAMALHO COSTA
que confere c/ o padrão reg. nesta serventia. Dou fé.
Itupeva, 14 de outubro de 2016.

Thais Antonio Camargo de Souza - Escrevente Autorizada
Valor Total R\$ 5,30

Válido somente com o selo de autenticidade



DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 21/10/16 às 14:00 horas

Assinatura: lencio

ILMO SR. OFICIAL DO 2º CARTÓRIO DE REGISTROS DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE JUNDIAÍ - SP

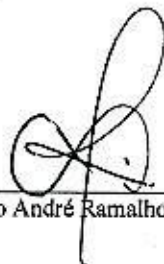
DOC. DIGITALIZADO

ACCS – Associação Cultural e Comunicação Social, CNPJ 02.886.389/0001-40, sediada à rua Professora Deolinda Silveira de Camargo, 335, Jardim São Vicente, em Itupeva (SP), tendo seus atos constitutivos registrados nesse Cartório sob o nº 76776, vem requerer que seja registrado à Ata de Assembléia Extraordinária, em anexo.

Termo em que,
Pede deferimento.

Itupeva, 02 de Maio de 2016.

ACCS – Associação Cultural e Comunicação Social



Antonio André Ramalho Costa

Convocação

A diretoria da ACCS (Associação Cultural e Comunicação Social, CNPJ: 02.886.389/0001-40), conforme estabelece o Cap IV, artigos 11º, parágrafos 1º 2º e 3º - bem como o Artigo 12º, item IV a, convoca seus membros para participarem de Assembleia Extraordinária em sua sede, no dia 02/03/2014 as 19H00 em primeira e 19H30 em segunda chamada, para tratar de eleição e posse de Diretoria e Conselho Fiscal.

Sem mais, assina a presente convocação o presidente.



Antonio André Ramalho Costa

ATA DE ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA



No dia 02 do mês de Março de 2014, em segunda chamada, (19h30) realizou-se a Assembleia Geral Extraordinária da ACCS – Associação Cultural e Comunicação Social (CNPJ: 02.886.389/0001-40), sediada à rua Professora Deolinda Silveira de Camargo, 335, Jardim São Vicente, em Itupeva (SP), convocada através de edital conforme estabelece o Estatuto, Cap IV, artigos 11º, parágrafos 1º 2º e 3º - bem como o Artigo 12º, item IV, para tratar da ELEIÇÃO E POSSE de diretoria e Conselho Fiscal.

A Assembleia extraordinária na presença de seus membros associados, conduzida pelo diretor presidente decidiu por unanimidade reeleger e dar posse imediata à diretoria e ao conselho fiscal, como segue:

Diretor-presidente – ANTONIO ANDRÉ RAMALHO COSTA, brasileiro, casado, produtor cultural, RG: 33.912.900-1, CPF: 292.726.498-89, residente na rua 03, 922, Bairro da Mina, CEP: 13.295-000.

Diretor vice-presidente – Lídia Ramalho Silva, brasileira, casada, vendedora, Carteira de Identidade nº 33.731.534-6, CPF: 307.512.028-60 - residente na rua Alberto Mondin, 73 – Parque das Hortênsias - Itupeva – SP, CEP: 13.295-000.

Diretor administrativo – Nádia Juliana da Silva Costa, gerente de Marketing, brasileira, casada, RG: 27.678.253-7, CPF: 319.065.548-03, residente na rua 03, 922, Bairro da Mina, CEP: 13.295-000.

Diretor financeiro – Derivaldo Antônio da Silva, operador de máquina, casado, Carteira de Identidade nº 42.455.871-3, CPF: 307.512.028-60 - residente na rua Alberto Mondin, 73 – Parque das Hortênsias - Itupeva – SP, CEP: 13.295-000.

Diretor de Comunicação – EDINALDO MORENO CASTELAO, brasileiro, casado, supervisor de desenvolvimento, Carteira de Identidade nº 20.529.970-2, CPF: 068.449.738-70- residente na rua Santa Clara, 165 - Itupeva – SP, CEP: 13.295-000.

E ainda o Conselho Fiscal,

Edno Luis Maciel Caciano, brasileiro, casado, programador, Carteira de Identidade nº 15.601.683, CPF: 065.458.108-80- residente na rua José Virilo, 507 – Portal Santa Fé- Itupeva – SP, CEP: 13.295-000.

Francismar Moreira de Oliveira, brasileiro, casado, pintor, Carteira de Identidade nº 769.586, CPF: 480.788.324-00, residente na rua Santa Brígida, 66 – Santo Antônio - Itupeva – SP, CEP: 13.295-000.

Francismar Moreira de Oliveira, brasileiro, casado, pintor, Carteira de Identidade nº 769.586, CPF: 480.788.324-00, residente na rua Santa Brígida, 66 – Santo Antônio - Itupeva – SP, CEP: 13.295-000.

Silvânia de Almeida Chinarelli, brasileira, gerente contábil, Carteira de Identidade nº 14.312.700, CPF: 061.899.028-39, residente na rua José Virilo, 235 – Portal Santa Fé - Itupeva – SP, CEP: 13.295-000.

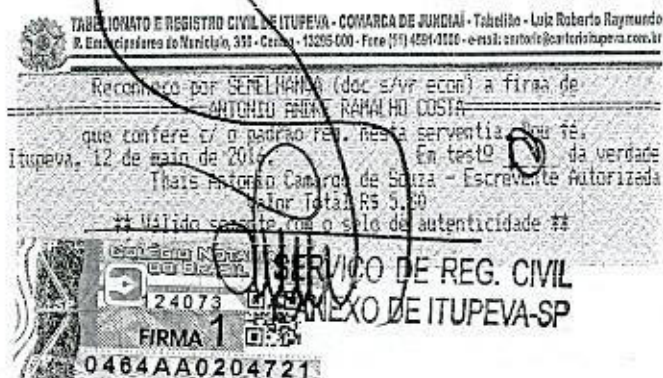


Ao fim da Assembleia de eleição deu-se a posse da diretoria e determinou-se a finalização da ata e providências legais.

Itupeva, 02 de Março de 2014.

Antônio André Ramalho Costa
Itupeva SP

Antônio André Ramalho Costa
Diretor presidente



**2º OFICIAL REGISTRO CIVIL PESSOA JURÍDICA
COMARCA DE JUNDIAÍ/SP**

Rua Joll Fuller, n. 132 - Centro

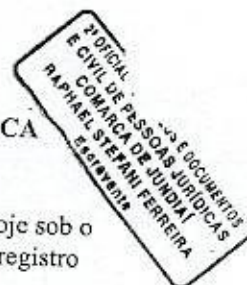
Apresentado, prenotado em 03/05/2016, registrado hoje sob o n.105.273, anotado no livro protocolo, a margem do registro n. 76.764 Jundiaí, 18/05/2016.

TOTAL DAS CUSTAS E EMOLUMENTOS R\$ 68,23.

As parcelas devidas encontram-se discriminadas no recibo anexo.

Guia n. 92/2016 - Protocolo 18.123. Declaro que recebi o valor acima.

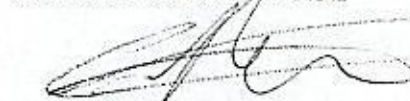
Raphael Stefani Ferreira - Escrevente



LISTA DE PRESENÇA NA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA





FILLIPE FURLAN ZANNI



CLEBER EDSON NEVES



ANTONIO-ANDRÉ RAMALHO COSTA


EDINALDO MORENO CASTELAO


MIRIAN AGUILAR MENEZES


MARCELLO GARCIA CANELAS


CAROLINE GONÇALVES FERREIRA


NÁDIA JULIANA DA SILVA COSTA


ALINE QUITÉRIA MACIEL NEVES

ACCS – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL


RELATORIO DO CONSELHO COMUNITARIO

As 18h horas do dia 20 de setembro de 2016 o Conselho Comunitario da ACCS – Associação Cultural e Comunicação Social se reuniu na sede da entidade, localizada na Rua Professora Deolinda Silveira de Camargo, 335, em Itupeva, Estado de São Paulo, para apresentar o relatório da programação da radio comunitária 105,9 FM. Estiveram presentes todos os conselheiros que formam o Conselho Comunitario sendo eles: Gustavo Arruda Camargo – Presidente da ACE – Associação Comercial e Industrial de Itupeva, Helio Gomes de Souza – Presidente da Associação KENKO de Karate Shotokan, Carlos Alberto das Neves Kain – Presidente da FOCA, Associação Fórum pela cidadania e Ação, Edielson Pereira de Souza – Presidente da APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, Jenifer Aparecida Pnheiro, Presidente da OSCIP – Projeto Social Construindo Cidadania. Os conselheiros apresentaram o seguinte relatório:

Este Conselho conclui que:

A Radio 105,9 FM de Itupeva, vêm cumprindo seu papel junto a comunidade, prestando um serviço de grande importância pra nossa cidade, pois é a única emissora que traz informações do município, sendo um importante canal do cidadão para se manifestar pedindo atenção do poder publico e autoridades de modo geral. Consideramos de igual modo importante as campanhas de saúde, orientação de limpeza dos terrenos baldios para evitar insetos que transmitem doenças. Entendemos o papel da emissora nos dias em que a cidade sofreu com enchentes que atingiram vários bairros e no vendaval passado, deixando muitas famílias desalojadas. A emissora, através de toda programação trouxe orientações da Defesa Civil e arrecadou alimentos, roupas e outros artigos para ajudar as famílias carentes do município. A programação zela em manter a cidade informada sobre os acontecimentos locais e também é considerado por este conselho de suma importância. Além do entretenimento musical e divulgação de festas locais e de nossa cultura. Outro ponto que destacamos, são as entrevistas com pessoas importantes como médicos, advogados, conselheiros dos direitos dos Deficientes, Idosos e demais direitos, que através dessas entrevistas tem acrescentado muita informação a nossa população, que interage com perguntas respondidas ao vivo pelos profissionais. Informes de documentos perdidos, pessoas desaparecidas, alertas de segurança sobre acidentes domesticos, animais desaparecidos. Este conselho também entende a importância que a emissora tem dado aos atletas da nossa cidade, cobrindo campeonatos de diversas modalidades e este conselho vê como positiva a participação da emissora em divulgar tais eventos incentivando assim nossos atletas, promovendo a inclusão e cidadania de nossos jovens. Observamos ainda que a emissora atende o que prevê a legislação de rádios comunitárias e não veicula propaganda. Todo trabalho vem sendo realizado com respeito ao cidadão e as autoridades. Mesmo com a estrutura modesta entendemos o objetivo de atender a necessidade de informação e entretenimento de nossa população, não havendo para este conselhos nada que a desabone.

Itupeva, 19 de agosto de 2016.



Gustavo Arruda Camargo

Presidente da ACE – Associação Comercial e Industrial de Itupeva


CNPJ 03.540.385/0001-78



Hélio Gomes de Souza

Presidente da Associação KENKO de Karate Shotokan


CNPJ 22.780.799/0001-19



Carlos Alberto das Neves Kain

Presidente da FOCA - Associação Fórum pela cidadania e Ação

CNPJ 08.927.115/0001-38



Edelson Pereira de Souza

Presidente da APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

CNPJ 58.386.087/0001-67



Jenifer Aparecida Pinheiro

Presidente da OSCIP – Projeto Social Construindo Cidadania

CNPJ 23.230.894/0001-01



ILMO SR. OFICIAL DO 2º CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOA
JURIDICA DE JUNDIAI-SP



A ACCS – Associação Cultural e Comunicação Social, sediada à Rua Deolinda
Silveira de Camargo, nº 335, Jardim São Vicente, Itupeva, Estado de São Paulo,
tendo seus atos constitutivos registrados neste cartório, vem requer que seja
registrado a alteração de seu estatuto social e a declaração em anexo

Itupeva, 26 de junho de 2014



Antônio André Ramalho Costa
Presidente



ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO



2º RCPJ JUNDIAÍ

101752

DOC. DIGITALIZADO

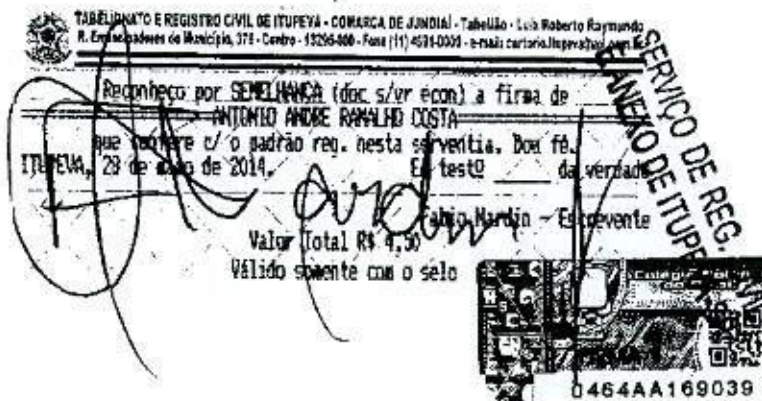
O Presidente da ACCS - Associação Cultural e Comunicação Social, Antônio André Ramalho Costa, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca todos os associados, em condições de votar, para a Assembléia Geral Ordinária a realizar-se na sua sede social, à Rua Professora Deolinda Silveira Camargo nº 335, no Jardim São Vicente, em Itupeva, São Paulo, às 19 horas do dia 2 de maio de 2014, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

ORDEM DO DIA:

- 1 - Alteração do estatuto social;
- 2 - Aprovar melhorias na sede da entidade;
- 3 - Aprovar e discutir regras de uso da sede e seus equipamentos

Itupeva, 7 de abril de 2014

Antonio André Ramalho Costa





ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL

ATA DA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA



Aos 02 dias do mês de maio de dois mil e quatorze, às dezenove horas e trinta minutos, em segunda chamada, o Presidente Antônio André Ramalho Costa deu início aos trabalhos da Assembleia Geral Extraordinária da ACCS – Associação Cultural e Comunicação Social, em sua sede localizada na Rua Professora Deolinda Silveira de Camargo, 335, no Jardim São Vicente, em Itupeva-SP, para deliberar sobre alteração do Estatuto Social, aprovar melhorias na sede da entidade e aprovar e discutir regras de uso da sede e seus equipamentos. Na abertura, o presidente apresentou as justificativas de ausência de vários membros que por motivos diversos não puderam estar presentes entre eles motivo de trabalho e estudo. O presidente apresentou o primeiro item da pauta e apresentou a necessidade de alteração do estatuto para adequar-se ao novo Código Civil com as devidas atualizações, após explicar de forma detalhada, o presidente propôs a votação, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente falou sobre a necessidade de melhorias na sede da entidade e entre elas destacou a necessidade da troca do forro em uma das salas e também falou sobre a necessidade de organizar o uso da sede e seus equipamentos, explicando que o associado deve zelar pelos equipamentos e que o uso deve ser sempre comunicado à diretoria. Tendo finalizado a explicação, o presidente propôs a aprovação de todos os presentes estes dois últimos itens da pauta proposta que foram aprovados por unanimidade. Não havendo mais nada a tratar, o presidente encerrou os trabalhos às vinte horas e trinta e cinco minutos solicitando que seja providenciado o registro em cartório.

Antônio André Ramalho Costa
Presidente

Nadia Juliana da Silva Costa
Diretor Administrativo

TABELIAMENTO E REGISTRO CIVIL DE ITUPEVA - COMARCA DE JUNDIAÍ - Tabelião - Luiz Roberto Raymundo
R. Encapadoura de Murolo, 376 - Centro - 13295-900 - Fone (11) 4591-0001 - e-mail: cartoria.itupeva@oi.com.br

Reconheço por SEMELHANÇA (doc s/ver econ) as firmas de
ANTÔNIO ANDRÉ RAMALHO COSTA, NADIA JULIANA DA SILVA COSTA
que conferem c/ o padrão reg. nesta serventia, em 02 de maio de 2014.

Em teste da verdade

Fábio Nardes - Escrevente
Valor Total R\$ 9,00
Válido somente com o selo do SERVIÇO DE REG. CIVIL
DE ITUPEVA-SP



LISTA DE PRESENÇA

Edinaldo Moreno Castela
End: Rua Santa Clara nº 165 Bairro Santo Antonio Itupeva/SP
RG 20.529.970-2 SSP/SP, CEP:13295-000

Lidia Ramalho Costa
End: Rua Vitória Pilon Betelli, nº 85, Jardim Pérola 1 Itupeva/SP



ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL

PREÂMBULO

A ACCS – Associação Cultural e Comunicação social nasceu com o objetivo de trabalhar pelo desenvolvimento social, organizando e defendendo os direitos do cidadão da comunidade do município de Itupeva, atendendo o disposto no artigo 5º, Incisos XVII a XXI e 174, parágrafo 2º, da Constituição Federal, combinados com o artigo XX da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A Associação ACCS seguirá os princípios norteadores da liberdade, fraternidade e igualdade a todos os associados, sem discriminação de qualquer natureza.

CAPÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO, SEDE, FORO E DURAÇÃO.

Artigo 1º - A Associação Cultural e Comunicação social, doravante designada pela sigla ACCS, é uma entidade civil, fundada de fato em 01 de novembro de 1998 e, de direito, a partir do registro em cartório competente, com sede e foro na cidade de Itupeva, Estado de São Paulo, na Rua Professora Deolinda Silveira de Camargo número 335, Jardim São Vicente, tendo como características:

I – Ser uma pessoa jurídica do direito privado sem fins lucrativos:

II – Ter um número ilimitado de associados, subordinados ao presente estatuto e demais normas regimentais:

III – Ter prazo de duração indeterminado.

CAPÍTULO II

DAS FINALIDADES E OBJETIVOS



- a) - Creches comunitárias;
- b) - Setores produtivos comunitários;
- c) - Áreas de atividades de lazer comunitárias;
- d) - Órgãos não governamentais de defesa do consumidor;
- e) - Órgão de estudo e atendimento comunitário relativo às áreas de educação, trabalho, saúde, habitação, saneamento básico transporte e de segurança, e outros;

IX – divulgar as atividades dos poderes públicos relativamente à área comunitária, à cidade e aos cidadãos em geral, como conselhos comunitários (de abastecimento, segurança, saúde, da mulher, do idoso, dos menores). PROCON, DECON, delegacias especializadas e outros;

X – promover e divulgar as diversas formas de associações por cooperativas, como as de trabalho, habitação, serviços médicos, consumo, escolares, serviços de transporte, crédito, artesanato e outras;

XI – informar e divulgar a atuação das associações de defesa do direito dos trabalhadores;

XII – promover, divulgar e incentivar as associações de empresários da região, visando a fortalecer o desenvolvimento econômico, bem como a incentivar a criação de frentes alternativas de trabalho;

XIII – difundir os ideais e fins da associação ACCS, bem como leis, direitos e responsabilidades dos cidadãos, através da criação de emissora de radiodifusão comunitária (som, sons e imagens) e/ou outros meios de comunicação comunitária ou não, podendo criá-los, mantê-los e administrá-los através de um conselho de comunicação social, fiscalizado por um conselho comunitário autônomo, observados os preceitos legais.

XIV – atuar junto aos poderes públicos municipal, estadual, federal, ao setor privado e organizações não governamentais, no sentido de obter meios de sessão de uso de espaço público ou privado, afim de se manter e de se administrar, por regulamentos específicos, aprovados em assembleia geral, bem como no sentido de manter e organizar as dependências que se fizerem necessárias aos seus propósitos.

CAPÍTULO III

DOS ASSOCIADOS

SEÇÃO I – DA ADMISSÃO, DIREITOS E DEVERES



Artigo 2º - São finalidades da Associação Cultural e Comunicação Social a integração social e desenvolvimento comunitário dos cidadãos e de associações civis do município de Itupeva, com o ideal de promoção educacional, cultural, ambiental, artístico, esportivo, científico, informativo e de comunicação social, sempre com espírito de união e desenvolvimento de seus associados, sem interferência de qualquer alegação que possa ferir os princípios da liberdade de expressão, de organização e da livre iniciativa, visando a contribuir para a formação da cidadania e melhor atender as necessidades da comunidade:

Parágrafo único: A fim de cumprir com seus objetivos fundamentais sem excetuar outros que venham a ser indicados, esta associação se propõe a:

- I - Criar e manter equipamentos educacionais profissionalizantes, ou buscar parcerias e convênios com instituições públicas ou privada, para treinamento, aperfeiçoamento e desenvolvimento de cursos e oficinas de formação continuada;
- II - Incentivar, divulgar, promover diretamente ou através de parcerias, a criação de projetos de conscientização da defesa e proteção ao meio ambiente como forma primordial de qualidade de vida;
- III - Promover e realizar programas de animação cultural através de campanhas, feiras, seminários, palestras, conferências, debates, simpósios, intercâmbios técnicos, estudos e pesquisas;
- IV - Promover, divulgar, incentivar produções independentes ou associadas, de amadores ou profissionais, de atividades artísticas em todas suas formas de expressão;
- V - Criar e manter, ou promover parcerias e convênios, para a fundação de um Centro Cultural e Esportivo, para desenvolvimento de atividades artísticas e de incentivo a prática de diversas modalidades esportivas, como lazer ou profissionalizante;
- VI - Estimular o convívio social e a cultura, através da criação de biblioteca, gibiteca, discoteca e brinquedoteca, fixas e ambulantes;
- VII - Criar e desenvolver atividades dirigidas à população de terceira idade que reconheçam e resgatem o papel social do idoso, promovendo assim, o exercício pleno de sua cidadania;
- VIII- Executar Serviços de Radiodifusão Comunitária**
- IX- Incentivar ou promover a criação, com a ajuda dos poderes públicos, de estatais, associações privadas ou organizações não governamentais, de:



2º RCPJ JUNDIAÍ

101752

DOC. DIGITALIZADO

Artigo 3º - Será assegurado o ingresso gratuito de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço, bem como de pessoas jurídicas, sem fins lucrativos nela sediadas, que tenham preenchido o formulário, onde conste aceitação deste estatuto e dos regimentos internos:

Parágrafo 1º - A Associação Cultural e Comunicação Social, não terá distinção de raça, cor, sexo, nacionalidade, classe social, concepção política, filosófica ou religiosa;

Parágrafo 2º - A Associação ACCS, poderá cobrar de seus membros integrantes uma taxa de manutenção, a fim de custear suas atividades e sua sustentação física;

Parágrafo 3º - Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações sociais em nome da Associação ACCS.

Artigo 4º - Os associados pertencerão às seguintes categorias:

I – Fundadores – Associados que assinarem o instrumento de constituição da associação ACCS;

II – Efetivos – Associados que participarem diretamente das atividades da associação ACCS e contribuírem com a mensalidade, se for o caso, para esta associação;

III – Beneméritos – Associados que prestarem relevantes serviços ou contribuições/ doações para a associação ACCS;

IV – Honorários – Associados que venham a receber este título em razão de relevantes serviços prestados a Comunidade, desde que tenham seus nomes indicados pela Diretoria Executiva e aprovados pelos Conselhos.

Artigo 5º - São direitos dos associados:

I – participar da estrutura organizacional da Associação ACCS, bem como das atividades desenvolvidas pela associação;

II – votar e ser votado para a composição dos órgãos diretivos da associação ACCS, ressalvadas as limitações constantes neste estatuto;

III – apresentar projetos, propostas, emendas a projetos e opinar frente ao desenvolvimento dos trabalhos dos Órgãos Diretivos da entidade;

IV – ter assegurado direito de defesa sobre qualquer acusação ou penalidade que lhe seja imputada, cabendo recurso a Assembleia Geral;



V – utilizar-se de todos os serviços mantidos pela associação ACCS, respeitadas as disposições administrativas, regimentos internos e estatutários;

Artigo 6º - São deveres dos associados fundadores e efetivos:

- I – cumprir e fazer cumprir integralmente o presente estatuto;
- II – comparecer as assembleias convocadas pela Associação ACCS;
- III – zelar pela aplicação dos princípios e objetivos definidos pela Associação ACCS;
- IV – pautar sua conduta pessoal e/ou profissional dentro dos princípios éticos;
- V – pagar em dia as contribuições fixadas ou deliberadas pela Assembleia Geral;

Parágrafo Único – O cumprimento dos deveres descritos neste artigo é condição indispensável para que o associado possa participar de quaisquer atos na Associação ACCS.

SEÇÃO II – DA DEMISSÃO, ELIMINAÇÃO E EXCLUSÃO

Artigo 7º - A demissão do associado, que não poderá ser negada, dar-se-á unicamente a seu pedido e será requerida formalmente ao presidente da Associação ACCS.

Artigo 8º - A eliminação do associado, que será aplicada em virtude de infração da Lei, deste Estatuto, do Regime interno ou das deliberações das Assembleias Gerais, será feita por decisão da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, depois de notificação ao infrator.

Parágrafo 1º - Os associados serão passíveis de punições, observadas a natureza e gravidade da infração, que serão previstas em regime interno e descritas neste estatuto a forma de aplicação das penalidades que serão as seguintes:

- I – advertência: notificação por escrito da Diretoria Executiva;
- II – suspensão: afastamento do associado por um período definido pela Diretoria Executiva;
- III – eliminação: afastamento definitivo do associado por decisão da Assembleia Geral.



2º RCPJ JUNDIAÍ

101752

DOC. DIGITALIZADO

Parágrafo 2º - As aplicações das penalidades contidas no parágrafo anterior, imputada a qualquer membro da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, deverá ser por resolução da maioria da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, referendada em Assembleia Geral.

Parágrafo 3º - Além de outros motivos, a Diretoria Executiva deverá punir o associado que:

- a) - divulgar informações relevantes, sigilosas ou inverídicas sobre a Associação ACCS, que possam prejudicá-la nas suas atividades ou negócios sociais;
- b) - vier a exercer qualquer atividade considerada prejudicial a Associação ACCS ou que colida com seu objeto social;
- c) - for condenado em processo criminal, quando no exercício de suas próprias atividades, ou cível, quando em confronto com a Associação ACCS;

Parágrafo 4º - Cópia autêntica da decisão punitiva, será remetida ao interessado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, através de procedimento que comprove as respectivas datas de remessa e do recebimento.

Parágrafo 5º - O associado punido poderá, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da notificação, interpor recurso, que será recebido pela Diretoria Executiva e decidido em Assembleia Geral.

Artigo 9º - A exclusão do associado será feita por:

- I – morte da pessoa física;
- II – incapacidade civil não suprida;
- II – deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na Associação ACCS.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

SEÇÃO I – DA ORGANIZAÇÃO



Artigo 10º - A Associação ACCS será composta pelos seguintes órgãos: Assembleia Geral, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Conselho Gestor de Comunicação Social e Conselho Comunitário.



Parágrafo 1º - O exercício de qualquer das funções requeridas para funcionamento dos órgãos referidos neste artigo não será remunerado, podendo, entretanto, ocorrer destinação de verba de representação para aplicação exclusiva ao serviço prestado e obrigada a prestação de contas junto ao departamento financeiro.

SESSÃO II – DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 11º - A Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária é o órgão supremo da Associação e, dentro dos limites legais e das normas vigentes dos dispositivos estatutários, poderá tomar todas e quaisquer decisões sobre os assuntos relativos aos fins e atividades da entidade.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral constituir-se-á dos associados fundadores e efetivos em pleno gozo dos direitos estatutários. Os associados beneméritos poderão participar das assembleias, sem direito a voto, podendo, entretanto opinar, sugerir e debater a pauta em questão.

Parágrafo 2º - Será vedada a discussão de matéria estranha ao edital de convocação da Assembleia Geral, não podendo ser votados assuntos não especificados na pauta de convocação.

Parágrafo 3º - As deliberações da Assembleia Geral vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

Artigo 12º - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, no primeiro trimestre, ou extraordinariamente a qualquer tempo, quando convocada:

I – pelo Presidente da Associação;

II – pelo Conselho Fiscal;

III – por 1/5 dos associados em pleno gozo dos direitos estatutários e regimentais para deliberação sobre;

a)- destituição de membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;

b) – dissolução da Associação.



Artigo 13º - O "quorum" para instalação da Assembleia Geral será metade mais 1 (um) do número de associados, em primeira convocação, e de qualquer número em segunda convocação, que deverá ocorrer 30 (trinta) minutos após o horário estabelecido para primeira convocação.

Parágrafo 1º - A Assembleia deverá ser instalada pelo presidente da Associação ACCS ou por qualquer membro da Diretoria Executiva que poderá convidar um dos associados presentes para presidi-la e outro para secretariá-la.

Parágrafo 2º - As decisões serão tomadas por maioria simples de votos dos associados presentes.

Parágrafo 3º - O que ocorrer na Assembleia Geral deverá constar da Ata circunstanciada, lavrada em livro próprio, aprovada e assinada ao final dos trabalhos pelos diretores e fiscais presentes, por uma comissão de 10 (dez) associados designados pela Assembleia e, ainda, por quantos o queiram fazer.

Parágrafo 4º - Os associados admitidos depois da convocação da Assembleia Geral não poderão participar dela.

Artigo 14º - A instalação de Assembleia Geral Extraordinária para deliberação sobre os assuntos estipulados no artigo 12º, em seu inciso IV, alíneas a e b, somente poderá ocorrer com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos associados fundadores e efetivos da Associação ACCS.

Parágrafo único - As decisões sobre deliberações estipuladas neste artigo somente serão válidas por, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos associados fundadores e efetivos em pleno gozo dos direitos estatutários e regimentais.

Artigo 15º - A Assembleia será normalmente convocada pelo Presidente, por no mínimo de 15 (quinze) dias de antecedência, através de edital de convocação fixado em lugar visível da entidade e publicado em jornal de circulação na região.

Parágrafo Único: O edital de convocação deverá constar a pauta de discussões.

Artigo 16º - Os membros comparecerão a Assembleia Geral pessoalmente, não sendo admitida, em espécie nenhuma, procuração.

Artigo 17º - Compete a Assembleia Geral Ordinária, em especial:

I – deliberar e votar o parecer do Conselho Fiscal sobre o relatório anual, balanços econômicos e financeiros apresentados pela Diretoria Executiva;

II – deliberar sobre a previsão orçamentária para o exercício seguinte;



- III – fixar o valor e estabelecer a forma de contribuição dos associados;
- IV – deliberar, em última instância, sobre recursos interpostos pelos associados, contra penalidades impetradas;
- V – aprovar programas, serviços e diretrizes para o desenvolvimento da entidade;
- VI – deliberar sobre matérias não previstas neste estatuto, na forma do disposto no artigo 11º, parágrafo 2º;
- VII – eleger os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;

Artigo 18º - Compete a Assembleia Geral Extraordinária:

- I – deliberar sobre os assuntos pautados na sua convocação;
- II – decidir sobre a indicação de títulos de associados honorários;
- III – alterar o valor da contribuição dos associados;
- IV – julgar penalidades impetradas aos associados e/ou membros da diretoria executiva e conselho fiscal;
- V – aprovar regimento interno e cargos auxiliares;
- VI – deliberar sobre a destituição, total ou parcial, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, atendendo o disposto nos artigos 11º § 2º; - 12º, inciso IV, alínea a e 14º, § ú;
 - a) – ocorrendo destituição que possa comprometer a regularidade da administração da Associação ACCS, a Assembleia Geral poderá designar diretores provisórios até a posse de novos, cuja eleição se fará no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- VII – eleger os cargos que sofram vacância no decorrer de seus mandatos;
- VIII – deliberar sobre o patrimônio da Associação ACCS, ouvido o conselho fiscal, sobre compra, venda ou alteração dos bens móveis ou imóveis;
- IX – deliberar sobre mudanças de objetivos da Associação ACCS, emendar ou reformar o estatuto, na forma do disposto do artigo 11º, parágrafo 2º;
- X - Deliberar sobre a dissolução voluntária da Entidade e, neste caso, nomear os liquidantes e votar as respectivas contas, observados o disposto nos artigos 11º § 2º; - 12º, inciso IV, alínea b e 14º § ú

SESSÃO III – DAS ELEIÇÕES



Artigo 19º - Dentre os membros com capacidade civil absoluta e em pleno gozo dos direitos estatutários e regimentais, com prazo de pelo menos 90 (noventa) dias, serão indicados pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, 5 (cinco) nomes para compor a Comissão Eleitoral a quem competirá:

- I – organizar o pleito que elegerá a nova Diretoria Executiva e Conselho Fiscal;
- II – vetar as chapas que não atenderem as exigências estatutárias e regimentais ou candidatos que não constituírem chapas completas;
 - a) – ao veto fundamentado, caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias, à Comissão Eleitoral;
- III – receber as inscrições de chapas, até 60 (sessenta) dias antes do pleito;
- IV – confirmar as chapas concorrentes, até 30 (trinta) dias antes do pleito;
- V – determinar, a forma de votação, o dia do pleito eleitoral, o local, o horário de início e término da votação;
- VI – determinar, caso ocorra empate, data, local, horário para o novo pleito;
- VII – determinar a data da posse, que não poderá exceder 30 (trinta) dias após o pleito.

Artigo 20º - Poderão candidatar-se para os cargos da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal associados fundadores e efetivos, que contarem com mais de 2 (dois) anos de efetiva e ininterrupta atuação e contribuição para com a entidade.

Parágrafo 1º - Cada associado poderá candidatar-se a um único cargo.

Parágrafo 2º - Deverão concorrer chapas completas para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

Artigo 21º - Terão direito a voto os associados fundadores e efetivos que contarem com mais de 6 (seis) meses de efetiva e ininterrupta atuação e contribuição para com a entidade.

Artigo 22º - Considerar-se-á eleita a chapa que obtiver maioria simples dos votantes presentes à eleição.

Parágrafo Único – Ocorrendo empate entre as chapas mais votadas será realizada nova eleição no prazo de 15 (quinze) dias, a qual concorrerão apenas as chapas empatadas.



SEÇÃO IV – DA DIRETORIA EXECUTIVA

Artigo 23º - A Diretoria Executiva, eleita pela Assembleia Geral, será composta por 5 (cinco) membros que compreendem: (obs. Pode ser 5 membros – retirar os adjuntos e o vice substitui todos os diretores)

- 1-Diretor Presidente
- 2- Diretor Vice Presidente
- 3- Diretor Administrativo
- 4- Diretor Financeiro
- 5- Diretor de Comunicação Social

Artigo 24º - Os membros da Diretoria Executiva serão eleitos para um período de 4 (quatro) anos, permitida a reeleição, observado o disposto no artigo 20º.

Parágrafo 1º - A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente, a cada 30 (trinta) dias e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário, ou ainda, por solicitação do Conselho Fiscal.

Parágrafo 2º - O "quorum" para a instalação da reunião será de metade mais 1 (um) dos membros e as decisões serão tomadas por maioria simples de votos.

Parágrafo 3º - Será lavrada ata de cada reunião, em livro próprio, na qual serão indicados os nomes dos que compareceram e as resoluções tomadas. A ata será assinada por todos os presentes.

Artigo 25º - Compete a Diretoria Executiva, dentro dos limites da lei e deste Estatuto, atendidas a recomendações ou decisões da Assembleia Geral:

- I - estabelecer normas, orientar e controlar todas as atividades e serviços da Associação ACCS;
- II - analisar e aprovar os planos de atividade e respectivos orçamentos, bem como quaisquer programas próprios de investimentos, além de acompanhar seus resultados;
- III - propor a Assembleia Geral o valor da contribuição mensal dos associados e fixar as taxas destinadas a cobrir as despesas operacionais e outras;



IV - contrair obrigações, transigir, adquirir, alienar ou onerar bens móveis, ceder direitos e constituir mandatários;

V - adquirir, alienar ou onerar bens imóveis, com expressa autorização da Assembleia Geral;

VI - indicar o banco ou bancos nos quais deverão ser feitos os depósitos do numerário disponível e fixar o limite máximo que poderá ser mantido em caixa;

VII - deliberar sobre a admissão, demissão, punição de associados;

VIII - programar as operações e serviços da Associação ACCS;

IX - zelar pelo cumprimento das disposições legais e estatutárias e pelas deliberações da Assembleia Geral;

X - criar, instalar e coordenar órgãos de assessoramento, necessários ao desenvolvimento da Associação ACCS;

XI - deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral;

XII - apresentar a Assembleia Geral Ordinária o relatório e as contas de sua gestão;

XIII - estabelecer, em instruções ou regulamentos, sanções ou penalidades a serem aplicadas nos casos de violação ou abuso cometido contra disposições da Lei, deste Estatuto ou das regras de relacionamento com a Sociedade, que vierem a ser expedidos de suas reuniões;

Parágrafo Único - As normas estabelecidas pela Diretoria Executiva serão baixadas em forma de Resolução ou Instrução e constituirão o Regime Interno da Associação.

SEÇÃO V - DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 26º - Compete a Diretoria Executiva: a administração da Associação ACCS, cumprir e fazer cumprir as normas estatutárias.

Artigo 27º - Compete ao Diretor Presidente:

I - Representar a ACCS - Associação Cultural e Comunicação Social, perante a coletividade, judicial e extrajudicialmente, em juízo ou fora dele;

II - Cumprir e fazer cumprir este Estatuto, o Código de Ética e Conduta;



III - Presidir a Assembleia Geral;

IV - Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

V - Coordenar as atividades da ACCS – Associação Cultural e Comunicação Social;

VI - Ordenar o pagamento das despesas, com poderes para abrir e movimentar contas bancárias, emitir cheques, solicitar talonários de cheques, autorizar transferências de valores de conta-corrente da Associação Cultural e Comunicação Social, endossar cheques e ordens de pagamento para depósito em conta bancária.

§ Único - Quanto à validação de documentos que correspondam à área financeira e administrativa, os pares de assinatura deverão obedecer a seguinte ordem:

a) Questões Financeiras: 1º: Diretor Presidente com Diretor Financeiro; 2º: Vice-Presidente com o Diretor Financeiro.

b) Questões Administrativas: 1º: Diretor Presidente com o Diretor Administrativo, 2º: Diretor Vice-Presidente com o Diretor Administrativo.

Artigo 28º - Compete ao Diretor Vice- Presidente:

I - Assumir na pessoa do Diretor Vice-Presidente a função do Diretor Presidente em caso de vacância, até que Assembleia Geral eleja o seu substituto;

II - Prover subsídios para a tomada de decisões da Diretoria ou Assembleia Geral no tocante às ações em geral promovidas e ou que requeiram parecer da ACCS – Associação Cultural e Comunicação Social;

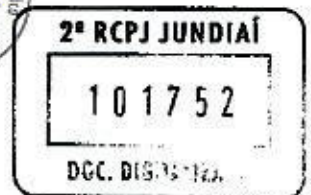
III - Supervisionar os resultados das ações promovidas pela ACCS – Associação Cultural e Comunicação Social, provendo meios para disponibilizar os dados à consulta geral;

IV - Planejar necessidades para o cumprimento e bom desenvolvimento de suas finalidades.

Artigo 29º - Compete ao Diretor Administrativo:

I - Organizar o quadro social;

II - encarregar-se dos serviços de documentação e informação, mantendo atualizados a



correspondência e o arquivo da Associação;

III - Assinar com o Diretor Presidente ou Diretor Vice-Presidente documentos ligados à área administrativa;

IV - secretariar e lavrar as atas das reuniões de Diretoria Executiva;

V - atualizar e manter sob sua guarda os livros de atas das reuniões da Diretoria Executiva e das Assembleias Gerais;

VI - registrar e manter atualizado o cadastro dos associados;

VII - outras atribuições que venham ser estabelecidas no registro interno;

Artigo 30º - Compete ao Diretor Financeiro:

I - ter sob sua tutela os valores da Associação, bem como papéis e documentações financeiras;

II - Assinar com o Diretor Presidente ou Diretor Vice-Presidente documentos ligados à área financeira;

III - receber subvenções e doações;

IV - emitir recibos e dar quitações, conferir ou impugnar contas e cálculos da Associação e a ela relativos;

V - proceder, ou mandar proceder, escrituração do livro auxiliar de caixa, visando-o e mantendo-o sob sua responsabilidade;

VI - zelar pelo recolhimento das obrigações fiscais, tributárias, previdenciárias e outras, devida ou da responsabilidade da Associação;

VII - outras atribuições que venham a serem estabelecidas no regime interno.

Artigo 31º - Compete ao Diretor de Comunicação Social:

I - criar e presidir um Conselho Gestor de Comunicação Social, para auxiliá-lo em suas funções;

II - elaborar o planejamento da sua área, responsabilizando-se por sua implantação e acompanhamento, após aprovação da Diretoria Executiva;

III - coordenar os eventos da associação e a programação dos veículos de comunicação e de sons e imagens que estejam sob sua responsabilidade;

IV - orientar as atividades de jornalismo, zelando pelo cumprimento dos objetivos



institucionais e legais, bem como a preservação da postura ética exigida pela Associação ACCS;

V - desenvolver e aperfeiçoar a comunicação, interagindo e propondo novas concepções, normas e procedimentos na Associação ACCS e entre seus associados;

VI - outras atribuições que venham a ser estabelecidas no regimento interno;

SESSÃO VI – DO CONSELHO FISCAL

Artigo 32º - A administração da Associação ACCS será fiscalizada, por um Conselho Fiscal constituído por 2 (dois) membros titulares e 1 (um) suplente, eleitos pela Assembleia Geral que elegeu a Diretoria Executiva para um mandato de 4 (quatro) anos, permitida a reeleição. (obs. Pode ser também três titulares e 1 suplente)

Parágrafo Único – Não podem fazer parte deste conselho fiscal, além dos associados não enumerados no artigo 4º deste estatuto, os parentes dos membros da Diretoria Executiva até o 2º grau, cônjuges e afins.

Artigo 33º - O Conselho Fiscal reunir-se-á, com a participação de pelo menos, 2 (dois) membros ordinariamente a cada 4 (quatro) meses e extraordinariamente a qualquer tempo, por solicitação da maioria de seus membros, ou por solicitação dos membros da Associação, por razões formalizadas junto a quaisquer de seus membros.

Parágrafo Primeiro – Em sua primeira reunião escolherá, dentre os seus membros efetivos, um Coordenador, incumbido de convocar e dirigir os trabalhos destas e um secretário;

Parágrafo Segundo – As reuniões poderão ser convocadas, ainda, por qualquer de seus membros, por solicitação da Diretoria Executiva ou da Assembleia Geral.

Parágrafo Terceiro – Na ausência do Coordenador, os trabalhos serão dirigidos pelo Secretário e, na ausência deste também, pelo membro efetivo remanescente.

Parágrafo Quarto – As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos e constarão de ata lavrada em livro próprio, que, após sua leitura, deverá ser assinada por todos os membros presentes.

Artigo 34º - Ocorrendo 2 (duas) ou mais vagas no Conselho Fiscal, o restante de seus membros deverão convocar Assembleia Geral para o devido preenchimento destas vagas.

Artigo 35º - Compete ao Conselho Fiscal: cumprir e fazer cumprir as normas estatutárias



e as seguintes atribuições:

I - examinar os balancetes mensais e o respectivo balanço, bem como opinar sobre eles para a Assembleia Geral convocada para apreciação e aprovação das contas anuais;

II - fiscalizar os atos da Diretoria Executiva e dos membros do Conselho Gestor de Comunicação Social, verificando o cumprimento de seus deveres legais e estatutários;

III - opinar sobre as transações ou operações que importem em alteração do patrimônio imobiliário da Associação ACCS;

IV - opinar, quando solicitados, sobre as propostas da Diretoria Executiva a serem submetidas a apreciação da Assembleia Geral;

V - acompanhar o cumprimento da política financeira e de recursos humanos estabelecidos pela Diretoria Executiva;

VI - averiguar se existem reclamações de associados quanto às atividades desenvolvidas pela Associação.

VII - dar conhecimento a Diretoria Executiva das conclusões de seus trabalhos, denunciando a estas e a Assembleia Geral as irregularidades constatadas.

Parágrafo Único - Para exame e verificação dos livros, contas e documentos necessários ao cumprimento de suas atribuições, o Conselho Fiscal deverá requisitar a Diretoria Executiva, por escrito, informando dia e hora para averiguação.

SEÇÃO VII - DO CONSELHO GESTOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Artigo 38º - O conselho Gestor de Comunicação Social será composto por coordenadores nomeados e presididos pela Diretoria de Comunicação, sendo referendados pela Diretoria Executiva, o qual será composto dos seguintes departamentos:

1- Educação

2- Radiodifusão

3- Cultura
Marketing

4 - Propaganda e

5- Direito e Cidadania

6- Eventos

7- Promoção Social

8- Feiras e Congressos



9- Meio Ambiente

10- Relações Trabalhistas

11- Esportes
Cooperativistas

12- Relações

13- Imprensa
Empresariais

14- Relações

Obs. (Pode ser modificado)

Parágrafo 1º - Todos os componentes deste Conselho deverão ser membros da Associação ACCS e estar quites com suas obrigações sociais.

Parágrafo 2º - O Conselho Gestor de Comunicação Social servirá como instrumento regulador e incentivador da manifestação do pensamento, da criação, da expressão e da informação, bem como servirá de divulgador dos pensamentos e objetivos da Associação ACCS e da padronização de todas as atividades comunitárias.

Parágrafo 3º - Competirá ao Conselho Gestor de Comunicação Social promover e divulgar diversões, entretenimento, espetáculos públicos, seminários, informações e notícias, buscando a finalidade educativa, profissionalizante, artística e cultural, bem como promover a cultura local, regional e nacional.

Parágrafo 4º - O Conselho Gestor de Comunicação Social será regido por meio de Regimento Interno Próprio.

SEÇÃO VIII - DO CONSELHO COMUNITÁRIO

Artigo 37º - Conselho Comunitário será composto por membros de entidades representativas da comunidade local, tais como: de moradores, de associações de classe, sindicatos, cooperativas, beneméritas, filantrópicas, assistenciais, religiosas, e/ou outras de caráter comunitário, desde que legalmente constituídas, referendadas em reunião da Diretoria Executiva.

Parágrafo Único - Cada entidade indicará um único representante para o Conselho Comunitário.

Artigo 38º - Compete ao Conselho Comunitário as seguintes atribuições:



I - acompanhar a programação do veículo de comunicação comunitária que a Associação ACCS mantenha, objetivando atender exclusivamente os interessados da comunidade, os quais deverão dar preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;

II - promover as atividades artística, educativas, culturais, informativas e jornalísticas na comunidade e da integração das culturas: local, regional e nacional;

III - fazer respeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;

IV - não discriminação racial, religiosa, político-ideológica-partidária, preferências sexuais e condição social nas relações comunitárias.

Artigo 39º - O Conselho Comunitário reunir-se-á com a participação de no mínimo 5 (cinco) membros, ordinariamente e a cada 4 (quatro) meses e extraordinariamente a qualquer tempo, por solicitação da maioria de seus membros, por solicitação do presidente do Conselho Gestor de Comunicação Social ou pela Diretoria Executiva da Associação ACCS, por razões formalizadas junto a quaisquer de seus membros.

Artigo 40º - O Conselho Comunitário elegerá, em sua primeira reunião ordinária, dentre os seus membros, um Coordenador e um Secretário, para presidir e secretariar suas reuniões ordinárias e extraordinárias.

Artigo 41º - Os associados não poderão exercer cumulativamente cargos na Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Comunitário.

Artigo 42º - As reuniões do Conselho Comunitário, bem como suas opiniões, constarão de atas lavradas em livro próprio que deverá ser assinada Por todos os membros presentes.

CAPÍTULO V

DO PATRIMÔNIO E DAS RENDAS

Artigo 43 – Constitui patrimônio da Associação ACCS, os bens móveis e imóveis que venha a adquirir por qualquer forma de direito.

Artigo 44º - São rendas as subvenções, donativos, contribuições, legados, proventos de atividades e eventos, ou outros valores que venham a ser registrados e contabilizados pela Associação Cidadã, originados por qualquer ato lícito de direito.



CAPÍTULO VI

DA LIQUIDAÇÃO

Artigo 47º - A Associação ACCS poderá ser extinta por deliberação da maioria dos associados, em qualquer tempo, desde que seja convocada uma Assembleia Geral Extraordinária para tal fim, observando o disposto nos artigos 11º, 12º e 14º deste estatuto.

Artigo 48º - A Associação ACCS também poderá ser extinta por determinação legal.

Artigo 49º - No caso de extinção, caberá a Assembleia Geral Extraordinária estabelecer o modo de liquidação, nomeando um liquidante e o Conselho Fiscal que deva atuar durante o período de liquidação.

Artigo 50º - Se dissolvida a Associação ACCS, o seu patrimônio reverterá em prol de outra associação congênere, devidamente registrada e com objetivos afins, indicada pela Assembleia Geral Dissolutória, sendo, porém, obrigatoriamente destinado a associação sediada no município.

Parágrafo Único: Não haverá distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre seus associados.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 51º - As questões e os casos omissos deste Estatuto serão resolvidos pela Diretoria Executiva, de acordo com a lei vigente no país com princípios gerais de direito.

Artigo 52º - Fica eleito o foro da cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, para serem resolvidas todas as questões de interpretação deste Estatuto.

Parágrafo 1º - O presente entrará em vigor na data do seu registro em cartório.

A

EG. CIVIL
ITUPEVA-SP




Antonio Andre Ramalho Costa
Presidente



TABELIONATO E REGISTRO CIVIL DE ITUPEVA - COMARCA DE JUNDIAÍ - Tabelião - Luiz Roberto Raymundo
R. Emancipadores do Município, 376 - Centro - 13296-000 - Fone (11) 4591-0000 - e-mail: cartorio@itupeva.sp.br

Reconheço por SCRIPCIÓN (dot. s/vr. ecom) a firma de
ANTONIO ANDRE RAMALHO COSTA
que confere c/ o padrão reg. desta serventia, sua fé.
ITUPEVA, 27 de junho de 2014. En testê da verdade

 Fabio Hardin Escrevente
Valor Total R\$ 4,50
Válido somente com o selo



DECLARAÇÃO



Eu Antonio André Ramalho Costa, Operador, Brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua 3, nº 922 Bairro da Mina, Itupeva-SP, nascido em 24 de outubro de 1979, portador do CPF 292.726.498-89 E RG 33.912.900-1, Órgão expedidor SSP/SP, na qualidade de Presidente da ACCS - Associação Cultural e Comunicação Social, entidade com CNPJ 02.886.389/0001-40, declaro para os devidos fins que a entidade é detentora de outorga para serviço de radiodifusão comunitária, sendo uma Estação de Frequência Modulada (FM) com Fistel sob nº 50011551186, e nº da Estação 637127315, emitido pelo Ministério das Comunicações em 02 de abril de 2004, e que a sede administrativa da mesma, bem como o estúdio da emissora está localizado à Rua Professora Deolinda Silveira de Camargo nº 335, no Jardim São Vicente, Itupeva-SP, sobre a frequência de 105,9 FM e que a emissora não usa nome de fantasia, sendo identificada no ar pela frequência supracitada, bem como pelo seu prefixo ZYM 958, tendo como Diretor de Comunicação e Ação Social, responsável por todo conteúdo de notícias da emissora o Sr. Edinaldo Moreno Castelao, brasileiro, Supervisor de Desenvolvimento de embalagem, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santa Clara, nº165, Bairro Santo Antônio I, em Itupeva-SP, nascido em 24 de julho de 1965, portador do CPF 068.449.738-70 e RG 20.529.970-2, Órgão expedidor SSP/SP, sendo testemunhas deste ato José Cirineu filho, brasileiro, Jornalista sob registro 0075834/SP, brasileiro, casado, nascido em 06 de junho de 1968, residente e domiciliado à Rua Vicente Lopes da Costa nº 114, Jardim São Vicente, Itupeva-SP, CPF 102.414.888-26 e RG 21.652-901, Órgão expedidor SSP/SP e Adivo Villi Enderle, Publicitário, Brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Miguel Philomeno 170, Portal Santa Fé, Itupeva-SP, CPF 332 856 088 20 e RG 3 925 258 Orgao expedidor SSP/SP

Itupeva, 18 de junho de 2014


Antonio André Ramalho Costa
Presidente

TABELIONATO E REGISTRO CIVIL DE ITUPEVA - COMARCA DE JUNDIAÍ - Tabela - Luis Roberto Raymundo
R. Engenheiros do Município, 578 - Centro - 13295-200 - Fone (11) 4591-0003 - e-mail: cartorio.itupeva@tj.sp.br

Reconheço por SEMELHANÇA (art. 5º, VI, EC/2004) as firmas de
ANTONIO ANDRÉ RAMALHO COSTA, EDINALDO MORENO CASTELAO
que conferem c/ o padrão reg. desta serventia. Dois fê.
ITUPEVA, 21 de junho de 2014. Em test. da verdade

Fabio Nardim - Escrevente
Valor Total de R\$ 4,00
Válida somente com o selo




Edinaldo Moreno Castelao
Diretor de programação





1480

TESTEMUNHAS



José Cirineu Filho
Jornalista


Adivo Villi Enderle
Publicitário

TABELIONATO E REGISTRO CIVIL DE ITUPEVA - COMARCA DE JUNDIAÍ - Tabelação: Luiz Roberto Raymundo
R. Engenheiros do Município, 376 - Centro - 13293-000 - Fone (11) 4691-4500 - e-mail: cartorio.itupeva@oi.com.br

RECEBIDO POR SEMELHANÇA (NÃO SE ENCONTRA AS FIRMAS DE)
JOSE CIRINEU FILHO, ADIVO VILLI ENDERLE
que comparecem c/ o padrão reg. desta serventia. Em fé.
ITUPEVA, 27 de Junho de 2014. Em testê da verdade

Fábio Nardim - Escrevente
Valor total R\$ 9,00
Válido somente com o selo





CARTEIRA DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR

ANTONIO ANDRE RAMALHO COSTA

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO OLIVEIRA DA SILVA

8-151-8

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
ANTONIO ANDRE RAMALHO COSTA

Nº de inscrição
292726498-89

Data do Nascimento
24/10/79

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 33.912.900-1 DATA DE EXPEDIÇÃO 26/OUT/93

NOME ANTONIO ANDRE RAMALHO COSTA

FILIAÇÃO EDGAR RAMALHO COSTA

E NELI PEREIRA DE COITO

NATURALIDADE JUNDIAI -SP DATA DE NASCIMENTO 24/OUT/1979

DOC. ORDEM JUNDIAI SP

CPF CN: LV.A259/FLS.0089/N.025963

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura

ANTONIO ANDRE RAMALHO COSTA

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 12/03/99

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMILETON DALMAT

8220-6



PROIBIDO PLASTIFICAR

BS83-040725

ASSINATURA DO TITULAR

Derivaldo A. da Silva

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 42.455.871-3 DATA DE EXPEDIÇÃO 29/SET/2010

NOME DERIVALDO ANTONIO DA SILVA

FILIAÇÃO MANOEL ANTONIO DA SILVA

E MARIA LIBERALINO DE SOUZA

RESIDÊNCIA OSASCO - SP

DATA DE NASCIMENTO 17/DEZ/1983

DOC ORIGEM JUNDIAI SP

ITUPEVA

CC: LV.B27 / FLS.164 / N.004372

CPF

Derivaldo A. da Silva

157 Delegado - Divisão de Policia IIRGD-SP

CARLOS ANTONIO S. DE MOURA, de Policia IIRGD-SP

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal

CPF

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Número de Inscrição

319.065.548-03

Nome

DERIVALDO ANTONIO DA SILVA

Nascimento

17/12/1983



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

8220-6

PROIBIDO PLASTIFICAR

8453-040019





Lidia Ramalho Silva

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL

33.731.534-6

DATA DE EXPEDIÇÃO

25/SET/2010

NOME

LÍDIA RAMALHO SILVA

PLACAO

EDGAR RAMALHO COSTA

E NELI PEREIRA DE COITO

NATURALIDADE

JUNDIAÍ -SP

DATA DE NASCIMENTO

17/ABR/1982

DOC ORDEM

JUNDIAÍ SP

ITUPEVA

CC:LV.B27 /FLS.164 /N.004372

CPF

30751202860

DELEGADO DIVISIONÁRIO

CARLOS ASSUNÇÃO DE OLIVEIRA

LEI Nº 7.116 DE 28/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal

CPF

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Número de Inscrição

307.512.028-60

Nome

LIDIA RAMALHO SILVA

Nascimento

17/04/1982

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

8220-6

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

POLEGAR DIREITO

51436366

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

NÃO PLASTIFICAR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 20.529.970-2 2 via DATA DE EXPEDIÇÃO 07/04/2016

NOME EDINALDO MORENO CASTELÃO

FILIAÇÃO PAULO HENRIQUE MORENO CASTELÃO ANA MACHADO CASTELÃO

NATURALIDADE JUNDIAÍ - SP

DOC ORIGEM JUNDIAÍ-SP JUNDIAÍ CC-LV-B194/FLS9296/Nº22604

CNPJ 068449738/70

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

DATA DE NASCIMENTO 24/07/1965

CIC

NASCIMENTO 24.07.65

INSCRIÇÃO NO CNP 068 449 738 70

CONTRIBUINTE

EDINALDO MORENO CASTELAO

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE



Para: ministério Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação - Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos ministérios, Bloco R, 3º andar
Cep. 70044-900 / Brasília - DF



De: ACCS

Associação Cultural e Comunicação Social

R. Professora Deslinda Silveira Camargo, 335 - fd. S. Ticiente

cap. 13293 - 000 / Itapava - SP

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53000.020902/2012 Localidade / UF: ITUPEVA/SP
Entidade: ACCS - ASSOCIACAO CULTURAL E COMUNICACAO SOCIAL
Aviso: 0 Publicação: 01/01/2000 Prazo: 0 Canal: 0

Processo

1. A Entidade é uma: Associação

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Derivaldo Antônio da Silva	319.065.548-03	Diretor Financeiro	02/03/2014 02/03/2018	
Nádia Juliana da Silva Costa	218.556.188-00	Diretor Administrativo	02/03/2014 02/03/2018	
Edinaldo Moreno Castelão	068.449.738-70	Diretor de Comunicação	02/03/2014 02/03/2018	
Lídia Ramalho Silva	307.512.028-60	Vice-Presidente	02/03/2014 02/03/2018	
ANTONIO ANDRE RAMALHO COSTA	292.726.498-89	Presidente	02/03/2014 02/03/2018	

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Documentos exigidos para a renovação:

- 1) Requerimento de renovação: fl. 2 (Volume de Processo 0046414).
 - 1.1) Data de protocolo: 30/4/2012.
 - 1.2) Tempestividade: (X) Sim - Portaria nº 197, de 1.7.2013 () Não.
- 2) Estatuto Social: fls. 10 a 35 (Carta 1447791).
 - 2.1) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 2º, VIII;
 - 2.2) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 3º;
 - 2.3) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 11;
 - 2.4) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 5º, II;
 - 2.5) Órgão administrativo e cargos: art. 23;
 - 2.6) Atribuições do Órgão administrativo: art. 25 e ss.;
 - 2.7) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos: art. 24 (quatro anos);
 - 2.8) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: art. 37 e ss.
- 3) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 4/5 (Carta 1447791). (2/3/2014 - 2/3/2018)
Presidente: Antônio André Ramalho Costa;
Vice-Presidente: Lídia Ramalho Silva;
Diretor(a) Administrativo(a): Nádia Juliana da Silva Costa;
Diretor(a) Financeiro(a): Derivaldo Antônio da Silva;
Diretor(a) de Comunicação Social: Edinaldo Moreno Castelão.
- 4) Comprovantes de maioria e nacionalidade: fls. 36 a 40 (Carta 1447791).
- 5) CNPJ: fl. 11 (Volume de Processo 0046414).
- 6) Certidão Negativa da Anatel: fl. 1 (Volume de Processo 0046414).
- 7) Declaração de conformidade: fl. 8 (Volume de Processo 0046414).
- 8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fls. 7 a 9 (Carta 1447791).

***CONCLUSÕES:

- Apesar de três dos cinco diretores terem o sobrenome ?Silva?, não há relação de parentesco entre eles que configure vínculo familiar.
- Foi realizada pesquisa de vínculo em relação aos dirigentes e não foi verificada irregularidade.
- O Processo foi corretamente instruído.
- Posteriormente, será elaborado Memorando solicitando informações à Coordenação de Fiscalização de

Conteúdo e de Aspectos não Técnicos acerca de processos de apuração de infração em andamento ou já concluídos que resultaram em sanção à Radiodifusora.

FRANCISCA LETICIA BARBOSA DUARTE



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Memorando nº 1529/2017/SEI-MCTIC

À Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas,

Assunto: Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação de Outorga.

1. Solicitamos informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em face da entidade **ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL**, autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Itupeva/SP**, devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 01/02/2017, às 12:02, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1653129** e o código CRC **AF47B690**.

Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.020902/2012-71

SEI nº 1653129



BOA TARDE
LILIAN MAGALHAES DE MESQUITA
Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SRD | [menu](#) [ajuda](#)

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: SP
Município: Itupeva
Canal: 290
Fase: 3

Distrito:
Sub Distrito:
Local Especifico:

Dados da Entidade

Entidade: ACCS - ASSOCIACAO CULTURAL E COMUNICACAO SOCIAL
Nome Fantasia:
Logradouro: RUA DEOLINDA S. DE CAMARGO
Telefone: Não Informado
Situação: Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)

CNPJ: 02.886.389/0001-40
Bairro: CENTRO
Número: 335
Fax: Não Informado

☐ Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: ◀

Razão Social: ACCS - ASSOCIACAO CULTURAL E COMUNICACAO SOCIAL
Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Número do CEP: 13295000
Número: 335
Município: Itupeva
Telefone:

Logradouro: RUA DEOLINDA S. DE CAMARGO
Complemento:
Distrito:

Bairro: CENTRO
SubDistrito:
Fax:

Estado: SP

Endereço de Correspondência

País: Brasil
Número do CEP: 13295000
Número: 335
Município: Itupeva
Telefone:

Logradouro: RUA PROFESSORA DEOLINDA SILVEIRA CAMARGO
Complemento:
Distrito:

Bairro: JARDIM SÃO VICENTE
SubDistrito:
E-mail:

Estado: SP

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio:

Data Limite Instalação:

Número do Processo: ◀

Fistel:

Caixa:

Sequência:

☐ Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza	
<input type="text"/>	466	◀	<input type="text" value="Portaria"/>	◀	<input type="text" value="MC"/>	◀	<input type="text" value="14/08/2000"/> ◀ <input type="text" value="25/08/2000"/>	Autoriza Executar Serviço◀	<input type="text" value="Jur."/> ◀
<input type="text"/>	71	◀	<input type="text" value="Decreto Legislativo"/>	◀	<input type="text" value="CN"/>	◀	<input type="text" value="02/05/2002"/> ◀ <input type="text" value="03/05/2002"/>	Deliber. do C. Nacional◀	<input type="text" value="Jur."/> ◀
<input type="text"/>	43434	◀	<input type="text" value="ATO"/>	◀	<input type="text" value="SCM"/>	◀	<input type="text" value="25/03/2004"/> ◀ <input type="text" value="30/03/2004"/>	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM◀	<input type="text" value="Téc."/> ◀
<input type="text"/>	335	◀	<input type="text" value="Despacho"/>	◀	<input type="text" value="MC"/>	◀	<input type="text" value="20/07/2010"/> ◀ <input type="text"/>	Advertência◀	<input type="text" value="Jur."/> ◀
<input type="text"/>	764	◀	<input type="text" value="Portaria"/>	◀	<input type="text" value="MC"/>	◀	<input type="text" value="16/07/2013"/> ◀ <input type="text" value="17/07/2013"/>	Advertência◀	<input type="text" value="Jur."/> ◀

☐ Característica da Estação Instalada

☐ Dados do Licenciamento

Dados da Estação

Entidade: ACCS - ASSOCIACAO CULTURAL E COMUNICACAO SOCIAL - CNPJ/CPF
(02.886.389/0001-40)
Município/UF: ITUPEVA/SP
Indicativo: ZYM958

Situação: [Atenção: Entidade devedora \(Não bloqueada\)](#)
Canal: 290

Dia Início

Dia Fim

Hora Início

Hora Fim

X

Domingo ▼

Sábado ▼

00:00 ▼

24:00 ▼

X



Tela Inicial



Imprimir

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas

DESPACHOProcesso nº: **53000.020902/2012-71**Interessado(a): **ACCS - ASSOCIACAO CULTURAL E COMUNICACAO SOCIAL (ACCS)**

Em atenção ao Memorando nº 1529/2017/SEI-MCTIC, informamos que foram encontrados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

Descrição	Nº Processo	Situação Atual
Registros de PAIs ativos	53504.012624/2014	<ul style="list-style-type: none">• Em trâmite;• Processo aguardando análise do Informe da Anatel;• Irregularidade apurada: Art. 40, inciso XII do Decreto 2.615/98 e Item 21.1 da Norma 01/2011;• Infração: (data de ocorrência: 22/07/2014).
Registros de PAIs ativos	53900.014555/2015	<ul style="list-style-type: none">• Em trâmite;• Processo em fase de apuração de possível irregularidade.
Registros de PAIs concluídos (relação de antecedentes no SRD*)	53000.028459/2008	<ul style="list-style-type: none">• PAI encerrado. Verificar relatório do SRD (1805345);• Despacho nº 335, de 20/07/2010 - ADVERTÊNCIA;• Irregularidade apurada: Art.40, incisos XV e XVII do Decreto 2.615/98;• Infração: (data de ocorrência: 19/06/2008).
		<ul style="list-style-type: none">• PAI encerrado. Verificar relatório do SRD (1805345);• Portaria nº 764, de 16/07/2013,

Registros de PAIs concluídos (relação de antecedentes no SRD*)	53000.044135/2009	<p>publicada no Diário Oficial da União de 17/07/2013 - ADVERTÊNCIA;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Irregularidade apurada: Art. 21, inciso IV da Lei 9.612/98 e Item 19.1 da Norma 01/2004; • Infração: (data de ocorrência: 15/01/2007).
--	-------------------	--

* SRD - Sistema de Controle de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Ana Clara Silva Lopes, Coordenadora-Geral de Fiscalização de Outorgas, Substituta**, em 11/04/2017, às 18:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1805352** e o código CRC **572FE6C0**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.020902/2012-71

SEI nº 1805352

456	53650.001755/98	Instituto de Radiodifusão de Desenvolvimento Comunitário de Coreaú - IRC	Coreaú/CE
457	53790.001203/98	Associação Comunitária Pe. Constantino Zajkowski para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico	Dom Feliciano/RS
458	53650.002303/98	Associação de Cooperação e Desenvolvimento - ACOOD	Massapê/CE
459	53640.001395/98	Obra de Assistência Paroquial de Cachoeira - OAPC	Cachoeira/BA
460	53790.001216/98	Associação Rádio Comunitária Sentinela do Alegrete	Alegrete/RS
461	53740.000985/98	Associação Cultural e Educativa de Vera Cruz do Oeste	Vera Cruz do Oeste/PR
462	53740.001016/98	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Quitandinha	Quitandinha/PR
463	53103.000776/98	Associação Rádio Comunitária Damata FM	São Lourenço da Mata/PE
464	53640.001556/98	Associação Comunitária Calmonense	Miguel Calmon/BA
465	53670.000579/98	ASCOM - Associação de Comunicação e Cultura de Mozarlândia	Mozarlândia/GO
466	53830.003004/98	ACCS - Associação Cultural e Comunicação Social	Itupeva/SP
467	53830.001861/98	Associação Comunitária "Caminho do Sol"	Queluz/SP
468	53670.000544/98	Constelação Associação Cultural	Chapadão do Céu/GO
469	53820.000607/98	Associação Comunitária e Cultural Nascente do Vale de Alfredo Wagner	Alfredo Wagner/SC
470	53660.000586/98	Associação Rádio Comunitária de Venda Nova do Imigrante	Venda Nova do Imigrante/ES
471	53830.000182/99	Associação Cultural, Social e Artístico da Cidade de Lavinia	Lavinia/SP
472	53820.000749/98	Associação de Radiodifusão Comunitária de Urussanga	Urussanga/SC
473	53710.000070/99	Associação Comunitária de Radiodifusão de Luminárias	Luminárias/MG
474	53710.001505/98	Associação Comunitária da Rádio Santo Antônio	Itutinga/MG
475	53710.000354/99	Associação Comunitária Beneficente, Artística e Cultural Guaraniense de Rádio e TV	Guarani/MG
476	53640.001941/98	Fundação de Rádio de Fusão Comunitária Carlos Pereira	Santa Luzia/BA
477	53710.000769/98	Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural Cristinense	Cristina/MG
478	53670.000005/99	Associação Comunitária Santo Antônio de Padua de Caturai	Caturai/GO
479	53830.001725/98	Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Educadora Campo Verde	Jacanga/SP
480	53770.002155/98	Fundação Cultural Saúde de Campos	Campos dos Goytacazes/RJ
481	53780.000151/98	Associação Rádio Comunitária FM Santa Rita - Um Bem da Comunidade 99,9 MHz	Santa Cruz/RN
482	53610.000258/98	Associação Comunitária de Jacaré dos Homens - ACJH	Jacaré dos Homens/AL
483	53770.002337/98	Entidade Cultural e Beneficente de Pirai	Pirai/RJ
484	53800.000002/99	Rádio Comunitária Transamazônica FM	Porto Velho/RO
485	53830.001852/98	Associação Comunitária de Cultura, Lazer e Comunicação de Pontal	Pontal/SP
486	53740.001383/98	Associação de Desenvolvimento Cultural e Artístico da Comunidade de São João do Triunfo - PR	São João do Triunfo/PR
487	53670.000716/98	Associação Comunitária de Abadiânia	Abadiânia/GO
488	53740.001379/98	Associação Comunitária São Francisco	Laranjeiras do Sul/PR

PIMENTA DA VEIGA
Ministro

(Of. nº 162/2000)

Ministério da Ciência e Tecnologia

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 23 de agosto de 2000

197ª RELAÇÃO DE ENTIDADES CREDENCIADAS - LEI 8.010/90

O CNPq, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Portaria Interministerial MCT/MF nº 445, de 15.12.98, publicada no DO de 23.12.98, tem como entidade(s) credenciada(s) ao gozo dos

benefícios previstos na Lei 8.010, de 29.03.90, publicada no DO de 02.04.90, exclusivamente para a importação de bens destinados à execução de pesquisa científica e tecnológica, a(s) seguinte(s) instituição(ões):

ENTIDADE	CREDENCIAMENTO	CNPJ
Fundação de Estudos e Pesquisas em Administração	900.0793/2000	74.180.340/0001-88

EVANDO MIRRA DE PAULA E SILVA

(Of. nº 97/2000)

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO Procuradorias Regionais

1ª Região

PORTARIA Nº 141, DE 10 DE AGOSTO DE 2000

O Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região e o Procurador do Trabalho, que esta subscrevem, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que foi criado, no âmbito desta Procuradoria Regional do Trabalho, o Núcleo de Investigação de Cooperativas de Trabalho, e que, por seu intermédio, de ofício, instaurou-se a Representação nº 397/2000, em face de ALIANÇA - COOPERATIVA NACIONAL MULTIDISCIPLINAR DE SERVIÇOS LTDA.;

Considerando que se faz necessário averiguar a sua atuação, sob a ótica do direito do trabalho, pois suspeita-se que ela esteja meramente intermediando a mão-de-obra dos seus cooperados, em possível violação aos princípios do cooperativismo insertos na Lei 5.764/71 e em provável afronta aos princípios basilares do direito do trabalho;

Considerando que a análise dos contratos firmados não permite que seja verificada a natureza dos serviços prestados por seus "cooperados", se são efetivamente de cunho autônomo ou eventual, como também, se está sendo esta sociedade utilizada pelos tomadores como mero ardis para elidir as normas trabalhistas, o que é vedado pelo art. 9º da CLT, tanto por configurar violação aos direitos fundamentais, sociais e laborais dos trabalhadores, garantidos constitucionalmente pelos arts. 1º, III, 5º, caput, que asseguram o valor social do trabalho e a igualdade de todos perante a lei, bem como pelos arts. 6º e 7º e incisos, como por transgredir as normas tuitivas da Consolidação das Leis do Trabalho e de sua legislação complementar;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, o art. 5º, VII e o art. 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e o art. 8º, §1º da Lei nº 7.347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores, resolvem:

Instaurar o Inquérito Civil nº 397/2000 contra a ALIANÇA - COOPERATIVA NACIONAL MULTIDISCIPLINAR DE SERVIÇOS LTDA., CNPJ: 02.962.188/0001-84, estabelecida na Av. das Américas, 16,5 Km, Rua Servidão C, Lote 15, Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro - RJ.

Presidirá o inquérito o Excelentíssimo Procurador do Trabalho, Dr. LUIZ CARLOS RODRIGUES FERREIRA, que poderá ser secretariado pelo servidor WILLIAM DIAS MARCHIOTE.

JORGE FERNANDO GONCALVES DA FONTE
Procurador-Chefe

LUIZ CARLOS RODRIGUES FERREIRA
Procurador do Trabalho

PORTARIA Nº 150, DE 16 DE AGOSTO DE 2000

O Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região e o Procurador do Trabalho, que esta subscrevem, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que foi autuada a Representação nº 580/2000, realizada pela Dr. Heloíse Ingersoll Sá, membro da Procuradoria Regional do Trabalho - 1ª Região, em face de COOPSAÚDE - COOPERATIVA DE ATIVIDADE NA ÁREA DE SAÚDE, tendo em vista que a documentação por ela apresentada denota haver fortes indícios de que sua atuação no mercado de trabalho se configura como mera intermediação ilícita de mão-de-obra dos cooperados, com violação dos princípios do cooperativismo insertos na Lei 5.764/71;

Considerando que os fatos denunciados envolvem o contrato de prestação de serviços celebrado pela cooperativa COOPSAÚDE com o Estado do Rio de Janeiro e denotam que os serviços prestados pelos "cooperados" não são de natureza autônoma ou eventual, o que atrai a aplicação da legislação trabalhista, sendo que a nomenclatura cooperativa está sendo utilizada como mero meio de elidir as normas trabalhistas, o que é vedado no art. 9º da CLT, por configurar violação aos direitos



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **ACCS - ASSOCIACAO CULTURAL E COMUNICACAO SOCIAL**

CNPJ: **02.886.389/0001-40**

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.


Emitida às 10:42:29 do dia 19/05/2017 (hora e data de Brasília).

Válida até 18/06/2017.

Certidão expedida gratuitamente.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

	REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.886.389/0001-40 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 09/12/1998	
NOME EMPRESARIAL ACCS - ASSOCIACAO CULTURAL E COMUNICACAO SOCIAL			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ACCS			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R PROF DEOLINDA SILVEIRA DE CAMARGO	NÚMERO 335	COMPLEMENTO	
CEP 13.295-000	BAIRRO/DISTRITO JD SAO VICENTE	MUNICÍPIO ITUPEVA	UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **19/05/2017** às **10:41:49** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

INTERESSADO: SERAD - SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

ASSUNTOS: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – Relatório

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica em execução junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Preliminarmente

4. Inicialmente, cumpre esclarecer que o novo regramento infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4334/2015, publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2015.
5. Em virtude disso, o Parecer Referencial Nº 475/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que fora elaborado à luz da antiga Portaria nº 462/2011, perdeu sua aplicação prática, uma vez que a nova Portaria nº 4334/2015 revogou a referida Portaria anterior, de modo que se faz necessária a elaboração de novo Parecer Referencial, desta vez com base na atual legislação.

II.II. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

6. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

"ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS"

7. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

8. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação - CGJC se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de 700 (setecentos) processos idênticos em tramitação na Secretaria de Radiodifusão, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

9. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

10. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

11. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

12. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas, sob a égide do novel regimento já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.III. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

13. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite "a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes".

14. Por seu turno, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

15. Atualmente, como assentado nos albores desta peça, o dispositivo infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4.334/2015,

publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015. No que tange especificamente à renovação de outorga de radiodifusão comunitária, assim dispõe a citada norma em seu art. 136:

“Art. 136. Os pedidos de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária em trâmite no Ministério das Comunicações na data de publicação desta Portaria serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria”

16. No que tange à tempestividade do pedido de renovação, cumpre observar o disposto nos arts. 130, *caput*, e 131, §4º, da indigitada norma:

“Art. 130. O procedimento de renovação será processado eletronicamente e iniciado por ato do Ministério das Comunicações no prazo de até doze meses antes do termo final da outorga.

Art. 131. Instaurado o processo de renovação, a entidade será notificada para, no prazo de trinta dias, manifestar interesse na renovação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(...)

§ 4º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, a entidade interessada poderá dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até um mês antes do vencimento da respectiva outorga”.

17. Consoante se extrai dos dispositivos suso reproduzidos, a atual Portaria nº 4334/2015 conferiu ao Ministério apenas a atribuição de iniciar o procedimento de renovação no prazo de até doze meses antes do final da outorga, consistindo na instauração do processo, instruído com os documentos arrolados (art. 130, *caput*), e notificação da outorgada para manifestação e juntada dos demais documentos (art. 131, *caput*), não isentando a entidade da intransferível obrigação de formular, tempestivamente, sua manifestação de interesse na renovação da autorização, manifestação esta que deve ter concretude no atendimento da notificação ministerial (art. 131, *caput*) ou na apresentação de requerimento específico, na eventualidade de não ter recebido a notificação da Administração para tanto (art. 131, § 4º). Sobre este especialíssimo aspecto obrigacional, a norma *sub exame* determina:

“Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

I – não tenha sido observado o prazo do § 4º do art. 131”.

18. Portanto, na hipótese em que o Ministério não tenha instaurado *de ofício* o processo de renovação da outorga, incumbe à entidade apresentar requerimento em até um mês antes do vencimento da respectiva outorga, sob pena de extinção desta.

19. Impende consignar, ainda, os casos de renovação abarcados pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013, que conheceu como tempestivos os requerimentos formulados até 30 de novembro de 2013, mesmo que não atendessem ao prazo previsto na legislação aplicável à época, senão vejamos:

“Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação”.

20. Ultimados os esclarecimentos preambulares pertinentes, urge frisar que a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

21. Igualmente se adequam às disposições da ON AGU nº 55/2014 os casos de inércia da entidade, os quais se configuram quando a interessada sequer formula requerimento de renovação (inércia pura e simples) e quando não são atendidas no prazo as exigências impostas pelo Ministério, conforme disposto nos art. 131, §3º, e 132, inciso II, da Portaria nº 4334/2015:

“Art. 131. (omissis)

(...)

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.

Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

(...)

II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações;”.

22. Destarte, entende-se que também não se vislumbram maiores empecilhos jurídicos quando configuradas as hipóteses de inércia da entidade, seja pela ausência pura e simples de requerimento de renovação, seja pelo não atendimento a contento das exigências impostas, de modo que caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, a ocorrência ou não de inércia da interessada.

23. Verificada a tempestividade do requerimento, bem como a inoccorrência de inércia, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial o art. 131 da Portaria nº 4334/2015:

(1) requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V;

(2) estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(3) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(4) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(5) último relatório do Conselho Comunitário;

(6) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

24. A respeito de tais documentos, cumpre tecer as seguintes considerações.

25. O documento 6 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério da ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

26. Por sua vez, o Estatuto Social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 2 e 3) têm por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua

adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a constatação de irregularidade ou inconsistência nesses documentos em vista do que determina a norma de regência. Neste sentido, o feito somente deverá ser encaminhado à CONJUR em caso de materialização de fundada dúvida jurídica, mediante formulação de consulta específica, devidamente justificada.

27. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 4), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de Identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; passaporte e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

28. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

29. O relatório do Conselho Comunitário (documento 5) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no art. 116 da Portaria nº 4334/2015.

30. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Assim, constatada a aplicação, de forma definitiva, de pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

31. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento, a inércia e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

32. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da Secretaria de Radiodifusão e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

33. Como antes assentado, nos casos de fundada dúvida jurídica, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, devendo estar instruídos como manifestação conclusiva da Secretaria de Radiodifusão, explicitando sua opinião técnica a indicar a especificidade da questão a ser dirimida.

III - Conclusão

34. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

35. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Radiodifusão ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada, conforme delimitado neste Parecer.

À consideração superior.

Brasília, 28 de dezembro de 2016.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

ANEXO

PARECER REFERENCIAL Nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU
RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS		SIM	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V da Portaria nº 4334/2015.			
1.1.		O requerimento é tempestivo?		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu tempestivamente e a contento às exigências impostas?			
2	Estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
4	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.			
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
9	Relatório de apuração de infrações.			

9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 18967103 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 28-12-2016 11:54. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES

GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

DESPACHO n. 03085/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES -
MCTIC**

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo o **PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, de natureza referencial, da lavra do Dr. Julio Cesar Ferreira Pereira, Assistente Jurídico da União e Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.
2. Encaminhe-se memorando à Secretaria de Radiodifusão, especialmente à Coordenação de Radiodifusão Comunitária, a fim de que sejam cientificados do teor do referido Parecer.

Brasília, 30 de dezembro de 2016.

GIORDANO DA SILVA ROSSETTO
ADVOGADO DA UNIÃO
CONSULTOR JURÍDICO ADJUNTO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por GIORDANO DA SILVA ROSSETTO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 19055384 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GIORDANO DA SILVA ROSSETTO. Data e Hora: 30-12-2016 14:47. Número de Série: 13149438. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos de Renovação de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 10916/2017/SEI-MCTIC

Processo nº: **53000.020902/2012-71.**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **ACCS - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Itupeva**, estado de **São Paulo**, por meio da Portaria nº 466, publicada no DOU de 25/8/2000, e Decreto Legislativo nº 71, publicado no DOU de 3/5/2002.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à Entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária expirou em 3/5/2012. A Radiodifusora, que doravante passa a ser tratada como Requerente, apresentou pedido de renovação de outorga em 30/4/2012, à fl. 2 (Volume de Processo 0046414), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e do art. 131 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015 (Norma nº 1/2015). O pleito da Requerente é tempestivo, tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no DOU de 2/7/2013, que estendeu a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013.

REQUERENTE

ACCS - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL

QUADRO DIRETIVO

Presidente: Antônio André Ramalho Costa;

Vice-Presidente: Lídia Ramalho Silva;

Diretor(a) Administrativo(a): Nádia Juliana da Silva Costa;

Diretor(a) Financeiro(a): Derivaldo Antônio da Silva;

Diretor(a) de Comunicação Social: Edinaldo Moreno Castelhão.

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei

nº 9.612, de 1998, e a Norma nº 1/2015, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	FLS. / Nº DO DOCUMENTO
1	Requerimento de renovação.	X		fl. 2 (Volume de Processo 0046414)
1.1	O requerimento é tempestivo?	X		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu a contento às exigências impostas?	X		Carta 1447791
2	Estatuto social atualizado e registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	X		fls. 10 a 35 (Carta 1447791)
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	X		fls. 4/5 (Carta 1447791)
4	Comprovantes de nacionalidade e maioria dos dirigentes	X		fls. 36 a 40 (Carta 1447791)
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.	X		fls. 7 a 9 (Carta 1447791)
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora se encontra com as instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes na respectiva licença de funcionamento da estação.	X		fl. 8 (Volume de Processo 0046414)
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel	X		Certidões SIGEC 1894558
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ, válido e atual	X		CNPJ 1894560
9	Relatório de apuração de infrações	X		Despacho Interno CGFI 1805352
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação da autorização?		X	

CONCLUSÃO

4. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com dispensa de análise

individualizada pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (1894567).

À consideração superior.

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.020902/2012-71, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 3 de maio de 2012, a autorização outorgada à ACCS - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Itupeva / SP.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53830.003004/1998 e nº 53000.020902/2012-71, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 3 de maio de 2012, a autorização outorgada à ACCS - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Itupeva / SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Leticia Barbosa Duarte Miele, Analista Técnico Administrativo**, em 19/05/2017, às 11:37, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 30/05/2017, às 11:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, Substituto**, em 01/06/2017, às 14:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Radiodifusão**, em 02/06/2017, às 19:12, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1894570** e o código CRC **9CC20CFF**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.020902/2012-71

SEI nº 1894570

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53000.020902/2012-71**

Entidade: **Accs - Associacao Cultural E Comunicacao Social (accs)**

Assunto: **Minutas de Portaria de Renovação e Exposição de Motivos**

À Secretaria Radiodifusão,

Diante da instrução do processo nº 53000.020902/2012-71 (conforme consubstanciado na Nota Técnica nº 10916/2017/SEI-MCTIC - Evento SEI), no qual a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL solicita renovação de outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Itupeva/SP, encaminho as minutas da Portaria de Renovação e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 06/06/2017, às 15:58, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1930900** e o código CRC **A76CC92F**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.020902/2012-71, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 3 de maio de 2012, a autorização outorgada à ACCS - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Itupeva / SP.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53830.003004/1998 e nº 53000.020902/2012-71, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 3 de maio de 2012, a autorização outorgada à ACCS - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Itupeva / SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 3169/2017/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53830.003004/1998 e nº 53000.020902/2012-71, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 3 de maio de 2012, a autorização outorgada à ACCS - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Itupeva / SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 20/12/2017, às 18:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1938810** e o código CRC **85EE33C3**.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.020902/2012-71, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 3 de maio de 2012, a autorização outorgada à ACCS - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Itupeva / SP.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 28/09/2017, às 16:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1938812** e o código CRC **09C8E382**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 55405/2017/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

REPRESENTANTE LEGAL

Associação Cultural e Comunicação Social (CNPJ nº 02.886.389/0001-40)
Rua Prof. Deolinda Silveira Camargo, 335. Jd. São Vicente.
13295-000 / Itupeva – SP

Assunto: **Pagamento de taxa de publicação.**

Referência: **Processo nº 53000.020902/2012-71.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informa-se o DEFERIMENTO do pedido de renovação de outorga apresentado por essa entidade, contido no processo em referência, nos termos da Portaria nº 3169/2017, de 20 de dezembro de 2017.
2. Diante do exposto, encaminho em anexo, o Documento de Arrecadação Fiscal (DARF) para recolhimento do valor relativo à taxa de publicação da Portaria de Renovação no Diário Oficial da União, em atendimento ao art. 37 do Decreto nº 2.615/1998. Para o esclarecimento de dúvidas e questionamentos adicionais quanto à publicação de matérias no Diário Oficial da União o interessado deverá entrar em contato com a Central de Atendimento da Imprensa Nacional, através dos canais disponíveis no endereço eletrônico <http://imprensa.in.gov.br/central/>.
3. Aproveitamos para solicitar que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
4. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações:

http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**,
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 28/12/2017, às
16:01, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº
34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador
2524836 e o código CRC **88CEB654**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício
nº 55405/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.020902/2012-71 - Nº SEI: 2524836



001-9

00198.41808 50000.000005 04630.676213 5 74140000019824

Cedente PR - Imprensa Nacional			Código do Cedente 1607-1 / 55573000-X		Espécie R\$	Quantidade 0001	Nosso número 00000000004630676
Número do documento 4		CPF/CNPJ 04.196.645/0001-00		Vencimento 24/01/2018		Valor documento 198,24	
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa		(+) Outros acréscimos		(=) Valor cobrado	

Sacado

Associação Cultural e Comunicação Social (CNPJ nº 02.886.389/0001-40) - 53000.020902/2012-71

Rua Prof. Deolinda Silveira Camargo, 335., Jd. São Vicente.

Itupeva, SP - CEP: 13.295-000

Instruções

Autenticação mecânica

A publicação da(s) matéria(s) está condicionada à compensação bancária deste documento, com previsão de publicação de, no mínimo, dois dias úteis após o pagamento.

Após vencimento, este boleto perde a validade.

Referente a publicação do ofício 4630676 enviado em 04/01/2018

Corte na linha pontilhada



001-9

00198.41808 50000.000005 04630.676213 5 74140000019824

Local de pagamento Pagável em qualquer Banco até o vencimento						Vencimento 24/01/2018
Cedente PR - Imprensa Nacional						Agência/Código cedente 1607-1 / 55573000-X
Data do documento 04/01/2018	Nº documento 4	Espécie doc. ND		Aceite N	Data process. 04/01/2018	Nosso número 00000000004630676
Uso do banco / Convênio 33804/841805	Carteira 18 / 124	Espécie R\$	Quantidade 0001		Valor Documento 198,24	(=) Valor documento 198,24

Instruções

Após vencimento, este boleto perde a validade.

.

Referente a publicação do ofício 4630676 enviado em 04/01/2018

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros acréscimos

(=) Valor cobrado

Sacado

Associação Cultural e Comunicação Social (CNPJ nº 02.886.389/0001-40) - 53000.020902/2012-71

Rua Prof. Deolinda Silveira Camargo, 335., Jd. São Vicente.

Itupeva, SP - CEP: 13.295-000

Cód. baixa

Sacador/Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 55405/2017/SEI-MCTIC, 28/12/2017

53000.020902/2012-71

Associação Cultural e Comunicação Social

Rua Prof. Deolinda Silveira Camargo, 335. Jd. São Vicente,
Itupeva / SP

UF

PAIS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATON

18/01/18

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION
AC - ITUPEVANº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ORGAO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

556210915

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm

18 JAN 2018

ITUPEVA-DR-001



AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

10 JAN / 2018

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

Serviço Público Federal
Ministério da Comunicação

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)
JG 09076280 8 BR

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

h h h h h h h h

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL
BRÉSIL

Serviço Público Federal
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Secretaria de Radiodifusão
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC
Espanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste,
70.044-900 Brasília - DF

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

[Imprimir Recibo](#)[Página Principal](#)Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 04/01/2018 17:32:08
Origem: Secretaria de Radiodifusão
Operador: ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA
Ofício: 4630676
Data prevista de publicação: 05/01/2018
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Boleto Avulso

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Seqüencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
10446047	ATO PORTARIA Nº 3169 Min.rtf	7eca0bae7a745108 084425c4777ccfdc	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
TOTAL DO OFICIO			6,00	R\$ 198,24



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 9740/2018/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

REPRESENTANTE LEGAL

Associação Cultural e Comunicação Social (CNPJ nº 02.886.389/0001-40)
Rua Prof. Deolinda Silveira Camargo, 335. Jd. São Vicente.
13295-000 / Itupeva - SP

Assunto: **Reencaminhamento de boleto.**

Referência: **Processo nº 53000.020902/2012-71.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para reencaminhar o boleto referente ao recolhimento do valor relativo à taxa de publicação da Portaria de Renovação de Outorga. Vale salientar que o boleto encaminhado anteriormente foi recebido pela entidade, entretanto, não foi realizado o pagamento. Para o esclarecimento de dúvidas e questionamentos adicionais quanto à publicação de matérias no Diário Oficial da União o interessado deverá entrar em contato com a Central de Atendimento da Imprensa Nacional, através dos canais disponíveis no endereço eletrônico <http://imprensa.in.gov.br/central/>.
2. Solicitamos que a entidade mantenha sempre atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
3. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html ou duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**,
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 20/03/2018, às
09:29, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº
34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador
2737567 e o código CRC **4C6A13A8**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício
nº 9740/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.020902/2012-71 - Nº SEI: 2737567



001-9

00190.00009 02941.021004 00015.257173 1 74900000019824

Cedente PR - Imprensa Nacional			Código do Cedente 1607-1 / 55573000-X		Espécie R\$	Quantidade 0001	Nosso número 00029410210000015257
Número do documento 4		CPF/CNPJ 04.196.645/0001-00		Vencimento 10/04/2018		Valor documento 198,24	
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa		(+) Outros acréscimos		(=) Valor cobrado	

Sacado

Associação Cultural e Comunicação Social (CNPJ nº 02.886.389/0001-40) 53000.020902/2012-71

Rua Prof. Deolinda Silveira Camargo, 335, Jd. São Vicente

Itupeva, SP - CEP: 13295-000

Instruções

Autenticação mecânica

A publicação da(s) matéria(s) está condicionada à compensação bancária deste documento, com previsão de publicação de, no mínimo, dois dias úteis após o pagamento.

Após vencimento, este boleto perde a validade.

Referente a publicação do ofício 4720237 enviado em 21/03/2018

Corte na linha pontilhada



001-9

00190.00009 02941.021004 00015.257173 1 74900000019824

Local de pagamento Pagável em qualquer Banco até o vencimento						Vencimento 10/04/2018
Cedente PR - Imprensa Nacional						Agência/Código cedente 1607-1 / 55573000-X
Data do documento 21/03/2018	Nº documento 4		Espécie doc. ND	Aceite N	Data process. 21/03/2018	Nosso número 00029410210000015257
Uso do banco / Convênio 33804/2941021	Carteira 17 / 124	Espécie R\$	Quantidade 0001		Valor Documento 198,24	(=) Valor documento 198,24

Instruções

Após vencimento, este boleto perde a validade.

.

Referente a publicação do ofício 4720237 enviado em 21/03/2018

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros acréscimos

(=) Valor cobrado

Sacado

Associação Cultural e Comunicação Social (CNPJ nº 02.886.389/0001-40) 53000.020902/2012-71

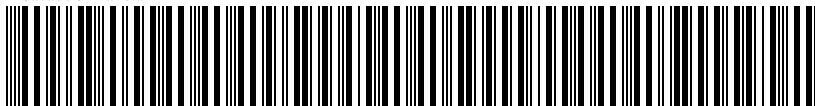
Rua Prof. Deolinda Silveira Camargo, 335, Jd. São Vicente

Itupeva, SP - CEP: 13295-000

Cód. baixa

Sacador/Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada

[Imprimir Recibo](#)[Página Principal](#)Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 21/03/2018 10:27:10
Origem: Secretaria de Radiodifusão
Operador: ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA
Ofício: 4720237
Data prevista de publicação: 22/03/2018
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Boleto Avulso

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Seqüencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
10618883	ATO PORTARIA Nº 3169 MINI.rtf	5b638762a8275144 058343e21c40faf9	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
TOTAL DO OFICIO			6,00	R\$ 198,24



Pág. 03/03

COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG

CNPJ: 17.186.370/0001-68

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

registrados na contabilidade a valor inferior ao valor de mercado e, dessa forma, os auditores estenderam esse entendimento para todo o ativo imobilizado da companhia. 2. Adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), com aproveitamento de prejuízos fiscais e de imóvel oferecido como “dação” em pagamento de parte do débito tributário. 3. A companhia apresenta, em 31/12/2017, um índice de liquidez corrente de 0,59 contra 0,81 no exercício encerrado em 31/12/2016, significando que a companhia perde, a cada ano, capacidade de saldar suas obrigações no curto prazo. 4. A companhia vendeu três de seus imóveis no decorrer do exercício de 2017 para poder saldar obrigações operacionais. 5. A companhia apresenta, sistematicamente, nos últimos anos, prejuízos operacionais e depende da venda de seus ativos para equilibrar suas contas. Em 2017 o resultado operacional da companhia foi de prejuízo, mas o resultado final apresentou lucro, decorrente, principalmente do resultado gerado com a operação feita para o “PERT” e com o lucro das alienações de imóveis. **RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de

que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: . Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. . Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG. . Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. . Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a

data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG a não mais se manter em continuidade operacional. . Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. **OUTROS ASSUNTOS** - As Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31/12/2016 foram auditadas por nossa firma que emitiu Relatório em 09/02/2017, com ressalva relativa a ausência de “impairment”.

Ribeirão Preto (SP), 24 de fevereiro de 2018.

AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S

CRC-2SP 022486/O-4 CVM - 9555

Tanagildo Aguiar Feres

Contador - CRC1SP067138/O-0 “S” MG

COMITÊ GESTOR INTERMINISTERIAL DO SEGURO RURAL

RESOLUÇÃO Nº 62, DE 15 DE MARÇO DE 2018

Altera a Resolução nº 21, de 9 abril de 2009, que dispõe sobre os critérios e procedimentos para o fornecimento de informações de sinistros em operações de seguro rural beneficiadas com o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural.

O Gestor Interministerial do Seguro Rural-CGSR, no exercício da competência que lhe confere a alínea "b" do inciso III do artigo 5º da Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, e o inciso IV do art. 7º do Decreto nº 5.121, de 29 de junho de 2004, observado o disposto no inciso IV do artigo 5º do Regimento Interno do Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural-CGSR, editado pela Resolução nº 5, de 3 de agosto de 2005, resolve:

Art. 1º Alterar os critérios e procedimentos para o fornecimento de informações de sinistros em operações de seguro rural beneficiadas pelo Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural.

Art. 2º Os artigos 2º e 3º da Resolução nº 21, de 9 abril de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º As seguradoras ficam obrigadas a informar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, por meio eletrônico, os seguintes dados: número da proposta, número da apólice, código MAPA, valor indenizado e evento ocorrido/reclamado, referentes às apólices beneficiadas pelo Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural com ocorrência de sinistros avisados e/ou liquidados.

Parágrafo único. Os dados de que trata o caput, referentes a determinado ano civil, deverão ser informados ao MAPA até o último dia útil do mês de junho do ano subsequente.

Art. 3º Considera-se infração grave o não cumprimento do disposto no artigo 2º, ficando a seguradora sujeita à penalidade prevista no inciso I do artigo 31 do Regulamento de Operacionalização da Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural, de que trata a Resolução nº 13, de 4 de julho de 2006. " (NR).

Art. 3º Fica revogado o Anexo da Resolução nº 21, de 9 abril de 2009.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA SEI Nº 1.600, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em

caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de SIRINHAÉM, estado de Pernambuco, por meio do canal 34 (trinta e quatro), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.002803/2018-57 e da Nota Técnica nº 5638/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA SEI Nº 1.606, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TELEVISÃO SOCIEDADE LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município d e OURO BRANCO, estado de MINAS GERAIS, por meio do canal 15 (quinze), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 53900.023050/2016-53 e da Nota Técnica nº 3743/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA SEI Nº 1.853, DE 4 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no artigo 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto nos artigos 90, inciso I, e 94 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.002994/2016-95, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 5.778/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00335/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante no MCTIC, resolve:

Art. 1º Fica autorizada a transferência da permissão outorgada à Lopes & Rosenberg Ltda. - ME, entidade privada inscrita no C.N.P.J sob o nº 03.902.539/0001-24, para a Rádio Mara Rosa FM Ltda., entidade privada inscrita no C.N.P.J. sob o nº 10.860.126/0001-90, conforme os termos da Portaria nº 291, de 12 de junho de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 20 de junho de 2003, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 421, de 2005, publicado no Diário Oficial da União de 02 de junho de 2005, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Mara Rosa, estado de Goiás.

Art. 2º Os quadros societário e diretivo da cessionária, após a operação realizada, ficarão assim constituídos, respectivamente:

NOME	COTAS	VALOR (R\$)
Carlos Rosemberg Gonçalves dos Reis	8.000	8.000,00
Sérgio Antônio Cardoso de Queiroz	2.000	2.000,00
TOTAL	10.000	10.000,00

NOME	CARGO
Carlos Rosemberg Gonçalves dos Reis	Administrador

Art. 3º Fica a Rádio Mara Rosa FM Ltda. advertida de que o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada será mantido em caráter precário enquanto não sobrevier decisão do Congresso Nacional acerca do pedido de renovação da permissão, para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na forma estabelecida no inciso XII, do caput do art. 49 da Constituição, observados os prazos e as condições originais.

Art. 4º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 5º A transferência a que se refere o artigo 1º deverá ser comunicada ao Congresso Nacional, por meio de Mensagem do Presidente da República, nos termos do disposto no § 5º do art. 222 da Constituição.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA SEI Nº 3.169, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53830.003004/1998 e nº 53000.020902/2012-71, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 3 de maio de 2012, a autorização outorgada à ACCS - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Itupeva / SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA SEI Nº 4.314, DE 24 DE AGOSTO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de MANTENA, Estado de MINAS GERAIS, por meio do canal 46 (quarenta e seis), visando a retransmissão dos sinais gerados pela FUNDAÇÃO TV

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53000.020902/2012-71.**

Entidade: **Associação Cultural e Comunicação Social**

Assunto: **Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.**

Por meio da Portaria nº 3169/2017, de 20 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 10 de abril de 2018, renovou-se a outorga da **Associação Cultural e Comunicação Social** para o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Itupeva / SP. Dessa forma, em atenção ao § 3º do art. 223 da Constituição, encaminho a cópia do processo nº 53000.020902/2012-71, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 12/04/2018, às 15:49, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2870577** e o código CRC **4A9415E7**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.020902/2012-71

SEI nº 2870577

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGR

Ofício nº 9740/2018/SEI-MCTIC, 20/03/2018
53000.020902/2012-71ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL
Rua Prof. Deolinda Silveira Camargo, 335. Jd. São Vicente
13295-000 Itupeva / SP

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJETO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

03/04/18

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

/ Silveira Camargo

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ORGAO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

656210515

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm





AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN09

AR

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

JT 22717673 5 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

28 MAR 2018

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE POSTE

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL
BRÉSIL

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

/ / : h : h : h

Serviço Público Federal
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Secretaria de Radiodifusão
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste,
70044-900 Brasília - DF

Brasília, 19 de Junho de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.020902/2012-71, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 3 de maio de 2012, a autorização outorgada à ACCS - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Itupeva / SP.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

Esplanada dos Ministérios, Bloco E
CEP: 70067-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 24287/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor
MARCELO PACHECO DOS GUARANYs
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 20/06/2018, às 17:00, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3078434** e o código CRC **4A772947**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 24287/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.020902/2012-71 - Nº SEI: 3078434

Pedro Paulo Verano de Souza

De: Luciana Silveira Teixeira
Enviado em: sexta-feira, 4 de janeiro de 2019 18:43
Para: Andre Jose de Oliveira; Carlos Henrique Teixeira Botelho; Glauce Pereira da Silva
Cc: Luciana Cortez Roriz Pontes; Luciana Silveira Teixeira; Daniela de Oliveira Rodrigues; Daniela de Souto Inocencio; Jose Cruz Filho; Daniel Christianini Nery; Daniel Goncalves Viana; Miquierlam Chaves Cavalcante; Eugenio Cesar Almeida Felippetto; Ana Carolina Tannuri Laferte Marinho
Assunto: Devolução 2 - EMs radiodifusão

Prezado André,

De ordem da Subchefe Adjunta de Infraestrutura, considerando a posse do Presidente da República e do novo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, solicito a devolução das Exposições de Motivos relacionadas abaixo à Pasta competente (MCTIC), no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, para que seja realizada a reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequação às novas diretrizes governamentais.

53000.012166/2010-15 – EM nº 81/2017-MCTIC
53000.040830/2013-69 – EM nº 00330/2017-MCTIC
53000.055760/2011-81 – EM nº 00333/2017-MCTIC
53000.074982/2013-65 – EM nº 00261/2017-MCTIC
53000.032006/2011-73 – EM nº 00321/2017-MCTIC
53000.047616/2011-71 - EM nº 00281/2017 MCTIC
53000.007973/2012-88 – EM nº 00232/2016-MCTIC
53000.026910/2010-69 – EM 00230/2016 - MCTIC
53900.006400/2014-55 – EM 00289/2017 - MCTIC
53000.044719/2011-80 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.057576/2013-38 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.050136/2011-98 - EM 00187/2017 - MCTIC
53000.049242/2012-18 - EM 00323/2017 - MCTIC
53000.064008/2012-11 - EM 00328/2017 - MCTIC
53000.005325/2012-97 - EM 01061/2017 - MCTIC
53900.001093/2016-88 - EM 00042/2018 - MCTIC
53000.020768/2004-06 - EM 00271/2016 - MCTIC
53000.027954/2010-14 - EM 00237/2016 - MCTIC
53000.060071/2011-99 - EM 01080/2017 - MCTIC
53000.059254/2013-23 - EM 00156/2017 - MCTIC
53830.000784/2000-78 - EM 00154/2017 - MCTIC
53000.074700/2013-20 Exposição de Motivos 161 2017 MCTIC (0214387)
53000.051583/2012-45 Exposição de Motivos 282 2017 MCTIC (0247186)
53000.027859/2012-74 Exposição de Motivos 1035 2017 MCTIC (0359944)
53790.000368/2000-93 Exposição de Motivos 441 2018 MCTIC (0794170)
53000.031941/2012-01 Exposição de Motivos 94 2017 MCTIC (0179902)
53000.059476/2011-84 Exposição de Motivos 179 2017 MCTIC (0219948)
53900.063451/2015-65 Exposição de Motivos 1094 2017 MCTIC (0383657)
53000.000369/2006-82 Exposição de Motivos EXM MCTIC 193 2016 (0058228)
53000.064006/2007-56 Exposição de Motivos 150 2017 MCTIC (0213972)
53000.058471/2011-34 - EM nº 417/2017 MCTIC

53900.010501/2014-21 - EM nº 378/2018 MCTIC

53000.057831/2011-81 - Exposição de Motivos 1052 2017 MCTIC (0382094)

53000.009001/2012-28 – Exposição de Motivos 1067 2017 MCTIC (0382266)

53000.067611/2011-65 - Exposição de Motivos 971 2017 MCTIC (0357555)

53900.021361/2014-16 - Exposição de Motivos 650 2017 MCTIC (0308588)

01250.072621/2017-62 - Exposição de Motivos 425 2018 MCTIC (0808682)

53000.047461/2011-73 - Exposição de Motivos 594 2017 MCTIC (0302018)

53000.058151/2011-84 - Exposição de Motivos 597 2017 MCTIC (0302009)

53900.029941/2015-32 - Exposição de Motivos 665 2017 MCTIC (0309687)

53000.070171/2013-95 - Exposição de Motivos 696 2017 MCTIC (0311929)

53900.003001/2014-32 - Exposição de Motivos 727 2017 MCTIC (0320630)

53900.047381/2015-06 - Exposição de Motivos 718 2017 MCTIC (0319399)

53900.018561/2014-91 - Exposição de Motivos 385 2018 MCTIC (0785184)

53000.010271/2012-81 - Exposição de Motivos 420 2018 MCTIC (0796194)

53900.025631/2014-68 - Exposição de Motivos 422 2018 MCTIC (0808446)

53900.026731/2014-10 - Exposição de Motivos 348 2018 MCTIC (0733503)

53900.031471/2014-96 - Exposição de Motivos 290 2018 MCTIC (0701495)

53000.007901/2014-01 - Exposição de Motivos 313 2018 MCTIC (0702758)

53900.048911/2015-25 - Exposição de Motivos 328 2018 MCTIC (0732602)

53900.016981/2014-33 - Exposição de Motivos 277 2018 MCTIC (0703036)

53900.047341/2015-56 - Exposição de Motivos 311 2018 MCTIC (0703008)

53900.050321/2015-62 - Exposição de Motivos 291 2018 MCTIC (0702244)

53000.066111/2013-78 - Exposição de Motivos 253 2018 MCTIC (0676949)

53000.007961/2012-53 - Exposição de Motivos 165 2018 MCTIC (0587696)

53900.018141/2014-13 - Exposição de Motivos 167 2018 MCTIC (0586159)

53000.054981/2012-13 - Exposição de Motivos 163 2018 MCTIC (0583602)

53000.006951/2013-81 - Exposição de Motivos 70 2018 MCTIC (0521365)

53900.017301/2015-80 - Exposição de Motivos 153 2018 MCTIC (0583770)

53900.050611/2015-14 - Exposição de Motivos 122 2018 MCTIC (0554598)

53900.007781/2015-71 - Exposição de Motivos 136 2018 MCTIC (0569460)

53000.056641/2011-46 - Exposição de Motivos 86 2018 MCTIC (0527776)

53000.056241/2011-31 - Exposição de Motivos 103 2018 MCTIC (0527496)

53900.049331/2015-55 - Exposição de Motivos 90 2018 MCTIC (0523348)

53000.069421/2013-44 - Exposição de Motivos 68 2018 MCTIC (0521538)

53000.056221/2011-60 - Exposição de Motivos 275 2017 MCTIC (0261599)

53000.059721/2011-53 - Exposição de Motivos MCTIC 255 2016 (0122403)

53650.000551/2001-74 - Exposição de Motivos 165 - MCTIC - 2016 (0061447)

53000.051661/2012-10 - Exposição de Motivos 429 2017 MCTIC (0262554)

53000.059431/2011-18 - Exposição de Motivos 1053 2017 MCTIC (0382119)

53900.017561/2015-55 - Exposição de Motivos 961 2017 MCTIC (0373870)

53000.057231/2011-12 - Exposição de Motivos 923 2017 MCTIC (0372276)

53000.007691/2012-81 - Exposição de Motivos 1039 2017 MCTIC (0360413)

53000.055761/2011-26 - Exposição de Motivos 895 2017 MCTIC (0332569)

53900.005861/2014-19 - Exposição de Motivos 906 2017 MCTIC (0332040)

53900.046841/2015-71 - Exposição de Motivos 854 2017 MCTIC (0330995)

53000.007031/2013-81 - Exposição de Motivos 823 2017 MCTIC (0328646)

53900.034331/2015-51 - Exposição de Motivos 787 2017 MCTIC (0327209)

53500.002411/2000-73 - Exposição de Motivos 284 2016 MCTIC (0141979)

53000.068251/2013-81 - Exposição de Motivos 715 2017 MCTIC (0323332)

53000.057301/2012-13 - Exposição de Motivos 610 2017 MCTIC (0323438)

53000.050951/2012-38 - Exposição de Motivos 587 2017 MCTIC (0322786)

53900.003161/2014-81 - Exposição de Motivos 745 2017 MCTIC (0322442)
 53000.051671/2011-66 - Exposição de Motivos 207 2017 MCTIC (0228528)
 53000.038631/2013-91 - Exposição de Motivos 199 2017 MCTIC (0228389)
 53900.017191/2015-56 - Exposição de Motivos 115 2017 MCTIC (0231021)
 53000.061151/2013-23 - Exposição de Motivos 113 2017 MCTIC (0230960)
 53000.033271/2013-31 - Exposição de Motivos 386 2017 MCTIC (0278204)
 53000.056621/2011-75 - Exposição de Motivos 506 2017 MCTIC (0278737)
 53000.057441/2011-19 - Exposição de Motivos 504 2017 MCTIC (0278772)
 53000.058111/2011-32 - Exposição de Motivos 554 2017 MCTIC (0279751)
 53000.058131/2011-11 - Exposição de Motivos 352 2017 MCTIC (0280527)
 53900.021931/2015-59 - Exposição de Motivos 409 2017 MCTIC (0268108)
 53000.056441/2013-55 - Exposição de Motivos 313 2017 MCTIC (0266582)
 53000.040721/2013-41 - Exposição de Motivos 537 2017 MCTIC (0272680)
 53900.017291/2015-82 - Exposição de Motivos 517 2017 MCTIC (0272745)
 53900.016191/2015-39 - Exposição de Motivos 503 2017 MCTIC (0274259)
 53000.023661/2010-50 - Exposição de Motivos 479 2017 MCTIC (0276002)
 53000.041601/2013-61 - Exposição de Motivos 496 2017 MCTIC (0276184)
 53000.015611/2013-41 - Exposição de Motivos 470 2017 MCTIC (0276540)
 53000.055771/2011-61 - Exposição de Motivos 540 2017 MCTIC (0277291)
 53900.017321/2015-51 - Exposição de Motivos 387 2017 MCTIC (0278024)
 53000.029031/2013-31 - Exposição de Motivos 565 2017 MCTIC (0288150)
 53000.044171/2012-59 - Exposição de Motivos 384 2017 MCTIC (0282163)
 53000.056211/2011-24 - Exposição de Motivos 618 2017 MCTIC (0303087)
 53000.040711/2013-14 - Exposição de Motivos 583 2017 MCTIC (0301742)
 53900.049701/2015-54 - Exposição de Motivos 656 2017 MCTIC (0308870)
 53900.041581/2015-47 - Exposição de Motivos 655 2017 MCTIC (0308861)
 53900.041521/2015-24 - Exposição de Motivos 677 2017 MCTIC (0311053)
 53000.050661/2013-75 - Exposição de Motivos 217 2018 MCTIC (0677133)
 53900.018431/2015-30 - Exposição de Motivos 251 2018 MCTIC (0672650)
 53000.006761/2012-83 - Exposição de Motivos 1038 2017 MCTIC (0360154)
 53900.034771/2015-16 - Exposição de Motivos 949 2017 MCTIC (0357237)
 53000.098411/2006-97 - Exposição de Motivos 968 2017 MCTIC (0357699)
 53000.048971/2012-49 - Exposição de Motivos 954 2017 MCTIC (0357860)
 53900.015291/2015-48 - Exposição de Motivos 849 2017 MCTIC (0346610)
 53000.052601/2012-14 - Exposição de Motivos 762 2017 MCTIC (0343918)
 53000.040771/2013-29 - Exposição de Motivos 756 2017 MCTIC (0343776)
 53900.018901/2014-84 - Exposição de Motivos 913 2017 MCTIC (0332467)
 01250.021028/2018-39 - Exposição de Motivos 508 2018 MCTIC (0922759)
 53900.014648/2014-90 - Exposição de Motivos 519 2018 MCTIC (0920809)
 53000.042808/2012-72 - Exposição de Motivos 464 2018 MCTIC (0845154)
 01250.034988/2018-69 - Exposição de Motivos 533 2018 MCTIC (0924025)
 53000.057858/2013-35 - Exposição de Motivos 480 2018 MCTIC (0845387)
 53900.011448/2014-85 - Exposição de Motivos 531 2018 MCTIC (0924141)
 53000.020988/2012-31 - Exposição de Motivos 503 2018 MCTIC (0929282)
 53900.016488/2015-02 - Exposição de Motivos 506 2018 MCTIC (0929478)
 53000.039908/2003-21 - Exposição de Motivos 507 2018 MCTIC (0929514)
 53000.071588/2013-75 - Exposição de Motivos 537 2018 MCTIC (0918433)
 53900.016778/2016-29 - Exposição de Motivos 29 2018 MCTIC (0943062)
 53000.058098/2011-11 - Exposição de Motivos 411 2017 MCTIC (0270006)
 53000.061548/2013-15 - Exposição de Motivos 405 2017 MCTIC (0267989)
 53000.059608/2012-59 - Exposição de Motivos 255 2017 MCTIC (0245792)

53000.012258/2003-76 - Exposição de Motivos 496 2018 MCTIC (0876649)
53900.038308/2016-16 - Exposição de Motivos 495 2018 MCTIC (0876407)
53000.042278/2013-43 - Exposição de Motivos 627 2017 MCTIC (0302610)
53900.006048/2014-58 - Exposição de Motivos 631 2017 MCTIC (0302587)
53900.049248/2015-86 - Exposição de Motivos 459 2018 MCTIC (0837157)
53900.037808/2016-31 - Exposição de Motivos 454 2018 MCTIC (0836972)
53900.023938/2016-96 - Exposição de Motivos 387 2018 MCTIC (0836653)
53000.057408/2011-81 - Exposição de Motivos 1075 2017 MCTIC (0382252)
53900.017138/2015-55 - Exposição de Motivos 408 2018 MCTIC (0795415)
53900.016138/2015-38 - Exposição de Motivos 397 2018 MCTIC (0785262)
53900.050638/2016-80 - Exposição de Motivos 362 2018 MCTIC (0764802)
53900.010498/2016-15 - Exposição de Motivos 204 2018 MCTIC (0673853)
53000.069398/2013-98 - Exposição de Motivos 325 2018 MCTIC (0734230)
53900.043838/2015-03 - Exposição de Motivos 288 2018 MCTIC (0732741)
53900.046898/2015-70 - Exposição de Motivos 200 2018 MCTIC (0677019)
53900.029908/2015-11 - Exposição de Motivos 225 2018 MCTIC (0676282)
53900.043928/2015-96 - Exposição de Motivos 213 2018 MCTIC (0676623)
53900.008608/2014-17 - Exposição de Motivos 233 2018 MCTIC (0676089)
53000.007048/2013-38 - Exposição de Motivos 270 2018 MCTIC (0673320)
53900.029648/2014-94 Exposição de Motivos 224 2018 MCTIC (0672724)
53900.006988/2015-28 Exposição de Motivos 197 2018 MCTIC (0653074)
53000.056628/2011-97 Exposição de Motivos 186 2018 MCTIC (0652808)
53900.048808/2016-66 Exposição de Motivos 192 2018 MCTIC (0653446)
53710.000978/2000-30 Exposição de Motivos 52 2018 MCTIC (0481082)
53900.047678/2015-63 Exposição de Motivos 174 2018 MCTIC (0587591)
53000.007678/2014-93 Exposição de Motivos 179 2018 MCTIC (0587220)
53900.001298/2016-63 Exposição de Motivos 150 2018 MCTIC (0585225)
53900.062018/2015-11 Exposição de Motivos 134 2018 MCTIC (0567520)
53000.058118/2011-54 Exposição de Motivos 118 2018 MCTIC (0556231)
53000.017948/2012-11 Exposição de Motivos 140 2018 MCTIC (0569600)
53900.025768/2014-12 Exposição de Motivos 121 2018 MCTIC (0554488)
53000.059288/2011-56 Exposição de Motivos 83 2018 MCTIC (0527803)
53900.024778/2014-31 Exposição de Motivos 99 2018 MCTIC (0523321)
53000.049958/2012-15 Exposição de Motivos 95 2018 MCTIC (0523211)
53900.049658/2015-27 Exposição de Motivos 93 2018 MCTIC (0523509)
53000.062558/2013-78 Exposição de Motivos 66 2018 MCTIC (0521690)
53900.000808/2016-85 Exposição de Motivos 24 2018 MCTIC (0484197)
53900.046788/2015-16 Exposição de Motivos 15 2018 MCTIC (0482045)
53000.058078/2011-41 Exposição de Motivos 16 2018 MCTIC (0482075)
53900.041788/2015-11 Exposição de Motivos 14 2018 MCTIC (0481587)
53000.034808/2013-80 Exposição de Motivos 426 2017 MCTIC (0262636)
53900.019318/2016-52 Exposição de Motivos 1079 2017 MCTIC (0382966)
53000.051378/2012-80 Exposição de Motivos 963 2017 MCTIC (0373940)
53000.048668/2012-46 Exposição de Motivos 168 2017 MCTIC (0359104)
53000.008188/2012-42 Exposição de Motivos 990 2017 MCTIC (0358445)
53000.047008/2013-29 Exposição de Motivos 884 2017 MCTIC (0346667)
53000.020688/2013-33 Exposição de Motivos 944 2017 MCTIC (0356934)
53900.000468/2014-21 Exposição de Motivos 852 2017 MCTIC (0346293)
53000.057298/2012-38 Exposição de Motivos 844 2017 MCTIC (0345855)
53000.057228/2011-07 Exposição de Motivos 876 2017 MCTIC (0345511)

53000.008588/2013-39 Exposição de Motivos 761 2017 MCTIC (0343847)
53000.007328/2014-27 Exposição de Motivos 907 2017 MCTIC (0332227)
53900.012938/2015-80 Exposição de Motivos 798 2017 MCTIC (0344437)
53900.041868/2015-77 Exposição de Motivos 865 2017 MCTIC (0332122)
53900.016418/2015-46 Exposição de Motivos 910 2017 MCTIC (0332162)
53000.069388/2013-52 Exposição de Motivos 888 2017 MCTIC (0331611)
53900.039548/2015-57 Exposição de Motivos 866 2017 MCTIC (0332306)
53900.029948/2015-54 Exposição de Motivos 843 2017 MCTIC (0329916)
53900.041608/2015-00 Exposição de Motivos 805 2017 MCTIC (0327282)
53900.041528/2015-46 Exposição de Motivos 786 2017 MCTIC (0327123)
53000.069238/2013-49 Exposição de Motivos 816 2017 MCTIC (0327393)
53900.002998/2014-11 Exposição de Motivos 811 2017 MCTIC (0327474)
53000.015608/2013-28 Exposição de Motivos 612 2017 MCTIC (0323581)
53900.008048/2014-92 Exposição de Motivos 744 2017 MCTIC (0322423)
53000.020718/2012-21 Exposição de Motivos 634 2017 MCTIC (0323320)
53000.057028/2013-16 Exposição de Motivos 380 2017 MCTIC (0278174)
53900.014048/2014-21 Exposição de Motivos 200 2017 MCTIC (0228459)
53000.031928/2012-44 Exposição de Motivos 763 2017 MCTIC (0323498)
53000.003928/2014-16 Exposição de Motivos 357 2017 mctic (0280401)
53000.057218/2011-63 Exposição de Motivos MCTIC EXM 415 2017 (0270183)
53000.057908/2011-12 Exposição de Motivos 401 2017 MCTIC (0267731)
53000.057358/2011-31 Exposição de Motivos 272 2017 MCTIC (0239681)
53000.068928/2007-32 Exposição de Motivos 73 2017 MCTIC (0230851)
53000.056648/2012-49 Exposição de Motivos 205 2017 MCTIC (0271055)
53000.060438/2013-36 Exposição de Motivos 436 2017 MCTIC (0272373)
53000.056618/2011-51 Exposição de Motivos 453 2017 MCTIC (0272476)
53000.067258/2013-85 Exposição de Motivos 434 2017 MCTIC (0272819)
53000.036058/2011-19 Exposição de Motivos 465 2017 MCTIC (0274083)
53000.071598/2013-19 Exposição de Motivos 472 2017 MCTIC (0274284)
53000.067718/2013-75 Exposição de Motivos 467 2017 MCTIC (0274414)
53900.039538/2015-11 Exposição de Motivos 523 2017 MCTIC (0274942)
53000.075808/2013-30 Exposição de Motivos 525 2017 MCTIC (0274983)
53000.026978/2013-91 Exposição de Motivos 499 2017 MCTIC (0276744)
53000.065118/2013-72 Exposição de Motivos 497 2017 MCTIC (0276285)
53900.008958/2014-75 Exposição de Motivos 487 2017 MCTIC (0277632)
53000.003848/2010-37 Exposição de Motivos MCTIC - 210 2016 (0085938)
53000.056208/2011-19 Exposição de Motivos 821 2017 MCTIC (0293427)
53000.053961/2012-25 EM nº 0780/2017

53000.053969/2012-91 EM nº 1009/2017

53000.026230/2012-15 EM nº 0132/2018

00001.004845/2018-00 Ofício 047/2018-MS-CD

53000.030007/2005-35 EM nº 0456/2018

53000.054050/2012-15 EM nº 0549/2018

53000.027244/2009-42 EM nº 0557/2018

53000.030397/2012-72	EM nº 0553/2018
53000.009024/2012-32	EM nº 0555/2018
53900.009151/2015-31	EM nº 0550/2018
53000.064009/2013-38	EM nº 0551/2018
53900.000271/2014-91	EM nº 0038/2018
53900.016778/2016-29	EM nº 0029/2018
53000.049242/2012-18	EM nº 0323/2017
53000.052684/2013-14	EM nº 0568/2017
53000.054982/2012-68	EM nº 0445/2017
53000.057297/2012-93	EM nº 0420/2017
53000.030840/2012-13	EM nº 0446/2017
53000.015829/2013-04	EM nº 0443/2017
53000.053176/2013-53	EM nº 0314/2017
53000.065155/2013-81	EM nº 0441/2017
53000.007050/2013-15	EM nº 0195/2017
53000.056214/2011-68	EM nº 0285/2017
53000.007687/2014-84	EM nº 0194/2017
53900.017162/2015-94	EM nº 0338/2017
53000.006481/2010-11	EM nº 0545/2018
53000.055599/2007-60	EM nº 0484/2017
53000.052021/2011-38	EM nº 0360/2017
53000.056217/2011-00	EM nº 0274/2017
00001.004765/2018-46	Ofício 0327/2018-GCH-CD
53000.039908/2003-21	EM nº 0507/2018
53900.047853/2016-01	EM nº 0504/2018

53900.016488/2015-02	EM nº 0506/2018
53000.022925/2012-10	EM nº 0501/2018
53000.042414/2013-03	EM nº 0546/2018
53000.020988/2012-31	EM nº 0503/2018
53000.043010/2012-48	EM nº 0502/2018
53670.001341/2001-65	EM nº 0505/2018
53900.011448/2014-85	EM nº 0531/2018
01250.034988/2018-69	EM nº 0533/2018
01250.048763/2017-17	EM nº 0542/2018
53900.024997/2014-10	EM nº 0517/2018
53900.034082/2015-01	EM nº 0516/2018
53900.037331/2014-21	EM nº 0515/2018
53900.034520/2015-23	EM nº 0525/2018
53900.044560/2015-83	EM nº 0526/2018
53900.041939/2015-31	EM nº 0514/2018
53900.024692/2014-16	EM nº 0530/2018
53900.001273/2016-60	EM nº 0541/2018
53900.017145/2015-57	EM nº 0521/2018
53900.013241/2015-26	EM nº 0532/2018
53900.009333/2014-21	EM nº 0512/2018
53000.016596/2013-59	EM nº 0518/2018
53900.014648/2014-90	EM nº 0519/2018
53900.017091/2015-20	EM nº 0520/2018
53900.043270/2015-12	EM nº 0513/2018
53900.050381/2015-85	EM nº 0528/2018

53900.027712/2014-01	EM nº 0524/2018
53900.048226/2015-07	EM nº 0527/2018
53000.007913/2014-27	EM nº 0529/2018
53900.022443/2014-88	EM nº 0485/2018
53000.009433/2013-10	EM nº 0499/2018
53900.038863/2014-86	EM nº 0722/2017
53900.042143/2015-04	EM nº 0724/2017
53000.007973/20012-88	EM nº 1054/2017
53900.007823/2014-92	EM nº 0413/2018
53900.073493/2015-12	EM nº 0389/2018
53900.011113/2014-67	Exposição de Motivos 0399/2018 MCTIC
01250.059013/2017-62	Exposição de Motivos 0396/2018 MCTIC
53000.001683/2014-92	Exposição de Motivos 0388/2018 MCTIC
53900.017343/2015-11	Exposição de Motivos 0260/2018 MCTIC
53000.013433/2010-71	Exposição de Motivos 0361/2018 MCTIC
53900.013163/2015-60	Exposição de Motivos 0421/2018 MCTIC
53900.017133/2015-22	Exposição de Motivos 0331/2018 MCTIC
53000.065773/2013-21	Exposição de Motivos 0322/2018 MCTIC
53900.008953/2015-23	Exposição de Motivos 0332/2018 MCTIC
53000.015613/2013-31	Exposição de Motivos 0327/2018 MCTIC
53900.047623/2015-53	Exposição de Motivos 0345/2018 MCTIC
53900.016403/2015-88	Exposição de Motivos 0286/2018 MCTIC
53900.026403/2015-96	Exposição de Motivos 0280/2018 MCTIC
53900.042013/2015-63	Exposição de Motivos 0309/2018 MCTIC
53900.029943/2015-21	Exposição de Motivos 0304/2018 MCTIC

53900.046473/2015-61	Exposição de Motivos 0276/2018 MCTIC
53000.061863/2006-13	Exposição de Motivos 0201/2018 MCTIC
53900.016433/2015-94	Exposição de Motivos 0226/2018 MCTIC
53000.007663/2014-25	Exposição de Motivos 0254/2018 MCTIC
53000.043803/2012-67	Exposição de Motivos 1011/2017 MCTIC
53000.006763/2012-72	Exposição de Motivos 0974/2017 MCTIC
53900.028013/2014-70	Exposição de Motivos 0176/2018 MCTIC
53000.007683/2014-04	Exposição de Motivos 0175/2018 MCTIC
53900.014053/2014-34	Exposição de Motivos 0173/2018 MCTIC
53900.016483/2016-52	Exposição de Motivos 0180/2018 MCTIC
53000.007963/2012-42	Exposição de Motivos 0172/2018 MCTIC
53900.050703/2015-96	Exposição de Motivos 0154/2018 MCTIC
53000.066813/2013-51	Exposição de Motivos 0138/2018 MCTIC
53900.046743/2015-33	Exposição de Motivos 0115/2018 MCTIC
00001.001003/2018-98	Exposição de Motivos 0106/2018 MCTIC
53000.001033/2012-85	Exposição de Motivos 0112/2018 MCTIC
53000.071343/2013-48	Exposição de Motivos 0075/2018 MCTIC
53000.043713/2013-57	Exposição de Motivos 0040/2018 MCTIC
53000.055773/2011-51	Exposição de Motivos 0044/2018 MCTIC
53900.009743/2014-71	Exposição de Motivos 0009/2018 MCTIC
53000.055803/2012-18	Exposição de Motivos 0430/2017 MCTIC
53000.061913/2013-91	Exposição de Motivos 0423/2017 MCTIC
53000.007503/2006-76	Exposição de Motivos 0424/2017 MCTIC
53000.043193/2011-11	Exposição de Motivos 1005/2017 MCTIC
53900.020193/2016-11	Exposição de Motivos 1084/2017 MCTIC

53000.006483/2012-64	Exposição de Motivos 1041/2017 MCTIC
53000.055153/2010-31	Exposição de Motivos 0995/2017 MCTIC
53900.017153/2015-01	Exposição de Motivos 0980/2017 MCTIC
53000.056613/2011-29	Exposição de Motivos 0936/2017 MCTIC
53000.004483/2010-68	Exposição de Motivos 1024/2017 MCTIC
53000.056113/2011-97	Exposição de Motivos 1032/2017 MCTIC
53000.054723/2012-37	Exposição de Motivos 1036 2017 MCTIC (0360002)
53900.002813/2016-22	Exposição de Motivos 930 2017 MCTIC (0356756)
53000.059283/2011-23	Exposição de Motivos 951 2017 MCTIC (0357346)
53900.061443/2015-84	Exposição de Motivos 929 2017 MCTIC (0356600)
53000.060033/2013-06	Exposição de Motivos 928 2017 MCTIC (0356495)
53900.042113/2015-90	Exposição de Motivos 842 2017 MCTIC (0345640)
53000.055723/2011-73	Exposição de Motivos 759 2017 MCTIC (0343798)
53000.059473/2011-41	Exposição de Motivos 869 2017 MCTIC (0332543)
53900.038993/2015-08	Exposição de Motivos 903 2017 MCTIC (0332220)
53000.056613/2013-91	Exposição de Motivos 922 2017 MCTIC (0331715)
53900.041793/2015-24	Exposição de Motivos 839 2017 MCTIC (0329895)
53000.058113/2011-21	Exposição de Motivos 826 2017 MCTIC (0328704)
53900.046763/2015-12	Exposição de Motivos 804 2017 MCTIC (0327211)
53900.005543/2014-40	Exposição de Motivos 792 2017 MCTIC (0327459)
53000.036553/2012-17	Exposição de Motivos 813 2017 MCTIC (0327472)
53000.003653/2013-30	Exposição de Motivos 660 2017 MCTIC (0323876)
53000.058083/2011-53	Exposição de Motivos 611 2017 MCTIC (0323512)
53000.056213/2011-13	Exposição de Motivos 579 2017 MCTIC (0322699)

53000.065763/2013-95	Exposição de Motivos 573 2017 MCTIC (0322566)
53900.006983/2014-14	Exposição de Motivos 734 2017 MCTIC (0321816)
53569.000463/2014-16	Exposição de Motivos 527 2017 MCTIC (0286647)
53000.051423/2012-04	Exposição de Motivos 535 2017 MCTIC (0279692)
53000.010093/2013-70	Exposição de Motivos 542 2017 MCTIC (0279756)
53000.058133/2011-01	Exposição de Motivos 367 2017 MCTIC (0280573)
53000.028473/2013-61	Exposição de Motivos 507 2017 MCTIC (0281135)
53000.049063/2007-13	Exposição de Motivos 234 2016 MCTIC (0257579)
53000.015823/2013-29	Exposição de Motivos 449 2017 MCTIC (0263620)
53000.070013/2013-35	Exposição de Motivos 508 2017 MCTIC (0274059)
53000.070233/2013-69	Exposição de Motivos 469 2017 MCTIC (0274412)
3900.005813/2014-12	Exposição de Motivos 498 2017 MCTIC (0276506)
53000.054603/2012-30	Exposição de Motivos 477 2017 MCTIC (0276396)
53000.055673/2012-13	Exposição de Motivos 397 2017 MCTIC (0282643)
53000.047873/2012-94	Exposição de Motivos 637 2017 MCTIC (0303419)
53000.021323/2012-45	Exposição de Motivos 622 2017 MCTIC (0303270)
53000.055763/2011-15	Exposição de Motivos 581 2017 MCTIC (0301991)
53000.058143/2011-38	Exposição de Motivos 639 2017 MCTIC (0303455)
53900.020573/2014-86	Exposição de Motivos 651 2017 MCTIC (0308618)
53000.056993/2012-82	Exposição de Motivos 688 2017 MCTIC (0311657)
53900.029293/2014-33	Exposição de Motivos 712 2017 MCTIC (0312222)
53000.065857/2011-01	Exposição de Motivos 486 2018 MCTIC (0875820)
53900.024997/2014-10	Exposição de Motivos 517 2018 MCTIC (0923704)

53000.030007/2005-35	Exposição de Motivos 456 2018 MCTIC (0838610)
53000.056217/2011-00	Exposição de Motivos 274 2017 MCTIC (0239697)
53000.007687/2014-84	Exposição de Motivos 194 2017 MCTIC (0263330)
53000.057297/2012-93	Exposição de Motivos 420 2017 MCTIC (0270041)
53000.030397/2012-72	Exposição de Motivos 553 2018 MCTIC (0944218)
53900.022527/2014-11	Exposição de Motivos 522 2018 MCTIC (0920398)
53000.059717/2011-95	Exposição de Motivos 342 2018 MCTIC (0732840)
53900.023727/2014-91	Exposição de Motivos 536 2018 MCTIC (0918334)
53900.034197/2015-98	Exposição de Motivos 401 2018 MCTIC (0795077)
53000.040197/2013-13	Exposição de Motivos 390 2018 MCTIC (0808583)
53000.062227/2013-38	Exposição de Motivos 490 2018 MCTIC (0875688)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53900.029947/2015-18	Exposição de Motivos 457 2017 MCTIC (0274169)
53000.058097/2011-77	Exposição de Motivos 638 2017 MCTIC (0303498)
53900.006047/2014-11	Exposição de Motivos 719 2017 MCTIC (0319454)
53000.039597/2011-18	Exposição de Motivos 404 2018 MCTIC (0795120)
53790.000407/2000-52	Exposição de Motivos 452 2018 MCTIC (0838598)
53000.058347/2013-31	Exposição de Motivos 450 2018 MCTIC (0838276)
53000.011767/2014-34	Exposição de Motivos 429 2018 MCTIC (0808649)
53900.015077/2015-91	Exposição de Motivos 427 2018 MCTIC (0808466)
53900.050577/2016-51	Exposição de Motivos 439 2018 MCTIC (0808419)
53000.007037/2013-58	Exposição de Motivos 393 2018 MCTIC (0765824)
53000.004357/2012-75	Exposição de Motivos 941 2017 MCTIC (0356473)
53900.045907/2016-96	Exposição de Motivos 407 2018 MCTIC (0794915)

53000.071797/2013-19	Exposição de Motivos 406 2018 MCTIC (0795022)
53900.045557/2016-68	Exposição de Motivos 363 2018 MCTIC (0764991)
53900.017337/2015-63	Exposição de Motivos 330 2018 MCTIC (0733897)
53900.017347/2015-07	Exposição de Motivos 337 2018 MCTIC (0733857)
53900.034487/2015-31	Exposição de Motivos 347 2018 MCTIC (0734130)
53000.057937/2012-65	Exposição de Motivos 323 2018 MCTIC (0733458)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53000.041397/2012-06	Exposição de Motivos 249 2018 MCTIC (0677069)
53000.058147/2011-16	Exposição de Motivos 214 2018 MCTIC (0677135)
53900.035797/2015-73	Exposição de Motivos 259 2018 MCTIC (0677214)
53900.050617/2015-83	Exposição de Motivos 212 2018 MCTIC (0676844)
53900.045447/2015-15	Exposição de Motivos 199 2018 MCTIC (0676838)
53900.050637/2015-54	Exposição de Motivos 269 2018 MCTIC (0676695)
53900.008677/2015-01	Exposição de Motivos 222 2018 MCTIC (0676649)
53000.003257/2014-93	Exposição de Motivos 143 2018 MCTIC (0676161)
53900.026027/2014-59	Exposição de Motivos 256 2018 MCTIC (0676143)
53900.017937/2015-21	Exposição de Motivos 230 2018 MCTIC (0675867)
53000.069977/2013-31	Exposição de Motivos 209 2018 MCTIC (0674122)
53000.007107/2013-78	Exposição de Motivos 264 2018 MCTIC (0673390)
53900.039587/2015-54	Exposição de Motivos 211 2018 MCTIC (0672293)
53900.004157/2014-31	Exposição de Motivos 187 2018 MCTIC (0653050)
53000.018567/2013-21	Exposição de Motivos 235 2017 MCTIC (0246289)
53000.045037/2013-56	Exposição de Motivos 217 2017 MCTIC (0245352)
53900.007957/2014-11	Exposição de Motivos 55 2018 MCTIC (0481563)

53900.047997/2015-79	Exposição de Motivos 158 2018 MCTIC (0583656)
53900.008967/2014-66	Exposição de Motivos 156 2018 MCTIC (0583858)
53900.048797/2015-33	Exposição de Motivos 155 2018 MCTIC (0583982)
53900.049257/2015-77	Exposição de Motivos 135 2018 MCTIC (0569323)
53900.009307/2014-01	Exposição de Motivos 108 2017 MCTIC (0556471)
53900.055547/2015-50	Exposição de Motivos 109 2018 MCTIC (0555947)
53000.050217/2012-79	Exposição de Motivos 88 2018 MCTIC (0527854)
53000.065557/2013-85	Exposição de Motivos 77 2018 MCTIC (0522537)
53000.068677/2013-34	Exposição de Motivos 87 2017 MCTIC (0523265)
53900.000757/2014-21	Exposição de Motivos 97 2018 MCTIC (0523287)
53000.015797/2013-39	Exposição de Motivos 94 2018 MCTIC (0523244)
53000.031927/2012-08	Exposição de Motivos 82 2018 MCTIC (0523176)
53000.034057/2003-20	Exposição de Motivos 32 2018 MCTIC (0483430)
53000.056247/2011-16	Exposição de Motivos 20 2018 MCTIC (0482565)
53000.005567/2013-61	Exposição de Motivos 18 2018 MCTIC (0482269)
53000.021797/2014-59	Exposição de Motivos 7 2018 MCTIC (0481398)
53000.015837/2013-42	Exposição de Motivos 10 2018 MCTIC (0481335)
53000.003387/2012-64	Exposição de Motivos 291 2017 MCTIC (0252697)
53000.043077/2012-82	Exposição de Motivos 428 2017 MCTIC (0262429)
53000.041617/2013-74	Exposição de Motivos 211 2017 MCTIC (0262479)
53000.058587/2011-73	Exposição de Motivos 1077 2017 MCTIC (0383253)
53000.006767/2012-51	Exposição de Motivos 1059 2017 MCTIC (0382276)
53000.057527/2011-33	Exposição de Motivos 1006 2017 MCTIC (0374429)

53000.039997/2012-04	Exposição de Motivos 943 2017 MCTIC (0373787)
53900.003577/2014-16	Exposição de Motivos 919 2017 MCTIC (0372278)
53900.001487/2014-74	Exposição de Motivos 925 2017 MCTIC (0372243)
53000.014127/2010-52	Exposição de Motivos 916 2017 MCTIC (0372106)
53000.071367/2013-05	Exposição de Motivos 188 2017 MCTIC (0358936)
53000.055757/2011-68	Exposição de Motivos 133 2017 MCTIC (0201350)
53000.052857/2011-32	Exposição de Motivos 1008 2017 MCTIC (0358660)
53900.040337/2016-48	Exposição de Motivos 945 2017 MCTIC (0356860)
53000.013347/2011-40	Exposição de Motivos 964 2017 MCTIC (0357829)
53900.002457/2015-66	Exposição de Motivos 797 2017 MCTIC (0344460)
53900.017327/2015-28	Exposição de Motivos 801 2017 MCTIC (0344417)
53000.055767/2011-01	Exposição de Motivos 908 2017 MCTIC (0332366)
53000.071647/2013-13	Exposição de Motivos 911 2017 MCTIC (0332505)
53000.020077/2012-12	Exposição de Motivos 893 2017 MCTIC (0332089)
53900.046737/2015-86	Exposição de Motivos 864 2017 MCTIC (0332091)
53000.058117/2011-18	Exposição de Motivos 902 2017 MCTIC (0332010)
53900.041797/2015-11	Exposição de Motivos 880 2017 MCTIC (0332240)
53900.047727/2015-68	Exposição de Motivos 838 2017 MCTIC (0329880)
53900.049087/2015-21	Exposição de Motivos 829 2017 MCTIC (0328769)
53900.047617/2015-04	Exposição de Motivos 831 2017 MCTIC (0328853)
53900.050647/2015-90	Exposição de Motivos 822 2017 MCTIC (0328628)
53000.061897/2013-37	Exposição de Motivos 791 2017 MCTIC (0327494)
53000.052747/2012-51	Exposição de Motivos 799 2017 MCTIC (0327504)
53000.056227/2011-37	Exposição de Motivos 800 2017 MCTIC (0327615)

53900.017267/2015-43	Exposição de Motivos 775 2017 MCTIC (0324162)
53000.020797/2013-51	Exposição de Motivos 777 2017 MCTIC (0324186)
53900.017067/2015-91	Exposição de Motivos 774 2017 MCTIC (0324130)
53000.007057/2013-29	Exposição de Motivos 755 2017 MCTIC (0323794)
53900.042147/2015-84	Exposição de Motivos 758 2017 MCTIC (0323380)
53000.058137/2011-81	Exposição de Motivos 760 2017 MCTIC (0323420)
53000.049727/2012-01	Exposição de Motivos 742 2017 MCTIC (0322403)
53900.021997/2014-68	Exposição de Motivos 733 2017 MCTIC (0321722)
53900.008337/2014-91	Exposição de Motivos 546 2017 MCTIC (0278146)
53000.017857/2013-58	Exposição de Motivos 224 2017 MCTIC (0267126)
53000.049117/2012-08	Exposição de Motivos 312 2017 MCTIC (0266425)
53000.006807/2013-45	Exposição de Motivos 448 2017 MCTIC (0263586)
53000.017967/2013-10	Exposição de Motivos 301 2017 MCTIC (0271086)
53900.009247/2014-18	Exposição de Motivos 528 2017 MCTIC (0273202)
53000.070507/2013-10	Exposição de Motivos 435 2017 MCTIC (0272809)
53000.029227/2012-45	Exposição de Motivos 463 2017 MCTIC (0274003)
53000.041817/2011-65	Exposição de Motivos 532 2017 MCTIC (0275286)
53000.000127/2013-18	Exposição de Motivos 485 2017 MCTIC (0276693)
53000.019647/2013-02	Exposição de Motivos 563 2017 MCTIC (0288048)
53900.017747/2014-23	Exposição de Motivos 383 2017 MCTIC (0282371)
53000.068877/2013-97	Exposição de Motivos 615 2017 MCTIC (0302563)
53000.000307/2014-81	Exposição de Motivos 604 2017 MCTIC (0302080)
53000.061497/2013-21	Exposição de Motivos 593 2017 MCTIC (0302315)
53000.062557/2013-23	Exposição de Motivos 605 2017 MCTIC (0302364)

53000.005447/2010-11	Exposição de Motivos 223 2016 MCTIC (0083781)
53900.003257/2014-41	Exposição de Motivos 653 2017 MCTIC (0308852)
53900.042127/2015-11	Exposição de Motivos 694 2017 MCTIC (0311518)
53900.041857/2015-97	Exposição de Motivos 691 2017 MCTIC (0311463)
53000.051427/2012-84	Exposição de Motivos 720 2017 MCTIC (0319461)
53900.049367/2015-39	Exposição de Motivos 668 2017 MCTIC (0309842)
53000.047027/2012-74	Exposição de Motivos 657 2017 MCTIC (0309680)
53000.055907/2013-03	Exposição de Motivos 661 2017 MCTIC (0309633)
53900.039719/2015-48	Exposição de Motivos 524 2017 MCTIC (0275247)
53000.028019/2012-29	Exposição de Motivos 466 2017 MCTIC (0276041)
53000.048669/2012-91	Exposição de Motivos 483 2017 MCTIC (0276629)
53900.006389/2014-23	Exposição de Motivos 534 2017 MCTIC (0287128)
53000.036049/2012-17	Exposição de Motivos 608 2017 MCTIC (0302499)
53000.007039/2013-47	Exposição de Motivos 586 2017 MCTIC (0302279)
53000.014269/2012-81	Exposição de Motivos 595 2017 MCTIC (0301695)
53000.009819/2014-11	Exposição de Motivos 585 2017 MCTIC (0301909)
53900.041679/2015-02	Exposição de Motivos 643 2017 MCTIC (0304114)
53000.056639/2012-58	Exposição de Motivos 644 2017 MCTIC (0304144)
53900.039649/2015-28	Exposição de Motivos 646 2017 MCTIC (0308464)
53000.015779/2013-57	Exposição de Motivos 654 2017 MCTIC (0308944)
53900.048239/2015-78	Exposição de Motivos 667 2017 MCTIC (0309927)
53000.070169/2013-16	Exposição de Motivos 663 2017 MCTIC (0309655)
53900.017339/2015-52	Exposição de Motivos 697 2017 MCTIC (0311949)
53000.059219/2013-12	- Exposição de Motivos 467 2018 MCTIC (0875494)
53000.057439/2011-31	- Exposição de Motivos 867 2017 MCTIC (0346288)

53900.041939/2015-31 - Exposição de Motivos 514 2018 MCTIC (0923928)
 53000.015829/2013-04 - Exposição de Motivos 443 2017 MCTIC (0272211)
 53000.064009/2013-38 - Exposição de Motivos 551 2018 MCTIC (0943983)
 53000.053969/2012-91 - Exposição de Motivos 1009 2017 MCTIC (0374481)
 53900.027759/2016-28 - Exposição de Motivos 540 2018 MCTIC (0918404)
 53000.059289/2011-09 - Exposição de Motivos 248 2017 MCTIC (0246474)
 53000.041679/2013-86 - Exposição de Motivos 474 2018 MCTIC (0845648)
 53000.046089/2012-69 - Exposição de Motivos 419 2018 MCTIC (0796181)
 53710.000749/2000-15 - Exposição de Motivos 453 2018 MCTIC (0845059)
 53000.028449/2009-45 - Exposição de Motivos 468 2018 MCTIC (0837880)
 53900.045489/2015-56 - Exposição de Motivos 442 2018 MCTIC (0837144)
 53900.003029/2016-31 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836698)
 53900.020099/2014-92 - Exposição de Motivos 424 2018 MCTIC (0808381)
 53900.062019/2015-57 - Exposição de Motivos 430 2018 MCTIC (0808327)
 53000.023809/2013-07 - Exposição de Motivos 432 2018 MCTIC (0808302)
 53900.046879/2015-43 - Exposição de Motivos 386 2018 MCTIC (0785111)
 53900.049709/2015-11 - Exposição de Motivos 394 2018 MCTIC (0785064)
 53900.011959/2016-69 - Exposição de Motivos 375 2018 MCTIC (0765035)
 53900.019629/2014-50 - Exposição de Motivos 370 2018 MCTIC (0764590)
 53000.070099/2013-04 - Exposição de Motivos 369 2018 MCTIC (0764449)
 53900.016399/2015-58 - Exposição de Motivos 324 2018 MCTIC (0733553)
 53900.012339/2016-47 - Exposição de Motivos 346 2018 MCTIC (0732695)
 53000.015799/2013-28 - Exposição de Motivos 281 2018 MCTIC (0703199)
 53900.049739/2015-27 - Exposição de Motivos 296 2018 MCTIC (0702519)
 53000.075619/2013-67 - Exposição de Motivos 306 2018 MCTIC (0702569)
 53900.005039/2014-41 - Exposição de Motivos 273 2018 MCTIC (0703141)
 53900.041859/2015-86 - Exposição de Motivos 308 2018 MCTIC (0702917)
 53000.060089/2011-91 - Exposição de Motivos 307 2018 MCTIC (0702680)
 53900.029509/2014-61 - Exposição de Motivos 262 2018 MCTIC (0682072)
 53000.057909/2011-67 - Exposição de Motivos 206 2018 MCTIC (0677211)
 53900.031989/2014-20 - Exposição de Motivos 207 2018 MCTIC (0676319)
 53900.016239/2014-28 - Exposição de Motivos 223 2018 MCTIC (0674392)
 53900.011529/2016-47 - Exposição de Motivos 164 2018 MCTIC (0583699)
 53000.050129/2012-77 - Exposição de Motivos 198 2018 MCTIC (0652447)
 53900.018279/2014-12 - Exposição de Motivos 216 2018 MCTIC (0672536)
 53900.017279/2015-78 - Exposição de Motivos 120 2018 MCTIC (0556709)
 53000.041399/2012-97 - Exposição de Motivos 1019 2017 MCTIC (0361470)
 53680.000099/1998-36 - Exposição de Motivos 50 2018 MCTIC (0481209)
 53900.017059/2015-44 - Exposição de Motivos 114 2018 MCTIC (0556651)
 53000.050829/2011-81 - Exposição de Motivos 65 2018 MCTIC (0527570)
 53900.050709/2015-63 - Exposição de Motivos 13 2018 MCTIC (0481473)
 53000.071349/2013-15 - Exposição de Motivos 23 2018 MCTIC (0483124)
 53000.070749/2013-11 - Exposição de Motivos 85 2018 MCTIC (0523217)
 53000.063589/2012-65 - Exposição de Motivos 3 2018 MCTIC (0481509)
 53000.065289/2012-11 - Exposição de Motivos 425 2017 MCTIC (0262571)
 53000.059079/2011-11 - Exposição de Motivos 1042 2017 MCTIC (0382071)
 53000.006409/2009-42 - Exposição de Motivos 243 2017 MCTIC (0261344)
 53000.050949/2012-69 - Exposição de Motivos 986 2017 MCTIC (0374381)
 53000.067009/2011-28 - Exposição de Motivos 1078 2017 MCTIC (0383287)
 53900.038549/2014-01 - Exposição de Motivos 1025 2017 MCTIC (0361193)
 53000.001359/2014-74 - Exposição de Motivos 292 2018 MCTIC (0701572)
 53900.011859/2016-32 - Exposição de Motivos 1068 2017 MCTIC (0382395)

53900.046499/2015-17 - Exposição de Motivos 983 2017 MCTIC (0374418)
 53900.009349/2014-33 - Exposição de Motivos 921 2017 MCTIC (0372284)
 53900.007769/2015-66 - Exposição de Motivos 975 2017 MCTIC (0374053)
 53000.059679/2011-71 - Exposição de Motivos 1065 2017 MCTIC (0382287)
 53000.003089/2010-11 - Exposição de Motivos 240 2016 EXM MCTIC (0131371)
 53000.044199/2011-13 - Exposição de Motivos 891 2017 MCTIC (0347578)
 53000.066549/2011-94 - Exposição de Motivos 997 2017 MCTIC (0358493)
 53000.001639/2012-11 - Exposição de Motivos 1013 2017 MCTIC (0358719)
 53000.032529/2011-10 - Exposição de Motivos 966 2017 MCTIC (0357821)
 53000.055769/2011-92 - Exposição de Motivos 952 2017 MCTIC (0357553)
 53000.043819/2013-51 - Exposição de Motivos 773 2017 MCTIC (0344082)
 53000.056619/2011-04 - Exposição de Motivos 795 2017 MCTIC (0345308)
 53900.048779/2015-51 - Exposição de Motivos 862 2017 MCTIC (0332033)
 53900.017409/2014-91 - Exposição de Motivos 781 2017 MCTIC (0344557)
 53900.039579/2015-16 - Exposição de Motivos 806 2017 MCTIC (0327249)
 53900.020989/2014-02 - Exposição de Motivos 959 2017 MCTIC (0334513)
 53900.009909/2015-31 - Exposição de Motivos 885 2017 MCTIC (0332256)
 53900.050619/2015-72 - Exposição de Motivos 861 2017 MCTIC (0332323)
 53000.051419/2012-38 - Exposição de Motivos 924 2017 MCTIC (0332301)
 53900.048009/2015-17 - Exposição de Motivos 837 2017 MCTIC (0329854)
 53000.007329/2014-71 - Exposição de Motivos 789 2017 MCTIC (0327355)
 53000.006879/2013-92 - Exposição de Motivos 782 2017 MCTIC (0326984)
 53000.058099/2011-66 - Exposição de Motivos 707 2017 MCTIC (0324561)
 53000.058119/2011-07 - Exposição de Motivos 708 2017 MCTIC (0324468)
 53000.009899/2013-15 - Exposição de Motivos 686 2017 MCTIC (0323969)
 53000.071599/2013-55 - Exposição de Motivos 598 2017 MCTIC (0323094)
 53900.016739/2015-41 - Exposição de Motivos 730 2017 MCTIC (0321686)
 53900.046389/2015-47 - Exposição de Motivos 732 2017 MCTIC (0321643)
 53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
 53900.041776/2015-97 - Exposição de Motivos 738 2017 MCTIC (0321984)
 53000.034243/2010-98 - Exposição de Motivos 374 2018 MCTIC (0959907)
 53000.019200/2010-82 - Exposição de Motivos 65 2017 MCTIC (0140598)
 53900.023990/2016-42 - Exposição de Motivos 1064 2017 MCTIC (0382367)
 53000.073920/2013-36 - Exposição de Motivos 992 2017 MCTIC (0375706)
 53900.012810/2014-35 - Exposição de Motivos 970 2017 MCTIC (0373991)
 53900.008480/2014-83 - Exposição de Motivos 938 2017 MCTIC (0373602)
 53000.028900/2013-19 - Exposição de Motivos 933 2017 MCTIC (0373148)
 53900.050050/2016-26 - Exposição de Motivos 946 2017 MCTIC (0356836)
 53000.036560/2012-19 - Exposição de Motivos 947 2017 MCTIC (0357082)
 53000.057910/2011-91 - Exposição de Motivos 955 2017 MCTIC (0357847)
 53000.033060/2013-06 - Exposição de Motivos 950 2017 MCTIC (0357843)
 53900.041780/2015-55 - Exposição de Motivos 899 2017 MCTIC (0332372)
 53900.041490/2015-10 - Exposição de Motivos 793 2017 MCTIC (0344522)
 53000.059620/2012-63 - Exposição de Motivos 796 2017 MCTIC (0344568)
 53000.058130/2011-69 - Exposição de Motivos 772 2017 MCTIC (0344120)
 53000.070500/2013-06 - Exposição de Motivos 766 2017 MCTIC (0343966)
 53900.047620/2015-10 - Exposição de Motivos 879 2017 MCTIC (0332013)
 53900.009190/2014-57 - Exposição de Motivos 905 2017 MCTIC (0332156)
 53900.008250/2015-03 - Exposição de Motivos 850 2017 MCTIC (0329788)
 53000.059330/2011-39 - Exposição de Motivos 828 2017 MCTIC (0328856)
 53900.047630/2015-55 - Exposição de Motivos 802 2017 MCTIC (0327331)
 53000.065280/2012-18 - Exposição de Motivos 812 2017 MCTIC (0327513)

53000.006880/2013-17 - Exposição de Motivos 682 2017 MCTIC (0323626)
53000.019020/2014-24 - Exposição de Motivos 664 2017 MCTIC (0323238)
53000.012480/2013-41 - Exposição de Motivos 767 2017 MCTIC (0323552)
53000.059290/2011-25 - Exposição de Motivos 590 2017 MCTIC (0322937)
53000.058080/2011-10 - Exposição de Motivos 591 2017 MCTIC (0322862)
53900.011550/2014-81 - Exposição de Motivos 746 2017 MCTIC (0322446)
53000.012760/2013-59 - Exposição de Motivos 120 2017 MCTIC (0231085)
53000.043110/2011-93 - Exposição de Motivos 510 2017 MCTIC (0278667)
53000.031930/2012-13 - Exposição de Motivos 389 2017 MCTIC (0280870)
53000.056150/2012-86 - Exposição de Motivos 412 2017 MCTIC (0270064)
53000.002360/2012-54 - Exposição de Motivos 407 2017 MCTIC (0268087)
53000.021870/2013-10 - Exposição de Motivos 447 2017 MCTIC (0272000)
53900.036160/2014-13 - Exposição de Motivos 433 2017 MCTIC (0272868)
53000.071350/2013-40 - Exposição de Motivos 431 2017 MCTIC (0272899)
53000.045180/2012-67 - Exposição de Motivos 459 2017 MCTIC (0274263)
53000.041590/2013-10 - Exposição de Motivos 475 2017 MCTIC (0274379)
53000.059200/2013-68 - Exposição de Motivos 526 2017 MCTIC (0275265)
53000.056640/2013-63 - Exposição de Motivos 474 2017 MCTIC (0276132)
53000.008640/2012-76 - Exposição de Motivos 562 2017 MCTIC (0288057)
53900.037910/2015-55 - Exposição de Motivos 620 2017 MCTIC (0302533)
53900.007240/2014-61 - Exposição de Motivos 617 2017 MCTIC (0302554)
53000.049480/2012-15 - Exposição de Motivos 616 2017 MCTIC (0302681)
53000.040750/2013-11 - Exposição de Motivos 640 2017 MCTIC (0303524)
53000.056380/2012-45 - Exposição de Motivos 695 2017 MCTIC (0311678)
53900.034780/2015-07 - Exposição de Motivos 673 2017 MCTIC (0310160)
53000.031940/2012-59 - Exposição de Motivos 699 2017 MCTIC (0312090)
53900.042150/2015-06 - Exposição de Motivos 725 2017 MCTIC (0319898)
53000.055770/2011-17 - Exposição de Motivos 721 2017 MCTIC (0319434)
53000.036340/2012-87 - Exposição de Motivos 395 2018 MCTIC (0784729)
53900.017950/2015-81 - Exposição de Motivos 359 2018 MCTIC (0764728)
53900.005510/2016-61 - Exposição de Motivos 368 2018 MCTIC (0744467)
53000.027470/2009-23 - Exposição de Motivos 341 2018 MCTIC (0732925)
53000.041580/2010-31 - Exposição de Motivos 354 2018 MCTIC (0732169)
53900.007550/2014-86 - Exposição de Motivos 289 2018 MCTIC (0732215)
53900.016180/2015-59 - Exposição de Motivos 274 2018 MCTIC (0703266)
53900.048000/2015-06 - Exposição de Motivos 299 2018 MCTIC (0702472)
53000.043380/2012-85 - Exposição de Motivos 257 2018 MCTIC (0676938)
53900.038370/2016-16 - Exposição de Motivos 243 2018 MCTIC (0676745)
53000.067110/2011-89 - Exposição de Motivos 244 2018 MCTIC (0676275)
53900.023980/2014-45 - Exposição de Motivos 268 2018 MCTIC (0676085)
53900.017320/2015-14 - Exposição de Motivos 227 2018 MCTIC (0675707)
53900.009880/2014-14 - Exposição de Motivos 272 2018 MCTIC (0673749)
53900.005950/2016-19 - Exposição de Motivos 266 2018 MCTIC (0673809)
53900.013950/2014-21 - Exposição de Motivos 195 2018 MCTIC (0653239)
53900.049220/2015-49 - Exposição de Motivos 185 2018 MCTIC (0653293)
53900.041650/2015-12 - Exposição de Motivos 181 2018 MCTIC (0587806)
53900.020670/2014-79 - Exposição de Motivos 161 2018 MCTIC (0585794)
53900.006330/2014-35 - Exposição de Motivos 157 2018 MCTIC (0583737)
53000.014020/2013-57 - Exposição de Motivos 149 2018 MCTIC (0583950)
53900.009140/2014-70 - Exposição de Motivos 137 2018 MCTIC (0569540)
53000.058120/2011-23 - Exposição de Motivos 80 2018 MCTIC (0527614)
53900.016430/2015-51 - Exposição de Motivos 102 2018 MCTIC (0523399)

53900.017160/2015-03 - Exposição de Motivos 89 2018 MCTIC (0523391)
53000.027270/2013-57 - Exposição de Motivos 71 2018 MCTIC (0521468)
53000.071620/2013-12 - Exposição de Motivos 22 2018 MCTIC (0483046)
53900.000200/2016-51 - Exposição de Motivos 30 2018 MCTIC (0483417)
53000.005800/2014-97 - Exposição de Motivos 17 2018 MCTIC (0482103)
53000.070120/2013-63 - Exposição de Motivos 8 2018 MCTIC (0481245)
53900.048226/2015-07 - Exposição de Motivos 527 2018 MCTIC (0920430)
53000.016596/2013-59 - Exposição de Motivos 518 2018 MCTIC (0922120)
53000.026836/2011-61 - Exposição de Motivos 477 2018 MCTIC (0845202)
53000.053176/2013-53 - Exposição de Motivos 314 2017 MCTIC (0271104)
53900.007246/2014-39 - Exposição de Motivos 410 2017 MCTIC (0268151)
53900.003786/2014-43 - Exposição de Motivos 494 2018 MCTIC (0876622)
53000.037836/2011-97 - Exposição de Motivos 493 2018 MCTIC (0876581)
53900.017326/2015-83 - Exposição de Motivos 726 2017 MCTIC (0319958)
53000.065326/2013-71 - Exposição de Motivos 482 2018 MCTIC (0845690)
53900.024846/2015-42 - Exposição de Motivos 415 2018 MCTIC (0795336)
53000.063406/2011-21 - Exposição de Motivos 998 2017 MCTIC (0358757)
53000.004676/2014-42 - Exposição de Motivos 463 2018 MCTIC (0837220)
53000.000416/2009-31 - Exposição de Motivos 466 2918 MCTIC (0837237)
53000.049916/2013-57 - Exposição de Motivos 448 2018 MCTIC (0836774)
53000.070826/2013-25 - Exposição de Motivos 443 2018 MCTIC (0836864)
53000.042696/2011-79 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836908)
53900.055346/2015-52 - Exposição de Motivos 458 2018 MCTIC (0837006)
53000.011766/2014-90 - Exposição de Motivos 428 2018 MCTIC (0808654)
53000.007916/2014-61 - Exposição de Motivos 417 2018 MCTIC (0796217)
53000.006816/2013-36 - Exposição de Motivos 416 2018 MCTIC (0795674)
53900.002856/2015-27 - Exposição de Motivos 409 2018 MCTIC (0794322)
53900.017286/2015-70 - Exposição de Motivos 384 2018 MCTIC (0785304)
53000.070736/2013-34 - Exposição de Motivos 380 2018 MCTIC (0784961)
53900.048776/2015-18 - Exposição de Motivos 367 2018 MCTIC (0765409)
53900.045626/2016-33 - Exposição de Motivos 366 2018 MCTIC (0765005)
53900.020036/2015-17 - Exposição de Motivos 334 2018 MCTIC (0733960)
53900.022496/2015-80 - Exposição de Motivos 333 2018 MCTIC (0734102)
53900.011676/2014-55 - Exposição de Motivos 278 2018 MCTIC (0703082)
53900.042136/2015-02 - Exposição de Motivos 297 2018 MCTIC (0702417)
53000.047896/2013-80 - Exposição de Motivos 305 2018 MCTIC (0702638)
53900.048786/2015-53 - Exposição de Motivos 228 2018 MCTIC (0676467)
53900.017866/2015-67 - Exposição de Motivos 221 2018 MCTIC (0675815)
53000.003536/2013-76 - Exposição de Motivos 202 2018 MCTIC (0672189)
53900.053766/2016-85 - Exposição de Motivos 194/2018 MCTIC (0652416)
53000.068096/2013-01 - Exposição de Motivos 223 2017 MCTIC (0246081)
53900.000576/2014-11 - Exposição de Motivos 270 2017 MCTIC (0246007)
53900.050256/2015-75 - Exposição de Motivos 178 2018 MCTIC (0587455)
53000.066606/2013-05 - Exposição de Motivos 177 2018 MCTIC (0588040)
53900.017136/2015-66 - Exposição de Motivos 133 2018 MCTIC (0569180)
53000.058466/2011-21 - Exposição de Motivos 131 2018 MCTIC (0569167)
53900.034256/2015-28 - Exposição de Motivos 105 2018 MCTIC (0555741)
53900.017156/2015-37 - Exposição de Motivos 123 2018 MCTIC (0556620)
53000.058106/2011-20 - Exposição de Motivos 110 2018 MCTIC (0556566)
53900.007846/2015-88 - Exposição de Motivos 60 2018 MCTIC (0556136)
53900.049346/2015-13 - Exposição de Motivos 100 2018 MCTIC (0523525)
53000.056216/2011-57 - Exposição de Motivos 98 2018 MCTIC (0523585)

53000.067636/2013-21 - Exposição de Motivos 73 2018 MCTIC (0521350)
 53000.062556/2013-89 - Exposição de Motivos 72 2018 MCTIC (0521613)
 53000.059736/2013-83 - Exposição de Motivos 45 2018 MCTIC (0484303)
 53000.050216/2012-24 - Exposição de Motivos 46 2018 MCTIC (0484161)
 53000.050186/2011-75 - Exposição de Motivos 39 2018 MCTIC (0483089)
 53000.029836/2013-85 - Exposição de Motivos 35 2018 MCTIC (0483254)
 53900.078146/2015-78 - Exposição de Motivos 28 2018 MCTIC (0483329)
 53000.057226/2011-18 - Exposição de Motivos 21 2018 MCTIC (0482777)
 53000.052326/2012-21 - Exposição de Motivos 4 2018 MCTIC (0481625)
 53900.049266/2015-68 - Exposição de Motivos 12 2018 MCTIC (0481490)
 53000.004356/2012-21 - Exposição de Motivos 1082 2017 MCTIC (0383414)
 53900.000766/2016-82 - Exposição de Motivos 1086 2017 MCTIC (0383045)
 53900.042116/2015-23 - Exposição de Motivos 976 2017 MCTIC (0374072)
 53900.046836/2015-68 - Exposição de Motivos 981 2017 MCTIC (0374366)
 53000.070526/2013-46 - Exposição de Motivos 962 2017 MCTIC (0373906)
 53000.055766/2011-59 - Exposição de Motivos 934 2017 MCTIC (0373371)
 53000.005496/2008-30 - Exposição de Motivos 1027 2017 MCTIC (0361295)
 53000.025416/2013-20 - Exposição de Motivos 1026 2017 MCTIC (0361697)
 53000.065796/2013-35 - Exposição de Motivos 070 2017 MCTIC (0358870)
 53000.001866/2009-41 - Exposição de Motivos 892 2017 MCTIC (0347634)
 53000.039926/2013-84 - Exposição de Motivos 870 2017 MCTIC (0346418)
 53000.058116/2011-65 - Exposição de Motivos 846 2017 MCTIC (0346053)
 53900.005056/2014-87 - Exposição de Motivos 840 2017 MCTIC (0345633)
 53000.055726/2012-98 - Exposição de Motivos 785 2017 MCTIC (0344751)
 53000.020796/2013-14 - Exposição de Motivos 765 2017 MCTIC (0343702)
 53000.054986/2012-46 - Exposição de Motivos 901 2017 MCTIC (0332492)
 53000.057916/2011-69 - Exposição de Motivos 909 2017 MCTIC (0332549)
 53900.046846/2015-01 - Exposição de Motivos 855 2017 MCTIC (0332233)
 53900.034546/2015-71 - Exposição de Motivos 841 2017 MCTIC (0329901)
 53900.046496/2015-75 - Exposição de Motivos 833 2017 MCTIC (0328812)
 53900.017336/2015-19 - Exposição de Motivos 808 2017 MCTIC (0327021)
 53900.020946/2014-19 - Exposição de Motivos 809 2017 MCTIC (0327443)
 53900.029926/2015-94 - Exposição de Motivos 807 2017 MCTIC (0326946)
 53000.061976/2013-48 - Exposição de Motivos 713 2017 MCTIC (0324391)
 53900.015016/2015-24 - Exposição de Motivos 599 2017 MCTIC (0322985)
 53000.070516/2013-19 - Exposição de Motivos 716 2017 MCTIC (0322954)
 53000.031936/2012-91 - Exposição de Motivos 749 2017 MCTIC (0322465)
 53000.006656/2013-25 - Exposição de Motivos 681 2017 MCTIC (0321697)
 53900.061306/2015-40 - Exposição de Motivos 121 2017 MCTIC (0231043)
 53900.017866/2014-86 - Exposição de Motivos 509 2017 MCTIC (0278359)
 53000.058076/2011-51 - Exposição de Motivos 382 2017 MCTIC (0280136)
 53000.054476/2012-79 - Exposição de Motivos 398 2017 MCTIC (0280326)
 53000.011716/2013-21 - Exposição de Motivos 549 2017 MCTIC (0281105)
 53000.068456/2013-66 - Exposição de Motivos 202 2017 MCTIC (0270312)
 53000.024276/2012-91 - Exposição de Motivos 252 2017 MCTIC (0266637)
 53900.034526/2015-09 - Exposição de Motivos 337 2017 MCTIC (0263378)
 53000.052576/2012-61 - Exposição de Motivos 455 2017 MCTIC (0272317)
 53000.057706/2012-51 - Exposição de Motivos 451 2017 MCTIC (0274001)
 53900.001546/2014-12 - Exposição de Motivos 550 2017 MCTIC (0275059)
 53000.046516/2011-28 - Exposição de Motivos 471 2017 MCTIC (0276250)
 53000.047886/2011-82 - Exposição de Motivos 489 2017 MCTIC (0276467)
 53000.065566/2013-76 - Exposição de Motivos 494 2017 MCTIC (0276464)

53900.006386/2014-90 - Exposição de Motivos 490 2017 MCTIC (0277800)
53000.007056/2013-84 - Exposição de Motivos 561 2017 MCTIC (0288082)
53000.015816/2013-27 - Exposição de Motivos 687 2017 MCTIC (0311291)
53000.063176/2012-81 - Exposição de Motivos 674 2017 MCTIC (0310173)
53000.075026/2013-09 - Exposição de Motivos 658 2017 MCTIC (0309598)
53000.043084/2012-84 - Exposição de Motivos 529 2017 MCTIC (0287146)
53000.026544/2011-29 - Exposição de Motivos 332 2017 MCTIC (0285817)
53000.064284/2010-17 - Exposição de Motivos 369 2017 MCTIC (0281344)
53000.024854/2013-71 - Exposição de Motivos 633 2017 MCTIC (0303388)
53000.058104/2011-31 - Exposição de Motivos 628 2017 MCTIC (0303107)
53000.041034/2013-43 - Exposição de Motivos 629 2017 MCTIC (0303205)
53000.029374/2013-04 - Exposição de Motivos 621 2017 MCTIC (0303217)
53900.001804/2014-52 - Exposição de Motivos 601 2017 MCTIC (0302096)
53000.057044/2013-09 - Exposição de Motivos 600 2017 MCTIC (0302345)
53000.017204/2013-79 - Exposição de Motivos 606 2017 MCTIC (0302407)
53000.003434/2014-31 - Exposição de Motivos 582 2017 MCTIC (0301851)
53900.036274/2015-44 - Exposição de Motivos 647 2017 MCTIC (0308500)
53900.003524/2015-60 - Exposição de Motivos 648 2017 MCTIC (0308543)
53900.006344/2014-59 - Exposição de Motivos 652 2017 MCTIC (0308650)
53900.039554/2015-12 - Exposição de Motivos 679 2017 MCTIC (0311456)
53000.056624/2011-17 - Exposição de Motivos 659 2017 MCTIC (0309608)
53000.000634/2013-51 - Exposição de Motivos 703 2017 MCTIC (0312137)
53000.057704/2012-62 - Exposição de Motivos 76 2018 MCTIC (0527529)
53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
53900.017294/2015-16 - Exposição de Motivos 464 2017 MCTIC (0274123)
53000.056644/2011-80 - Exposição de Motivos 462 2017 MCTIC (0274523)
53000.047754/2013-12 - Exposição de Motivos 473 2017 MCTIC (0274544)
53900.007754/2014-17 - Exposição de Motivos 551 2017 MCTIC (0275107)
53000.049664/2012-85 - Exposição de Motivos 530 2017 MCTIC (0275268)
53000.065174/2012-26 - Exposição de Motivos 488 2017 MCTIC (0276350)
53000.058124/2011-10 - Exposição de Motivos 495 2017 MCTIC (0276793)
53000.031924/2012-66 - Exposição de Motivos 564 2017 MCTIC (0288218)
53000.014914/2013-47 - Exposição de Motivos 559 2017 MCTIC (0287358)
53000.021334/2013-14 - Exposição de Motivos 558 2017 MCTIC (0287196)
53900.002094/2014-88 - Exposição de Motivos 739 2017 MCTIC (0322005)
53900.003474/2014-31 - Exposição de Motivos 736 2017 MCTIC (0321857)
53000.056194/2013-97 - Exposição de Motivos 203 2017 MCTIC (0228364)
53000.058734/2012-96 - Exposição de Motivos 543 2017 MCTIC (0278264)
53000.057904/2011-34 - Exposição de Motivos 553 2017 MCTIC (0279688)
53000.070514/2013-11 - Exposição de Motivos 547 2017 MCTIC (0279720)
53000.039604/2007-97 - Exposição de Motivos 368 2017 MCTIC (0280177)
53000.057914/2011-70 - Exposição de Motivos 349 2017 MCTIC (0280450)
53000.069974/2013-05 - Exposição de Motivos 548 2017 MCTIC (0281204)
53000.003804/2013-50 - Exposição de Motivos 432 2017 MCTIC (0272628)
53900.003004/2014-76 - Exposição de Motivos 836 2017 MCTIC (0328793)
53900.048244/2015-81 - Exposição de Motivos 830 2017 MCTIC (0328813)
53000.025604/2012-77 - Exposição de Motivos 783 2017 MCTIC (0327039)
53000.062554/2013-90 - Exposição de Motivos 788 2017 MCTIC (0327259)
53000.017094/2013-45 - Exposição de Motivos 769 2017 MCTIC (0324607)
53000.007034/2013-14 - Exposição de Motivos 684 2017 MCTIC (0324031)
53000.007674/2014-13 - Exposição de Motivos 676 2017 MCTIC (0323272)
53000.007104/2013-34 - Exposição de Motivos 596 2017 MCTIC (0322906)

53000.059764/2010-58 - Exposição de Motivos 580 2017 MCTIC (0322770)
 53000.056954/2012-85 - Exposição de Motivos 741 2017 MCTIC (0322174)
 53900.039644/2015-03 - Exposição de Motivos 803 2017 MCTIC (0345516)
 53000.031934/2012-00 - Exposição de Motivos 794 2017 MCTIC (0345294)
 53000.046474/2012-14 - Exposição de Motivos 912 2017 MCTIC (0332009)
 53900.014134/2015-15 - Exposição de Motivos 872 2017 MCTIC (0332146)
 53900.034554/2015-18 - Exposição de Motivos 856 2017 MCTIC (0332205)
 53000.057214/2011-85 - Exposição de Motivos 894 2017 MCTIC (0331931)
 53000.067714/2013-97 - Exposição de Motivos 915 2017 MCTIC (0331705)
 53000.062334/2013-66 - Exposição de Motivos 847 2017 MCTIC (0329940)
 53900.025954/2015-32 - Exposição de Motivos 845 2017 MCTIC (0329839)
 53000.059284/2011-78 - Exposição de Motivos 825 2017 MCTIC (0328678)
 53000.073494/2013-31 - Exposição de Motivos 1062 2017 MCTIC (0382352)
 53000.005244/2012-97 - Exposição de Motivos 1040 2017 MCTIC (0381897)
 53000.042814/2013-19 - Exposição de Motivos 979 2017 MCTIC (0374191)
 53000.056644/2012-61 - Exposição de Motivos 978 2017 MCTIC (0374168)
 53000.069884/2013-14 - Exposição de Motivos 932 2017 MCTIC (0373154)
 53000.027624/2012-82 - Exposição de Motivos 926 2017 MCTIC (0372163)
 53000.008174/2012-29 - Exposição de Motivos 1023 2017 MCTIC (0360829)
 53000.058924/2012-11 - Exposição de Motivos 886 2017 MCTIC (0346677)
 53000.064084/2012-18 - Exposição de Motivos 871 2017 MCTIC (0346564)
 53000.067904/2013-12 - Exposição de Motivos 881 2017 MCTIC (0346643)
 53900.049094/2015-22 - Exposição de Motivos 117 2018 MCTIC (0554330)
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
 53000.013444/2010-51 - Exposição de Motivos 918 2017 MCTIC (0372147)
 53000.045554/2013-25 - Exposição de Motivos 81 2018 MCTIC (0523079)
 53900.048224/2015-18 - Exposição de Motivos 92 2018 MCTIC (0523434)
 53000.039184/2013-97 - Exposição de Motivos 96 2018 MCTIC (0523590)
 53000.018934/2013-97 - Exposição de Motivos 64 2018 MCTIC (0521368)
 53900.011474/2014-11 - Exposição de Motivos 56 2018 MCTIC (0481150)
 53000.001524/2001-73 - Exposição de Motivos 153/2016 (0037790)
 53000.008854/2012-42 - Exposição de Motivos 1095 2017 MCTIC (0383607)
 53000.061475/2011-08 - Exposição de Motivos 483 2018 MCTIC (0845098)
 53000.037545/2012-80 - Exposição de Motivos 451 2018 MCTIC (0837119)
 53900.016795/2015-85 - Exposição de Motivos 339 2018 MCTIC (0733769)
 53000.022735/2012-01 - Exposição de Motivos 344 2018 MCTIC (0732889)
 53900.043275/2015-45 - Exposição de Motivos 336 2018 MCTIC (0732952)
 53900.046475/2015-50 - Exposição de Motivos 350 2018 MCTIC (0732843)
 53900.046725/2015-51 - Exposição de Motivos 351 2018 MCTIC (0732784)
 53900.047355/2015-70 - Exposição de Motivos 275 2018 MCTIC (0703173)
 53900.016805/2015-82 - Exposição de Motivos 294 2018 MCTIC (0702222)
 53000.022715/2012-21 - Exposição de Motivos 242 2018 MCTIC (0677098)
 53000.048845/2013-75 - Exposição de Motivos 265 2018 MCTIC (0677186)
 53000.041395/2012-17 - Exposição de Motivos 252 2018 MCTIC (0677222)
 53900.046555/2015-13 - Exposição de Motivos 210 2018 MCTIC (0676692)

 53000.052465/2011-73 - Exposição de Motivos 250 2018 MCTIC (0676561)
 53900.038365/2016-03 - Exposição de Motivos 239 2018 MCTIC (0676488)
 53000.007685/2014-95 - Exposição de Motivos 208 2018 MCTIC (0673503)
 53900.047995/2015-80 - Exposição de Motivos 219 2018 MCTIC (0672423)
 53770.000815/2002-12 - Exposição de Motivos 129 2018 MCTIC (0569306)
 53000.038735/2007-57 - Exposição de Motivos 897 2017 MCTIC (0347655)
 53830.001345/1997-80 - Exposição de Motivos 49 2018 MCTIC (0481248)
 53900.029945/2015-11 - Exposição de Motivos 152 2018 MCTIC (0585829)

53000.051425/2012-95 - Exposição de Motivos 162 2018 MCTIC (0583804)
 53000.058135/2011-91 - Exposição de Motivos 79 2018 MCTIC (0527723)
 53000.056215/2011-11 - Exposição de Motivos 78 2018 MCTIC (0527689)
 53000.045645/2013-61 - Exposição de Motivos 69 2018 MCTIC (0521418)
 53000.052005/2013-15 - Exposição de Motivos 67 2018 MCTIC (0521819)
 53000.021295/2013-47 - Exposição de Motivos 74 2018 MCTIC (0521936)
 53900.029902/2015-35 --- Exposição de Motivos 360 2018 MCTIC (0765180)
 53900.016132/2016-41--- Exposição de Motivos 373 2018 MCTIC (0764577)
 53900.038342/2016-91--- Exposição de Motivos 321 2018 MCTIC (0733707)
 53900.046422/2015-39---Exposição de Motivos 335 2018 MCTIC (0732876)
 53900.048812/2015-43---Exposição de Motivos 279 2018 MCTIC (0703215)
53000.020902/2012-71--- Exposição de Motivos 312 2018 MCTIC (0702864)
 53900.049962/2015-74---Exposição de Motivos 293 2018 MCTIC (0702170)
 53900.002972/2015-46---Exposição de Motivos 263 2018 MCTIC (0676991)
 53000.067112/2011-78--- Exposição de Motivos 171 2018 MCTIC (0676181)
 53900.016392/2015-36--- Exposição de Motivos 261 2018 MCTIC (0674459)
 53000.005022/2011-93---Exposição de Motivos 267 2018 MCTIC (0673261)
 53000.015432/2013-12-- Exposição de Motivos 159 2018 MCTIC (0584416)
 53000.054912/2010-48--- Exposição de Motivos 128 2018 MCTIC (0568453)
 53900.047532/2016-07--- Exposição de Motivos 104 2018 MCTIC (0553386)
 53000.006952/2013-26 --- Exposição de Motivos 91 2018 MCTIC (0523452)
 53900.029912/2015-71--- Exposição de Motivos 101 2018 MCTIC (0523442)
 53000.044722/2011-01 --- Exposição de Motivos 34 2018 MCTIC (0483504)
 53000.057872/2010-96 --- Exposição de Motivos 43 2018 MCTIC (0483044)
 53000.014702/2012-89-- Exposição de Motivos 19 2018 MCTIC (0482374)
 53000.008922/2012-73 --- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
 53900.000192/2016-42 --- Exposição de Motivos 1089 2017 MCTIC (0383189)
 53900.023982/2016-04--- Exposição de Motivos 1083 2017 MCTIC (0382822)
 53900.000562/2016-41--- Exposição de Motivos 1070 2017 MCTIC (0382537)
 53900.041642/2015-76--- Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
 53000.015612/2013-96--Exposição de Motivos 942 2017 MCTIC (0373644)
 53900.021042/2014-19-- Exposição de Motivos 927 2017 MCTIC (0372132)
 53000.060442/2012-13-- Exposição de Motivos 751 2017 MCTIC (0322432)
 53000.011502/2010-11---Exposição de Motivos 1033 2017 MCTIC (0360901)
 53000.051422/2012-51--- Exposição de Motivos 940 2017 MCTIC (0357320)
 53000.029232/2008-71--- Exposição de Motivos 953 2017 MCTIC (0357667)
 53000.006812/2013-58--- Exposição de Motivos 868 2017 MCTIC (0346340)
 53000.023322/2012-35 --- Exposição de Motivos 896 2017 MCTIC (0332521)
 53000.056642/2012-71 --- Exposição de Motivos 889 2017 MCTIC (0332520)
 53000.056242/2011-85 --- Exposição de Motivos 920 2017 MCTIC (0332584)
 53900.048912/2015-70--- Exposição de Motivos 863 2017 MCTIC (0332177)
 53900.017272/2015-56--- Exposição de Motivos 857 2017 MCTIC (0332254)
 53000.060392/2012-74--- Exposição de Motivos 917 2017 MCTIC (0332282)
 53900.016742/2015-64 ---Exposição de Motivos 900 2017 MCTIC (0332352)
 53000.056222/2011-12 --- Exposição de Motivos 827 2017 MCTIC (0328735)
 53900.021662/2014-40 --- Exposição de Motivos 814 2017 MCTIC (0328021)
 53000.017052/2013-12 --- Exposição de Motivos 790 2017 MCTIC (0327424)
 53000.048422/2012-74 --- Exposição de Motivos 748 2017 MCTIC (0322342)
 53900.011242/2014-55--- Exposição de Motivos 776 2017 MCTIC (0324174)
 53000.070982/2013-96--- Exposição de Motivos 764 2017 MCTIC (0323771)
 53000.040872/2012-19 --- Exposição de Motivos 603 2017 MCTIC (0323236)
 53000.031922/2012-77 --- Exposição de Motivos 588 2017 MCTIC (0322848)
 53000.051842/2012-38 --- Exposição de Motivos 752 2017 MCTIC (0322408)
 53000.022892/2010-46 --- Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
 53000.018882/2009-72--- Exposição de Motivos 118 2017 MCTIC (0231073)
 53900.006082/2014-22 --- Exposição de Motivos 536 2017 MCTIC (0278162)
 53900.041862/2015-08 --- Exposição de Motivos 544 2017 MCTIC (0278209)
 53000.036682/2009-00 --- Exposição de Motivos 402 2017 MCTIC (0267749)

53900.014792/2015-15 --- Exposição de Motivos 335 2017 MCTIC (0263492)
 53000.037302/2011-61 --- Exposição de Motivos 162 2017 MCTIC (0271003)
 53900.053112/2015-71 --- Exposição de Motivos 545 2017 MCTIC (0272216)
 53000.045952/2013-41--- Exposição de Motivos 522 2017 MCTIC (0272270)
 53000.066832/2013-88--- Exposição de Motivos 442 2017 MCTIC (0272322)
 53000.063555/2012-71 - Exposição de Motivos 54 2018 MCTIC (0481638)
 53000.046795/2012-19 - Exposição de Motivos 190 2017 MCTIC (0261645)
 53000.058765/2011-66 - Exposição de Motivos 1057 2017 MCTIC (0382267)
 53900.008065/2014-20 - Exposição de Motivos 937 2017 (0375377)
 53900.039625/2015-79 - Exposição de Motivos 985 2017 MCTIC (0374398)
 53900.020155/2014-99 - Exposição de Motivos 948 2017 MCTIC (0357187)
 53000.012365/2011-12 - Exposição de Motivos 967 2017 MCTIC (0357812)
 53000.007145/2014-10 - Exposição de Motivos 956 2017 MCTIC (0357836)
 53900.010415/2014-18 - Exposição de Motivos 851 2017 MCTIC (0346015)
 53900.039805/2015-51 - Exposição de Motivos 848 2017 MCTIC (0345696)
 53000.045475/2012-33 - Exposição de Motivos 779 2017 MCTIC (0344590)
 53000.039925/2013-30 - Exposição de Motivos 778 2017 MCTIC (0344502)
 53000.051845/2012-71 - Exposição de Motivos 771 2017 MCTIC (0344002)
 53000.057995/2011-16 - Exposição de Motivos 757 2017 MCTIC (0343747)
 53900.022295/2014-00 - Exposição de Motivos 874 2017 MCTIC (0332417)
 53900.020495/2014-10 - Exposição de Motivos 875 2017 MCTIC (0332519)
 53900.047605/2015-71 - Exposição de Motivos 878 2017 MCTIC (0332063)
 53900.039875/2015-17 - Exposição de Motivos 883 2017 MCTIC (0332121)
 53900.015655/2015-90 - Exposição de Motivos 858 2017 MCTIC (0332268)
 53000.055775/2011-40 - Exposição de Motivos 935 2017 MCTIC (0373424)
 53000.055825/2012-70 - Exposição de Motivos 860 2017 MCTIC (0332278)
 53900.022015/2014-55 - Exposição de Motivos 835 2017 MCTIC (0328817)
 53000.064515/2012-46 - Exposição de Motivos 834 2017 MCTIC (0328847)
 53000.070695/2013-86 - Exposição de Motivos 815 2017 MCTIC (0327243)
 53000.055765/2011-12 - Exposição de Motivos 702 2017 MCTIC (0324652)
 53000.057355/2011-06 - Exposição de Motivos 705 2017 MCTIC (0324368)
 53000.048725/2012-97 - Exposição de Motivos 753 2017 MCTIC (0323955)
 53000.015825/2013-18 - Exposição de Motivos 589 2017 MCTIC (0322898)
 53000.059475/2011-30 - Exposição de Motivos 731 2017 MCTIC (0321623)
 53000.064145/2012-47 - Exposição de Motivos 740 2017 MCTIC (0322061)
 53900.009135/2014-67 - Exposição de Motivos 112 2017 MCTIC (0230996)
 53900.015755/2015-16 - Exposição de Motivos 400 2017 MCTIC (0280641)
 53000.050945/2013-61 - Exposição de Motivos 419 2017 MCTIC (0270317)
 53000.053915/2012-26 - Exposição de Motivos 501 2017 MCTIC (0272379)
 53900.003595/2014-81 - Exposição de Motivos 519 2017 MCTIC (0272693)
 53900.017335/2015-74 - Exposição de Motivos 516 2017 MCTIC (0273391)
 53900.000545/2014-42 - Exposição de Motivos 552 2017 MCTIC (0275044)
 53000.070495/2013-23 - Exposição de Motivos 632 2017 MCTIC (0303371)
 53000.054475/2012-24 - Exposição de Motivos 619 2017 MCTIC (0303142)
 53000.058115/2011-11 - Exposição de Motivos 602 2017 MCTIC (0302035)

 53000.051605/2012-77 - Exposição de Motivos 574 2017 MCTIC (0301664)
 53900.004565/2015-73 - Exposição de Motivos 672 2017 MCTIC (0310140)
 53900.009305/2015-94 - Exposição de Motivos 709 2017 MCTIC (0312245)
 53900.041855/2015-06 - Exposição de Motivos 698 2017 MCTIC (0312028)
 53900.017158/2015-26 - Exposição de Motivos 728 2017 MCTIC (0320616)
 53000.052558/2013-60 - Exposição de Motivos 700 2017 MCTIC (0312114)
 53900.022938/2014-15 - Exposição de Motivos 710 2017 MCTIC (0312092)
 53000.051498/2012-87 - Exposição de Motivos 701 2017 MCTIC (0312010)
 53900.046568/2015-84 - Exposição de Motivos 690 2017 MCTIC (0311614)
 53900.017348/2015-43 - Exposição de Motivos 685 2017 MCTIC (0311402)
 53900.034358/2015-43 - Exposição de Motivos 680 2017 MCTIC (0311569)
 53900.021498/2014-71 - Exposição de Motivos 649 2017 MCTIC (0308562)

53000.015818/2013-16 - Exposição de Motivos 635 2017 MCTIC (0303453)
 53000.028888/2013-34 - Exposição de Motivos 626 2017 MCTIC (0302470)
 53900.006868/2014-40 - Exposição de Motivos 531 2017 MCTIC (0287103)
 53000.056228/2011-81 - Exposição de Motivos 351 2017 MCTIC (0282457)
 53000.045558/2013-11 - Exposição de Motivos 344 2017 MCTIC (0281816)
 53900.034498/2015-11 - Exposição de Motivos 614 2017 MCTIC (0302510)
 53000.021788/2012-04 - Exposição de Motivos 625 2017 MCTIC (0303306)
 53000.007888/2014-81 - Exposição de Motivos 607 2017 MCTIC (0302122)
 53900.017538/2015-61 - Exposição de Motivos 613 2017 MCTIC (0302147)
 53000.019859/2008-14 - Exposição de Motivos 693 2017 MCTIC (0323820)
 53900.012819/2015-27 - Exposição de Motivos 768 2017 MCTIC (0323907)
 53000.069249/2013-29 - Exposição de Motivos 575 2017 MCTIC (0322572)
 53000.016939/2012-02 - Exposição de Motivos 692 2017 MCTIC (0323885)
 53000.027549/2013-31 - Exposição de Motivos 743 2017 MCTIC (0322220)
 53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
 53000.058095/2011-88 - Exposição de Motivos 931 2017 MCTIC (0372086)
 53000.006805/2014-37 - Exposição de Motivos 914 2017 MCTIC (0372036)
 53900.020685/2014-37 - Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)
 53900.039515/2015-15 - Exposição de Motivos 784 2017 MCTIC (0327057)
 53000.026025/2011-61 - Exposição de Motivos 636 2017 MCTIC (0324062)
 53000.048665/2012-11 - Exposição de Motivos 399 2017 MCTIC (0281062)
 53000.062335/2013-19 - Exposição de Motivos 578 2017 MCTIC (0322838)
 53900.017345/2015-18 - Exposição de Motivos 747 2017 MCTIC (0322580)
 53000.022892/2010-46--Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
 53900.041642/2015-76--Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
 53000.008922/2012-73-- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
 53900.018692/2014-79---Exposição de Motivos 439 2017 MCTIC (0272696)
 53900.012702/2014-62---Exposição de Motivos 518 2017 MCTIC (0272813)
 53000.055772/2011-14---Exposição de Motivos 456 2017 MCTIC (0274060)
 53000.057442/2011-55---Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.057442/2011-55--- Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.050492/2011-10 --- Exposição de Motivos 354 2017 MCTIC (0286002)
 53000.031942/2012-48--- Exposição de Motivos 505 2017 MCTIC (0281319)
 53000.006882/2013-14--- Exposição de Motivos 359 2017 MCTIC (0281002)
 53000.059292/2011-14--- Exposição de Motivos 641 2017 MCTIC (0303329)
 53000.046522/2013-47--- Exposição de Motivos 584 2017 MCTIC (0302242)
 53000.057352/2011-64---Exposição de Motivos 592 2017 MCTIC (0302001)
 53900.017332/2015-31---Exposição de Motivos 683 2017 MCTIC (0311579)
 53000.047332/2013-47---Exposição de Motivos 556 2017 MCTIC (0273358)
 53000.025272/2013-10--- Exposição de Motivos 493 2017 MCTIC (0276074)
 53900.016802/2015-49--- Exposição de Motivos 486 2017 MCTIC (0276232)
 53000.045172/2012-11--- Exposição de Motivos 482 2017 MCTIC (0276766)
 53000.056212/2011-79---Exposição de Motivos 645 2017 MCTIC (0304134)
 53000.015822/2013-84---Exposição de Motivos 642 2017 MCTIC (0304152)
 53900.050622/2015-96---Exposição de Motivos 669 2017 MCTIC (0309897)
 53900.047842/2015-32---Exposição de Motivos 666 2017 MCTIC (0309708)
 53900.022882/2014-91--- Exposição de Motivos 706 2017 MCTIC (0312058)
 53000.053259/2013-42---Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53000.053259/2013-42--- Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53900.007299/2015-31--- Exposição de Motivos 511 2017 MCTIC (0273366)
 53000.031939/2012-24--- Exposição de Motivos 520 2017 MCTIC (0273156)
 53000.015189/2014-13--- Exposição de Motivos 452 2017 MCTIC (0272529)
 53900.039779/2015-61--- Exposição de Motivos 298 2017 MCTIC (0263419)
 53000.021819/2010-57--- Exposição de Motivos 343 2017 MCTIC (0280272)
 53000.048009/2013-91---Exposição de Motivos 395 2017 MCTIC (0280047)
 53900.006559/2014-70---Exposição de Motivos 117 2017 MCTIC (0231079)
 53000.008099/2010-34--- Exposição de Motivos 119 2017 MCTIC (0231064)
 53900.020685/2014-37--- Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)

Att,

Luciana Silveira Teixeira

Assessora

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Casa Civil – Presidência da República

(61) 3411-3426

luciana.teixeira@presidencia.gov.br

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.020902/2012-71.**

Entidade: **ACCS - Associação Cultural e Comunicação Social.**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos.**

1. Considerando a devolução do processo pela Casa Civil da Presidência da República, para reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, bem como a adequação às novas diretrizes governamentais, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 03/07/2019, às 17:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 04/07/2019, às 17:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 05/07/2019, às 18:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4328409** e o código CRC **7FE27504**.

Minutas e Anexos

MINUTA
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.020902/2012-71, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade ACCS - Associação Cultural e Comunicação Social, inscrita no CNPJ nº 02.886.389/0001-40, explore pelo prazo de dez anos a partir de 03 de maio de 2012, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Itupeva, estado de São Paulo, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 10916/2017/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 3169/2017 de 20 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 10 de abril de 2018.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53000.020902/2012-71

SEI nº 4328409

Brasília, 25 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.020902/2012-71, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade ACCS - Associação Cultural e Comunicação Social, inscrita no CNPJ nº 02.886.389/0001-40, explore pelo prazo de dez anos a partir de 03 de maio de 2012, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Itupeva, estado de São Paulo, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 10916/2017/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 3169/2017 de 20 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 10 de abril de 2018.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 35346/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.020902/2012-71.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 26/09/2019, às 20:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4673827** e o código CRC **2B3DB0FC**.